



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias No 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Proposição e avaliação do Programa Parental “Família que Protege”: promoção de práticas positivas e prevenção da violência contra crianças em Belém

Adrine Carvalho dos Santos Vieira

Belém - PA

2024



Adrine Carvalho dos Santos Vieira

Proposição e avaliação do Programa Parental “Família que Protege”: promoção de práticas positivas e prevenção da violência contra crianças em Belém

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Ecoetologia

Orientadora: Prof.^a Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante

Belém – Pará

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

V658p Vieira, Adrine Carvalho dos Santos, 1984-
Proposição e avaliação do programa parental "Família que Protege":
promoção de práticas positivas e prevenção da violência contra crianças
em Belém / Adrine Carvalho dos Santos Vieira. — 2024.

203 f. il.

Orientadora: Lília Iêda Chaves Cavalcante

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria
e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria
e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2024.

1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Parentalidade. 4.
Violência (crianças e adolescentes) – Belém -Pará. 5. Práticas parentais
– Belém - Pará. I. Título.

CDD - 23. ed. — 150.77098115

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB-2/780



Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento UFPA
Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA –
Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da
Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do
Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Defesa de Doutorado

“Proposição e Avaliação do Programa Parental “Família que Protege”: promoção de práticas positivas e prevenção da violência contra crianças em Belém.”

Aluna: Adrine Carvalho dos Santos Vieira.

Data da Defesa: 29 de novembro de 2024.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Profª Drª Lília Iêda Chaves Cavalcante (orientadora – UFPA).

Profª Drª Elisa Rachel Pisani Altafim (membro 1 – USP).

Profª Drª Giana Bittencourt Frizzo (membro 2 – UFRGS).

Profº Drº Elson Ferreira Costa (membro 3 – UEPA).

Profª Drª Milene Maria Xavier Veloso (membro 4 – UFPA).



Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Adrine Carvalho dos Santos Vieira
RG: 4167654 CPF: 80686982215 E-mail: adrinecs@ufpa.br fone: 981909763
Vínculo com a UFPA: Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Tipo do documento: (X) Tese () Dissertação () Livro () Capítulo de Livro () Artigo de Periódico () Trabalho de Evento () Outro. Especifique: _____
Título do Documento: Proposição e Avaliação do Programa Parental "Família que Protege": promoção de práticas positivas e prevenção da violência contra crianças em Belém
Se Tese ou Dissertação: Data da Defesa: 29/11/2024 Área do Conhecimento: Ecoetologia
Agência de Fomento: CAPES
Programa de Pós-Graduação em: Teoria e Pesquisa do Comportamento

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(x) Sim () Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim () Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

(x) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim

(x) Não

A partir de qual data o documento poderá ser disponibilizado no Repositório Institucional da UFPA: 18/02/2025

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. É proibido qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral.

Este formulário deve ser encaminhado a Biblioteca Central da UFPA junto com a versão digital do documento

Belém, 18/02/2025



Documento assinado digitalmente
ADRIANE CARVALHO DOS SANTOS VIEIRA
Data: 18/02/2025 16:28:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Local Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Dedico esta tese a todas as crianças que merecem e
devem ser criadas com afeto, carinho e proteção!

Em especial às minhas duas filhas,
Maria Eduarda e Ana Catarina.

Agradecimentos

Aos meus pais, Rui e Luzia, que me ensinaram o valor do estudo e fizeram tudo que podiam, com o que tinham, para que eu e minhas irmãs pudéssemos priorizar os estudos e nosso futuro. Obrigada por continuarem cuidando de nós e de minhas filhas!

Ao meu marido, Luiz Carlos, que me acompanha nesta jornada acadêmica desde os tempos do Mestrado. Obrigada por seu apoio, oferecendo incentivo, companhia e, principalmente, cuidando de mim e das nossas filhas.

Às minhas filhas, Maria Eduarda e Ana Catarina, que são as maiores motivadoras da minha vida. Obrigada por cada sorriso, cada abraço, beijo, por cada gesto de carinho... Obrigada por, simplesmente, vocês existirem!

Às minhas irmãs e companheiras de todas as horas, Lorena e Andreza, por todo incentivo e cuidado com as minhas meninas.

À elas que também foram minha rede de apoio, cuidando dos meus bens mais preciosos para que eu pudesse alcançar mais essa etapa da minha vida profissional: minha sogra Dalva e a babá das minhas filhas, d. Tomázia.

À minha orientadora, Prof Lilia Cavalcante, por todo o conhecimento gentilmente compartilhado durante esta jornada. Sua competência e inteligência, aliada ao afeto e empatia com que nos trata, torna essa caminhada mais leve, mesmo diante das turbulências. És uma grande inspiração pra mim, como pessoa e como profissional.

À minha amiga e parceira nessa jornada, Maria de Fátima, por compartilhar mais do que dúvidas acadêmicas, mas as dores e as delícias de conciliar a parentalidade com a carreira científica. Nossos “podcasts” nos ajudavam a não nos sentirmos sozinha e ter a certeza que mais alguém conseguiria entender o que cada uma passava naquele momento.

Às minhas amigas, Adriene e Glenda, por todo incentivo, paciência e presença durante essa jornada.

À minha parceira acadêmica paulista, Tatiana, por todo conhecimento, experiências compartilhadas e companhia em tantas coletas.

À equipe de coleta que foi fundamental para que essa pesquisa acontecesse, Ana Claudia, Ana Paula, Bianca, Joyce, Larissa, Laryssa, Leonardo, Luana, Nilzilene e Pâmela.

À Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Instituto de Ciências da Saúde e Universidade Federal do Pará por promoverem o incentivo à formação profissional dos seus servidores.

À todas as gestoras das instituições que realizamos a pesquisa. O apoio de vocês foi fundamental para que tudo acontecesse.

Às mães e pais que aceitaram participar desse estudo, por compartilharem suas experiências e por voluntariamente colaborarem e dedicarem parte de seu tempo para possibilitar que pesquisas como essa, que busquem o desenvolvimento saudável de nossas crianças, ocorram.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo incentivo através do financiamento do projeto e da bolsa de estudos.

Vieira, A. C. dos S. (2024). *Proposição e avaliação do Programa Parental Família que Protege: promoção de práticas positivas e prevenção da violência contra crianças em Belém*. [Tese de Doutorado não publicada]. Universidade Federal do Pará, Belém - PA. 203 p.

Resumo

A violência contra crianças e adolescentes constitui um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo e traz consequências para o desenvolvimento das crianças até a vida adulta. Dentre os vários fatores que contribuem para esta realidade, estão aqueles ligados à parentalidade. Sendo assim, os programas parentais que visam o incentivo a práticas parentais mais positivas podem ajudar a prevenir a violência contra a criança. Portanto, o objetivo desta tese foi propor e avaliar os efeitos, a viabilidade e a aceitabilidade de um programa parental destinado a promover práticas parentais positivas e aumentar o conhecimento dos pais sobre maus-tratos contra crianças, em Belém do Pará, a fim de gerar evidências para a prevenção da violência infantil. Para alcançar este objetivo, realizou-se quatro estudos de delineamentos metodológicos diferentes, porém, que guardam relação entre si. O primeiro estudo teve como objetivo analisar a ocorrência de violência contra crianças, as práticas parentais associadas e o nível de conhecimento dos pais sobre os diferentes tipos de violência infantil, em Belém do Pará. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritivo-exploratória que contou com a participação de 157 pais de crianças de zero a seis anos, na qual foram aplicados quatro instrumentos avaliativos. Os resultados indicaram que a ampla maioria dos participantes (91,1%) relataram já terem utilizado alguma prática violenta para ensinar sua criança ao menos alguma vez na vida. A violência psicológica foi reportada como a mais frequente, seguida da violência física e negligência. Não houve relato de práticas caracterizadas como abuso sexual nesta amostra. Fatores pessoais e contextuais influenciam nas práticas de disciplina, com pais de renda mais alta fazendo mais uso de disciplina física e psicológica, enquanto pais de renda mais baixa demonstraram maior encorajamento positivo e ajustamento parental. Pais que contam com outros adultos para dar suporte ao cuidado com as crianças, também apresentaram melhor ajuste parental. Os participantes acertaram, em média, 16 questões das 20 do questionário sobre violência, 36,9% obtiveram pontuação abaixo da média e 63,1% acima da média. O estudo forneceu um panorama geral desses dados em um contexto de vulnerabilidade social. O segundo estudo envolveu uma revisão integrativa que objetivou analisar o nível das evidências científicas, a qualidade metodológica e a validade ecológica das publicações sobre a utilização de programas parentais destinados a prevenir a violência contra a criança. A busca foi realizada nas bases de dados Bireme, SCielo, Psycinfo e Scopus e contemplou estudos publicados no período de 2019 a 2023, nos idiomas Português, Inglês e Espanhol. Aplicaram-se protocolos e análise de categorias foram feitas para avaliar as variáveis propostas. Encontraram-se 10 artigos que contemplaram a pesquisa. Os resultados indicaram que, embora existam evidências sugerindo a eficácia desses programas, a maioria dos estudos foi classificada em boas posições no nível de evidência científica (ECR), mas a qualidade metodológica dos estudos é frequentemente moderada a fraca. Além disso, nenhum dos artigos fez menção a uma análise de validade ecológica e esta apresentou-se comprometida na maioria dos estudos. O estudo três buscou descrever a proposição de um programa parental que teve como objetivo promover práticas educativas positivas e protetivas que contribuam para a prevenção da violência contra a criança. Elaborou-se o Programa Parental Família que Protege, com duas versões, uma online e outra híbrida, e duração de 15 e 30 dias, respectivamente. O conteúdo inclui informações sobre desenvolvimento infantil, parentalidade, regulação emocional, estabelecimento de limites, dentre outros. Por fim, o último estudo objetivou avaliar os efeitos, a viabilidade e a

aceitabilidade de um programa parental online que teve como objetivo principal a prevenção da violência contra a criança, em Belém do Pará. Utilizou-se um delineamento longitudinal, com medidas de avaliação pré e pós intervenção. Os resultados indicaram que houve uma redução significativa nas práticas coercitivas ($p=0,005$) e no uso de disciplina psicológica ($p=0,005$) após a intervenção. Não foi encontrada diferença significativa entre o nível de conhecimento dos participantes sobre violência contra a criança após a participação no programa. Os dados quantitativos e qualitativos apontaram que o programa gerou efeitos significativos nas práticas parentais relatadas, bem como mostrou-se viável e teve alta aceitabilidade pelos participantes que concluíram a intervenção. Com base nos achados teóricos e empíricos apresentados pelos estudos realizados, defendeu-se a tese que, se os pais tiverem suporte adequado, com apoio de programas parentais que incentivem a informação e proposições práticas, poderão melhorar o exercício da parentalidade. Isso, por sua vez, contribuirá para a redução e prevenção da violência contra a criança, mesmo em contextos de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: violência contra a criança, práticas parentais, programa parental.

Vieira, A. C. dos S. (2024). *Proposition and evaluation of the Family that Protects Parental Program: promotion of positive practices and prevention of violence against children in Belém*. [Unpublished Doctoral Thesis]. Federal University of Pará, Belém - PA. 203 page.

Abstract

Violence against children and adolescents is a serious public health problem in Brazil and worldwide, and has consequences for the development of children into adulthood. Among the various factors that are relevant to this reality are those related to parenting. Therefore, parenting programs that aim to encourage more positive parenting practices can help prevent violence against children. Therefore, the objective of this thesis was to propose and evaluate the effects, probability, and acceptability of a parenting program aimed at promoting positive parenting practices and increasing parents' knowledge about child abuse in Belém do Pará, in order to generate evidence for the prevention of child abuse. To this end, four studies with different methodological designs were conducted, but they are related to each other. The first study aimed to analyze the occurrence of violence against children, the associated parental practices, and the level of knowledge of parents about the different types of violence against children in Belém do Pará. To this end, a descriptive-exploratory study was conducted involving the participation of 157 parents of children aged zero to six years, in which four assessment instruments were applied. The results indicated that the vast majority of participants (91.1%) said they had used some violent practice to teach their child at least once in their lives. Psychological violence was reported as the most frequent, followed by physical violence and neglect. There were no reports of clinical practices such as sexual abuse in this sample. Personal and contextual factors influence disciplinary practices, with higher-income parents using more physical and psychological discipline, while lower-income parents demonstrated greater positive encouragement and parental adjustment. Parents who had other adults to support childcare also had better parental adjustment. Participants scored, on average, 16 out of 20 questions on the violence questionnaire, with 36.9% scoring below average and 63.1% scoring above average. The study provided an overview of these data in a context of social vulnerability. The second study involved an integrative review that aimed to analyze the level of scientific evidence, methodological quality, and ecological validity of publications on the use of parenting programs aimed at preventing violence against children. The search was carried out in the Bireme, SCielo, Psycinfo, and Scopus databases and included studies published between 2019 and 2023, in Portuguese, English, and Spanish. Protocols and category analyses were applied to assess the proposed variables. Ten articles that covered the research were found. The results indicated that, although there is evidence to prove the effectiveness of these programs, most of the studies were presented in good positions at the level of scientific evidence (RCT), but the methodological quality of the studies is often moderate to weak. Furthermore, none of the articles mentioned an ecological validity analysis, and this was compromised in most studies. Study three sought to describe the proposal of a parenting program that aimed to promote positive and protective educational practices that contribute to the prevention of violence against children. The Family that Protects Parenting Program was developed, with two versions, one online and one hybrid, and lasting 15 and 30 days, respectively. The content includes information on child development, parenting, emotional regulation, setting limits, among others. Finally, the last study aimed to evaluate the effects, probability, and acceptability of an online parenting program that had as its main objective the prevention of violence against children, in Belém

do Pará. A longitudinal design was used, with pre- and post-intervention assessment measures. The results indicated that there was a significant reduction in coercive practices ($p=0.005$) and in the use of psychological discipline ($p=0.005$) after the intervention. No significant difference was found between the participants' level of knowledge about violence against children after participating in the program. Quantitative and qualitative data indicated that the program generated significant effects on reported parenting practices, as well as proving to be feasible and highly acceptable to the participants who completed the intervention. Based on the theoretical and empirical findings presented in the studies conducted, the thesis was that if parents have adequate support, with the support of parenting programs that encourage information and practical proposals, they can improve their parenting. This, in turn, will contribute to the reduction and prevention of violence against children, even in contexts of social vulnerability.

Keywords: violence against children, parenting practices, parenting program.

Lista de Figuras

Estudo 1

Figura 1 - Fotos da fachada e do ambiente interno da Instituição A

Figura 2 - Fotos da fachada e do ambiente interno da Instituição B

Figura 3 - Fotos da fachada e do ambiente interno da Instituição C

Figura 4 - Fluxograma do processo de seleção da amostra

Estudo 2

Figura 1 - Fluxograma da seleção dos artigos da revisão

Estudo 3

Figura 1 - Imagens de alguns materiais utilizados no programa

Estudo 4

Figura 1 - Foto da fachada da Unidade de Educação Infantil

Figura 2 - Fotos do espaço físico interno da UEI

Figura 3 - Disponibilidade durante o turno de aula na escola

Figura 4 - Recrutamento na reunião de pais

Figura 5 - Convite enviado pelo aplicativo de mensagem para confirmação de participação na intervenção

Figura 6 - Fluxograma do processo de seleção da amostra

Lista de Tabelas

Estudo 1

Tabela 1 - Características gerais e sociodemográficas dos participantes da intervenção

Tabela 2 - Prevalência da violência contra a criança

Tabela 3 - Práticas de disciplina relatadas pelos pais

Tabela 4 - Comparação da renda dos pais que relataram uso de disciplina física e psicológica

Tabela 5 - Comparação da idade da criança e do participante com a ocorrência de disciplina física e negligência

Tabela 6 - Associação entre o uso dos diferentes tipos de disciplina

Tabela 7 - Estatística descritiva dos domínios do PAFAS

Tabela 8 - Comparação dos domínios do PAFAS e características gerais - Renda e Adultos que cuidam

Tabela 9 - Correlação PAFAS e dados gerais dos participantes

Tabela 10 - Quantidade de acertos no questionário de conhecimento sobre violência contra a criança e comparação com renda e escolaridade

Tabela 11 - Comparação dos escores dos domínios do PAFAS entre os pais que utilizam ou não utilizam os diferentes tipos de disciplina

Estudo 2

Tabela 1- Síntese dos principais dados extraídos dos artigos selecionados

Tabela 2 - Nível de Evidência Científica e Qualidade Metodológica dos Estudos

Tabela 3 - Indicadores de validade ecológica dos estudos selecionados

Estudo 3

Tabela 1 - Síntese das principais informações das duas versões do Programa Família que Protege

Tabela 2 - Conteúdo programático, objetivos e material utilizado no Programa Parental Família que Protege

Tabela 3 - Atividades, objetivos e materiais utilizados nos encontros presenciais do Programa Família que Protege

Estudo 4

Tabela 1- Características gerais e sociodemográficas dos participantes da intervenção

Tabela 2 - Domínios do PAFAS avaliado antes e após a intervenção

Tabela 3 - Frequência do uso de práticas de violência para cada categoria e análise de proporções para categoria disciplina psicológica

Tabela 4 - Conhecimento dos participantes sobre violência contra a criança, antes e após a intervenção

Tabela 5 - Avaliação do programa parental pelos participantes

Lista de Siglas

ACT-RSK	<i>ACT Raising Safe Kids</i>
AMSTAR	<i>Assessing the Methodological Quality of Systematic Reviews</i>
APA	Associação Americana de Psicologia
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CIEC	Centro de Investigação em Estudos da Criança
CONSORT	<i>Consolidated Standards of Reporting Trials</i>
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i>
DAGUA	Distrito Administrativo do Guamá
DASAC	Distrito Administrativo da Sacramenta
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECR	Estudos Clínicos Randomizados
EPHPP	<i>Effective Public Health Practice Project</i>
GEAV	Grupo de Estudo de Autores de Violência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAST	<i>International Association for the Prevention of Child Abuse and Neglect Child Abuse Screening Tool</i>
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
LED	Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
NAEYC	Associação Nacional para a Educação de Crianças Pequenas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAFAS	Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar
PNEVCA	Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes
PPFP	Programa Parental Família que Protege
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do Espectro do Autismo
UFPA	Universidade Federal do Pará
UM	Universidade do Minho
UPI	Unidade Pedagógica Infantil

Lista de Apêndices

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apêndice B – Formulário de Caracterização dos Participantes

Apêndice C – Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar – PAFAS

Apêndice D – *International Association for the Prevention of Child Abuse and Neglect Child Abuse Screening Tool - ICAST*

Apêndice E – Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança

Apêndice F – Parecer Comitê de Ética

Apêndice G – Critérios do *Joanna Briggs Institute* (Nível de evidência científica)

Apêndice H – *Effective Public Health Practice Project*

Apêndice I – Questionário de avaliação da eficácia e satisfação do programa parental

Sumário

Introdução.....	23
Objetivo Geral.....	37
Objetivos Específicos.....	38
ESTUDO 1- Caracterização da violência contra a criança, análise das práticas parentais e do conhecimento dos pais sobre tipos de violência em Belém do Pará..	39
Objetivo geral.....	46
Objetivos específicos.....	46
Método	46
Delineamento.....	46
Contexto da pesquisa.....	46
Participantes.....	49
Instrumentos.....	50
<i>Formulário de Caracterização dos Participantes.....</i>	<i>50</i>
<i>Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar - PAFAS</i>	<i>50</i>
<i>International Association for the Prevention of Child Abuse and Neglect Child Abuse Screening Tool - ICAST</i>	<i>51</i>
<i>Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança.....</i>	<i>52</i>
Procedimento.....	53
<i>Procedimentos éticos.....</i>	<i>53</i>
<i>Procedimento de Coleta de Dados.....</i>	<i>53</i>
Análise de dados coletados.....	54
Resultados.....	55
Características sociodemográficas dos participantes.....	55
Frequência e ocorrência da violência contra a criança.....	56
Práticas Parentais e Ajustamento Familiar.....	61
Conhecimento sobre violência.....	65
Relação entre as variáveis principais.....	66
Discussão.....	67
Considerações finais.....	73
Referências.....	75
ESTUDO 2 - Nível de evidência científica, qualidade metodológica e validade ecológica das publicações sobre a eficácia dos programas parentais na prevenção da violência contra a criança.....	84
Objetivo Geral.....	89
Objetivos específicos.....	89
Método.....	89
Descritores e estratégias de busca.....	89
Critérios de Inclusão e exclusão.....	90
Seleção dos estudos.....	90
Extração das informações e categorização dos dados.....	91

Nível de Evidência Científica.....	92
Qualidade Metodológica.....	92
Validade ecológica.....	92
Resultados.....	93
Descrição dos dados extraídos dos artigos.....	93
Nível de Evidência Científica.....	99
Qualidade Metodológica.....	99
Validade Ecológica.....	101
Discussão.....	102
Considerações Finais	106
Referências.....	108
ESTUDO 3 - Família que Protege: um programa parental para a prevenção da	113
violência contra a criança.....	
Programa Parental Família que protege.....	118
Público-alvo.....	119
Metodologia de aplicação do Programa.....	119
Conteúdo Programático do Programa.....	120
Considerações Finais.....	124
Referências.....	125
ESTUDO 4 - Efeitos, viabilidade e aceitabilidade do Programa Parental Família	128
que Protege: uma intervenção para a prevenção da violência contra a criança, em	
Belém do Pará.....	
Objetivo geral.....	132
Objetivos específicos.....	132
Método.....	132
Delineamento.....	132
Contexto da pesquisa.....	133
Participantes.....	134
Instrumentos.....	137
<i>Formulário de Caracterização dos Participantes</i>	<i>137</i>
<i>Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar – PAFAS.....</i>	<i>137</i>
<i>International Association for the Prevention of Child Abuse and Neglect Child</i>	<i>138</i>
<i>Abuse Screening Tool – ICAST.....</i>	
<i>Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos</i>	<i>139</i>
<i>de Violência contra a Criança.....</i>	
<i>Questionário de avaliação da eficácia e satisfação do Programa Parental</i>	<i>140</i>
<i>Família que Protege</i>	
Procedimento.....	140
<i>Procedimentos éticos.....</i>	<i>140</i>
<i>Procedimento de Coleta de Dados.....</i>	<i>140</i>
<i>Intervenção.....</i>	<i>141</i>
Análise de dados coletados.....	141

Resultados.....	142
Dados quantitativos.....	142
Dados qualitativos.....	146
<i>Mudanças nas práticas educativas e aplicação no dia a dia.....</i>	146
<i>Avaliação do Programa Parental.....</i>	149
Discussão.....	151
Considerações finais.....	156
Referências.....	158
Considerações finais da Tese.....	166
Referências.....	173
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	184
Apêndice B – Formulário de Caracterização dos Participantes	185
Apêndice C – Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar – PAFAS.....	186
Apêndice D – International Association for the Prevention of Child Abuse and Neglect Child Abuse Screening Tool - ICAST	187
Apêndice E – Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança	191
Apêndice F – Parecer Comitê de Ética.....	192
Apêndice G – Critérios do <i>Joanna Briggs Institute</i> (Nível de evidência científica).....	196
Apêndice H – Effective Public Health Practice Project	198
Apêndice I – Questionário de avaliação da eficácia e satisfação do programa parental....	202

Apresentação

Este trabalho é o resultado da minha pesquisa de doutorado e reflete minha trajetória profissional e acadêmica. Minha formação inicial é em Terapia Ocupacional, e foi nesse campo que comecei minha carreira profissional na assistência, especialmente com o público infantil e suas famílias. Esses quase cinco anos de atendimento deste público, me proporcionou uma vivência aprofundada das necessidades cotidianas dessas pessoas. No entanto, percebi também a importância de buscar maneiras de transformar a prática por meio da pesquisa, principalmente com objetivo de trazer intervenções baseadas em evidências para a assistência, garantindo assim uma abordagem mais eficaz e fundamentada. Esse foi o ponto de partida para o meu interesse em pesquisas com foco em intervenções.

Durante o mestrado, tive a oportunidade de realizar uma pesquisa com intervenção, com pais de crianças com autismo, o que aprofundou meu interesse pela área da parentalidade e suas implicações no desenvolvimento das crianças e no contexto das suas famílias. Após o mestrado, ingressei como professora efetiva na Universidade Federal do Pará, o que estreitou ainda mais o meu compromisso com a pesquisa.

Com objetivo de dar continuidade em minha carreira como pesquisadora, busquei a orientação da professora Lilia Cavalcante, para a realização do meu Doutorado. Inicialmente, participei de reuniões no Grupo de Estudos em Educação Infantil e Desenvolvimento (GEEID), e o projeto com o qual eu me envolvi estava relacionado à pesquisa com professores de Unidades de Educação Infantil, com o objetivo de realizar intervenções que apoiassem o desenvolvimento das crianças dentro do ambiente escolar. Contudo, surgiu uma nova proposta, que envolvia um projeto com os professores da Universidade do Minho (Portugal), voltado à temática da violência contra a criança, e que tinha como foco a prevenção da violência, isso ampliou minha perspectiva sobre as necessidades das crianças e das famílias.

Foi justamente nesse contexto que, ao realizar uma busca aprofundada na literatura para embasar a intervenção proposta, encontrei os estudos sobre parentalidade positiva, e me senti contemplada. Nesse mesmo momento, eu estava vivenciando a experiência da maternidade com o nascimento da minha primeira filha. Essa vivência trouxe uma profundidade maior à minha pesquisa, pois a temática da parentalidade deixou de ser apenas um objeto de estudo acadêmico, tornando-se uma experiência vivida diariamente. Na fase final de elaboração desta Tese, nasceu também minha segunda filha, fortalecendo essa confluência de vivência prática e teórica.

Esta pesquisa, portanto, faz parte de um dos estudos que compõem o projeto **Maus-tratos no contexto de desenvolvimento de crianças de Belém/Brasil e Braga/Portugal: indicadores de violência e estratégias de intervenção**. Este projeto foi elaborado a partir da parceria entre o Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), da Universidade do Minho (UM - Portugal) e o Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), da Universidade Federal do Pará (UFPA - Brasil). Ambos orientam-se por objetivos semelhantes, especialmente no que se refere ao estudo com crianças em situação de vulnerabilidade em diversos contextos (família, escola, instituições, comunidade) e as relações por elas mantidas. Além disso, devido à complexidade que cerca o estudo dos maus tratos em contextos de desenvolvimento de crianças em situação de pobreza e outras formas de vulnerabilidade, o LED tem procurado atuar junto com parceiros institucionais e construir redes de pesquisadores que compartilhem propósitos de pesquisa e de intervenção semelhantes: proteger as crianças da violência e promover o seu desenvolvimento saudável e rico em possibilidades de aprendizagem e participação.

Orientado por esse propósito, em 2017, o Prof.^o Dr^o Manuel Sarmiento do CIEC visitou o LED, por meio do Programa de Apoio à Cooperação Interinstitucional - PACI, subprograma Cooperação Internacional (Edital 07/2017- PROPESP/PROINTER), que visou auxiliar na formulação de uma proposta de pesquisa conjunta entre as duas instituições. A partir desse encontro, elaborou-se o referido projeto que foi aprovado posteriormente na Chamada Universal MCTIC/CNPq Nº 28/2018, com vigência de 18/02/2019 a 28/02/2022. O projeto foi coordenado pela Prof.^a Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante.

O projeto teve como objetivo geral avaliar ações de monitoramento, atendimento e proteção de crianças e adolescentes a partir das notificações de maus tratos infantis, entre 2009-2018, as estratégias de acolhimento institucional e reintegração familiar para essa população, e os efeitos de um programa de intervenção voltado à prevenção da violência, em Belém – Brasil e Braga-Portugal. Ele foi constituído de três estudos distintos que apontaram para este objetivo geral. O Estudo 1 teve como objetivo caracterizar a violência notificada nos serviços de saúde e em entidades governamentais que atendam crianças vítimas de violência, visando sistematizar indicadores para elaboração de estratégias de enfrentamento, possibilitando estudos comparativos entre os contextos pesquisados. O Estudo 2 visou analisar o processo de reintegração familiar de crianças vítimas de violência que estivessem em acolhimento institucional para compreender as estratégias que fazem parte desse processo. Por fim, o Estudo 3, objeto desta pesquisa de tese de doutorado, teve como objetivo verificar os efeitos de um programa parental com foco na prevenção da violência contra a

criança. Destaca-se que esta é uma proposta inovadora dentre os estudos do LED voltados para as pesquisas com crianças em situação de vulnerabilidade social, uma vez que se propõe a realizar uma pesquisa interventiva, contribuindo, assim, para uma ampliação no campo metodológico e teórico nas investigações do Laboratório.

Ressalta-se, que no ano de 2023, a Dissertação de Mestrado intitulada “Regulação emocional entre cuidadores de crianças em Belém e suas implicações com maus-tratos infantil”, defendida pela aluna Tatiana de Lima Almeida Gonçalves, pode ser reconhecida como o primeiro produto do Estudo 3 desse projeto. Essa dissertação, assim como esta tese, juntas buscaram gerar evidências capazes de contribuir com estudos contextualizados acerca da parentalidade e sua relação com o fenômeno da violência contra a criança no Brasil, mais especificamente, em Belém do Pará. Nos dias atuais, as medidas de proteção social das crianças passam necessariamente por uma melhor compreensão dessa relação em contextos diversos, no sentido de pensar o papel estratégico do conhecimento na prevenção da violência na infância.

Introdução

A violência contra crianças e adolescentes constitui um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. De acordo com as informações disponibilizadas no Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, até a primeira quinzena de setembro de 2024, o grupo de crianças e adolescentes foi o mais vulnerável à violência, concentrando 43,2% do total de denúncias (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania [MDHC], 2024).

O Ministério da Saúde (Brasil, 2010), assim como a Organização Mundial da Saúde – OMS (Krug et al., 2002), definem a violência contra crianças e adolescentes, como quaisquer atos ou omissão por parte dos pais ou responsável, parentes, instituições e da sociedade em geral, que resultem em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas. Em razão da sua natureza, esta pode ser classificada como: (1) violência física, caracterizada como todo ato que utiliza a força física, de forma intencional, que pode ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando ou não marcas evidentes no corpo capazes de provocar a morte; (2) violência psicológica, definida como a ação que coloca em risco ou causa danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da criança ou do adolescente, apresentada em forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas de outra pessoa; (3) violência sexual corresponde a todo ato ou jogo sexual com intenção de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, com objetivo de obter satisfação sexual, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicosexual mais adiantado que a criança ou adolescente e; (4) negligência, caracterizada pelas omissões dos adultos responsáveis pela criança ou adolescente, deixando de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes. Ressalta-se que, de maneira geral na literatura, também utiliza-se os termos maus-tratos e/ou abuso infantil para se referir a episódios de violência contra a criança.

Devido à natureza complexa e multicausal desse fenômeno, pesquisas têm utilizado modelos teóricos de base sistêmica para sua melhor compreensão, posto que estes permitem uma abordagem multifacetada do problema investigado. Este é analisado de forma processual e dinâmica, abarcando o contexto, a história e as pessoas como protagonistas e observadores do fenômeno (De Antoni & Koller, 2010). Entre os principais modelos, destacam-se os chamados ecológicos de base sistêmica, tais quais o Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner e o Modelo Ecológico para Compreensão da Violência, citado por Dahlberg e Krug (2002).

O modelo bioecológico possibilita uma abordagem que articula elementos pessoais, contextuais, processuais e temporais no estudo da violência. O modelo ecológico, citado por último, explora a relação entre fatores contextuais e individuais e considera a violência como o produto de múltiplos níveis de influência sobre o comportamento. O primeiro nível refere-se ao indivíduo, nele incorporam-se as variáveis com marcadores biológicos como idade ou sexo, bem como fatores de trajetória de vida que podem influenciar a suscetibilidade de um indivíduo se tornar uma vítima ou cometer maus-tratos infantis. O segundo nível, o relacional, contempla as relações sociais de um indivíduo com pessoas (por exemplo, membros da família ou amigos) que influenciam a probabilidade dessa pessoa também vir a cometer ou ser vítima de abuso. No nível posterior, o comunitário é considerado o contexto comunitário no qual as relações sociais se desenvolvem (por exemplo, o bairro, o local de trabalho ou a escola) e as peculiaridades específicas do ambiente que possam contribuir para a violência infantil. E por fim, o último nível, social, está relacionado às características da sociedade que influenciam nos maus tratos, por exemplo, normas sociais que encorajam punições físicas severas de criança, as desigualdades econômicas ou a ausência de redes de proteção social (Butchart et al., 2009; OMS, 2012).

Desse ponto de vista, assume-se que são diversos os fatores sociais, econômicos e culturais, como a desigualdade e a dominação de gênero e de gerações, capazes de explicar a ocorrência da violência contra a criança. Inclusive o próprio conceito de violência cometida contra a criança tem sido visto a partir de uma noção culturalmente construída, sugerindo que o que se considerou sobre este em determinada época e cultura tem um significado historicamente delimitado, e por vezes, diferente do observado em outras (Gomes et al., 2002).

A literatura mostra que as crianças com risco para situações de maus tratos ou que sofreram algum tipo de violência podem apresentar alterações desenvolvimentais nas áreas cognitiva, comportamental, emocional, bem como, problemas externalizantes, problemas internalizantes, como ansiedade, depressão, retraimento, isolamento, problemas de conduta, problemas de atenção, além de transtornos psiquiátricos a exemplo do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Avezum et al., 2023; Borges & Dell’Aglío, 2008; Cuartas et al., 2020; Gomez & Bazon, 2014; Hildebrand et al., 2015; Piché et al., 2016). A vivência de episódios de violência na infância pode estar associada, também, ao aumento do risco de doenças somáticas (câncer, doença cardíaca e asma) na vida adulta (Holman et al., 2016; Hyland et al., 2013).

Reconhece-se, portanto, que a experiência precoce e prolongada à violência pode trazer prejuízos para o desenvolvimento global da criança. Nesse sentido, Bronfenbrenner (2011) afirma que o desenvolvimento humano ocorre por meio de processos de interação cada vez mais complexos e recíprocos, entre um organismo humano, com suas características biopsicológicas, e atividades, pessoas, objetos e símbolos que existem em seu ambiente imediato. Esta interação deve acontecer em uma base estável por um longo período de tempo e esse padrão duradouro de interação, denominado processo proximal, constitui então a força que impulsiona o desenvolvimento humano. Assim, espera-se que esta força possa estar presente na família, com os pais atuando como os principais cuidadores e fonte primordial do desenvolvimento dos seus filhos.

No entanto, ao contrário do que se almeja desse suporte familiar, os estudos que buscam caracterizar a violência contra a criança e o adolescente, no cenário nacional, indicam que o tipo de violação predominante é a negligência e o agressor é quase sempre um membro do grupo familiar, em sua maioria pais e/ou mães (Costa, Cavalcante et al., 2018; Costa et al., 2007; Costa, Rocha et al., 2018; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024; Malta et al., 2017; Nunes & Sales, 2016; MDHC, 2024).

Pelo exposto, evidencia-se a complexa inter-relação de fatores que podem contribuir para a ocorrência da violência contra a criança, dentre eles estão àqueles associados à parentalidade. Este termo tem sido definido como o conjunto de atribuições conferidas aos pais a fim de cuidar e criar os seus filhos e que possa facilitar o desenvolvimento físico, psicológico e social dos mesmos (Barroso & Machado, 2010; Recomendações do Conselho da Europa, 2006). Para cumprir o papel de agentes socializadores dos filhos, os pais utilizam diferentes estratégias e técnicas que orientam seu comportamento, denominadas práticas educativas parentais (Gomide, 2003).

Assim, quando a prática parental tem por base o interesse primordial da criança, isto é, visa o seu desenvolvimento integral, considera-se que este torna possível a experiência da parentalidade positiva. Esta deve ser capaz de assegurar a satisfação das principais necessidades dos filhos, sem violência, proporcionando o reconhecimento e orientação que envolve o estabelecimento de limites para permitir o pleno desenvolvimento da criança (Recomendações do Conselho da Europa, 2006). Sendo assim, as práticas parentais positivas são aquelas que favorecem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças e as práticas negativas envolvem abuso físico, psicológico, disciplina coercitiva, comunicação negativa, dentre outros comportamentos que podem prejudicar o desenvolvimento infantil (Macana & Comim, 2018).

A literatura aponta a relação entre práticas parentais negativas e o risco de problemas de comportamento, de saúde mental e baixo rendimento acadêmico em crianças e adolescentes (Bastos, 2018; Cardoso, 2015; Cid et al., 2015; Mainardes, 2018; Sakuramoto et al., 2014; Toni & Hecavei, 2014), e a ocorrência de violência contra a criança (Cassoni, 2013; De Antoni & Batista, 2014; Patias et al., 2013). Além disso, estudos evidenciam que castigos e punições corporais têm sido reconhecidas como práticas educativas dos pais (Avezum et al., 2023; Carmo & Harada, 2006; Cecconello et al., 2003; Chiocca, 2018; Ellonen et al., 2017; Gomes et al., 2002; Grogan-Kaylor et al., 2018; Peruhype et al., 2011; Reis, 2015; Sultana et al., 2019; Trujillo et al., 2020; Weber et al., 2004;). As estratégias que se utilizam da força física para educar se configuram como fatores de risco ao desenvolvimento saudável da criança e estão associadas ao desenvolvimento de comportamentos agressivos e baixa autoestima da criança e do adolescente.

No entanto, como já afirmado anteriormente, tais práticas parentais são socialmente compartilhadas e tendem a ser naturalizadas pela família, posto que seus membros muitas vezes não conhecem outras formas de educar, principalmente se eles próprios foram orientados da mesma forma. Em algumas culturas, acredita-se que o uso de punição corporal nas práticas educativas é o modo de garantir que a força e os valores autoritários dos pais conduzirão a uma boa educação de seus filhos. Essas práticas punitivas, por sua vez, podem evoluir para a ocorrência de violência física mais severa, sendo relevante, portanto, oferecer subsídios às famílias que utilizam tais estratégias, auxiliando-as no cumprimento de outras práticas mais eficazes na educação de seus filhos (Patias et al., 2012).

A revisão narrativa de Heilmann et al. (2021), que resumiu os resultados de 69 estudos longitudinais sobre punição física, concluiu que o castigo físico não prevê melhorias no comportamento infantil e, em vez disso, prediz a deterioração do comportamento infantil e o aumento do risco de maus-tratos. Portanto, a punição física é ineficaz para atingir o objetivo dos pais de melhorar o comportamento de seus filhos e, em vez disso, parece ter o efeito oposto de aumentar os comportamentos indesejados.

Além das práticas educativas parentais negativas, a falta de conhecimento dos pais acerca das necessidades que os filhos têm em diferentes estágios do seu desenvolvimento, e as expectativas inapropriadas acerca das capacidades das suas crianças, encontram-se relacionadas à ocorrência da violência contra a criança (Black et al., 2001; Butchart et al., 2009; Costa & Cruz, 2012; McMillin et al., 2015). Um exemplo deste aspecto é quando o pai ou a mãe interpreta o mau comportamento da criança como uma atitude intencional e não como uma resposta adequada ao estágio de desenvolvimento do mesmo (Butchart et al.,

2009). Além disso, a falta de conhecimento dos pais sobre os aspectos que caracterizam a violência contra a criança e como preveni-la, também pode ser apontado como um fator para a ocorrência desse fenômeno (Rani, 2019; Solehati et al. 2021).

Por isso, Cecconello et al. (2003) destacam que para prevenir a violência infantil é necessário estruturar uma rede de apoio social que possa orientar as famílias sobre práticas parentais e fornecer informações sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente. Nessa direção, Patias et al. (2013) apontam que a forma como os pais educam os seus filhos podem se constituir tanto como um fator de proteção como um fator de risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Com isso, os autores assumem que analisar quais práticas parentais se caracterizam como um ou outro fator é fundamental para elaborar programas que desenvolvam estratégias eficazes de intervenção junto às famílias que são vulneráveis à utilização de práticas educativas de risco.

Diante exposto, observam-se vários argumentos que podem justificar a importância da implantação de programas parentais como estratégias eficazes de intervenção nessa realidade, que possam levar os pais à adoção de práticas educativas positivas e ao reconhecimento dos seus efeitos benéficos para o desenvolvimento infantil e a proteção da criança contra a violência. Há evidências de que programas parentais, isto é, que objetivam melhorar e apoiar o papel dos pais são ações promissoras para a prevenção de maus tratos infantil (Altafim et al., 2024; Altafim & Linhares, 2016; Branco et al., 2022; Butchart et al., 2009; Coutinho et al., 2012; Canedo, 2014; Desai et al., 2017; Euser et al., 2015; Francis & Baker-Henningham, 2021; Gonzalez et al., 2019; Heinen et al., 2023; Lachman et al., 2021; McCoy et al., 2020; Patias et al., 2013; Sahillioglu & Akman, 2021; Santini & Williams, 2016; Schmidt et al., 2016; Schulz et al., 2021; Skar et al., 2021; Wang, & Zhang, 2024).

Por programas parentais entende-se aqui intervenções variadas que têm como objetivo principal promover estratégias positivas e melhorar a preparação dos pais para um melhor exercício da sua parentalidade, potencializando o desenvolvimento dos seus filhos (Coutinho et al., 2012). Esse tipo de intervenção busca promover processos de mudanças cognitivas, afetivas e comportamentais nos pais, oferecendo oportunidades de aprendizagem que possibilitem a reconstrução e/ou otimização do exercício de sua parentalidade (Rodrigo et al., 2010).

De modo geral, tais programas estão apoiados na tese de que a qualidade das práticas parentais é fundamental para o desenvolvimento equilibrado e ajustado da criança, uma vez que os pais são os primeiros educadores e agentes socializadores dos filhos. Ou seja, pressupõem-se que as práticas parentais educativas dos pais influenciarão as aprendizagens e

o comportamento dos filhos desde a infância (Fernandes, 2011). A compreensão de que os processos do desenvolvimento humano são fortemente influenciados pelos eventos e condições do meio ambiente, atribui-se maior importância às intervenções que têm ação sobre a natureza do ambiente, resultando em efeitos significativos sobre o desenvolvimento das crianças, em suas famílias, nas salas de aula e em outros contextos (Bronfenbrenner, 2011).

Vale ressaltar que não se trata de esperar que os pais assumam um papel ideal de parentalidade ao final da intervenção, mas sim, que eles possam ser orientados e estimulados a ajustar o seu próprio papel dentro das peculiaridades do seu contexto familiar. Portanto, programas de intervenção voltados para a parentalidade propõem que os pais repensem seu papel e aprendam a tomar decisões flexíveis, considerando as circunstâncias e características de seus filhos. Dessa forma, essas intervenções buscam alcançar mudanças nas crenças, atitudes, emoções e comportamentos dos participantes (Rodrigo et al., 2010).

As propostas dos programas parentais se configuram-se, portanto, como ações sistemáticas programadas que têm como especificidade a mediação e/ou orientação sobre as práticas educativas dos pais, além da promoção do papel social responsável e protetivo da família na socialização de crianças e adolescentes. Os atendimentos podem ocorrer de forma individual ou grupal e objetivam promover a reflexão sobre as práticas dos pais de acordo com as necessidades de desenvolvimento das crianças. Essas ações implicam na prevenção e na oportunidade para que as famílias, com o apoio adequado, possam cumprir suas funções e assumir as responsabilidades no cuidado e educação das crianças, garantindo que estes possam ter um desenvolvimento saudável (Garcia et al., 2016).

Sendo assim, esses programas parentais que visam a orientação sobre estratégias que promovam o desenvolvimento infantil e a utilização de práticas educativas mais adequadas, descritas como aquelas que não fazem uso de atos de violência contra a criança, podem, por isso, serem enquadradas como medidas de prevenção primária da violência. Ou seja, caracterizam-se por abordagens que, estrategicamente, visam prevenir a violência antes que ela ocorra (Dahlberg & Krug, 2002).

Os programas parentais podem ser classificados como intervenções universais, seletivas ou indicadas, de acordo com uma estrutura de prevenção de saúde pública. Os programas universais são direcionados ao público em geral e não discriminam com base no risco. Os programas seletivos são direcionados a grupos de risco (por exemplo, famílias que vivem na pobreza; mães adolescentes, entre outros). Por fim, os programas indicados destinam-se a grupos ou indivíduos que já apresentam sinais de comportamentos problemáticos e podem incluir intervenções terapêuticas (Desai et al., 2017).

Os programas parentais podem adotar modelos padronizados de aplicação, com estratégias metodológicas baseadas em evidências, além de manuais e orientações estruturadas e/ou com condições pré-estabelecidas de aplicação (Altafim & Linhares, 2019; Altafim, Magalhães et al., 2024; Altafim, Oliveira, et al., 2024; Azevedo, 2013; Fernandes, 2011; Francis & Baker-Henningham, 2021; Garcia et al., 2016; Gonzalez et al., 2019; Lachman et al., 2021; Lawrenz et al., 2021; Pontes & Brino, 2022; Santos et al., 2024; Schulz et al., 2021; Simões, 2014; Skar et al., 2021) ou modelos não padronizados, elaborados de acordo com a necessidade da clientela e objetivo do estudo, com uma estruturação que pode permitir a reaplicação ou não do programa (Canedo, 2014; Craveiro & Relva, 2016; Guerreiro, 2010; Nunes, 2013; Quingostas, 2011; Ramalho, 2016; Ribeiro, 2003; Rocha, 2015; Villas-Boas, 2015). Em geral, as sessões variam de 8 a 17 encontros e alguns estudos apresentam ainda a etapa de *follow-up* da pesquisa (Altafim & Linhares, 2019; Craveiro & Relva, 2016; Quingostas, 2011).

Dentre os programas parentais padronizados (Altafim & Linhares, 2019; Altafim, Oliveira et al., 2024; Lawrenz et al., 2021; Lotto et al., 2022; Murray et al., 2024; Pontes & Brino, 2022; Santos et al., 2024), um deles se destaca por seu objetivo direto de prevenção da violência e sua crescente aplicação no Brasil: o Programa *ACT Raising Safe Kids* (ACT-RSK). Trata-se de um programa que visa ensinar habilidades parentais positivas e práticas disciplinares que podem ajudar a criar ambientes e relacionamentos estáveis, seguros, saudáveis e estimulantes, protegendo as crianças da violência (Altafim et al., 2021). Ele foi desenvolvido pelo Gabinete de Prevenção da Violência (VPO), da Associação Americana de Psicologia (APA) em colaboração com a Associação Nacional para a Educação de Crianças Pequenas (NAEYC), nos Estados Unidos, para divulgar os resultados de pesquisas científicas em quatro áreas da prevenção da violência: Controle da raiva, solução de problemas sociais, disciplina e violência na mídia (Pontes et al., 2019).

O ACT-RSK ou simplesmente ACT divide-se em oito sessões que abordam os quatro módulos do programa: 1. Compreender o comportamento dos seus filhos; 2. Exposição de crianças à violência; 3. Compreender e controlar a raiva dos pais; 4. Compreender e ajudar crianças com raiva; 5. Crianças e mídia eletrônica; 6. Disciplina e estilos parentais; 7. Disciplina para comportamentos positivos; e 8. Levando o Programa ACT com você. O programa, também, sugere uma sessão inicial, na qual o facilitador e os participantes se conhecem, determinam as regras do grupo e preenchem as medidas do pré-programa. Assim, no total, o programa é composto por nove sessões (Pontes et al., 2019).

As sessões do programa ACT são realizadas apenas com os cuidadores e não há interação direta com as crianças. O programa é interativo e inclui explicações dos facilitadores, apresentações de slides, dramatizações, estudos de caso, atividades lúdicas, discussões em grupo e em vídeo (Altafim et al., 2021). Estudos produzidos nos últimos anos (Altafim & Linhares, 2019; Altafim, Magalhães et al., 2024; Altafim, Oliveira et al., 2024; Lawrenz et al., 2021; Lotto et al., 2022; Murray et al., 2024; Pontes & Brino, 2022; Santos et al., 2024) apontam para os resultados satisfatórios deste programa parental.

O estudo de Altafim e Linhares (2019) foi realizado no Brasil e teve como objetivo avaliar a eficácia do Programa ACT sobre as variáveis de práticas parentais e problemas de comportamento infantil. As 81 participantes foram alocadas aleatoriamente nos grupos de intervenção (GI) ou controle (GC), e 67 cuidadores foram informantes secundários sobre o comportamento das crianças. Os resultados evidenciaram que, após a intervenção, as mães do GI relataram melhorias nas práticas parentais (domínios de disciplina positiva, comunicação e regulação emocional e comportamental), e as mães e demais cuidadores relataram menos problemas no comportamento da criança. Essas melhorias positivas se mantiveram no acompanhamento de 3-4 meses e não foram encontradas no GC. Por fim, o Programa ACT mostrou-se eficaz para melhorar as práticas parentais positivas das mães e reduzir os problemas comportamentais das crianças.

Uma revisão sistemática da literatura realizada por Pontes et al. (2019) identificou os efeitos positivos da aplicação do Programa ACT com cuidadores. Os autores realizaram a busca por produções, no período de 2000 a outubro de 2018, e encontraram 13 estudos empíricos que avaliaram o programa: três dirigiram-se às oficinas para facilitadores e 10 focalizaram a aplicação do programa com os cuidadores. Todos os estudos relataram efeitos positivos do programa ACT sobre o conhecimento dos facilitadores e cuidadores. Mais especificamente, observaram-se resultados positivos em termos de redução do uso de punições corporais, melhoria do conhecimento, habilidades e crenças dos participantes em relação à violência na mídia, comportamento parental positivo, desenvolvimento infantil, gerenciamento da raiva, resolução de problemas sociais, redução do bullying e da severidade dos pais ou mudanças nos comportamentos das crianças antes e depois da intervenção.

Em uma revisão ainda mais recente, Altafim, Magalhães et al. (2024) objetivaram revisar a implementação do Programa ACT com cuidadores, em estudos publicados entre 2008 e 2022. Elas encontraram que, dos 25 artigos selecionados, 48% foram realizados no Brasil, destacando a crescente de aplicação do programa no país. Além disso, os estudos revisados sugerem que o programa parental universal ACT Raising Safe Kids melhorou as

percepções dos pais sobre suas práticas parentais e os problemas de comportamento das crianças. No entanto, eles apontam como lacuna na pesquisa de implementação do Programa ACT, a sua possibilidade de aplicação em larga escala em contextos da vida real, sendo aplicado por profissionais que estão em contato direto com a população. No Brasil, uma cidade da região Sul, Pelotas, já implementou o Programa ACT como uma política pública e algumas cidades do Ceará estão em vias de implementação.

O Ensaio de Altafim e Linhares (2022) apresenta um resumo das evidências científicas sobre os efeitos do Programa ACT na prevenção de violência contra crianças e um modelo de implementação da intervenção em larga escala, com sustentabilidade no sistema público. Importante destacar aqui, o relevante trabalho, citado frequentemente nesta Tese, desenvolvido pelas professoras Maria Beatriz Linhares, Elisa Altafim e seu grupo de pesquisa, da Universidade de São Paulo (USP) no âmbito da prevenção da violência e aplicabilidade dos programas parentais no Brasil. Elas apresentam um trabalho consistente e extenso, que envolve a análise de práticas parentais e os diversos fatores que podem exercer influência sobre elas, bem como estudos na área do desenvolvimento infantil e o impacto dos programas parentais.

Diante de todo o exposto anteriormente, evidencia-se que os programas parentais padronizados se destacam por sua melhor capacidade de replicabilidade. No entanto, apesar das dificuldades de replicação, os programas não padronizados também têm potencial para melhorar as práticas parentais. O estudo de Craveiro e Relvas (2016) objetivou analisar o trabalho realizado pelo programa de educação parental “Em Equilíbrio”. O programa teve caráter preventivo, direcionado a famílias que apresentam fatores de risco relevantes, associados aos maus tratos infantis, toxicodependências, comportamento antissocial e desenvolvimento emocional futuro, ou à dinâmica de famílias com problemáticas específicas. O objetivo diz respeito a promover o desenvolvimento de competências parentais por meio de um incremento no nível de conhecimento e percepção dos pais sobre as suas necessidades (sociais, emocionais, psicológicas e físicas), mas também dos seus filhos, objetivando com isso melhorar a qualidade das relações entre ambos. Esse programa procurou desenvolver competências que visavam favorecer o autoconhecimento, autoestima e bem-estar dos pais, aumentar o bem-estar das famílias, prevenir os maus tratos infantis, o desenvolvimento de comportamentos antissociais e as toxicodependências, intervindo precocemente nos fatores de risco e de proteção relacionados à parentalidade.

Essa intervenção foi composta por 12 sessões semanais e uma sessão de *follow-up*. Os temas das sessões temáticas eram definidos de forma colaborativa e determinados pelas

características do grupo alvo, sendo incluídos aspectos mais gerais, como temas relacionados com o desenvolvimento individual e familiar, a saúde, a economia doméstica e o exercício da parentalidade, e assuntos mais específicos relacionados com o critério para a definição do grupo, como por exemplo, adolescência, monoparentalidade, problemas de integração escolar. Ao final, o estudo mostrou que os sujeitos que participaram da intervenção proposta “Em Equilíbrio” identificaram mudanças na vida familiar que foram associadas à sua participação no programa (Craveiro & Relvas, 2016).

A análise temática dos relatos dos participantes permitiu identificar nove categorias de impacto na vida pessoal, papel parental e vida familiar, são eles: aumento no autoconhecimento por meio da reflexão do seu papel parental, na autoestima e no bem-estar dos pais; melhoria na definição de regras e gestão da disciplina dos filhos, com maior assertividade na negociação e definição de regras e limites, bem como, maior concordância parental; melhoria na gestão da vida familiar; maior harmonia e bem-estar familiar; maior qualidade na relação pai – filho, com aumento nos momentos de afeto e diálogo; aumento na percepção das necessidades dos filhos de acordo com o seu desenvolvimento; alargamento da rede pessoal social, principalmente entre mães de famílias monoparentais; partilha de responsabilidades e tarefas na díade parental; e maior relação com a rede secundária, aumentando a confiança nos serviços e busca de ajuda terapêutica. Diante do exposto, Craveiro e Relvas (2016) concluíram que os resultados alcançados permitiram atender os objetivos inicialmente traçados para o programa e geraram impacto em diversos aspectos relacionados a fatores que envolvem a prevenção dos maus tratos infantis, comportamentos antisociais e toxicodependências.

Por fim, os estudos relacionados a esses programas parentais não padronizados permitem apontá-los como um tipo de intervenção viável, com potencial eficaz na prevenção da violência contra a criança, ao atuar nos fatores de risco associados à relação abusiva e violenta dos pais e filhos. Além disso, constitui-se como uma opção com baixo custo e diversos benefícios, em parte porque as intervenções de educação parental ocorrem majoritariamente em grupo, o que pode representar o envolvimento de um número maior de famílias do que as intervenções terapêuticas individualizadas. Comparativamente, esse tipo de programa oferece mais vantagens do que as abordagens individualizadas, posto que as mudanças obtidas têm possibilidade de se estender à família e à comunidade nas quais estão inseridos, já que os participantes aprendem estratégias positivas e eficazes para lidar não apenas com seus próprios filhos, mas também com outras crianças em contextos diversos. Assim, ao intervir precocemente em situações de risco, melhora-se a qualidade do

desenvolvimento das crianças e da sua família, reduzindo os custos para a sociedade do atendimento que precisa ser prestado aos sujeitos vítimas e autores da agressão, envolvidos nas situações de violência infantil no cotidiano (Coutinho et al., 2012).

Nessa direção, Foster et al, (2008) enfatizam que os custos referentes à construção de uma infraestrutura de saúde pública para a implantação de intervenções parentais que busquem fortalecer a parentalidade positiva é muito viável e possui efeitos potenciais que podem ser melhor explorados. De acordo com estimativas, os custos associados ao atendimento multiprofissional às vítimas de violência poderiam ser recuperados em um único ano com uma redução de 10% na taxa de abuso e negligência.

Por fim, além de todos os efeitos e possibilidades apresentadas até aqui sobre os programas parentais para a prevenção da violência contra a criança, importa, também, compreender os essas intervenções dentro de uma perspectiva bioecológica. Para isso, esta tese se baseou no Modelo Bioecológico Desenvolvimento Humano. Este modelo compreende o desenvolvimento humano como o fenômeno de continuidade e de mudança nas características biopsicológicas dos seres humanos, como indivíduos e grupos. Esse processo se estende ao longo do ciclo de vida, mediado pelas sucessivas gerações e pelo tempo histórico, tanto o passado quanto o futuro. As propriedades definidoras do Modelo Bioecológico envolvem quatro componentes principais e os relacionamentos dinâmicos e interativos entre eles, sendo este nomeado Modelo Processo - Pessoa - Contexto - Tempo (Bronfenbrenner, 2011).

Sendo assim, o primeiro componente, que constitui o núcleo do modelo, é o Processo. Este núcleo teórico abrange formas particulares de interação entre organismo e ambiente, chamadas de processos proximais, que operam ao longo do Tempo e são postuladas como os mecanismos primários de produção do desenvolvimento humano. No entanto, o poder de tais processos para influenciar o desenvolvimento variam substancialmente em função das características da Pessoa em desenvolvimento, dos Contextos ambientais imediatos e mais remotos e dos períodos de Tempo, nos quais os processos proximais ocorrem (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Ao considerar o Modelo Bioecológico pode-se analisar a parentalidade dentro dessa perspectiva, pois a mesma é influenciada e influencia as características das pessoas envolvidas (mãe, pai, filho e outros), considerando os aspectos do contexto (sociais, relacionais, crenças, valores, leis, entre outras), ao longo de um período de tempo, dentro de um processo proximal (relação de cuidado parental).

O Processo, como já citado anteriormente, é uma peça fundamental do modelo, especialmente no que tange aos processos proximais. Estes envolvem interações progressivamente mais complexas da pessoa em desenvolvimento com os objetos e símbolos e são definidos a partir de cinco aspectos: para que o desenvolvimento ocorra é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade; para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base estável, através de períodos prolongados de tempo; as atividades devem ser progressivamente mais complexas; deve haver reciprocidade entre as relações interpessoais e; os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento. Os processos proximais podem produzir dois tipos de efeitos que conduzem a diferentes tipos de resultados evolutivos: os efeitos de competência, que envolve a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidades para conduzir e direcionar seu próprio comportamento; e efeitos de disfunção, que se referem à manifestação recorrente de dificuldade em manter o controle e a integração do comportamento em diferentes domínios do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Desta forma, para fins de pesquisas baseadas em programas parentais, estes podem ser considerados como processos proximais, posto que preenchem as cinco características definidoras de um processo proximal, que são: 1 - Engajada em atividade (o programa de intervenção é constituído por reuniões, encontros e outras atividades previstas); 2 - Base regular ao longo do tempo (a intervenção é realizada em vários encontros sequenciais); 3 - Progressivamente mais complexo (a cada encontro as atividades e discussões são mais aprofundadas e complexas); 4 - Reciprocidade entre as relações pessoais (entre os participantes e os facilitadores e, entre os participantes em si) e; 5 - Objetos e símbolos devem estimular imaginação, atenção, exploração e manipulação (envolve todas as atividades, discussões e reflexões que estimulam esses aspectos nos participantes, voltando-se para a temática do programa). Ao final do programa, espera-se que o processo proximal gere efeitos de competências com os participantes adquirindo e desenvolvendo conhecimentos, habilidades e capacidades para conduzir e direcionar seu próprio comportamento parental.

Sobre o elemento Pessoa, esta envolve as características determinadas biopsicologicamente e aquelas que foram construídas na interação com o ambiente. São apresentados três tipos de características biopsicológicas que exercem influência sobre o curso do desenvolvimento futuro por meio da sua capacidade de afetar a direção e o poder dos processos proximais ao longo do ciclo de vida: disposição, recursos e demandas. A primeira é aquela que pode colocar os processos proximais em movimento em um domínio de

desenvolvimento particular e continuar a sustentar sua operação. A segunda envolve os recursos bioecológicos de capacidade, experiência, conhecimento e habilidade que são necessários para o funcionamento eficaz dos processos proximais em um determinado estágio de desenvolvimento. E, por fim, as características da demanda são as que convidam ou desestimulam reações do meio social que podem promover ou interromper o funcionamento dos processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

No que diz respeito às características da pessoa, analisa-se os dados gerais (idade, gênero, escolaridade, renda, entre outros), bem como nível de conhecimento dos pais sobre desenvolvimento infantil e violência contra a criança, além de informações sobre as práticas parentais utilizadas. É possível, portanto, analisar a relação das características biopsicológicas da pessoa e o exercício de sua parentalidade. Espera-se, ainda, que ao final da intervenção, possa ser visto os efeitos em algumas dessas características (resultados desenvolvimentais), bem como elas influenciavam o processo.

O terceiro elemento é o Contexto que se refere aos quatro níveis ambientais (micro -, meso -, exo - e macrosistema). O microsistema é definido como o contexto no qual ocorre um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais experienciados face-a-face pela pessoa em desenvolvimento. O termo experienciado é ressaltado para indicar a maneira como a pessoa percebe e dá significado ao que vivencia no ambiente, o que vai além das características objetivas do meio. É nesse contexto que os processos proximais operam. O mesossistema consiste no conjunto de microsistemas que uma pessoa frequenta e nas inter-relações estabelecidas por eles. O exossistema envolve os ambientes que a pessoa não frequenta como participante ativo, mas também desempenham uma influência indireta sobre o seu desenvolvimento. E o macrosistema é constituído pelo conjunto de ideologias, valores e crenças, religiões, formas de governo, culturas e subculturas presentes no cotidiano das pessoas que influenciam seu desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Sobre o contexto, os programas parentais operam primordialmente em dois contextos do microsistema, o primeiro é o familiar, onde se dá a relação da criança e o cuidador e o segundo é o local onde ocorre a intervenção que pode ser a escola, centro de saúde, centro comunitário, recursos online, dentre outros. Ressalta-se, ainda, a influência do macrosistema (leis, normas, crenças e valores) nas práticas parentais e nas temáticas abordadas durante o programa, pois as orientações são baseadas nas leis e políticas de proteção à criança de cada local. Além disso, como já citado anteriormente, os programas parentais devem ser estudados de tal forma que os órgãos responsáveis por planejar e/ou executar as políticas públicas, tais

como secretaria de educação, saúde, social, dentre outros (exossistema) possam buscar implantar os programas parentais como uma ação continuada.

Por fim, o elemento Tempo possibilita que se examine a influência de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida sobre o desenvolvimento humano. Este elemento considera três níveis do modelo bioecológico: micro-, meso- e macrotempo. O primeiro refere-se à continuidade e a descontinuidade, observadas dentro de pequenos episódios dos processos proximais. O mesotempo refere-se à periodicidade dos episódios de processo proximal através de intervalos maiores de tempo como dias e semanas, sendo que os efeitos cumulativos destes processos podem produzir resultados significativos no desenvolvimento. E o macrotempo envolve as expectativas e os eventos em mudança dentro da sociedade através de gerações, bem como a forma como estes eventos afetam e são afetados pelos processos e resultados do desenvolvimento humano dentro do ciclo de vida. A análise do tempo dentro destes três níveis deve focar a pessoa em relação aos acontecimentos presentes em sua vida, desde os mais próximos até os mais distantes, como os grandes eventos e as transições históricas (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

No caso dos programas parentais, o elemento tempo é considerado, visto que a intervenção e a metodologia das pesquisas são de caráter longitudinal, uma vez que as sessões do programa ocorrem ao longo de determinado período e as medidas de avaliação também são analisadas em diferentes períodos de tempo. A questão da frequência (adesão) dos participantes ao longo do tempo da intervenção, a duração dos encontros e as mudanças que ocorrerem em relação à pessoa, ao ambiente e a relação dinâmica entre ambos são fatores importantes a serem analisados dentro da esfera do mesotempo. Essas intervenções atuam ainda dentro do macrotempo ao propor mudanças em formas culturalmente aceitas de práticas educativas, que foram repassadas de geração em geração e que diante do aprimoramento do conhecimento sobre desenvolvimento, sociedade, família, são imprescindíveis à mudança.

Diante do exposto, percebe-se que, embora as pesquisas apontem mudanças importantes nas práticas parentais após a participação dos pais em programas de intervenção, é necessário realizar mais pesquisas que evidenciem os possíveis efeitos de iniciativas voltadas à intervenção parental em relação a objetivos diretos relacionados a violência contra a criança. Além disso, há necessidade de realizar mais estudos que possam avaliar os efeitos desse modelo de intervenção, contemplando experiências realizadas em outros contextos sociais, políticos e culturais.

No Brasil, como visto anteriormente, as estatísticas sobre violência infantil são elevadas e crescentes, no entanto, os estudos e experiências que visam especificamente a sua

prevenção na infância, especialmente, aqueles voltados à proposição, implantação e avaliação de programas de intervenção parental ainda são concentrados em apenas determinadas regiões do país. Embora políticas e planos que almejam a promoção da saúde de crianças e adolescentes e/ou o combate e redução da violência infantil na atualidade, enfatizam, entre outros aspectos, a necessidade da atuação na prevenção primária da violência infantil, ainda são poucas as ações nesta direção. Em geral, nota-se que prevalece a atenção às situações nas quais a violência já ocorreu, ou seja, focaliza-se na identificação, notificação e assistência às crianças que sofreram a violação dos seus direitos.

Dessa forma, esta pesquisa buscou caracterizar a violência contra a criança sob a perspectiva dos pais e analisar as evidências sobre programas parentais que visam a prevenção da violência, propondo e avaliando os efeitos de uma intervenção com esse objetivo, em Belém-PA. Assume-se que compreender os aspectos que caracterizam a violência contra crianças, bem como analisar programas de intervenção já existentes na literatura à luz da sua aplicabilidade em contextos reais, pode fornecer embasamento para a proposição de programas parentais que gerem efeitos nas práticas parentais e reduzam o risco ou uso da violência contra a criança.

Sendo assim, esta tese apresenta quatro estudos independentes, mas inter-relacionados, que oferecem subsídios teóricos e práticos uns aos outros. O primeiro estudo teve como objetivo analisar a ocorrência da violência contra a criança, as práticas parentais e o nível de conhecimento dos pais sobre violência infantil, a fim de refletir sobre propostas viáveis e eficazes de prevenção da violência. O segundo estudo realizou uma revisão integrativa que buscou analisar o nível das evidências científicas, a qualidade metodológica e a validade ecológica das publicações sobre a utilização de programas parentais que tiveram como objetivo prevenir a ocorrência de violência contra a criança. O terceiro estudo, por sua vez, se propôs a elaborar um programa parental online que teve como objetivo prevenir a violência contra a criança, por meio da promoção de práticas educativas parentais positivas e protetivas. E, por fim, o estudo quatro que analisou os efeitos, a viabilidade e a aceitabilidade deste programa parental.

Objetivo Geral

Propor e avaliar os efeitos, a viabilidade e a aceitabilidade de um programa parental destinado a promover práticas parentais positivas e aumentar o conhecimento dos pais sobre maus-tratos contra crianças, em Belém do Pará, a fim de gerar evidências para a prevenção da violência infantil.

Objetivos Específicos

- Analisar a ocorrência de violência contra crianças, as práticas parentais associadas e o nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre os diferentes tipos de violência infantil, em Belém do Pará.
- Analisar o nível das evidências científicas, a qualidade metodológica e a validade ecológica das publicações sobre a utilização de programas parentais destinados a prevenir a violência contra a criança.
- Propor um programa parental voltado para a promoção de práticas educativas positivas e protetivas, contribuindo assim para a prevenção da violência contra a criança;
- Avaliar os efeitos, a viabilidade e a aceitabilidade de um programa parental *online*, cujo objetivo principal é a prevenção da violência contra a criança, em Belém do Pará.

ESTUDO 1 – Caracterização da violência contra a criança, análise das práticas parentais e do conhecimento dos pais sobre tipos de violência em Belém do Pará.

Diariamente, crianças e adolescentes são vítimas de algum tipo de violência. De acordo com o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (MDHC, 2024), no Brasil, o grupo de crianças e adolescentes foi o mais vulnerável do total de denúncias neste ano, correspondendo a 43,2%. Foram registradas, até setembro de 2024, um total de 200.466 denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes, 20% a mais do que no ano anterior (168.254). Essas denúncias totalizam cerca de 1.167.219 violações sofridas.

De maneira geral, dessas denúncias, 83,5% comprometem a sua integridade física, 79% a integridade psíquica, 81,5% envolvem negligência e 13% a liberdade sexual. Outro aspecto importante a ser considerado na análise dos casos de violação contra crianças e adolescentes, consiste no local de sua ocorrência. Destaca-se que 63% das violações ocorreram na casa em que convivem vítima e suspeito, 17% foram praticadas na casa da vítima e 5% na casa do suspeito. Além disso, identificou-se que, aproximadamente 54% das violações foram perpetradas pela mãe, seguido de 16% pelos pais (MDHC, 2024).

No estado do Pará, os dados apontam na mesma direção que em todo o país. Mais especificamente em Belém, das 1321 denúncias de violência contra crianças e adolescentes (30% das denúncias do estado), 84,9% comprometem a integridade física, 76,6% a integridade psíquica, 80,4% envolvem negligência e 14% a liberdade sexual. Dentre as denúncias, aproximadamente 65% das violações ocorreram na casa em que reside suspeito e vítima e, 53% foram cometidas pelas mães e 14,7% pelos pais (MDHC, 2024).

Sendo assim, no caso da vitimização de crianças e adolescentes, a análise das ocorrências criminais reportadas no ano de 2023 (e reforçadas pelos dados de 2024) já apontavam para o agravamento da violência perpetrada por aqueles que deveriam exercer o dever primário de cuidar, sustentar e educar: as próprias famílias (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Esse aumento nas denúncias de violência contra crianças e adolescentes, as características aqui apresentadas, bem como o impacto que essas práticas, desde as mais leves até as mais graves, causam no desenvolvimento da criança até a fase adulta (Chen et al., 2021; Cuartas, 2021; Elsaied & Alsehly, 2017; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016; Heilmann et al., 2021; Higgins et al., 2023; Lawrence et al., 2023; Ma et al., 2012; Scott et al., 2023; Stargel et al., 2022; Wang et al., 2023; Zhou & Zhen, 2022) demonstram a necessidade de

buscar estratégias legais e educativas para a prevenção da violação de direitos desses sujeitos, especialmente, no âmbito familiar.

No que diz respeito aos meios legais para enfrentar a problemática da violência, no Brasil, pode-se destacar como um importante marco na garantia de direitos de crianças e adolescentes, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Com base no ECA, todas as crianças e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, destaca ainda que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. No seu artigo 5º é enfatizado que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990).

Outras leis vieram, posteriormente, para se somar ao ECA. Dentre elas, pode-se citar a Lei nº 13.010/14 (Brasil, 2014), Lei do Menino Bernardo, que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e a Lei nº 13.431/17 (Brasil, 2017) que normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, e cria mecanismos para prevenir e coibir a violência.

Em 2021, foi assinado o Decreto nº 10.701/21 (Brasil, 2021) que institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (PNEVCA) e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. O PNEVCA visa articular, consolidar e desenvolver políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente, a fim de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão. Dentre os vários objetivos traçados nesse Programa está o de colaborar com o fortalecimento e com o desenvolvimento das competências familiares em relação à proteção integral e à educação relativas aos direitos humanos da criança e do adolescente no espaço doméstico. Esse ponto, assim como vários outros destacados nas Leis citadas anteriormente, reforçam a importância da atuação junto às famílias, uma vez que os dados já apresentados demonstram a participação dos familiares nos casos de violação de direitos das crianças e adolescentes.

Recentemente, como uma reação do poder legislativo brasileiro à crescente preocupação com a violência infantil e a impunidade de agressores, criou-se a Lei n.º

14.244/2022, também conhecida como Lei Henry Borel. Ela contém uma estrutura que inclui mecanismos de prevenção, assistência às vítimas, políticas públicas e punições mais rigorosas para os agressores. Seu objetivo é fornecer meios mais eficazes de proteção e assistência para garantir os direitos humanos e a integridade física das crianças e adolescentes. Destaca-se algumas mudanças importantes com esta lei, em relação aos crimes cometidos contra as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, como: o homicídio se configura como crime hediondo e, portanto, inafiançável e sem possibilidade de anistia, graça ou indulto; o condenado fica sujeito a um regime inicial fechado; se o autor do crime for ascendente, padrasto, madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima, ou tiver autoridade sobre ela por qualquer outro título, o aumento da pena pode chegar a até dois terços; a prescrição de crimes violentos passa a ser contada a partir do momento em que a vítima completar 18 anos de idade; afastamento imediato do agressor do local de convivência ou da casa em caso de risco iminente para a vida ou integridade da vítima, que pode ser realizado por um juiz, delegado ou policial; dentre outras. Sendo assim, essa nova legislação visa garantir uma rede de apoio segura à vítima e aos familiares envolvidos, sem falhas que possam resultar na recorrência dos atos violentos e em eventual óbito da criança ou adolescente (Sferra & Redivo, 2023).

Por fim, recentemente, foi promulgada a Lei nº 14.826/2024 que institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias para prevenção à violência contra crianças. Determina-se que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem desenvolver, no âmbito das políticas de assistência social, educação, cultura, saúde e segurança pública, ações de fortalecimento da parentalidade positiva e de promoção do direito ao brincar. Entende-se, aqui, a parentalidade positiva como o processo desenvolvido pelas famílias na educação das crianças na condição de sujeitos de direitos no desenvolvimento de um relacionamento fundamentado no respeito, no acolhimento e na não violência (Brasil, 2024).

Apesar dos avanços no marco legal, a quantidade de denúncias evidenciadas nos canais oficiais ainda é crescente, como mostram as estatísticas do MDHC e do Fórum de Segurança Pública, do ano de 2024. Esses dados também são fundamentados pela literatura científica que estuda o fenômeno da violência contra a criança por meio da pesquisa acadêmica, além de apontar a relação entre a incidência desse fenômeno e as práticas educativas parentais observadas em contextos diversos.

Estudos apontam para a elevada prevalência de abuso psicológico, físico, negligência e/ou abuso sexual infantil em diferentes contextos culturais na atualidade. Neles destaca-se

que os episódios de abuso psicológico são os mais frequentes quando se compara com os demais tipos de abuso em um mesmo estudo e os eventos relatados pelas crianças ou pelos pais, com mais frequência são: gritar/berrar, proibir sair, insultar e ameaças de invocação de espíritos malignos e fantasmas (AboKresha et al., 2021; Haque et al., 2021; Jiménez-Borja et al., 2020; Khazaei et al., 2023; Nikolaidis et al., 2018; O’leary et al., 2018). Esses tipos de práticas utilizadas pelos adultos podem ser tão prejudiciais ao desenvolvimento de uma criança quanto outros subtipos de maus-tratos atualmente reconhecidos e judicialmente estabelecidos, como abuso físico e sexual infantil (Dube et al., 2023).

Esses estudos mostram também que o abuso físico envolve mais relatos de comportamentos como bater nas nádegas e em outros lugares com/sem objeto, tapas na cabeça ou no rosto, ficar de pé ou ajoelhado, torcer a orelha, puxar cabelo e outros até mais severos, como sacudir e chutar (AboKresha et al., 2021; Cook et al. 2022; Haque et al., 2019; Jiménez-Borja et al., 2020; Khazaei et al., 2023; Naudin et al., 2023; O’leary et al., 2018). Além disso, a negligência é frequentemente associada à falta de cuidados médicos e à privação de alimentação e bebida (Haque et al., 2021) e falta de supervisão que tenha levado a algum ferimento da criança ou acidentes domésticos (Benmassaoud et al., 2022; Bezzini et al., 2023; Ferro et al., 2022; Khazaei et al., 2023).

No caso dos relatos de abuso sexual, poucos estudos fazem referência a este tipo de violência e, geralmente, os dados foram coletados com as próprias crianças e adolescentes de forma retrospectiva. O estudo de O’Leary et al. (2018) relata uma média de 14% de relato de abuso sexual, sendo que nenhum aconteceu no ambiente doméstico, todos foram em locais fora da casa do participante. Jiménez-Borja et al. (2020) encontraram que 15,5% dos participantes revelaram terem sofrido algum tipo de abuso sexual. Os tipos mais comuns relatados pelos participantes foram: ter sido coagido a tocar os órgãos genitais de outra pessoa (9,1%), alguém ter exposto os órgãos genitais a eles (9,1%); ter seus próprios órgãos genitais tocados por outra pessoa (5,2%); relação sexual (2,8%). A maioria dos entrevistados sofreu esses tipos de maus-tratos entre as idades de cinco e nove anos.

A literatura também aponta a influência de algumas características sociodemográficas no uso de disciplina violenta contra as crianças e adolescentes. O maior uso de práticas parentais abusivas estão relacionadas ao menor nível de escolaridade (AboKresha et al., 2021; Haque et al., 2019; Haque et al., 2021; Khazaei et al., 2023; O’Leary et al., 2018; Perron et al., 2014) e renda dos pais (AboKresha et al., 2021; Cerna-Turoff et al., 2021; Conrad-Hiebner & Byram, 2020; Doidge, Higgins, Delfabbro, Edwards et al., 2017; Doidge, Higgins, Delfabbro, & Segal, 2017; Haque et al., 2021; Perron et al., 2014). Crianças do sexo

masculino são mais prováveis de sofrerem abuso físico ou disciplina violenta (AboKresha et al., 2021; Haque et al., 2019; Jiménez-Borja et al., 2020), enquanto que do sexo feminino é o abuso sexual (Jiménez-Borja et al., 2020). Além disso, na faixa-etária de dois a oito anos, especialmente aquelas que frequentam a pré-escola e a escola, assim como famílias com maior número de crianças, estão em maior risco de sofrer abuso físico (AboKresha et al., 2021; Khazaei et al., 2023). Do mesmo modo, outras características devem ser consideradas, como por exemplo, bem estar e saúde mental dos pais (Ben David, 2021; Chen, 2023; Liel et al., 2020; Shafiq & Ali, 2023; Wolford et al., 2019) e presença de uma rede de apoio (Coltro et al., 2020; Hensel et al., 2022; Taylor et al., 2015; Tracy et al., 2018), estão entre os fatores que influenciam a qualidade das práticas parentais.

No contexto brasileiro, o estudo de Peruhype et al. (2011) objetivou analisar o uso da violência doméstica como prática educativa em Diamantina - MG e avaliou o uso de disciplina não violenta, violência psicológica e violência física contra a criança, em diferentes graus de severidade: leve, moderada e grave. A amostra foi constituída por 90 responsáveis por crianças matriculadas em creches, pré-escolas e ensino fundamental, públicos e privados, na sede do município, periferia e zona rural. Os resultados evidenciaram que todos os entrevistados adotam a disciplina não violenta, 95,56% a violência psicológica e 94,44% a violência física, que, nas formas moderada e grave, chegou a ser relatada por 74,44% dos entrevistados.

Esses autores por meio de análise qualitativa dos dados, também identificaram que há uma banalização da violência, evidenciada pela aceitação, pelo desejo de punição e pela percepção da violência como uma alternativa diante do erro. Observou-se uma racionalização de atos punitivos como instrumentos cotidianos, rotineiros e aceitos como normais pelos praticantes. Essa situação se estende para além das agressões físicas, incluindo xingamentos e ameaças. Em algumas situações, a violência psicológica foi vista como uma alternativa capaz de corrigir comportamentos socialmente indesejados nas crianças (Peruhype et al., 2011).

Percebe-se, portanto, que embora os pais não vejam as formas violentas de disciplina como mais eficazes do que estratégias não violentas (O'Leary et al., 2018), o seu uso ainda é prevalente na maioria dos ambientes pesquisados. Fatores culturais e emocionais, como crenças e baixa autorregulação dos pais, uso inconsistente de práticas positivas e a percepção dos pais sobre a gravidade do mau comportamento da criança, contribuem para a continuidade do uso de violência como prática disciplinar (Francis et al., 2023).

O estudo de Zhang et al. (2016) corrobora com investigações anteriores sobre a frequência do uso de maus tratos psicológicos contra a criança. Objetivou-se explorar a

prevalência e frequência de maus-tratos psicológicos infantis e os fatores correlacionados em famílias chinesas. Participaram da pesquisa, 1.002 pais de alunos do ensino fundamental na cidade de Yuncheng, China. Os dados foram coletados por meio de três questionários de autorrelato de forma anônima. Os resultados mostraram que, nos últimos três meses, cerca de 69,5% dos pais pesquisados cometeram diferentes graus de maus-tratos psicológicos contra seus filhos. Além disso, identificou-se associações positivas significativas entre as taxas de maus tratos psicológicos e as pontuações nas experiências de abuso físico dos pais, experiências de abuso psicológico dos pais, mau comportamento da criança, super-reatividade e hostilidade dos pais. Importante destacar, também, que os resultados mostraram que as altas pontuações dos pais no reconhecimento de maus tratos infantil e as altas pontuações das crianças no desempenho escolar foram significativamente associadas a taxas mais baixas de relatos dos pais de maus-tratos psicológicos. E mais, as altas taxas de maus tratos infantis grave foram significativamente associadas a pontuações baixas no reconhecimento dos pais sobre maus tratos.

Portanto, evidencia-se a importância dos pais reconhecerem os maus tratos contra a criança para evitar que a violência ocorra. No entanto, a maioria dos pais não reconheceu algumas condutas parentais como episódios de violência infantil (Manpreet et al., 2019; Pahantasingh et al., 2020; Rani, 2019; Solehati et al., 2021; Zhang et al., 2016).

Nessa direção, Rani (2019) avaliou o nível de conhecimento e atitude dos pais sobre violência infantil e identificou que uma proporção bastante grande de pais tinha conhecimento inadequado e atitude negativa sobre o abuso infantil. Encontrou-se que 45% dos pais apresentaram conhecimento inadequado sobre o abuso infantil por apresentarem escore de conhecimento abaixo da média. Além disso, 55% dos pais tiveram pontuação de conhecimento acima da média, no entanto a pontuação mais alta obtida ainda foi considerada baixa, ou seja, 45 em comparação com a pontuação máxima possível de 61. Identificou-se ainda uma correlação positiva significativa entre o conhecimento e as atitudes dos pais. Ou seja, pode-se concluir que os pais apresentavam tanto uma falta de conhecimento quanto atitudes negativas em relação ao abuso infantil.

Autores como Manpreet et al. (2019) encontraram igualmente uma maioria de mães (88%) com nível de conhecimento sobre violência infantil na média ou abaixo da média. Ademais, constatou-se uma correlação positiva entre conhecimento e atitudes das mães em relação à prevenção de maus-tratos infantis. Ou seja, quanto maior o nível de conhecimento das mães, mais elevadas são as atitudes preventivas.

Resultados semelhantes são encontrados quando se delimita um tipo específico de violência, que é a violência sexual (Pahantasingh et al. 2020; Solehati et al., 2021). Os pais têm o papel e a obrigação de fornecer educação formal e informal a seus filhos, incluindo a educação sexual, que é importante para evitar que a violência sexual ocorra. No entanto, para fornecer educação sexual, os pais precisam ser expostos a informações adequadas relacionadas ao tema. Sendo assim, a atitude preventiva dos pais em relação à violência sexual está relacionada ao nível de conhecimento dos pais. Os resultados evidenciaram que há pais que têm conhecimento limitado e inadequado sobre a temática, e não se sentem à vontade para discutir o assunto com seus filhos. Sendo assim, é fundamental que se desenvolva intervenções de educação para pais relacionadas à prevenção da violência sexual (Solehati et al, 2021).

Recentemente, o estudo de Alsalman et al. (2023), também buscou avaliar o conhecimento e a percepção dos pais sobre maus-tratos infantis e investigar os fatores que influenciam no seu conhecimento. Um total de 447 participantes respondeu ao questionário, e quase dois terços dos entrevistados (60,6%) consideraram o abuso e a negligência infantil um problema comum na Arábia Saudita. Um pouco mais da metade, 53%, apresentaram um bom nível de conhecimento sobre o assunto, e mais de um terço desconhecia o canal de contato usado para relatar qualquer tipo de maus-tratos. Dados como idade, gênero e ter sofrido abuso na infância não tiveram impacto significativo nas pontuações de conhecimento. No entanto, níveis mais altos de educação e renda familiar mostraram-se significativamente associados a um bom nível de conhecimento. Uma maior renda familiar também foi um fator associado a maior nível de conhecimento sobre prevenção de abuso infantil, como mostrou também o estudo de Mishra et al. (2024).

Outros estudos indicaram um nível de conhecimento razoável dos pais sobre a temática da violência contra a criança, os tipos de abuso, fatores de risco e prevenção. No entanto, ainda há uma parcela de pais que precisa aprimorar seu conhecimento, desde o reconhecimento de determinadas práticas parentais que correspondem a atitudes de violência até a maneira de agir ao identificar algum caso de abuso infantil (Alqurashi et al., 2020; Alsalman et al., 2023; Hendaus et al., 2020; Shankar et al., 2020).

Por fim, percebe-se que, embora as leis já busquem garantir a prevenção da violência contra as crianças e adolescentes, os dados atuais e os estudos científicos apontam que ainda é necessário realizar ações que visem efetivar o que é previsto legalmente e protejam este grupo vulnerável. Para isso, é importante compreender de forma mais abrangente como se

caracteriza a violência contra a criança nos mais variados contextos socioeconômicos e culturais e os fatores que podem exercer influência sobre este fenômeno.

Sendo assim, este estudo visa analisar a ocorrência de maus-tratos contra crianças em Belém - Pará a partir do relato dos seus participantes, caracterizando as práticas parentais por eles utilizadas e o nível de conhecimento dos pais sobre violência. Ao final, pretende-se analisar como essas variáveis estão inter-relacionadas no contexto pesquisado.

Objetivos

Objetivo geral

- Analisar a ocorrência de violência contra crianças, as práticas parentais associadas e o nível de conhecimento dos pais sobre os diferentes tipos de violência infantil, em Belém do Pará.

Objetivos específicos

- Caracterizar o tipo, as práticas utilizadas e a prevalência da violência contra a criança;
- Identificar e mensurar as práticas parentais utilizadas pelos pais e o ajustamento familiar;
- Investigar o nível de conhecimento dos pais sobre os tipos de violência contra a criança;

Método

Delineamento

Trata-se de um estudo descritivo exploratório com abordagem quantitativa dos dados e de delineamento transversal.

Contexto da pesquisa

O município de Belém, capital do Pará, possui aproximadamente 1.059 km² de área territorial e uma população residente de 1.303.403 milhões de habitantes, baseado no Censo de 2022 (IBGE, 2024). Sua extensão territorial é composta por uma porção continental correspondente a 34,36% da área total, e 39 ilhas que compõem a região insular e que ocupam 65,64% do território municipal, configurando-se como uma península, dividida em oito Distritos Administrativos e 72 bairros (SEGEPI, 2019).

Os dados dessa pesquisa foram coletados em três instituições de educação infantil do município de Belém. As instituições A e B estão localizadas no Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA) que, embora seja o segundo menor distrito em extensão territorial, é o mais populoso do município de Belém. A instituição C está localizada no Distrito

Administrativo da Sacramento (DASAC), terceiro menor distrito e terceiro mais populoso quando comparado com os demais (SEGEPI, 2019).

Instituição A

Esta Unidade de Educação Infantil, vinculada a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), atende crianças de dois a cinco anos de idade, matriculadas nas séries de educação infantil (maternal e Jardim I). No ano de 2022, contava com uma média de 140 alunos matriculados, distribuídos em seis turmas. A Unidade funciona, normalmente, em regime integral, mas devido às adaptações decorrentes da pandemia da Covid 19, ocorreu um revezamento dos alunos. Cada semana uma turma frequentava somente o turno da manhã, outra somente o da tarde e, uma terceira turma, realizava atividades em casa.

A Unidade é localizada em um imóvel residencial amplo e de boa estrutura geral, adaptado para o funcionamento da escola. No entanto, algumas adequações eram necessárias para melhor atender as demandas acadêmicas da instituição e das crianças, portanto, no período da coleta, a unidade entrou em reforma, impossibilitando a continuidade das atividades.

Figura 1

Fotos da fachada e do ambiente interno da Instituição



Fonte: Google Maps



Fonte: Instagram

Instituição B

Nesta instituição funciona uma creche filantrópica, vinculada a uma Ordem religiosa que presta serviços de saúde e religiosos para a comunidade em seu entorno. O trabalho desenvolvido pela Creche iniciou prestando assistência às crianças desnutridas do território em que está inserida. Atualmente, embora permaneça com a prioridade de continuar o

atendimento dessa demanda, ela estendeu sua assistência às demais crianças em situação de vulnerabilidade.

A creche funciona em regime integral, ofertando, além do trabalho pedagógico, alimentação, assistência médica e social para as crianças e suas famílias. Ela assiste em torno de 115 crianças por ano, na idade de seis meses a três anos, distribuídas em quatro turmas.

A estrutura física é ampla, pois está localizada dentro de uma comunidade religiosa, em que, além do espaço da creche, o prédio conta com outras salas que são realizados atendimentos médicos, odontológicos e salas para reuniões, tanto da creche, quanto das atividades paroquiais realizadas. Além deste prédio em que funciona a creche, há ainda uma área livre, uma capela e o convento.

Figura 2

Fotos da fachada e do ambiente interno da Instituição B



Fonte: Google Maps

Instituição C

Trata-se de uma Unidade Pedagógica Infantil (UPI) pública que atende crianças de quatro a seis anos, matriculadas nas séries de educação infantil (Jardim I e Jardim II). No ano de 2022, a unidade contava com 185 alunos matriculados, distribuídos em oito turmas (quatro em cada turno). No ano de 2023, eram 186 alunos matriculados, distribuídos, também, em oito turmas, no entanto, uma das turmas estava sem professor e, por isso, só estavam frequentando sete turmas (165 alunos).

A Unidade apresenta um espaço físico dividido em dois andares. No andar térreo encontram-se duas salas de aula, sala da coordenação/direção, um banheiro, copa/cozinha,

refeitório e espaço de recreação. No andar superior, tem duas salas de aula e um espaço aberto de recreação.

Figura 3

Fotos da fachada e do ambiente interno da Instituição C



Fonte: Google Maps



Fonte: Instagram

Participantes

Participaram do estudo 157 pais de crianças de três instituições de educação infantil, da cidade de Belém - Pará. Os critérios de inclusão foram: ser pais das crianças matriculadas nas instituições de educação infantil, localizadas no município de Belém; de crianças de ambos os sexos, de idade de zero a seis anos, sem patologias ou alterações no desenvolvimento e; que aceitem assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice A) para participar do estudo.

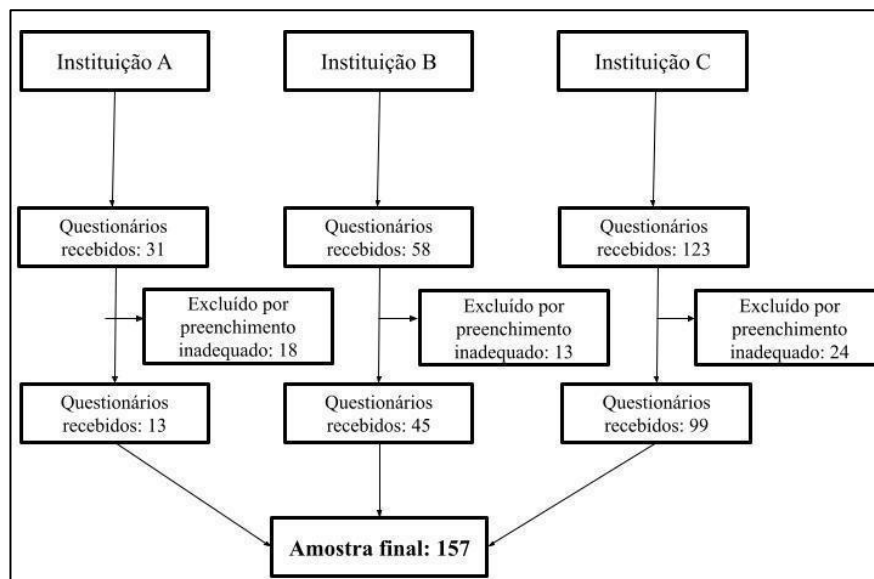
Os participantes constituíram uma amostra do tipo não probabilística, selecionada por conveniência, com recrutamento realizado em duas Unidades de Educação Infantil e uma creche comunitária, em Belém, Pará. Para o recrutamento foram utilizadas diferentes estratégias: envio de mensagens de texto e vídeo nos grupos de aplicativo de mensagem (Whatsapp®) de todas as turmas dos locais de coleta de dados (as mensagens eram elaboradas pela pesquisadora, mas encaminhadas aos grupos pela direção da Instituição); abordagem presencial, especialmente, nos horários de entrada e saída das crianças; durante a participação em reuniões de pais agendada pela direção da escola e ainda, envio de convite com os questionários dentro de envelope, encaminhado na mochila da criança ou entregue pelos professores diretamente aos responsáveis.

A Figura 4 apresenta o fluxograma de seleção da amostra. A amostra foi composta por 157 pais, recrutados em três instituições de ensino infantil. Foram selecionados 13 pais da Instituição A, 45 da Instituição B e 99 da Instituição C. Houve a exclusão de 55 pais que

entregaram os questionários, mas apresentava um ou mais instrumentos preenchidos de forma inadequada (marcado de forma indevida, marcação de duas respostas no mesmo item, questões não respondidas).

Figura 4

Fluxograma do processo de seleção da amostra



Instrumentos

Formulário de Caracterização dos Participantes (Apêndice B)

Este instrumento foi elaborado para este estudo e é constituído por 14 questões sobre os dados gerais dos participantes (nome, idade, telefone, escolaridade, renda, número de filhos, número de filhos na idade de até seis anos, relação com a criança), dados gerais da criança (idade, sexo e série), além de informações sobre quem mora na mesma casa que a criança e se há outros adultos, também, responsáveis pelos seus cuidados diários.

Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar - PAFAS (Apêndice C)

O PAFAS consiste em uma medida de resultado breve para avaliar as mudanças nas práticas parentais e o ajuste dos pais na avaliação da saúde pública e nas intervenções parentais individuais ou em grupo. O inventário é constituído pela escala de Parentalidade que afere as práticas parentais e a qualidade da relação pai-filho e pela escala de Ajustamento Familiar que mede o ajustamento emocional dos pais e o apoio do parceiro e da família na parentalidade (Sanders et al, 2014).

A versão original do instrumento (Sanders et al., 2014) é constituída por 40 itens, sendo 28 itens da escala de parentalidade e 12 itens da escala de ajustamento familiar. Esta escala foi traduzida, validada e adaptada transculturalmente para o Brasil (Santana, 2018; Correia et al., 2024) que, após uma análise fatorial confirmatória, encontrou resultados que sustentam um modelo de 20 itens.

A escala PAFAS de 40 itens apresentou os seguintes índices para consistência interna: 0,70 (consistência parental), 0,78 (práticas coercitivas), 0,75 (encorajamento positivo), 0,85 (relacionamento pai-filho), 0,87 (ajustamento parental), 0,84 (relações familiares) e 0,85 (trabalho em equipe dos pais). Esses resultados indicam uma consistência interna muito boa da medida (Sanders et al., 2014).

Utilizou-se nesta pesquisa sua versão adaptada (Correia et al., 2024; Santana, 2018), que possui 20 itens. Para cada item da escala, o participante deve marcar até que ponto cada afirmação é verdadeira para ele. A pontuação varia de 0 (nem um pouco) até 3 (muito ou a maior parte do tempo). Nesta versão, a subescala de parentalidade (14 itens) é dividida em quatro domínios: consistência parental, com três itens (quanto maior, mais inconsistente), práticas coercitivas com quatro itens (quanto maior, maior uso desse tipo de prática), encorajamento positivo com três itens (quanto maior, mais encorajamento) e relacionamento pai-filho com quatro itens (quanto maior, melhor a relação); e a subescala de ajustamento familiar (seis itens) se divide em dois domínios: ajustamento parental e ajustamento familiar, cada um com três itens e, para ambos, quanto maior, melhor o ajustamento .

International Association for the Prevention of Child Abuse and Neglect Child Abuse Screening Tool - ICAST (Apêndice D)

O ICAST é uma medida de autorrelato para avaliar a prevalência e frequência de abuso infantil. Existem três ferramentas ICAST: uma versão para crianças de 11-18 anos (ICAST-CH (Home) e ICAST-CI (Instituição)), uma versão para pais (ICAST-P) e uma versão retrospectiva (ICAST-R). O ICAST-CH mede a experiência atual e de vida de uma criança sobre abuso físico, emocional e sexual, negligência, violência doméstica e violência comunitária. O ICAST-CI mede a vitimização na escola ou em outros ambientes institucionais. O ICAST-P mede a experiência atual e a experiência de vida do cuidador de perpetração de abuso físico, emocional e sexual para uma criança alvo. O ICAST-R é usado com adultos para medir a prevalência de abuso físico, emocional, sexual, negligência e violência doméstica sofrida por ele na infância. As ferramentas ICAST contêm entre 36 (ICAST-R) e 77 itens (ICAST-C) e agora estão disponíveis na versão 3.0. O ICAST foi

desenvolvido para uso internacional e diferentes versões foram usadas, entre outras, na Arábia Saudita, Colômbia, Índia, Rússia, Islândia, Egito, Líbano, Malásia, Quirguistão, República Democrática do Congo, Uganda, Taiwan, China, nos Balcãs, Quênia, Zimbábue e Coreia do Sul (Meinck & Steinert, 2016).

Para este estudo, foi aplicada a escala ICAST-P, projetada para uso em pesquisas de pais de crianças com menos de 18 anos em relação às práticas disciplinares usadas no último ano e na vida da criança. Os pais são questionados sobre omissões no cuidado e sobre atos de disciplina ou violência contra uma criança, e devem assinalar com que frequência fazem uso ou ocorre determinadas práticas educativas (Uma vez por semana ou mais; Várias vezes por mês; Mensalmente ou Bimestralmente; Várias vezes por ano; Uma ou duas vezes por ano; Não no último ano, mas já aconteceu; Nunca em minha vida; Sem resposta). Os pais também são questionados sobre o uso do mesmo conjunto de comportamentos cometidos por outro cuidador. As questões são agrupadas em diferentes categorias: disciplina não violenta, disciplina física, disciplina psicológica, abuso sexual e negligência. Ressalta-se, portanto, que no decorrer do estudo, os termos ‘disciplina física’ e ‘disciplina psicológica’ serão correspondentes a práticas que se caracterizam de violência física e violência psicológica, respectivamente. Por fim, é possível realizar o cálculo das taxas de incidência de cada categoria. O instrumento possui um total de 46 questões. O estudo de consistência interna indicou valores adequados para os itens sobre disciplina não violenta (alfa de Cronbach 0,77), disciplina física (alfa de Cronbach 0,88) e disciplina psicológica (alfa de Cronbach 0,77) e valores insatisfatórios para negligência (alfa de Cronbach 0,38) e abuso sexual (alfa de Cronbach 0,29)(Runyan et al, 2009). Não há estudos de propriedade psicométricas deste instrumento no Brasil.

A versão utilizada neste estudo foi validada semanticamente para o Brasil por Silveira e Grassi-Oliveira (2016). Para esta pesquisa não foram utilizadas as questões sobre um segundo cuidador.

Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança (Apêndice E)

Este instrumento foi elaborado para a presente pesquisa com base em alguns itens do Questionário sobre Concepções acerca de Abuso Sexual Infantil (Padilha, 2007) e nos conceitos apresentados em estudo sobre o tema divulgado por Brasil (2010). O questionário teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento dos pais sobre os tipos de violência cometidos contra as crianças. É constituído de 20 frases afirmativas, sendo cinco de cada tipo

de violência (violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência), que deve ser julgada como Verdadeira ou Falsa. Cada questão respondida corretamente vale um ponto; assim, quanto maior a pontuação, maior o nível de conhecimento dos pais sobre violência contra a criança. A pontuação máxima total do questionário é 20 pontos.

Procedimento

Procedimentos éticos

Esta proposta de estudo faz parte do projeto “Maus-tratos no Contexto de Desenvolvimento de Crianças de Belém/Brasil e Braga/Portugal: Indicadores de violência e estratégias de intervenção” e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), Parecer nº 4.250.979 (Apêndice F). Os procedimentos aplicados seguiram os Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme as Resoluções no 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Procedimento de Coleta de Dados

Após a aprovação pelo Comitê de Ética, realizou-se contato com a Secretaria Municipal de Educação do município de Belém (SEMEC) para autorizar a pesquisa e sugerir Unidades de Educação Infantil em que ela pudesse ocorrer. Em fevereiro de 2022, a SEMEC autorizou a pesquisa e sugeriu sete UEs. Foi possível entrar em contato com quatro Unidades, selecionadas por conveniência. Realizou-se o contato presencial com as quatro gestoras, individualmente, no qual foi explicado o objetivo e a metodologia da pesquisa. Em duas Unidades, as aulas ainda não tinham reiniciado presencialmente após a pandemia, pois estavam em fase de reforma. Nas outras duas, foi possível realizar a pesquisa, no entanto, em uma delas a coleta teve que ser interrompida, pois entrou em reforma.

A coleta foi realizada em dois períodos, de março/2022 a dezembro/2022 e de agosto/2023 a dezembro/2023. Na Unidade, os pais foram convidados a participar da pesquisa, conforme citado anteriormente. Aqueles que aceitaram receberam um envelope contendo os instrumentos de pesquisa (Formulário de Caracterização dos Participantes, PAFAS, ICAST, Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança, além do TCLE), que deviam ser preenchidos e devolvidos. A pesquisadora realizava plantões diários na escola, em ambos os turnos, para orientar os pais que tivessem dúvidas sobre o preenchimento dos instrumentos.

Análise de dados coletados

Os dados foram organizados em uma tabela no programa Excel® e a análise estatística realizada no Software Jamovi®. Foi feita uma análise estatística descritiva (frequência, média e mediana) para os dados gerais dos participantes e para os dados quantitativos dos instrumentos utilizados para a pesquisa. Os dados provenientes da aplicação do ICAST foram agrupados em sem os pais fizeram uso de algum tipo de disciplina, sim (Uma vez por semana ou mais; Várias vezes por mês; Mensalmente ou Bimestralmente; Várias vezes por ano; Uma ou duas vezes por ano; Não no último ano, mas já aconteceu) ou não (Nunca em minha vida), bem como, se ocorreu alguma vez na vida (Uma vez por semana ou mais; Várias vezes por mês; Mensalmente ou Bimestralmente; Várias vezes por ano; Uma ou duas vezes por ano; Não no último ano, mas já aconteceu) ou no último ano (Uma vez por semana ou mais; Várias vezes por mês; Mensalmente ou Bimestralmente; Várias vezes por ano; Uma ou duas vezes por ano). Aplicou-se, inicialmente, o teste de normalidade de Shapiro Wilk e, mediante o resultado, utilizaram-se testes não paramétricos para as análises dos dados. Para todas as análises, o valor de referência adotado para nível de significância foi de 0,05.

Para comparar o uso de tipos específicos de disciplina (sim ou não) com as variáveis categóricas (sexo da criança e do participante, renda, escolaridade e quantidade de adultos que cuidam) utilizou-se o Teste de Associação Qui-quadrado ou Teste Exato de Fisher (quando a frequência esperada em alguma célula foi baixa). Estes testes são utilizados quando se compara duas variáveis qualitativas em uma tabela de contingência para verificar se elas estão relacionadas (Dutt-Ross, 2020). Para as variáveis quantitativas (idade dos pais e da criança, número de filhos e número de filhos de 0 a 6 anos), aplicou-se o Teste U de Mann-Whitney, que serve para comparar os valores de dois grupos independentes. Um resultado significativo sugere que os valores para os dois grupos são diferentes (Dutt-Ross, 2020).

Para comparar os escores do instrumento PAFAS e os valores do Questionário de conhecimento sobre violência com as variáveis categóricas, aplicou-se o Teste U de Mann-Whitney ou Teste de Kruskal-Wallis, que é um teste utilizado para comparar três ou mais amostras independentes (Moya, 2021). Enquanto que, para as variáveis quantitativas, utilizou-se o Teste de Correlação de Spearman, que mede a associação linear entre duas variáveis (Dutt-Ross, 2020).

Por fim, para comparar o uso dos diferentes tipos de disciplina com os valores do PAFAS e do Questionário de conhecimento sobre Violência, aplicou-se novamente o Teste U

de Mann-Whitney e, para verificar a relação entre o PAFAS e o mesmo Questionário, utilizou-se o Teste de Correlação de Sperman.

Resultados

A Tabela 1 apresenta as características gerais e sociodemográficas dos participantes da pesquisa. Identificou-se uma prevalência de participantes do sexo feminino (90,4%), idade média de 31,4 anos, com nível de escolaridade ensino médio completo (77%) e com renda maior que um salário mínimo (51,6%).

Tabela 1

Características gerais e sociodemográficas dos participantes da intervenção (N=157)

Característica	Quantidade
Sexo Participante (%)	
Feminino	90,4 (142)
Masculino	9,6 (15)
Idade participante (M/Md)	31,4 (29)
Escolaridade (%)	
EFI	14,3 (21)
EFC	4,1 (06)
EMI	12,2 (18)
EMC	52,4 (77)
ESI	9,5 (14)
ESC	7,5 (11)
Renda (%)	
Menor que um salário mínimo	48,4 (74)
Maior que um salário mínimo	51,6 (79)
Nº filhos (M/Md)	1,92 (2.00)
Nº Filhos (0 a 6 anos) (M/Md)	1,23 (1,00)
Sexo Criança (%)	

Feminino	45,2 (71)
Masculino	54,8 (86)
Idade criança (M/Md)	4,01 (4,00)
Adultos que cuidam da criança (%)	
Nenhum	15,3 (24)
Um	38,9 (61)
Dois	28,7 (45)
Mais de 2	17,2 (27)

Frequência e ocorrência da violência contra a criança

De acordo com os dados do Formulário ICAST, a ampla maioria dos participantes (91,1%) relatou já ter utilizado alguma prática violenta para ensinar sua criança ao menos alguma vez na vida, e 76,4%, inclusive no último ano, como mostra a Tabela 2. Dessas práticas, as que se enquadram em violência psicológica foi reportada como a mais frequente, sendo citada por 89,8% (alguma vez na vida) e 73,9% (último ano), seguida da violência física e negligência. Não houve relato de práticas caracterizadas como abuso sexual nesta amostra. Além disso, constatou-se que 75,8% (alguma vez na vida) e 46,5% (último ano) dos participantes relataram fazer uso de mais de um tipo de violência, ou seja, utilizam disciplina física e psicológica, violência psicológica e negligência, ou todas as três.

Tabela 2

Prevalência da violência contra a criança (N=157)

	Alguma vez na vida (%)	Último ano (%)
Qualquer tipo de violência		
Física, psicológica, sexual, negligência	91,1	76,4
Tipos de violência		
Psicológica	89,8	73,9
Física	67,5	44,6
Negligência	32,5	17,8
Abuso Sexual	0	0
Múltiplos tipos de violência		

Nenhuma violência	8,9	23,6
1 tipo de violência	15,3	29,9
2 ou mais tipos	75,8	46,5

A Tabela 3 apresenta detalhadamente as principais práticas utilizadas pelos participantes. Na categoria disciplina psicológica, a prática mais reportada foi berrar ou gritar, utilizada por 80% dos participantes pelo menos alguma vez na vida e por 60% no último ano. Destaca-se que, das 12 práticas investigadas, 11 foram mencionadas pelos participantes como tendo sido utilizadas ao menos alguma vez na vida. Na categoria disciplina física, a prática mais citada foi palmada nas nádegas, com 49,4% (alguma vez na vida) e 31,9% (último ano). Por fim, na categoria negligência, o evento mais comum foi o acidente ocorrido com a criança por falta de supervisão de um adulto, com 32,5% (alguma vez na vida) e 16,9% (último ano).

Tabela 3

Práticas de disciplina relatadas pelos pais

Prática utilizada	Alguma vez na vida (%)	Último Ano (%)
Disciplina Psicológica		
D13- Berrar ou gritar	80	60
D24 – Proibiu de sair	52,5	48,2
D14- Assustar com fantasmas ou pessoas ruins	21,8	10,9
D26- Insultou	20,5	10,2
D28- Recusou falar com ele	20,1	13
D18- Ameaçar que algo ruim vai acontecer com ele	15,5	9
D12- Ameaça abandonar	10,9	6,4
D34- Proibiu refeição	3,8	3,2
D35- Humilhou em público	3,2	1,9
D29- Culpou-o por seu azar	2,5	0
D22- Trancou para fora de casa	1,8	1,2
D37- Disse que queria que estivesse morto ou não ter nascido	0,6	0

D33- Trancou ou amarrou	0	0
Prática utilizada	Alguma vez na vida (%)	Último Ano (%)
Disciplina Física		
D19- Palmadas nas nádegas	49,4	31,9
D9- Puxar orelha	31,8	21,4
D5- Sacudir	22,7	8,4
D6- Bater nas nádegas c/ objeto	16,1	6,4
D7- Bater outra parte do corpo c/ objeto	14	7
D10- Cascudo	12,4	7,2
D11- Puxar cabelo	7,2	3,3
D27 - Tapa no rosto ou nuca	3,8	3,2
D30 - Ameaçou machucar ou matar	2,5	1,2
D25 – Beliscar	1,9	1,3
D17- Ficar parado em posição que causasse dor	1,3	0
D15- Chutou	1,3	0
D32 - Espancar c/ objeto	1,2	0,6
D20 – Sufocar	0,7	0
D16- Pôs pimenta na boca	0	0
D31 – Queimar	0	0
D36 - Deu álcool ou drogas	0	0
Negligência		
04- Machucou por falta de supervisão	32,5	16,9
01- Não cuidou doente	5,3	4,6
05- Não morou em lugar seguro	2,7	0,7
02- Não recebeu comida	2	0,7
03- Uso de roupas inadequadas	1,3	0
Abuso sexual		
06- Tocado por adulto	0	0

07- Relação sexual com adulto

0

0

Posteriormente, comparou-se as variáveis sociodemográficas entre os participantes que relataram fazer uso de violência e os que relataram não utilizar. Não houve diferença significativa quando se analisou disciplina física, disciplina psicológica e negligência com sexo do participante, sexo da criança, escolaridade, quantidade de adultos que cuidam, número de filhos e número de filhos com idade entre zero e seis anos.

Houve diferença significativa, apenas, entre disciplina física ($p=0.002$) e psicológica ($p=0.018$) e a variável renda. Os dados indicaram que uma proporção maior de indivíduos que utilizam disciplina física (60,2%) e psicológica (54,7%) se encontram na faixa de renda mais alta (maior que um salário mínimo).

Tabela 4

Comparação da renda dos pais que relataram uso de disciplina física e psicológica (N=157)

	Renda			p valor
	<1	>1	Total	
Disciplina Física				
Não	66,0%	34,0%	100%	0,002**
Sim	39,8%	60,2%	100%	
Disciplina Psicológica				
Não	78,6%	21,4%	100%	0,018*
Sim	45,3%	54,7%	100%	

Nota. Teste Qui-quadrado. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Houve diferença estatisticamente significativa, também, quando se comparou a idade das crianças e o uso da disciplina física pelos participantes ($p=0.036$), com crianças submetidas a essa prática sendo, em média, mais velhas. Além disso, os dados indicaram que os participantes que cometem negligência tendem a ser mais novos em comparação com aqueles que não a praticam ($p=0.011$).

Tabela 5

Comparação da idade da criança e do participante com a ocorrência de disciplina física e negligência (N=157)

Tipo de violência	Característica (M/Md)	p-valor
Disciplina Física	Idade criança	
Não	3,60/4,00	0,036*
Sim	4,16/4,00	
Negligência	Idade participantes	
Não	31,74/31,00	0,011**
Sim	29,84/27,00	

Nota. Teste U de Mann Whitney. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

A Tabela 6 mostra a associação entre o uso de diferentes tipos de disciplina. Quando se compara o uso da disciplina psicológica ao da disciplina física evidencia-se um resultado significativo ($p < 0.001$). Verifica-se que entre os participantes que não utilizam disciplina física, 30% também não empregam disciplina psicológica, enquanto que 69,2% reportaram utilizá-la. Por seu turno, entre aqueles que relataram utilizar disciplina física, apenas 0,9% indicam não empregar disciplina psicológica, enquanto que 99,1% confirmaram seu uso. Ao se comparar o uso da disciplina psicológica com o da negligência, também se encontrou associação significativa ($p = 0,054$). Percebe-se que entre os participantes que não utilizam negligência, 13,9% também não empregam disciplina psicológica, enquanto que 86,1% reportaram utilizá-la. Por sua vez, entre aqueles que relataram utilizar negligência, somente 3,8% indicam não empregar disciplina psicológica, enquanto que 96,2% confirmaram seu uso.

Tabela 6*Associação entre o uso dos diferentes tipos de disciplina (N=157)*

	Disciplina Psicológica			p valor
	Não	Sim	Total	
Disciplina Física				
Não	30,8%	69,2%	100%	<0,001***
Sim	0,9%	99,1%	100%	
Negligência				
Não	13,9%	86,1%	100%	0,054*
Sim	3,8%	96,2%	100%	

Nota. Teste Qui-quadrado. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$ **Práticas Parentais e Ajustamento Familiar**

A Tabela 7 apresenta os escores para cada domínio do PAFAS, considerando todos os participantes.

Tabela 7*Estatística descritiva dos domínios do PAFAS (N=157)*

Domínios (min-max) ^a	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Consistência Parental (0 – 9)	2.21	2.00	1.72	0	8
Práticas Coercitivas (0 – 12)	3.64	3.00	2.20	0	11
Encorajamento positivo (0 – 9)	8.05	9.00	1.35	3	9
Relacionamento Pai-filho (0 – 12)	11.36	12.00	1.27	5	12
Ajustamento Parental (0 – 9)	7.55	8.00	1.56	2	9
Ajustamento Familiar (0 – 9)	6.81	7.00	2.11	0	9

Nota: ^a Escores mínimo e máximo esperado para cada domínio

Para melhor análise dos valores obtidos em cada domínio, realizou-se a comparação dos escores com as variáveis sociodemográficas e gerais dos participantes e crianças. Não houve diferença significativa quando se comparou sexo do participante, da criança e nem

escolaridade. Houve diferença significativa nos domínios consistência parental, encorajamento positivo e ajustamento parental quando foram comparados à renda dos participantes. Ou seja, participantes com menor renda apresentaram escores que indicam mais inconsistência parental ($p=0.034$), porém melhores escores de encorajamento positivo ($p=0.042$) e ajustamento parental ($p=0.043$). Houve diferença significativa, também, no domínio ajustamento familiar quando se comparou a quantidade de adultos que são responsáveis pelo cuidado com a criança. Participantes que não contam com outro adulto para compartilhar o cuidado da criança, apresentaram escores menores do que aqueles que dividem com um ($p=0.036$) ou outros dois ($p=0.016$) adultos.

Tabela 8

Comparação dos domínios do PAFAS e características gerais - Renda e Adultos que cuidam (N=157)

Domínio PAFAS	Variável	Média	Mediana	p-valor
	Renda ¹			
Consistência Parental	Menor que um salário	2,50	2,00	0,034*
	Maior que um salário	1,86	2,00	
Encorajamento positivo	Menor que um salário	8,20	9,00	0,042*
	Maior que um salário	7,88	8,00	
Ajustamento Parental	Menor que um salário	7,72	8,00	0,043*
	Maior que um salário	7,36	8,00	
Ajustamento Familiar	Adultos que cuidam ²			
	Nenhum	5,33	6,00	0,016**
	Dois	7,24	7,00	
	Nenhum	5,33	6,00	0,036*
	Um	6,93	8,00	

Nota. ¹Teste U de Mann-Whitney, ²Teste de Kruskal-Wallis (Pos hoc - Teste de Dwass-Steel-Critchlow-Fligner). * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

A Tabela 9 apresenta a matriz de correlação entre os escores dos domínios do PAFAS e as variáveis idade dos participantes, idade das crianças, número de filhos e número de filhos de zero a seis anos. Apenas, os escores do domínio encorajamento positivo apresentou

correlação significativa com as variáveis idade dos participantes ($\rho = -0.165$, $p = 0.041$) e quantidade de filhos ($\rho = -0.202$, $p = 0.011$), ou seja, sugere-se que pais mais velhos e pais com mais filhos tendem a utilizar menos encorajamento positivo nas interações com suas crianças.

As demais correlações significativas foram evidenciadas nas relações entre os próprios domínios do PAFAS. Os dados evidenciaram que quanto maior o uso de práticas coercitivas, mais inconsistente é a prática parental ($\rho = 0.265$, $p < 0.001$). O encorajamento positivo, está correlacionado com os escores de relação pai-filho ($\rho = 0.483$, $p < 0.001$), ou seja, quanto maior o encorajamento positivo, melhor a relação pai-filho. Além disso, maiores escores de ajustamento familiar estão correlacionados com melhores escores de relação pai-filho ($\rho = 0.341$, $p < 0.001$), ajustamento parental ($\rho = 0.375$, $p < 0.001$), e menor uso de práticas coercitivas ($\rho = -0.259$, $p = 0.001$). Por fim, melhor ajustamento parental está correlacionado com menor uso de práticas coercitivas ($\rho = -0.443$, $p < 0.001$), menor inconsistência parental ($\rho = -0.163$, $p = 0.041$) e melhores escores na relação pai-filho ($\rho = 0.181$, $p = 0.023$).

Tabela 9*Correlação PAFAS e dados gerais dos participantes (N=157)*

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Idade participante	ρ	—									
	p-value	—									
2. Nº filhos	ρ	0.511 ***	—								
	p-value	< .001	—								
3. Filhos (0 a 6a)	ρ	-0.156	0.457 ***	—							
	p-value	0.054	< .001	—							
4. Idade criança	ρ	0.283 ***	0.238 **	-0.021	—						
	p-value	< .001	0.003	0.802	—						
5. Consistência Parental	ρ	-0.018	-0.017	-0.095	-0.074	—					
	p-value	0.820	0.828	0.238	0.360	—					
6. Práticas Coercitivas	ρ	-0.124	-0.003	-0.078	0.018	0.263 ***	—				
	p-value	0.121	0.965	0.332	0.826	< .001	—				
7. Encorajamento positivo	ρ	-0.175 *	-0.219 **	-0.034	-0.087	0.111	-0.083	—			
	p-value	0.028	0.005	0.675	0.284	0.162	0.299	—			
8. Relação Pai-filho	ρ	-0.135	-0.122	0.055	-0.040	0.091	-0.057	0.488 ***	—		
	p-value	0.091	0.125	0.495	0.620	0.255	0.473	< .001	—		
9. Ajustamento Parental	ρ	-0.068	-0.049	0.105	-0.001	-0.137	-0.433 ***	0.105	0.184 *	—	
	p-value	0.399	0.538	0.195	0.993	0.085	< .001	0.184	0.020	—	
10. Ajustamento Familiar	ρ	-0.050	0.056	0.054	0.064	-0.024	-0.246 **	0.158 *	0.342 ***	0.391 ***	—
	p-value	0.531	0.483	0.505	0.431	0.764	0.002	0.046	< .001	< .001	—

Nota. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Conhecimento sobre violência

Os dados referentes ao nível de conhecimento dos pais sobre violência contra a criança estão descritos na Tabela 10. Os participantes deste estudo acertaram, em média, 16 questões do questionário sobre violência, 36,9% obtiveram pontuação abaixo da média e 63,1% acima da média. Evidenciou-se uma diferença significativa no número de acertos no questionário quando se considerou a renda dos participantes, com os indivíduos de maior renda apresentando maior número médio de acertos.

Encontrou-se diferença significativa, também, quando se considerou os dados de escolaridade com os valores de questionário, com os pais que estudaram até o ensino fundamental completo ($p=0,039$) ou incompleto ($p=0,010$) apresentando menores médias de acerto do que os que têm ensino superior completo. Não houve diferença significativa nos resultados do questionário quando se comparou sexo do participante e da criança, quantidade de adultos que cuidam, e nem correlação significativa com idade dos participantes e das crianças, número de filhos e de filhos de 0 a 6 anos.

Tabela 10

Quantidade de acertos no questionário de conhecimento sobre violência contra a criança e comparação com renda e escolaridade (N=157)

	M/Md	p-valor
Amostra total	16,64/18,00	
Renda ¹		
Menor que um salário	15,73/16,50	<0,001***
Maior que um salário	17,39/18,00	
Escolaridade ²		
EFC ^a	14,67/15	0,039*
ESC ^b	18,73/19	
EFI ^c	15,67/16	0,010**
ESC	18,73/19	

Nota. ¹Teste U de Man - Whitney, ² Teste de Kruskal-Wallis. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$. ^a Ensino Fundamental Completo; ^b Ensino Superior Completo; ^c Ensino Fundamental Incompleto

Relação entre as variáveis principais

O estudo investigou a relação entre diferentes tipos de disciplina (física, psicológica e negligência) e as variáveis relacionadas à parentalidade e ajustamento familiar (PAFAS). Evidenciou-se que os indivíduos que fazem uso da disciplina física como prática educativa, são mais consistentes ($p=0.050$), aplicam mais práticas coercitivas ($p<0.001$) e apresentam menor ajuste parental ($p=0.025$) e familiar ($p=0.003$), do que os que não fazem uso. Para a disciplina psicológica, as práticas coercitivas foram significativamente mais elevadas no grupo que utiliza essa forma de disciplina ($p < 0,001$). No caso da negligência, o grupo que utiliza essa forma de disciplina apresentou-se com práticas mais inconsistentes do que o grupo que não utiliza ($p = 0,027$).

Tabela 11

Comparação dos escores dos domínios do PAFAS entre os pais que utilizam ou não utilizam os diferentes tipos de disciplina (N=157)

	Disciplina		p-valor
	Sim (M/Md)	Não (M/Md)	
Física			
Consistência Parental	2,00/2,00	2,65/3,00	0.034*
Práticas coercitivas	4,13/3,50	2,63/2,00	<0.001***
Ajustamento Parental	7,37/8,00	7,94/8,00	0.013**
Ajustamento Familiar	6,46/7,00	7,53/8,00	<0.001***
Psicológica			
Práticas coercitivas	3,83/3,00	2,00/2,00	<0.001***
Negligência			
Consistência parental	2,60/2,00	2,02/2,00	0,035*

Nota. Teste U de Mann-Whitney. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Não houve correlação significativa entre os domínios do PAFAS e o escore do questionário de conhecimento sobre violência contra a criança. Além disso, comparou-se o número de acertos no questionário com o uso dos diferentes tipos de disciplina (física, psicológica e negligência) e não foram apontadas diferenças significativas.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo analisar a ocorrência da violência contra a criança, as práticas parentais associadas e o nível de conhecimento dos pais sobre os diferentes tipos de violência infantil, em Belém. Os resultados encontrados evidenciaram um contexto de alta prevalência de práticas parentais negativas, tais como disciplina física, psicológica e negligência. Tais resultados sugerem que a violência contra a criança é um fenômeno fortemente presente no cotidiano das famílias, apesar do avanço da legislação brasileira atuar no sentido da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Destaca-se que 91,1% dos participantes relataram já terem utilizado práticas que se configuram como violência contra a criança, corroborando com os achados de vários estudos que apontam o uso frequente e elevado de disciplina psicológica, física e negligência pelos pais (AboKresha et al., 2021; Haque et al., 2019; Haque et al., 2021; Jiménez-Borja et al., 2020; Khazaei et al., 2023; Naudin et al., 2023; O’Leary et al., 2018; Peruhype et al., 2011; Zhang et al., 2016).

O tipo de disciplina mais frequentemente relatada neste estudo foi a psicológica, caracterizada por berros, proibições, ameaças e insultos. Embora mais frequente, esse tipo de violência psicológica é, muitas vezes, interpretado como uma forma menos severa de violência. No entanto, a revisão de Dube et al. (2023) identificou que atitudes consideradas de abuso psicológico foram associadas na literatura a várias consequências para as crianças, adolescentes, jovens adultos e adultos, demonstrando que o impacto deste tipo de violência pode ser de longo alcance. Essas repercussões, identificadas nos estudos revisados, envolvem sofrimento emocional e mental (raiva, depressão, frustração), sintomas externalizantes (comportamento delinquente, uso de substâncias, perpetração de abuso), comportamentos internalizantes (autoestima, disforia, controle emocional), alterações neurobiológicas e resultados de saúde física (obesidade, DPOC). Bem como, está associado a depressão na fase da velhice (Wang et al., 2023).

Além disso, o abuso emocional, comparado ao abuso físico, provocou mais danos e psicopatologias subsequentes em adolescentes que sofreram maus tratos na infância. O abuso físico diretamente provocou comportamentos problemáticos dos adolescentes, enquanto o abuso emocional não só teve efeitos diretos sobre a depressão e os comportamentos problemáticos, mas também afetou diretamente essas duas psicopatologias por meio da supressão expressiva e da raiva como mediadoras (Zhou & Zhen, 2022).

Esse tipo de abuso merece, portanto, atenção especial, dado a prevalência da sua ocorrência e o impacto que pode gerar no desenvolvimento humano. Afinal, assim como as crianças requerem ambientes físicos favoráveis, seguros e de apoio de cuidadores adultos,

elas também requerem formas de comunicação de adultos que não as menosprezem, mas promovam autoestima e desenvolvimento saudáveis (Dube et al., 2023).

No que tange à disciplina física, a palmada nas nádegas foi o tipo de prática mais relatada, seguida de outros tipos de agressão física, puxar orelha, sacudir, bater com objetos, dentre outros. A palmada é um comportamento parental ainda muito utilizado pelos pais como forma de responder ao mau comportamento da criança. No entanto, alguns autores apontam que o castigo físico é ineficaz para atingir o objetivo dos pais de melhorar o comportamento infantil e, em vez disso, parece ter o efeito oposto de aumentar comportamentos indesejados (Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016; Heilmann et al., 2021).

Além disso, o uso de palmadas pode elevar o risco dos pais de se envolverem em comportamentos abusivos, pois quando o cuidador bate em uma criança porque ela não cumpre uma determinada ordem, ele pode, eventualmente, usar punições mais frequentes e severas à medida que a criança se torna mais resistente e hostil ao uso de punição física pelos pais. Dessa forma, desenvolve-se um padrão de relação que leva a níveis mais elevados de conflito, o que pode contribuir para formas cada vez mais agressivas de punição (Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016; Ma et al., 2022). Sendo assim, evidencia-se que a palmada está associada a maior risco de abuso físico e sua eliminação pode contribuir para a prevenção de aproximadamente um terço dos casos de algumas formas de abuso físico infantil (Ma et al., 2022).

A literatura aponta, ainda, que mesmo em agressões menos severas, como as palmadas, há impacto negativo para o desenvolvimento das crianças que sofrem esse tipo de violência (Cuartas, 2021; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016). Outras consequências relacionadas ao abuso físico são baixa autoestima, menor capacidade cognitiva, comportamento antissocial, episódio depressivo maior, transtorno de conduta, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, agressão, problemas de comportamento externalizantes e internalizantes, relacionamentos negativos com os pais e apoio ao castigo físico no futuro, com algumas dessas consequências ocorrendo ainda durante a infância ou na vida adulta (Elsaied & Alsehly, 2017; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016; Heilmann et al., 2021; Ma et al., 2012).

Outro aspecto a ser considerado revela que a disciplina física foi mais comum entre pais de crianças mais velhas, corroborando com os achados de AboKresha et al. (2021) e Khazaei et al. (2023). Isto pode estar relacionado ao fato de que à medida que as crianças crescem, os responsáveis esperam mais responsabilidade por seu comportamento e, portanto, usam disciplina mais severa (Khazaei et al., 2023). Esse achado, também corrobora com os

dados apresentados no Anuário da Violência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) que indica que, em situações de violência física, as taxas são elevadas em todas as faixas etárias, sendo particularmente mais grave entre crianças e pré-adolescentes. A lesão corporal em contexto de violência doméstica aumenta significativamente com a idade, prevalecendo na fase da adolescência.

Outro tipo de violência identificada é a negligência, no entanto, ao contrário dos dados do MCDH (2024), esse tipo de violência foi pouco evidenciado neste estudo em Belém-PA, tendo sido marcada pela ocorrência de acidentes devido à falta de supervisão à criança, como referem os dados encontrados por Khazaei et al. (2023). Além disso, os dados também apontaram que a negligência, especialmente a identificada nesse estudo, está associada com práticas parentais mais inconsistentes e pais mais novos, corroborando com o estudo de Lima et al. (2019), o que pode estar relacionado à falta de experiência ou preparo para lidar com as demandas de cuidados parentais.

Vale destacar que as crianças deste estudo, em sua maioria, vivenciaram a pandemia da COVID 19 e alguns estudos apontam o aumento na incidência e mudanças nas características de casos de acidentes domésticos neste período (Benmassaoud et al., 2022; Bezzini et al., 2023; Ferro et al., 2022). Tais mudanças podem ser explicadas pelo aumento na quantidade de horas passadas em casa, aliada aos efeitos psicológicos negativos do confinamento domiciliar da COVID-19 tanto em crianças quanto em pais/cuidadores, que pode ter levado a uma redução da supervisão infantil com um aumento de acidentes (Ferro et al., 2022). Talvez este fator tenha exercido alguma influência para a prevalência deste tipo de negligência. De todo modo, é necessária uma investigação mais aprofundada para compreender melhor que tipos de acidentes e qual o contexto em que eles ocorreram, bem como o acesso a informações sobre esses dados antes da pandemia.

Assim como no estudo de Jimenez-Borja (2020), não houve relatos de abuso sexual pelos pais do presente estudo. O'Leary et al. (2018) e Nikolaidis et al. (2018) identificaram menor prevalência deste tipo de abuso em suas pesquisas. Destaca-se que nesses estudos, os relatos foram feitos por crianças e adolescentes quando questionados sobre as violências sofridas por eles. Outros estudos, cujo os participantes foram os próprios pais, as perguntas sobre abuso sexual foram excluídas (AboKresha et al., 2021; Khazaei et al., 2023; Naudin et al., 2023). Esse panorama sugere, portanto, uma dificuldade em investigar a prevalência desse tipo de violência, seja pelo tabu que envolve a discussão dessa temática ou pelas barreiras encontradas pelas crianças para revelar para os pais este tipo de ocorrência.

O uso combinado de diferentes tipos de violência (física, psicológica e negligência), identificados neste estudo, também, é um fenômeno que merece atenção e corrobora com outros achados da literatura (Haque et al., 2019; Higgins et al., 2023). A análise mostrou que 75,8% dos pais utilizam mais de dois tipos de violência, 99,1% dos pais que utilizam disciplina psicológica também fazem uso de disciplina física e que 96,2% usam disciplina psicológica e negligência. O uso de múltiplos tipos de violência, quando comparadas a nenhum ou só um tipo, aumenta o risco de consequências negativas para o desenvolvimento da criança até na vida adulta. As repercussões envolvem transtornos de comportamento, transtorno de ansiedade generalizada, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, além de dificuldades de regulação emocional e condições de risco à saúde, como: tabagismo, consumo excessivo de álcool, dependência de cannabis, obesidade, automutilação não suicida e tentativa de suicídio (Chen et al., 2021; Lawrence et al., 2023; Scott et al., 2023; Stargel et al., 2022). Portanto, é importante considerar como essas práticas, usadas de forma combinada, afetam o desenvolvimento das crianças de maneira mais abrangente. Isso destaca a importância de focar em intervenções para a prevenção da violência que abordem o uso de múltiplas formas de disciplina.

Uma característica socioeconômica que demonstrou relação com a ocorrência da violência nesta pesquisa foi a renda familiar. A maior renda foi associada a maior prevalência no uso de disciplina física (60,2%) e psicológica (54,7%). Esses achados são contrários a outros estudos prévios que sugerem que famílias de menor renda estão mais propensas a utilizar práticas violentas (AboKresha et al., 2021; Cerna-Turoff et al., 2021; Conrad-Hiebner & Byram, 2020; Doidge, Higgins, Delfabbro, & Segal, 2017; Doidge, Higgins, Delfabbro, Edwards et al., 2017; Haque et al., 2021).

No entanto, pais com menor renda, também apresentaram maiores escores de encorajamento positivo e ajustamento parental, o que indica práticas positivas de incentivo à criança e um melhor ajustamento emocional dos pais para lidar com as demandas da parentalidade. Esses dados podem sugerir que pais de baixa renda, com melhores níveis de saúde emocional, se preocupam em promover mais incentivos positivos para suas crianças, talvez, para tentar compensar a vulnerabilidade econômica e vislumbrar perspectivas de futuro mais positivas. Ademais, os dados indicaram que um melhor nível de ajustamento parental está associado ao menor uso de práticas coercitivas. Tais resultados corroboram com achados de pesquisas que apontaram que o nível de bem estar e saúde mental dos pais estão relacionados com a ocorrência de maus tratos infantil (Ben David, 2021; Chen, 2023; Liel et al., 2020; Shafiq & Ali, 2023; Wolford et al., 2019). Sendo assim, sugere-se que esses fatores,

encontrados de forma mais satisfatória entre os participantes de menor renda, podem ter atuado como fatores protetores que levaram a práticas parentais mais protetivas.

Observou-se também que quanto maior o uso de encorajamento positivo e ajustamento parental, mais satisfatória é a relação pai-filho, o que fortalece ainda mais o potencial aspecto protetor dessa relação. Relacionamentos mais fortes entre pais e filhos desempenham um papel importante na melhora do comportamento infantil e no bem-estar dos pais, auxiliando na redução da violência contra a criança (Francis et al., 2023).

Os resultados deste estudo demonstram a relação significativa entre o número de cuidadores adultos, o ajustamento familiar e parental, e as práticas disciplinares adotadas pelos pais. Observou-se que um maior número de adultos envolvidos no cuidado das crianças e uma boa parceria entre a família e/ou companheiro(a), contribuem para um melhor ajustamento emocional dos pais. Ademais, pais que relataram não fazerem uso de disciplina física, também, tiveram melhores índices de ajustamento familiar e parental. Esses dados reforçam a importância de uma rede de suporte social na criação de filhos, pois a presença de mais de um cuidador e/ou apoio familiar consistente pode atuar direta ou indiretamente sobre a parentalidade, resultando em níveis mais altos de comportamentos parentais positivos, redução da ocorrência de violência contra a criança, atuando, portanto, como um fator protetivo da parentalidade (Coltro et al., 2020; Hensel et al., 2022; Taylor et al., 2015; Tracy et al., 2018).

A importância da rede de apoio no manejo adequado das práticas parentais, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, torna-se ainda mais evidente. O apoio social pode aliviar algumas das pressões e estressores relacionados à parentalidade, possibilitando que os pais permaneçam mais presentes e ativamente envolvidos no cuidado parental. Ademais, é importante salientar que as redes de apoio social podem oferecer suporte mais tangível, como ajuda específica com a organização do cuidado infantil ou apoio financeiro (Taylor et al., 2015). Sendo assim, é essencial aprofundar os estudos sobre a influência da rede de apoio na prevalência da violência contra a criança, e considerar este aspecto ao propor ações de prevenção da violência.

Por fim, outro ponto importante evidenciado nesses achados diz respeito à relação entre o nível de conhecimento dos participantes sobre os diferentes tipos de violência, suas práticas parentais e dados sociodemográficos. De maneira geral, a maior parte dos pais apresentaram um bom nível de conhecimento sobre a temática, visto que mais de 60% alcançaram pontuações maior do que a média. Assim, nota-se que os pais com maior renda e escolaridade apresentaram maior número de acertos, sugerindo que esses grupos apresentam

maior nível de conhecimento sobre os tipos de violência, o que corroborou com os achados de Alsaman et al. (2023) e Mishra et al. (2024).

Por outro lado, não foi encontrada diferença significativa entre o nível de conhecimento dos pais que relataram fazer uso de algum tipo de violência e daqueles relataram não usar. Esse resultado sugere que o conhecimento sobre violência contra a criança não é, em si mesmo, um fator determinante para que os pais evitem o uso de práticas negativas (como por exemplo, emprego de punição física e psicológica). Outros fatores deverão ser considerados para uma análise contextualizada desses resultados, já que as práticas parentais são influenciadas por múltiplas variáveis.

Além disso, os dados indicaram que uma porcentagem maior de pais com renda mais elevada faz uso de disciplina física e psicológica. Esse dado pode sugerir que o conhecimento, de forma isolada, não é suficiente para modificar as práticas parentais. A literatura sugere que, muitas vezes, os pais não identificam algumas condutas como práticas de violência (Manpreet et al., 2019; Pahantasingh et al., 2020; Rani, 2019; Solehati et al., 2021; Zhang et al., 2016). Além disso, os dados do presente estudo foram coletados com uma população majoritariamente de baixa renda, o que pode sugerir que, em contextos de vulnerabilidade social, apenas o conhecimento sobre a violência não se traduz em mudanças comportamentais, uma vez que o estresse, crenças sobre práticas parentis, falta de suporte social, violência na comunidade, enfim, outros fatores podem exercer influência no exercício da sua parentalidade.

Nessa direção, Barros e Freitas (2015) ressaltam que as estratégias de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes devem estar articuladas a um trabalho de apoio sócio familiar e ao atendimento dos pais que cometem a violência, para que a família possa ter possibilidade de oferecer um cuidado protetor e harmonioso. A realização dos grupos de pais pode colaborar para o fortalecimento de vínculos familiares, oferecendo espaço para que os participantes reflitam sobre suas práticas na educação dos filhos, auxiliem na redução de comportamentos agressivos dos pais contra os filhos, sensibiliza-os sobre o seu papel parental, além de possibilitar a formação e identificação de uma rede de apoio social e afetiva entre os participantes. Dessa forma, esses grupos colaboram para superar uma postura interventiva apoiada apenas na culpabilização, favorecendo o enfrentamento da crença na violência como estratégia educativa e sua desconstrução. É esperado que esses grupos contribuam para desenvolver um ambiente familiar protetivo e acolhedor.

Em suma, o trabalho de intervenção com pais é, portanto, apontado pela literatura como estratégia fundamental à redução e prevenção da violência contra a criança e de

problemas de comportamento infanto-juvenil (Barros & Freitas, 2015), aumento de práticas parentais positivas e diminuição no uso de punições físicas (Branco et al., 2022), dentre outras variáveis.

Considerações finais

Em consonância com o objetivo proposto, o presente estudo analisou a ocorrência de violência contra crianças e as práticas parentais associadas, sob a perspectiva dos participantes. Também investigou o nível de conhecimento dos pais sobre os diferentes tipos de violência infantil, contribuindo significativamente para a compreensão da violência contra crianças em Belém. Os resultados confirmaram uma alta prevalência de práticas parentais que utilizam disciplina psicológica e física, além de negligência, como condutas recorrentes no cotidiano das famílias. Além disso, evidenciaram a relação entre essas práticas e outros aspectos da parentalidade, como ajustamento parental, encorajamento positivo, relação pai-filho e ajustamento familiar, bem como a associação com características sociodemográficas, como idade, renda e escolaridade.

Entre as principais contribuições deste estudo para a área da psicologia e afins, destaca-se o reforço das evidências de que práticas parentais que configuraram violência contra a criança, estão profundamente enraizadas na dinâmica das famílias e são frequentemente naturalizadas pelos responsáveis. O estudo também identifica a complexa relação entre conhecimento sobre violência e a adoção de práticas parentais adequadas. Embora muitos pais tenham demonstrado um bom nível de conhecimento sobre os tipos de violência, isso nem sempre se traduz em comportamentos social e psicologicamente positivos, sugerindo que intervenções devem considerar outros fatores sociais e psicológicos que influenciam as práticas parentais.

Esse achado ressalta a necessidade de intervenções educativas mais abrangentes que não apenas informem sobre os tipos de violência, mas também estimulem a conscientização e reconhecimento das práticas disciplinares utilizadas pelos pais. Além disso, deve-se propor intervenções que promovam mudanças nas atitudes e comportamentos parentais, apresentando aos mesmos alternativas de disciplina que auxiliem na construção de habilidades práticas para lidar com os desafios da criação dos filhos e que favoreçam interações positivas e respeitosas entre os pais e as crianças.

Entretanto, o estudo apresenta algumas limitações. A amostra formada majoritariamente por participantes de baixa renda pode limitar a generalização dos resultados para outras populações. Além disso, a pesquisa não explorou de maneira mais abrangente a

influência de fatores culturais, como crenças parentais sobre o uso de punição física como método educativo, nem o histórico de adversidades, como as experiências pessoais dos pais com violência, que podem influenciar tanto as práticas parentais quanto a percepção da violência. A ausência de relatos de abuso sexual, um assunto frequentemente silenciado, também reforça a necessidade de um enfoque mais cuidadoso e abrangente em futuras investigações.

Outra limitação evidenciada é a baixa adesão dos pais na pesquisa, 90% dos participantes foram as mães. Esse dado pode indicar o reflexo de uma sociedade em que as mães ainda são apontadas como as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos, este aspecto limita a possibilidade de comparar e relacionar as práticas parentais utilizadas por pais e mães e o impacto delas no desenvolvimento das crianças.

O fato de o estudo ter se baseado somente no autorrelato dos pais, também pode ser apontado como uma limitação desta pesquisa, pois fica mais sujeito a viés de resposta, como minimização ou negação de comportamentos violentos. A utilização de múltiplas fontes de dados, como relatos das crianças, professores, membros da família ou observações diretas, poderia proporcionar uma visão mais precisa.

Evidencia-se, também, que o instrumento utilizado para avaliar o conhecimento dos pais sobre violência foi elaborado para esta pesquisa e, portanto, carece de estudos sobre suas propriedades psicométricas. Estudos para analisar a validade e confiabilidade deste instrumento, com uma amostra maior e mais variada, são imprescindíveis.

Para pesquisas futuras, recomenda-se uma ampliação da amostra, incluindo unidades de educação infantil dos diferentes distritos administrativos da cidade, a fim de se ter um panorama mais abrangente da situação da violência contra a criança em Belém. Ademais, estudos que aprofundem a análise do impacto de redes de apoio social e das intervenções que visem fortalecer vínculos familiares, é relevante, uma vez que estas se mostraram promissoras na mitigação de práticas parentais mais violentas. Do mesmo modo, assume-se que investigações que explorem a relação entre estresse parental, condições socioeconômicas e práticas parentais podem fornecer uma compreensão mais ampliada da violência infantil. Estudos longitudinais também seriam pertinentes para observar a evolução das práticas parentais e suas repercussões no desenvolvimento das crianças ao longo do tempo.

Por fim, a criação de programas de apoio que envolvam os pais e promovam a reflexão sobre práticas educativas e a sensibilização sobre os impactos da violência, é crucial. Intervenções que tenham como objetivo desnaturalizar a violência como prática educativa e que fortaleçam a parentalidade positiva são essenciais para o desenvolvimento de ambientes

familiares mais seguros, acolhedores e protetivos, contribuindo assim para o bem-estar e desenvolvimento saudável das crianças e suas famílias.

Referências

- AboKresha, S. A.; Abdelkreem, E. & Ali, R. A. E. (2021) Impact of COVID-19 pandemic and related isolation measures on violence against children in Egypt. *Journal of the Egyptian Public Health Association* 96:11. <https://doi.org/10.1186/s42506-021-00071-4>
- Alqurashi, M., Horaib, Y., Alabbas, Z., Alsomali, A., Mohaimeed, S., Alshehri, N., Ali Alabbas, A., & Alkhatem, Z. (2020). Awareness and knowledge of parents about child abuse among the general population in Riyadh, Saudi Arabia. *International Journal of Medicine in Developing Countries*, 169–178. <https://doi.org/10.24911/ijmdc.51-1573927337>
- Als Salman, Z., Jamela Turkistani, Abdullah Bohamad, Abdullah Ahmed Alkhalaf, Al Mukhtar, M., Alkhalaf, R., & B Al-Khalaf. (2023). Parents' Knowledge and Perception of Child Abuse and Neglect in the Eastern Province of Saudi Arabia. *Saudi Journal of Medicine and Medical Sciences*, 11(3), 235–235. https://doi.org/10.4103/sjmms.sjmms_125_23
- Barros, A. S. & Freitas, M. F. Q. (2015). Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. *Pensando Famílias*, 19(2), 102-114. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a09.pdf>
- Ben David, V. (2021). Associations between Parental Mental Health and Child Maltreatment: The Importance of Family Characteristics. *Social Sciences*, 10(6), 190. <https://doi.org/10.3390/socsci10060190>
- Benmassaoud, Z., Balde, F., Oudghiri, Z., Charki, M., Abdellaoui, H., Atarraf, K., & Afifi, M. (2022). Impact of the COVID-19 lockdown on the epidemiologic and clinic profiles of domestic accidents in children. *African Journal of Paediatric Surgery*, 19(2), 65. https://doi.org/10.4103/ajps.ajps_49_21
- Bezzini, D., Lanari, M., Amaddeo, A., Aricò, M. O., Castagno, E., Cherchi, G., Giacomini, G., Graziani, G., Grosso, S., Liguoro, I., Lombardi, F., Manieri, S., Moschettini, L., Parisi, F., Reale, A., Romanisio, G., Silvagni, D., & Schiavetti, I. (2023). Frequency and type of domestic injuries among children during COVID-19 lockdown: what changes from the past? An Italian multicentre cohort study. *European Journal of Pediatrics*. <https://doi.org/10.1007/s00431-023-04990-6>
- Branco, M. S. S., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Universal Intervention to Strengthen Parenting and Prevent Child Maltreatment: Updated Systematic Review.

Trauma, violence, & abuse, 23 (5), 1658-1676,
<https://doi.org/10.1177/15248380211013131>

Brasil. (1990). Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente. Acesso em 20 de maio de 2021 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Brasil (2010). Ministério da Saúde. Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência: orientações para gestores e profissionais de saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília/DF.Ed.MS. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf

Brasil (2014). Lei Federal n. 13.010, de 26 de junho de 2014. Acesso em 20 de maio de 2021 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Brasil (2017). Lei Federal n. 13.431, de 4 de abril de 2017. Acesso em 21 de maio de 2021 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm

Brasil (2021). Decreto n 10.701, de 17 de maio de 2021. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (PNEVCA). Acesso em 21 de maio de 2021 de <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.701-de-17-de-maio-de-2021-320338579>

Brasil (2024). Lei Federal nº 14.826, de 20 de março de 2024. Acesso em 10 de janeiro de 2025 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14826.htm

Cerna-Turoff, I., Fang, Z., Meierkord, A., Wu, Z., Yanguela, J., Bangirana, C. A., & Meinck, F. (2021). Factors Associated With Violence Against Children in Low- and Middle-Income Countries: A Systematic Review and Meta-Regression of Nationally Representative Data. *Trauma, violence & abuse*, 22(2), 219–232. <https://doi.org/10.1177/1524838020985532>

Chen C. (2023). The relationship between parental depression and child internalizing and externalizing problems: The roles of parenting stress and child maltreatment. *Frontiers in public health*, 11, 962951. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2023.962951>

Chen X, Zhang S, Huang G, Xu Y, Li Q, Shi J, Li W, Wang W, Guo L and Lu C (2021) Associations Between Child Maltreatment and Depressive Symptoms Among Chinese College Students: An Analysis of Sex Differences. *Front. Psychiatry* 12:656646. [10.3389/fpsy.2021.656646](https://doi.org/10.3389/fpsy.2021.656646)

- Coltro, B. P., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2020). Relações entre Parentalidade e Apoio Social: Revisão Integrativa de Literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1). <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.12>
- Conrad-Hiebner, A., & Byram, E. (2020). The Temporal Impact of Economic Insecurity on Child Maltreatment: A Systematic Review. *Trauma, violence & abuse*, 21(1), 157–178. <https://doi.org/10.1177/1524838018756122>
- Cook, C. J., Howard, S. J., Cuartas, J., Makaula, H., Merkley, R., Mshudulu, M., Tshetu, N., Scerif, G., & Draper, C. E. (2022). Child exposure to violence and self-regulation in South African preschool-age children from low-income settings. *Child Abuse & Neglect*, 134, 105944. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105944>
- Correia, L. L., Altafim, E. R. P., Ferreira, P. R. S., Gracioli, S. M. A., Santana, L. R., & Linhares, M. B. M. (2024). Parenting and Family Adjustment Scales: Brazilian cultural adaptation. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 41, e22-0100. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e220100>
- Cuartas J. (2021). Corporal punishment and early childhood development in 49 low- and middle-income countries. *Child abuse & neglect*, 120, 105205. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105205>
- Doidge, J. C., Higgins, D. J., Delfabbro, P., Edwards, B., Vassallo, S., Toumbourou, J. W., & Segal, L. (2017). Economic predictors of child maltreatment in an Australian population-based birth cohort. *Children and Youth Services Review*, 72, 14–25. [10.1016/j.childyouth.2016.10](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.10)
- Doidge, J. C., Higgins, D. J., Delfabbro, P., & Segal, L. (2017). Risk factors for child maltreatment in an Australian population-based birth cohort. *Child abuse & neglect*, 64, 47–60. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.12.002>
- Dube, S. R., Li, E. T., Fiorini, G., Lin, C., Singh, N., Khamisa, K., McGowan, J., & Fonagy, P. (2023). Childhood verbal abuse as a child maltreatment subtype: A systematic review of the current evidence. *Child abuse & neglect*, 144, 106394. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106394>
- Dutt-Ross, S. Manual de Análise de Dados. Rio de Janeiro. 2020. mimeo. Disponível em: <http://livro.metodosquantitativos.com/docs/bookdown.pdf>
- Elsaied & Alsehly, (2017). A study of child physical abuse. *Egyptian Journal of Psychiatry*, 38:120–126. [10.4103/1110-1105.209674](https://doi.org/10.4103/1110-1105.209674)
- Ferro, V., Nacca, R., Pisani, M., Cristaldi, S., Faa, M. F., Supino, M. C., Raucci, U., Reale, A., Atti, M. C. D., Raponi, M., Villani, A., & Musolino, A. M. (2022). Children at risk of

- domestic accidents when are locked up at home: the other side of COVID-19 outbreak lockdown. *Italian Journal of Pediatrics*, 48(1). <https://doi.org/10.1186/s13052-022-01318-2>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>
- Francis, T., Packer, D., & Baker-Henningham, H. (2023). A qualitative evaluation of the mechanisms of action in an early childhood parenting programme to prevent violence against children in Jamaica. *Child: Care, Health and Development*, 49(3), 579–590. <https://doi.org/10.1111/cch.13074>
- Gershoff, E. T., & Grogan-Kaylor, A. (2016). Spanking and child outcomes: Old controversies and new meta-analyses. *Journal of family psychology : JFP : journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 30(4), 453–469. <https://doi.org/10.1037/fam0000191>
- Haque, M. A., Janson, S., Moniruzzaman, S., Rahman, A. K. M. F., Islam, S. S., Mashreky, S. R., & Eriksson, U.-B. (2019). Children’s exposure to physical abuse from a child perspective: A population-based study in rural Bangladesh. *PLOS ONE*, 14(2), Artigo e0212428. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0212428>
- Haque, M. A., Moniruzzaman, S., Janson, S., Rahman, A. F., Mashreky, S. R., & Eriksson, U. (2021). Children’s exposure to psychological abuse and neglect: A population-based study in rural Bangladesh. *Acta Paediatrica*, 110(1), 257–264. <https://doi.org/10.1111/apa.15340>
- Heilmann, A., Mehay, A., Watt, R. G., Kelly, Y., Durrant, J. E., Turnhout, J. V., & Gershoff, E. T. (2021). Physical punishment and child outcomes: a narrative review of prospective studies. *The Lancet*, 28. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00582-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00582-1)
- Hendaus, M. A., Al-Khuzaei, A. M., Samarah, O., Hamad, S. G., Selim, B. A., & El Ansari, W. (2020). Child abuse and neglect in a rapidly developing country: Parents' perspectives. *Journal of family medicine and primary care*, 9(6), 3053–3059. https://doi.org/10.4103/jfmprc.jfmprc_971_19
- Hensel, B. P., Garcia, M. E., Pires Coltro, B., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2022). Relações entre Parentalidade e Saúde Mental de Mães Brasileiras. *Contextos Clínicos*, 15(2). <https://doi.org/10.4013/ctc.2022.152.06>
- Higgins, D. J., Mathews, B., Pacella, R., Scott, J. G., Finkelhor, D., Meinck, F., Erskine, H. E., Thomas, H. J., Lawrence, D. M., Haslam, D. M., Malacova, E., & Dunne, M. P. (2023). The prevalence and nature of multi-type child maltreatment in Australia. *The*

- Medical journal of Australia*, 218 Suppl 6(Suppl 6), S19–S25.
<https://doi.org/10.5694/mja2.51868>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE | Cidades | Pará | Belém | Panorama. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>
- Jiménez-Borja, M., Jiménez-Borja, V., Borja-Alvarez, T., Jiménez-Mosquera, C. a. J., & Murgueitio, J. (2020). Prevalence of child maltreatment in Ecuador using the ICAST-R. *Child Abuse & Neglect*, 99, 104230. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104230>
- Khazaei, S., Salehi, A., & Molavi Vardanjani, H. (2023). Prevalence and correlates of child maltreatment among mothers in the Kurdistan province, Western Iran. *The International Journal of Psychiatry in Medicine*, 009121742311637. <https://doi.org/10.1177/00912174231163740>
- Lawrence, D. M., Hunt, A., Mathews, B., Haslam, D. M., Malacova, E., Dunne, M. P., Erskine, H. E., Higgins, D. J., Finkelhor, D., Pacella, R., Meinck, F., Thomas, H. J., & Scott, J. G. (2023). The association between child maltreatment and health risk behaviours and conditions throughout life in the Australian Child Maltreatment Study. *The Medical journal of Australia*, 218 Suppl 6(Suppl 6), S34–S39. <https://doi.org/10.5694/mja2.51877>
- Liel, C., Ulrich, S. M., Lorenz, S., Eickhorst, A., Fluke, J., & Walper, S. (2020). Risk factors for child abuse, neglect and exposure to intimate partner violence in early childhood: Findings in a representative cross-sectional sample in Germany. *Child Abuse & Neglect*, 106, 104487. [10.1016/j.chiabu.2020.104487](https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104487)
- Lima, E. P. M., De Almeida, A. O. A., Bezerra, E. P., Carneiro, E. P., De Andrade, F. M. R., & Gubert, F. D. A. (2019). Identificação dos conhecimentos de mães na prevenção de acidentes domésticos com crianças da primeira infância. *Enfermagem em Foco*, 9(4). <https://doi.org/10.21675/2357-707x.2018.v9.n4.1273>
- Ma, J., Han, Y., Grogan-Kaylor, A., Delva, J., & Castillo, M. (2012). Corporal punishment and youth externalizing behavior in Santiago, Chile. *Child abuse & neglect*, 36(6), 481–490. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2012.03.006>
- Ma, J., Grogan-Kaylor, A. C., Pace, G. T., Ward, K. P., & Lee, S. J. (2022). The association between spanking and physical abuse of young children in 56 low- and middle-income countries. *Child abuse & neglect*, 129, 105662. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105662>
- Manpreet, K., Ravinder, K., & Prakash, S. R. (2019). Assess the knowledge and attitude regarding prevention of child abuse among mothers of under five children. *Baba Farid*

University Nursing Journal, 17(2), 59-62.
<http://dx.doi.org/10.24327/ijcar.2024.2846.1619>

Meinck, F & Steinert, J. (2016). Overview of child abuse measures conducted for a WHO consultancy - not published. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/326261578>

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2024). *Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2024>

Mishra, P., Pal, S., & Dey, A. (2024). Assessment of knowledge and attitude regarding prevention of child abuse among mothers having school age children in selected rural communities of west bengal. *International Journal of Current Advanced Research*.13 (2), pp.2843-2846. DOI: <http://dx.doi.org/10.24327/ijcar.2024.2846.1619>

Moya, C. R. (2021). Como escolher o teste estatístico [livro eletrônico] : um guia para o pesquisador iniciante. Ed. da Autora. <https://www.sbquadril.org.br/app/uploads/2021/10/Como-escolher-o-teste-estatístico-Um-guia-para-o-pesquisadoriniciante.pdf>

Naudin, C., Gatti, V., Kounou, K. B., Bagnéken, C.-O., Ntjam, M.-C., Clément, M.-È., & Brodard, F. (2023). Physically Violent Parental Practices: A Cross-Cultural Study in Cameroon, Switzerland, and Togo. *Journal of Child & Adolescent Trauma*. <https://doi.org/10.1007/s40653-023-00564-8>

Nikolaidis, G., Petroulaki, K., Zarokosta, F., Tsirigoti, A., Hazizaj, A., Cenko, E., Brkic-Smigoc, J., Vajzovic, E., Stancheva, V., Chinceva, S., Ajdukovic, M., Rajter, M., Raleva, M., Trpcevska, L., Roth, M., Antal, I., Ispanovic, V., Hanak, N., Olmezoglu-Sofuoglu, Z., Umit-Bal, I., ... Browne, K. (2018). Lifetime and past-year prevalence of children's exposure to violence in 9 Balkan countries: the BECAN study. *Child and adolescent psychiatry and mental health*, 12, 1. <https://doi.org/10.1186/s13034-017-0208-x>

O'Leary, P., et al (2018). Violence against children in Afghanistan: Concerns and opportunities for positive change. *Child Abuse & Neglect* 76 (2018) 95–105. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.10.010>

Padilha, M. G. S. (2007). *Prevenção primária de abuso sexual: avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2835>

- Pahantasingh, S., Samantray, K. K., Guchhait, T., Sahoo, A., & Panigrahi, J. (2020). Knowledge and attitude of mothers towards the prevention of child sexual abuse. *European Journal of Molecular & Clinical Medicine*, 7(11), 5088-5095. <https://ejmcm.com/uploads/paper/6c8603bd0720a92737d2a93d39e9ea57.pdf>
- Perron, J. L., Lee, C. M., Laroche, K. J., Ateah, C., Clément, M.-È., & Chan, K. (2014). Child and Parent Characteristics Associated With Canadian Parents' Reports of Spanking. *Canadian Journal of Community Mental Health*, 33(2), 31–45. <https://doi.org/10.7870/cjcmh-2014-014>
- Peruhype, R. C., Halboth, N. V. & Alves, P. B. (2011). Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina - MG/Brasil. *Textos & Contextos*, 10 (1), 170-178. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/7948>
- Rani, S. (2019). Knowledge and Attitude of Teachers and Parents Regarding Child Abuse. *Indian Journal of Youth and Adolescent Health*, 6(1), 21-27. <https://medical.advancedresearchpublications.com/index.php/IndianJ-YouthandAdolescentHealth/article/view/116>
- Runyan, D. K., Dunne, M. P., Zolotor, A. J., Madrid, B., Jain, D., Gerbaka, B., Menick, D. M., Andrevia-Miller, I., Kasim, M. S., Choo, W. Y., Isaeva, O., Macfarlane, B., Ramirez, C., Volkova, E., & Youssef, R. M. (2009). The development and piloting of the ISPCAN Child Abuse Screening Tool-Parent version (ICAST-P). *Child abuse & neglect*, 33(11), 826–832. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.09.006>
- Sanders, M. R., Morawska, A., Haslam, D. M., Filus, A., & Fletcher, R. (2014). Parenting and Family Adjustment Scales (PAFAS): Validation of a Brief Parent-Report Measure for Use in Assessment of Parenting Skills and Family Relationships. *Child Psychiatry & Human Development*, 45(3), 255–272. <https://doi.org/10.1007/s10578-013-0397-3>
- Santana, L. R. (2018). Adaptação Transcultural e Validação da Parenting and Family Adjustment Scales (PAFAS) [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Grande Dourados. <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS23615410be02d5b8c7cfe1bec61fb9f7>
- Scott, J. G., Malacova, E., Mathews, B., Haslam, D. M., Pacella, R., Higgins, D. J., Meinck, F., Dunne, M. P., Finkelhor, D., Erskine, H. E., Lawrence, D. M., & Thomas, H. J. (2023). The association between child maltreatment and mental disorders in the Australian Child Maltreatment Study. *The Medical journal of Australia*, 218 Suppl 6(Suppl 6), S26–S33. <https://doi.org/10.5694/mja2.51870>
- SEGEPI. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. ASPECTOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM – ANUÁRIO. Disponível em: <http://anuario.belem.pa.gov.br/index.php/demografia-2/>

- Sferra, D. T. B., & Redivo, H. (2023). Lei Henry Borel: mudanças, efetividade e aplicabilidade da legislação. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, 25(45), 261–287. <https://doi.org/10.48075/csar.v25i45.31602>
- Shafiq, S., & Ali, M. (2023). MATERNAL WELLBEING: IMPACT OF PARENTING AND CHILD ABUSE. *Pakistan Journal of Science*, 74(1-1), 32–40. <https://doi.org/10.57041/pjs.v74i1-1.1013>
- Shankar, P., Agrawal, A., K., A. B., & Kumar, M. (2020). Assessment of knowledge and attitude about child abuse amongst parents visiting a tertiary care hospital in Bengaluru, India. *International Journal of Contemporary Pediatrics*, 7(5), 1105. <https://doi.org/10.18203/2349-3291.ijcp20201648>
- Silveira, A. L., & Grassi-Oliveira, R. (2016). Semantic validation of the ISPCAN Child Abuse Screening Tools (ICAST) in Brazilian Portuguese. *Trends in psychiatry and psychotherapy*, 38(2), 105–110. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2016-0012>.
- Solehati, T., Shabrina, R. M. I., Pravidanti, F. R., Realita, C., Darmawan, T. A. P., Purwanto, M. O. S., Hermayanti, Y., Kosasih, C. E., Mediana, H. S. (2021). Parents' knowledge related to sexual abuse in children: literature review. *Journal Keperawatan*, 13(2), 333 - 344.
- Stargel et al. (2022). Predicting children's differential trajectories of emotion dysregulation: A study on the intergenerational transmission of child and caregiver maltreatment. *Child Abuse & Neglect* 132. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105816>
- Taylor, Z. E., Conger, R. D., Robins, R. W., & Widaman, K. F. (2015). Parenting Practices and Perceived Social Support: Longitudinal Relations with the Social Competence of Mexican-origin Children. *Journal of Latina/o psychology*, 3(4), 193–208. <https://doi.org/10.1037/lat0000038>
- Tracy, M., Salo, M., & Appleton, A. A. (2018). The mitigating effects of maternal social support and paternal involvement on the intergenerational transmission of violence. *Child Abuse & Neglect*, 78, 46–59. [10.1016/j.chiabu.2017.09.023](https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.09.023)
- Wang, Y., Chen, X., Zhou, K., & Zhang, H. (2023). A Meta-Analysis of the Effects of Childhood Maltreatment on Elderly Depression. *Trauma, violence & abuse*, 24(3), 1593–1607. <https://doi.org/10.1177/15248380211073838>
- Wolford, S. N., Cooper, A. N., & McWey, L. M. (2019). Maternal depression, maltreatment history, and child outcomes: The role of harsh parenting. *American Journal of Orthopsychiatry*, 89(2), 181–191. <https://doi.org/10.1037/ort0000365>

- Zhang, W., Ma, Y., & Chen, J. (2016). Child Psychological Maltreatment and Its Correlated Factors in Chinese Families. *Social Work In Public Health*, 31 (3), 204–214. <http://dx.doi.org/10.1080/19371918.2015.1088813>
- Zhou, X., & Zhen, R. (2022). How do physical and emotional abuse affect depression and problematic behaviors in adolescents? The roles of emotional regulation and anger. *Child abuse & neglect*, 129, 105641. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105641>

ESTUDO 2 - Nível de evidência científica, qualidade metodológica e validade ecológica das publicações sobre a eficácia dos programas parentais na prevenção da violência contra a criança.

A literatura tem discutido com maior frequência a utilização de programas parentais como estratégias para a redução e/ou prevenção dos maus tratos infantis. No entanto, alguns estudos de revisão e meta-análise destacam a dificuldade de se avaliar a eficácia de tais programas devido a questões metodológicas. Entre os problemas apontados estão a baixa qualidade das evidências e a necessidade de mais estudos clínicos randomizados (ECR) que possam melhor examinar os efeitos dos programas de intervenção na prevenção ou redução de maus-tratos infantis (Altafim & Linhares, 2016; Branco et al., 2022; Desai et al., 2017; user et al., 2015; Santini & Williams, 2016).

A sugestão dos autores de estimular a produção de ECR deve-se, em parte, à sua posição na pirâmide da evidência científica. Ela foi criada para estabelecer a hierarquia dos diferentes níveis de evidência científica de acordo com os desenhos de estudos e com base no impacto de cada um. Cada nível representa um tipo de estudo com maior rigor, qualidade e confiabilidade em relação ao nível inferior. Os resultados dos estudos acima da pirâmide são considerados mais acurados, com menores chances estatísticas de erro e com menor risco de viés nas variáveis capazes de influenciá-lo (Martinez-Silveira, 2015). A classificação das evidências é utilizada há muitos anos, com diversas organizações criando seus próprios sistemas. De acordo com o *Joanna Briggs Institute* (2014), as evidências podem ser classificadas em Nível 1 (Desenhos experimentais), Nível 2 (Desenhos quasi-experimentais), Nível 3 (Desenhos analíticos-observacionais), Nível 4 (Estudos descritivos-observacionais) ou Nível 5 (Opinião de especialista e pesquisa de bancada), de acordo com o desenho do estudo.

No entanto, estar no topo da pirâmide, como no caso das revisões sistemáticas e os ECR, não garante necessariamente a alta qualidade do estudo nem ausência de viés. Por exemplo, na revisão de Chen e Chan (2016), nenhum dos 37 ECR avaliados alcançou a pontuação máxima de qualidade conforme o *checklist* CONSORT (Schulz et al., 2010). As pontuações variaram de seis a 11 (o máximo era de 12). Todos os programas criaram critérios claros para os participantes, descreveram detalhadamente as intervenções e definiram medidas de resultados pré-especificadas. Apenas nove programas parentais relataram todo o processo de implementação da randomização, incluindo como a sequência de alocação aleatória foi gerada, o mecanismo de alocação, a informação sobre quem implementou a randomização e quem fez a avaliação às cegas.

A revisão sistemática realizada por Branco et al. (2022) realizou a avaliação metodológica dos estudos encontrados. Três artigos (17%) apresentaram cuidados metodológicos fortes, sendo um ECR, um ensaio clínico controlado e um de comparação entre grupos com grupo controle e avaliações pré e pós-intervenção; 10 estudos (55%) foram classificados como moderados, e destes, sete eram de grupo único com pré e pós-intervenções, dois ECR e outro de comparação entre grupos com um grupo controle e pré e pós-intervenções; além disso, cinco artigos (28%) foram classificados como fracos, dos quais, três eram ECR e dois eram estudos de grupo único com pré e pós-intervenções.

Entre os estudos classificados como fortes, todos os três estudos apresentaram rigoroso controle de variáveis de confusão, e foram classificados como moderados nos componentes coleta de dados, viés de seleção e cegamento. Apenas um estudo foi classificado como forte e dois como moderado no componente de afastamento e abandono. Em relação aos 10 estudos classificados como moderado, todos tiveram classificação forte na coleta de dados e oito foram avaliados na categoria forte no controle de variáveis de confusão. No entanto, seis estudos foram classificados como fracos no componente de viés de seleção porque o cálculo amostral não era representativo da população-alvo, um estudo ECR teve uma classificação fraca no componente de cegamento para a coleta de dados e três estudos de grupos únicos com pré e pós-intervenção tiveram uma classificação fraca das informações sobre afastamento e abandono. Por fim, dentre os cinco estudos classificados como fracos, três tinham desenho de ECR, mas foram assim avaliados nos quesitos viés de seleção, cegamento e coleta de dados, e os outros dois estudos descritos como fracos nos componentes de viés de seleção, variável de confusão e afastamento e desistência (Branco et al., 2022).

Outros estudos de revisão que avaliaram a qualidade de estudos de programas parentais também apontaram a dificuldade no aspecto do cegamento, comprometendo a qualidade das evidências (Mihelic et al., 2017; Shah et al, 2022). Sempre que possível, as intervenções devem ser planejadas de maneira que os participantes do estudo, os membros da equipe da pesquisa, os coletadores e avaliadores dos dados não tenham conhecimento de qual grupo cada um dos participantes foi alocado. No entanto, algumas vezes, não é possível cegar todos esses indivíduos, então é recomendado que o maior número possível seja cegado (Hulley et al, 2015).

Outrossim, Desai et al (2017) realizaram um estudo de revisão com objetivo de examinar as evidências de revisões sistemáticas anteriores sobre o papel dos programas de parentalidade na prevenção da violência contra crianças, tanto em países de alta renda como

em países de baixa e média renda. Para isso, eles também avaliaram a qualidade das revisões sistemáticas encontradas utilizando a medida *Assessing the Methodological Quality of Systematic Reviews* (AMSTAR) e obtiveram como média geral 7.2, o que indica uma qualidade moderada das revisões. No entanto, os detalhes dessa avaliação não foram descritos pelos autores, impossibilitando a identificação dos componentes das revisões que não estavam totalmente adequados.

Sendo assim, percebe-se a importância de avaliar a qualidade dos estudos e o risco de viés, independentemente do desenho metodológico definido. Ressalta-se, também, a importância de se discutir os aspectos que envolvem a qualidade das publicações, pois os artigos científicos são evidências que sustentam a tomada de decisão, tanto na prática clínica como na gestão pública. Contudo, para que possam ser utilizados para este fim, a qualidade da metodologia e os resultados devem ser aprimorados (Sampaio, 2013).

Outro aspecto que também merece ser analisado e discutido sobre os estudos de programas parentais, é a sua validade ecológica. De acordo com Bronfenbrenner (1996), uma pesquisa seria considerada ecologicamente válida se executada num ambiente natural e envolvesse objetos e atividades da vida cotidiana. No entanto, posteriormente, ele considerou esta definição muito simples, pois alegou que o fato de uma pesquisa ocorrer em um ambiente de vida real, não necessariamente a tornaria ecologicamente válida, assim como, o fato de uma investigação ser desenvolvida em ambiente de laboratório, não a tornaria ecologicamente inválida. Sendo assim, “validade ecológica se refere à extensão em que o meio ambiente experienciado pelos sujeitos numa investigação científica tem as propriedades supostas ou presumidas pelo investigador” (p. 24). Nesse sentido, a validade ecológica envolve a manutenção da integridade da situação de vida real no contexto experimental, permanecendo fiel ao maior contexto social e cultural (Schmuckler, 2001).

Para Bronfenbrenner (1996), quando houver divergência entre a percepção que o indivíduo tem da situação de pesquisa e as condições ambientais pretendidas ou supostas pelo pesquisador, a validade ecológica fica comprometida. Portanto, é fundamental considerar como a situação de pesquisa foi percebida e interpretada pelos sujeitos do estudo. Apesar disso, o autor ressalta que a validade ecológica é um objetivo que deve ser almejado, mas nunca atingido. Ele afirma, ainda, que quanto mais próximos estiver dela, “mais claro será o entendimento científico da complexa interação entre o organismo humano em desenvolvimento e os aspectos funcionalmente relevantes de seu meio ambiente físico e social” (p.27).

Por sua vez, Schmuckler (2001) ressalta que há alguns problemas para se conduzir pesquisas ecologicamente válidas. Embora a validade ecológica envolva múltiplos fatores, pouco se discute na literatura sobre os critérios a serem utilizados para julgá-la em um estudo. Sendo assim, dificilmente se encontra na literatura estudos que discutem a validade ecológica de programas de intervenção, especialmente de programas parentais.

O estudo de Ledford et al. (2016) é um dos poucos que se propõe a discutir a validade ecológica de programas de intervenção, mas não propriamente na área da parentalidade. Seu objetivo foi analisar estudos que tinham como foco aumentar a competência social para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo para determinar até que ponto as evidências de validade social e ecológica estavam presentes. Os autores utilizaram variáveis específicas para as questões de validade social e ecológica que foram codificadas para responder às questões de pesquisa da revisão. No caso das categorias para análise da validade ecológica, eles avaliaram o tipo de implementador e parceiro social (por exemplo, professor, pai, colega, pesquisador); se o implementador e os parceiros sociais são indivíduos que costumam estar presentes no ambiente da criança; se os cenários e atividades da intervenção eram típicos, ou seja, era realizada na casa do aluno, na escola ou em ambientes comunitários e, se o estudo era realizado durante atividades que ocorriam naturalmente; se houve evidência de uso contínuo por pessoas típicas daquele cenário sem o apoio do pesquisador, ou seja, se essas pessoas continuaram usando estratégias de intervenção quando o apoio à pesquisa foi finalizado e; se houve evidência de manutenção da mudança de comportamento quando a intervenção foi finalizada.

Nessa revisão feita por Ledford et al. (2016), foram analisados 109 estudos relatados em 54 artigos publicados. Como resultado, obteve-se que aproximadamente metade dos estudos apontaram evidências de indicadores comuns de validade ecológica, incluindo implementadores (45%), parceiros sociais (56%) e cenários (57%) que costumam ser comuns para a criança. Alguns desses estudos (38%) relataram evidências de todos os três indicadores. Poucos estudos (28%) relataram que ocorreram no contexto de atividades que acontecem normalmente (por exemplo, o estudo foi realizado em um ambiente típico, como um programa para a primeira infância, e também durante as atividades regulares em andamento neste). Poucos estudos (7%) relataram se os implementadores continuaram usando a intervenção depois que a condição de tratamento foi concluída. Assim, os autores deste estudo descrevem tais características que foram associadas à validade ecológica da pesquisa, mas pouco discutiu sobre o tema, detendo-se mais na discussão sobre validade social da pesquisa.

Baseado nesse estudo, Chezan et al (2020) realizaram uma revisão com objetivo de determinar se e como a validade ecológica foi demonstrada e avaliada em estudos que examinaram a eficácia de uma intervenção específica, também, para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA) nas escolas. Eles analisaram 55 estudos a fim de identificar indicadores de validade ecológica e os instrumentos utilizados para avaliá-la. Os resultados indicaram que aproximadamente metade dos procedimentos foram realizados por professores em salas de aula. No entanto, mesmo ocorrendo em ambientes e aplicado por indivíduos já comuns ao contexto dos participantes, aproximadamente 50% dos procedimentos foram conduzidos durante sessões isoladas e exigiram que vários indivíduos auxiliassem na implementação do procedimento e na coleta de dados. A maioria desses indivíduos eram estudantes de graduação ou pós-graduação, e não profissionais da educação que trabalhavam nas escolas.

Além dos indicadores de contexto, implementadores e atividades, os autores dessa revisão, mediram a validade ecológica identificando se os autores dos estudos utilizaram algum instrumento e como relataram os resultados. Eles codificaram se os autores fizeram essa mensuração apresentando as perspectivas dos professores sobre a facilidade de implementação, o tempo necessário para implementar a intervenção, a viabilidade da intervenção em relação aos recursos existentes e responsabilidades concorrentes, e se os professores estavam planejando continuar a intervenção após o término do estudo. Apenas sete estudos realizaram este tipo de análise. Os resultados revelaram inconsistências nos instrumentos utilizados e na comunicação dos resultados. Ou seja, alguns pesquisadores relataram pontuações para cada item incluído no instrumento, outros relataram a pontuação geral, enquanto em alguns casos os autores fizeram uma declaração sem relatar nenhuma pontuação. Os autores concluíram que, o número limitado de estudos que avaliam a validade ecológica, a variedade de instrumentos utilizados e as inconsistências na comunicação dos resultados dificultam a obtenção de conclusões precisas (Chezan et al., 2020).

Com base em iniciativas anteriores de revisão da literatura (Branco et al., 2022; Chen & Chan, 2016; Chezan et al., 2020; Ledford et al., 2016), destaca-se a importância de aprofundar a discussão sobre a qualidade das evidências científicas e a validade ecológica dos estudos que avaliam a eficácia de programas parentais voltados para a prevenção e/ou redução de maus tratos infantis.

Estudos de revisão da literatura, como este, permitem caracterizar as publicações na área em relação aos níveis de evidência, à qualidade dos artigos e risco de viés. Além disso, ao identificar os principais aspectos que aumentam ou diminuem o nível da qualidade dos

artigos, possibilita refletir sobre futuras pesquisas e publicações na área. E por fim, considerando a necessidade de que tais pesquisas façam sentido no contexto real dos participantes envolvidos, as evidências serão discutidas à luz da validade ecológica.

Assim, o objetivo principal deste estudo é analisar o nível das evidências científicas, a qualidade metodológica e a validade ecológica das publicações sobre a utilização de programas parentais voltados para a prevenção da violência contra a criança.

Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar o nível das evidências científicas, a qualidade metodológica e a validade ecológica das publicações sobre a utilização de programas parentais destinados a prevenir a violência contra a criança.

Objetivos específicos

- Identificar publicações sobre programas parentais com o foco na prevenção da violência contra a criança;
- Descrever as características metodológicas dos estudos encontrados;
- Analisar o nível de evidência científica dos estudos selecionados;
- Avaliar a qualidade metodológica das publicações;
- Discutir a validade ecológica dessas publicações.

Método

Realizou-se uma Revisão Sistemática da literatura para a avaliação do nível de evidência científica, qualidade metodológica dos artigos e indicativos de validade ecológica dos estudos selecionados.

Descritores e estratégias de busca

A pesquisa dos artigos científicos nas bases de dados Bireme, SCielo, Psycinfo e Scopus, foi realizada em novembro de 2023. Os descritores utilizados na pesquisa foram: *parent* program OR parent* education AND violence prevention OR abuse OR maltreatment AND child**. Foram selecionados estudos publicados no período de 2019 a 2023 e nos idiomas Português, Inglês e Espanhol.

Crêterios de Inclusão e Exclusão

Os cr terios de inclusão utilizados foram: artigos de qualquer delineamento de pesquisa que abordem intervenções de programas parentais; que tenham como objetivo principal a prevenção da violência contra a criança de zero a seis anos de idade; que tenham como participantes pais das crianças; artigos que tenham como foco apresentar os resultados do programa de intervenção.

Foram excluídos da pesquisa artigos com as seguintes características: que abordem intervenção de programas parentais com pais de crianças com alterações no desenvolvimento; que tinham como participantes pais de crianças em acolhimento institucional, bem como pais institucionalizados (cárcere), em tratamento de uso de drogas ou outras doenças e famílias de refugiados; que incluam programas que envolvam somente visita domiciliar e/ou abordagens não grupais.

Seleção dos estudos

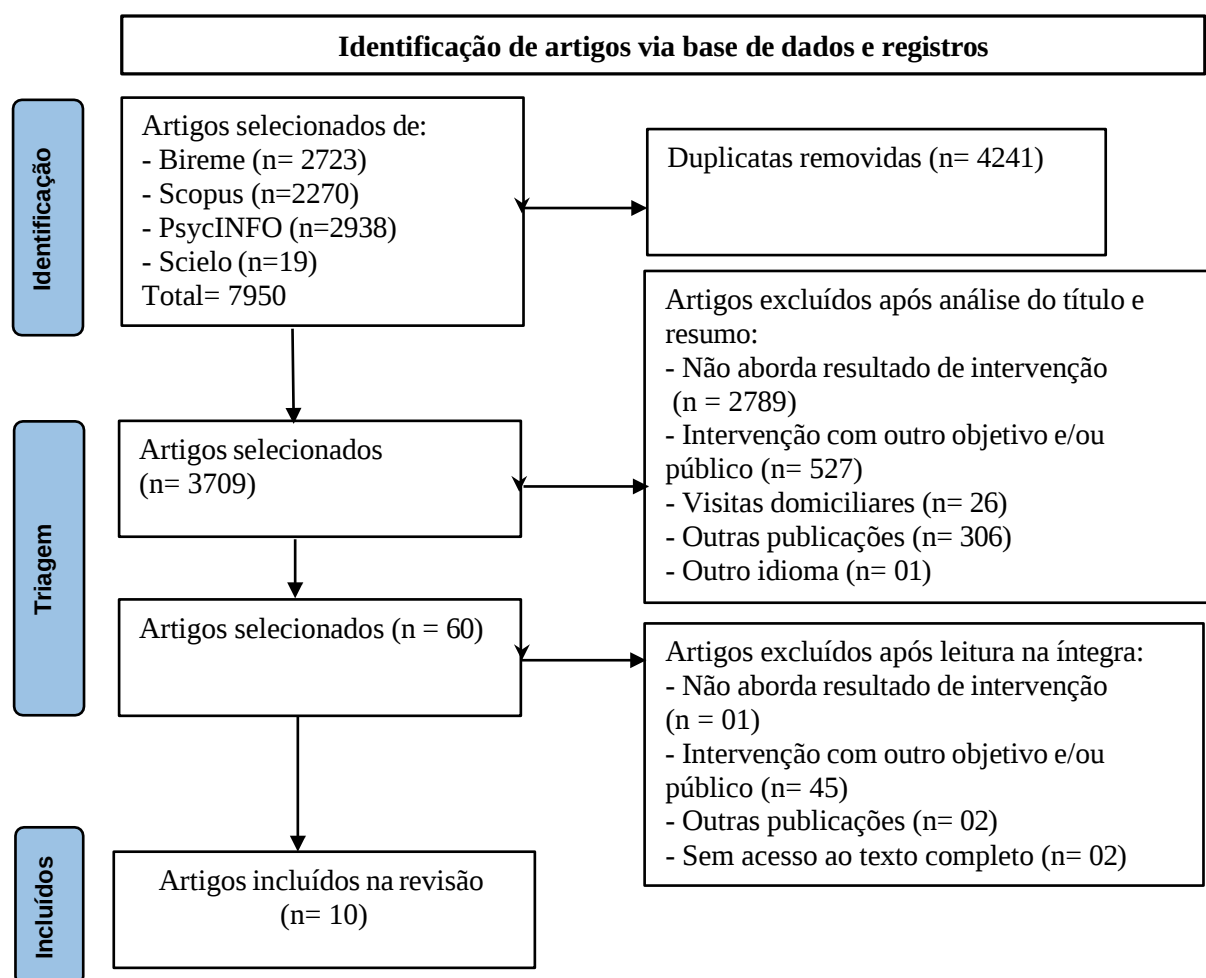
A Figura 1 apresenta o fluxograma de seleção dos estudos. A pesquisa nas bases de dados identificou 7950 artigos. Inicialmente, os artigos foram organizados utilizando o gerenciador de referências *Mendeley*  para exclusão das duplicatas (4144). Após esta etapa, o banco de dados foi analisado com base nos cr terios de inclusão e exclusão utilizando o programa *Rayyan* , por meio do qual outras 97 duplicatas foram identificadas e excluídas. Após leitura dos títulos, resumos e textos na íntegra, 3697 artigos foram excluídos por não se encaixarem nos cr terios de inclusão da pesquisa. Dentre esses, a maioria (2790) não abordava resultados de programa de intervenção, ou seja, tratava-se de artigos que não analisaram programas de intervenção parental, ou que abordavam sobre programas, mas que se detinha a discutir questões de base teóricas, adaptações de programa, dentre outros. Outros 572 artigos foram excluídos por abordarem programas de intervenção, mas com outro objetivo e/ou público alvo, ou ainda, que aplicaram programas parentais, mas com objetivo de avaliar somente outras variáveis relacionados à parentalidade (estresse parental, regulação emocional, dentre outras) e não variáveis voltadas diretamente a práticas parentais e violência.

Além desses, 26 estudos foram excluídos por relatarem programas parentais que utilizavam como metodologia somente visitas domiciliares, 308 por se tratarem de outros tipos de publicação que não artigos científicos (teses, livros, capítulos de livro, editoriais, erratas de artigos, protocolos de pesquisa, dentre outros), um estava em outro idioma e dois não estavam disponíveis na íntegra. Sendo assim, 10 artigos foram elegíveis para esta revisão.

Um juiz independente analisou os estudos selecionados e respondeu à pergunta “O artigo está de acordo com os objetivos e critérios de inclusão e exclusão estabelecidos?”. Houve concordância para os 10 artigos designados.

Figura 1

Fluxograma da seleção dos artigos da revisão



Extração das informações e categorização dos dados

Após seleção dos estudos, todas as publicações foram lidas na íntegra e os dados extraídos organizados em uma tabela no programa Excel®. Os dados de identificação dos estudos são: autores, ano de publicação e país. Já os dados metodológicos são: participantes, variáveis investigadas, identificação do programa parental, duração, responsável pela aplicação e local do programa, além dos principais resultados apontados pelos estudos.

Nível de Evidência Científica

Após a extração dos dados, eles foram classificados de acordo com o nível de evidência científica, baseado nos critérios do *Joanna Briggs Institute* (2014 - Apêndice G). Esses critérios são definidos a partir de características do delineamento da pesquisa e se a mesma envolve estudos de eficácia, diagnóstico, prognóstico ou avaliação econômica. Neste estudo foram utilizados os níveis referentes a eficácia. Os estudos foram classificados de 1a (melhor nível de evidência) a 5c (pior nível de evidência).

Qualidade Metodológica

Para avaliar a qualidade metodológica dos estudos selecionados utilizou-se a ferramenta *Effective Public Health Practice Project* (EPHPP- Apêndice H), que foi desenvolvida para analisar estudos quantitativos de diversos delineamentos. Ela avalia a qualidade do artigo considerando seis componentes: viés de seleção dos participantes, delineamento do estudo, fatores de confusão, cegamento, metodologia da coleta de dados, e retiradas e desistências. Cada componente pode ser avaliado como Forte, Moderado e Fraco. A classificação final do artigo, ou seja, se ele é Forte, Moderado ou Fraco, varia de acordo com a quantidade de componentes considerados Fraco, se nenhum, um ou dois ou mais, respectivamente (Thomas et al., 2004).

Um juiz independente aplicou o instrumento em todos os artigos selecionados. Houve ao menos uma discordância em cada item, com exceção do Item Design de Estudo. O item com maior divergência foi o de Cegamento, com divergência parcial em três artigos. Realizou o cálculo do índice de confiabilidade interavaliadores e alcançou-se o valor de 87% de concordância entre os avaliadores. De acordo com Stemler (2004), recomenda-se um índice de concordância a partir de 70%.

Validade ecológica

Para análise da validade ecológica dos estudos, utilizou-se como base as codificações aplicadas por Ledford et al (2016) e Chezan et al (2020). São elas:

- Tipo de implementador do programa (por exemplo, professor, pai, outro profissional, pesquisador).
- Se o implementador já fazia parte do ambiente do participante.
- Se os ambientes e atividades da intervenção já eram comuns aos participantes, ou seja, ocorreram em locais ou durante atividades que o participante já costuma participar.

- Se houve evidência de que o implementador, se típico do ambiente do participante, deu continuidade à intervenção mesmo sem o apoio do pesquisador.
- Se houve evidência de manutenção da mudança de comportamento quando a intervenção foi retirada.

Resultados

Descrição dos dados extraídos dos artigos

A Tabela 1 apresenta as principais informações sobre os artigos selecionados. Cinco estudos foram publicados no ano de 2021, três em 2022, e um, entre 2019 e 2020. Apesar de incluir nesta revisão o ano de 2023, nenhum artigo mais recente foi selecionado. No que diz respeito ao país, seis artigos foram publicados em países do continente Americano, três em países da Ásia e um em país intercontinental (Ásia/Europa). A quantidade de participantes variou de 20 a 223 pais, mães e outros cuidadores de crianças pequenas.

No que diz respeito às variáveis investigadas, destaca-se com mais frequência as que envolvem o uso e frequência de violência, crenças, atitudes e utilização de castigos físicos, bem como, medidas que avaliam práticas parentais, competência e eficácia parental. Além dessas, outras medidas secundárias, também, aparecem nos estudos, tais como, aspectos do comportamento e desenvolvimento da criança, saúde mental dos pais e violência por parceiro íntimo e violência comunitária.

Sobre os programas parentais identificados nas pesquisas selecionadas, foram encontrados oito diferentes programas voltados para a prevenção da violência contra a criança. A maioria são programas estruturados, sendo três deles (*Irie Homes Toolbox*, *Happy Family for Filipino Children* e *Play Nicely*) utilizados mais localmente e dois (*Triple P* e *ACT- Raising Safe Kids*) aplicados mundialmente. Outros dois programas foram adaptações de intervenções pré-existent (Adaptação do livro *Body Safety Training* e inclusão de módulo ao *ICDP*). Apenas um programa foi elaborado para a própria pesquisa (*ParentsCAN*).

A duração das intervenções variou de uma a 12 semanas, com sessões que tiveram de oito a 120 minutos. Em seis estudos, os programas foram aplicados pelos próprios pesquisadores; em outros dois, por profissionais certificados pelo programa; e, nos demais, os facilitadores dos serviços locais responsáveis pela intervenção foram os aplicadores.

Tabela 1*Síntese dos principais dados extraídos dos artigos selecionados*

Autor/ano	País	Objetivos	Participantes	Variáveis (medidas)	Programa Parental	Duração Programa	Aplicador Programa	Local Programa	Resultados
Francis & Baker-Henningham (2021)	Jamaica	- Avaliar os efeitos da <i>Irie Homes Toolbox</i> no uso da violência pelos pais contra seus filhos e no envolvimento dos pais com seus filhos.	223 díades	- Uso da violência pelos pais - Envolvimento dos pais com os filhos - Dificuldades de comportamento infantil. - Habilidades pró-sociais das crianças - Prontidão escolar	<i>Irie Homes Toolbox</i>	8 semanas (1 sessão/semana - 90min)	Pesquisador	Escola	- Redução do uso de violência e aumento do envolvimento com seus filhos. - Quanto maior a frequência dos pais nas sessões, maior a redução no uso da violência.
Gonzalez et al. (2019)	Canadá	- Comparar os relatos dos pais canadenses sobre punição física, punição não física e respostas não punitivas antes e depois de terem participado da Série de Seminários <i>Triple P</i> .	27 pais	- Uso de castigo físico, castigo não físico e resposta não punitiva pelos pais	<i>Triple P</i> - Nível 2	03 semanas (1 seminário por semana)	Profissional credenciado	Agência comunitária	- Diminuição do relato dos pais sobre castigo físico em geral. - Uso de punição não física e respostas não punitivas no geral não apresentou mudança significativa.
Hokmabadi et al. (2022)	Irã	- Determinar o efeito da educação em segurança pessoal para mães em Gorgan no conhecimento e competências dos seus filhos meninos para a prevenção do abuso sexual infantil.	46 díades	- Conhecimento das crianças sobre o abuso sexual - Capacidade das crianças de reconhecer e responder a situações hipotéticas de abuso sexual.	Programa de Prevenção do Abuso Sexual (<i>Body Safety Training</i>)	1 semana (1 sessão - 90 a 120 min e 2 contatos por telefone)	Pesquisador	Não é relatado	- Maior competência para prevenção, conhecimento sobre abuso sexual e sobre toque apropriado, após a intervenção e no follow-up. - Não houve diferença entre os grupos.

Autor/ano	País	Objetivos	Participantes	Variáveis (medidas)	Programa Parental	Duração Programa	Aplicador Programa	Local Programa	Resultados
Khoori et al (2020)	Irã	- Determinar se as meninas em idade pré-escolar poderiam aprender competências de segurança pessoal quando ensinadas pelas suas mães e se esses conhecimentos seriam mantidos no <i>follow-up</i> .	56 meninas e suas mães	- Conhecimento das crianças sobre o abuso sexual - Capacidade das crianças de reconhecer e responder a situações hipotéticas de abuso sexual.	Programa de Prevenção do Abuso Sexual (<i>Body Safety Training</i>)	1 semana (1 sessão - 90 a 120 min e 2 contatos por telefone)	Pesquisador	Não é relatado	- Maior conhecimento sobre abuso sexual, capacidade de reconhecer pedidos de toque apropriado e níveis mais elevados de competências de autoproteção. - Aprenderam a relatar solicitações de toque inadequado. - Menos relato de maus-tratos em geral e abuso emocional. - Redução no risco de abuso físico e negligência. - Redução da parentalidade disfuncional e aumento do relato dos pais sobre comportamentos parentais positivos.
Lachman et al. (2021)	Filipinas	- Examinou a eficácia de um programa parental adaptado localmente, entregue como parte de um sistema governamental de CCT para famílias de baixa renda com crianças de dois a seis anos	120 pais	- Frequência de Maus tratos - Parentalidade positiva e disfuncional - Atitudes dos pais de apoio ao castigo corporal - Ocorrências de comportamento parental e eficácia - Vitimização da violência por parceiro íntimo e a negociação entre parceiros - Comportamento, habilidades de comunicação e desenvolvimento socio-emocional da criança.	<i>Happy Family for Filipino Children</i>	12 sessões (Uma sessão a cada duas semanas)	Facilitadores do Serviço	Centro Comunitário	- Redução no risco de vitimização por violência por parceiro íntimo. - Aumento da autoeficácia parental e menos problemas diários de comportamento infantil. - Sem efeito em parentalidade positiva no geral e apoio parental ao castigo físico.

Autor/ano	País	Objetivos	Participantes	Variáveis (medidas)	Programa Parental	Duração Programa	Aplicador Programa	Local Programa	Resultados
Lawrenz et al. (2021)	Brasil	- Avaliar as evidências iniciais de eficácia do Programa ACT.	52 pais biológicos, padrastos ou pais adotivos	- Práticas parentais - Crenças sobre o Castigo Físico - Níveis de raiva dos pais - Saúde mental dos pais	<i>ACT-Raising Safe Kids</i>	9 sessões (1 sessão/semana - 120 min)	Psicóloga certificada e pesquisadora assistente	Universidade e escola pública.	- As variáveis relacionadas às práticas parentais (regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva), crenças de punição física, níveis de raiva (temperamento raivoso, reação raivosa, expressão da raiva e controle da raiva) e resultados de saúde mental (depressão e estresse) melhoraram significativamente do pré para o pós-teste.
Lotto et al. (2022)	Brasil	- Adaptação e viabilidade da versão online do ACT; - O efeito da versão online do ACT na melhoria das práticas parentais maternas e no sentido de competência; - A aceitabilidade da versão online do ACT com base nas respostas das mães.	20 mães	- Práticas parentais (regulação emocional e comportamental, disciplina positiva e comunicação) - Práticas parentais e o ajustamento dos cuidadores e das famílias. - Senso de Competência Parental. - Avaliação do programa ACT.	<i>ACT-Raising Safe Kids</i>	9 sessões (1 sessão/semana - 60 a 90 min)	Pesquisador	Online	- Aumento na regulação emocional e comportamental, e no senso de competência parental, e uma diminuição nas práticas coercitivas.

Autor/ano	País	Objetivos	Participantes	Variáveis (medidas)	Programa Parental	Duração Programa	Aplicador Programa	Local Programa	Resultados
Richardson & Damashek (2022)	EUA	- Testar os efeitos do programa <i>Play Nicely</i> nas atitudes em relação às palmadas, entre cuidadores de crianças pequenas de baixa renda (de 1 a 5 anos);	52 cuidadores	- Atitude em relação à surra - Percepções dos clientes sobre a competência cultural de seus terapeutas/ programa.	<i>Play Nicely</i>	08 a 20 min	Pesquisador	Clínica pediátrica	- Não houve diferença significativa da Atitude em relação às Surras no geral. Houve uma diferença significativa, apenas, quando comparou os participantes de diferentes origem raciais no grupo de tratamento na fase pós.. - Houve diferença significativa quando comparou os participantes de diferentes origens raciais no grupo de tratamento, pós intervenção.
Sahillioglu & Akman (2021)	Turquia	- Avaliar a influência e a permanência do efeito do Programa de Formação Parental para a Prevenção do Abuso e Negligência Infantil (ParentsCAN) em termos de aumentar os níveis de consciência e compreensão dos pais sobre abuso e negligência infantil.	30 pais	- Nível de conscientização e compreensão dos pais sobre abuso e negligência infantil.	<i>ParentsCAN</i>	06 sessões	Pesquisador	Escola Primária	- Houve aumento significativo dos níveis de consciência e compreensão dos pais, após a participação no programa.

Autor/ano	País	Objetivos	Participantes	Variáveis (medidas)	Programa Parental	Duração Programa	Aplicador Programa	Local Programa	Resultados
Skar et al. (2021)	Colômbia	- Investigar se o ICDP, ao focar no fortalecimento do cuidado positivo e das relações familiares, é eficaz como medida preventiva da violência, e se um currículo específico de prevenção da violência aumentará o efeito, quando comparado com a participação em atividades regulares de programas sociais em creches.	176 cuidadores	- Saúde mental do cuidador - Experiência dos cuidadores com a violência comunitária - Experiência de Violência por parceiro íntimo, como vítima ou perpetrador - Experiência de Abuso sexual, como vítima ou perpetrador - Uso de disciplina violenta e não violenta pelo cuidador	<i>International Child Development Programme (ICDP)</i> + Módulo sobre prevenção da violência	12 sessões	Facilitador treinado em ICDP	Centros infantis	- Diminuição nas taxas relatadas de exposição à violência pelo parceiro. - O uso de agressão física contra crianças diminuiu no follow-up, com mudanças positivas em todos os grupos, no entanto, a diferença entre os grupos não foi significativa. - O uso total relatado de agressão psicológica aumentou no acompanhamento em todos os grupos, pois houve o aumento das notificações de agressões mais leves, redução significativa das graves.

No que diz respeito aos principais resultados encontrados, observou-se uma melhora significativa em diversas variáveis que indicam uma redução no uso de violência contra a criança e na adoção de práticas coercitivas. Entre essas variáveis, destacam-se as crenças sobre punição física, a diminuição no uso de castigos físicos, o menor relato de maus tratos e abuso emocional, além da redução do risco de abuso físico e negligência. Outras medidas relacionadas à parentalidade positiva e variáveis secundárias que influenciam nas práticas parentais também indicaram mudanças positivas, como um maior envolvimento dos pais com os filhos, um aumento na competência das crianças para se prevenir, reconhecer e relatar abuso sexual, além de melhorias na auto-eficácia e competência parental. Ademais, houve avanços na regulação emocional dos cuidadores, na redução dos níveis de raiva e um aumento na consciência e compreensão dos pais sobre abuso físico e negligência. No entanto, alguns resultados não demonstraram achados significativos nas comparações entre grupos de intervenção e controle, bem como em medidas de parentalidade positiva geral, atitudes e apoio a castigos físicos.

Nível de Evidência Científica

Dos 10 artigos selecionados, a maioria deles (n=04) foi classificada no nível 1c de evidência científica (Ensaio Clínico Randomizado-ECR). Três artigos não descrevem claramente como foi o método de randomização para cada grupo e por isso foram classificados como 1d (Pseudo – RCT). Os três estudos restantes foram descritos como 2d (pré e pós-teste), pois se caracterizam como estudos quase-experimentais com grupo único (Tabela 2).

Qualidade Metodológica

A Tabela 2 apresenta a avaliação da qualidade metodológica dos artigos avaliados. Observa-se que quatro artigos (40%) foram classificados como de qualidade Fraca, quatro (40%) como Moderada e apenas dois estudos (20%) como Forte. Entre os estudos acatados como Fracos, a categoria que mais contribuiu para essa avaliação foi a de Cegamento, avaliada como Fraca em quatro estudos de baixa qualidade. Esse resultado indica que, nesses estudos, tanto os pesquisadores que avaliaram os resultados, quanto os participantes estavam cientes do estado e objetivo da intervenção, ou ainda, a condição de cegamento não foi claramente descrita no artigo.

O viés de seleção foi outra categoria que também impactou negativamente na qualidade dos artigos considerados Fracos. O principal motivo foi a baixa porcentagem de

indivíduos selecionados que aceitaram participar do estudo. A categoria Retiradas ou Desistências comprometeu igualmente a qualidade dos artigos, devido não apresentarem informações sobre a quantidade e/ou motivo das perdas de participantes. Em apenas um estudo, o artigo foi classificado como Fraco em relação à categoria Métodos de Coleta de Dados, pois utilizou um instrumento elaborado especificamente para a pesquisa, sem fornecer informações sobre sua validade e/ou confiabilidade.

Por fim, entre os artigos considerados Moderados, o único componente que influenciou nesta avaliação foi o de Cegamento, pelos motivos citados anteriormente. Entre os artigos reconhecidos como Fortes, apenas o item de Cegamento e Viés de Seleção foram classificados como Moderado, os demais foram avaliados como Fortes.

Tabela 2

Nível de Evidência Científica e Qualidade Metodológica dos Estudos

	Nível de evidência	Qualidade metodológica						Total
		Viés de seleção	Design do estudo	Fatores de confusão	Cegamento	Métodos de coleta de dados	Retiradas e desistências	
Francis & Baker-Henningham (2021)	1c ^a	++	+++	+++	++	+++	+++	Forte
Gonzalez et al (2019)	2d ^b	+++	++	+++	+	+++	+++	Moderado
Hokmabadi et al (2022)	1d ^c	+	+++	+++	+	+++	+	Fraco
Khoori et al (2020)	1d ^c	+	+++	+++	+	+++	+	Fraco
Lachman et al (2021)	1c ^a	+++	+++	+++	++	+++	+++	Forte
Lawrenz, Yousafzai & Habigzang (2021)	2d ^b	++	++	+++	+	+++	++	Moderado
Lotto, Altafim & Linhares (2022)	2d ^b	++	++	+++	+	+++	++	Moderado
Richardson & Damashek (2022)	1c ^a	+	+++	+++	+	+++	+++	Fraco
Sahillioglu & Akman (2021)	1d ^c	++	+++	+++	+	+	+++	Fraco
Skar et al (2021)	1c ^a	+++	+++	+++	+	+++	+++	Moderado

Nota: ^a 1c – Ensaios clínicos randomizados (ECR); ^b 2d - Pré-teste – pós-teste ou estudo de grupo controle histórico/retrospectivo; ^c 1d – Pseudo – RCT. + - Fraco; ++ - Moderado; +++ - Forte.

Validade Ecológica

Utilizando-se as categorias apresentadas anteriormente, identificou-se que a maioria das pesquisas (n=08) foi aplicada por indivíduos que não tinham contato habitual com os participantes, ou seja, pelos próprios pesquisadores ou profissionais capacitados contratados para aplicação da intervenção. Apenas em duas pesquisas os aplicadores do programa já tinham contato habitual com os participantes, pois eram os próprios facilitadores dos serviços que eles já participavam.

Quanto ao ambiente em que as intervenções foram aplicadas, cinco estudos indicaram que esses eram ambientes habituais para os participantes, ou seja, espaços na comunidade (escolas, agências/centros comunitários, clínicas pediátricas) que já eram frequentados por eles antes do início das intervenções ocorrerem. Duas pesquisas foram classificadas como ocorridas em ambientes não habituais, pois tratava-se de espaços na Universidade vinculada à pesquisa, uma escola que não fica evidente se já era frequentada pelos participantes e um grupo online que foi criado para fins da própria pesquisa. Em um dos estudos, não foi possível classificar o ambiente, pois não foi informado se os participantes eram frequentadores da agência comunitária, já que uma ampla divulgação da pesquisa ocorreu para além desse espaço. Por fim, nos outros dois estudos, o local que se deu a intervenção não foi descrito, por isso não possível classificar.

Para a maioria das pesquisas (n=08), as atividades foram criadas para a implementação da intervenção e, portanto, foram consideradas não habituais aos participantes. No entanto, em dois estudos, as atividades foram incorporadas a outras atividades de serviços que os indivíduos já participavam.

Nenhum estudo relatou se houve continuidade da intervenção após a finalização da pesquisa, nem mesmo nos casos em que o aplicador foi um indivíduo habitual. Quatro artigos apresentaram dados de *follow-up* e, portanto, foram considerados capazes de mensurar a manutenção da mudança de comportamento mesmo depois de retirada a intervenção.

Em resumo, percebe-se que, apenas, dois estudos apresentaram quatro das cinco possíveis características sugestivas de validade ecológica. Cinco estudos apresentaram somente uma característica e outros três artigos não apresentaram nenhuma característica sugestiva de validade ecológica da pesquisa (Tabela 3).

Tabela 3*Indicadores de validade ecológica dos estudos selecionados*

	Aplicador do programa	Ambiente de aplicação	Atividades	Continuidade da intervenção	Manutenção da mudança
Francis & Baker-Henningham (2021)	Não habitual	Habitual	Não habitual	Não	Não
Gonzalez et al. (2019)	Não habitual	-	Não habitual	Não	Não
Hokmabadi et al. (2022)	Não habitual	-	Não habitual	Não	Sim
Khoori et al. (2020)	Não habitual	-	Não habitual	Não	Sim
Lachman et al. (2021)	Habitual	Habitual	Habitual	Não	Sim
Lawrenz et al. (2021)	Não habitual	Não habitual	Não habitual	Não	Não
Lotto et al. (2022)	Não habitual	Não habitual	Não habitual	Não	Não
Richardson & Damashek (2022)	Não habitual	Habitual	Não habitual	Não	Não
Sahillioglu & Akman (2021)	Não habitual	Habitual	Não habitual	Não	Não
Skar et al. (2021)	Habitual	Habitual	Habitual	Não	Sim

Discussão

A presente revisão integrativa buscou analisar o nível de evidência científica, a qualidade metodológica e a validade ecológica das publicações sobre a eficácia dos programas parentais para a prevenção da violência contra a criança. Os resultados indicam que, embora existam evidências sugerindo a eficácia desses programas, e com a maioria dos estudos classificados em boas posições no nível de evidência científica (ECR), a qualidade metodológica dos estudos é frequentemente Moderada a Fraca. Apenas uma pequena parcela dos estudos alcançou altos padrões metodológicos, sendo considerados fortes.

Destaca-se, portanto, que como sugerido em revisões anteriores (Altafim & Linhares, 2016; Branco et al., 2022; Desai et al., 2017; Euser et al., 2015; Santini & Williams, 2016), é possível encontrar um quantitativo expressivo de estudos clínicos randomizados e quase-experimentais que buscam fortalecer as evidências sobre a eficácia de programas parentais para a prevenção da violência. No entanto, como na revisão de Chen e Chan (2016) e Branco et al (2022), o fato de o estudo apresentar um desenho de ECR isso não garante uma qualidade metodológica Forte. Nesta revisão, apenas dois dos quatro estudos ECR foram considerados Fortes na sua qualidade metodológica e um considerado Moderado. Ou seja,

metade dos estudos foram considerados Fracos, apesar de ser ECR. O Cegamento foi um dos principais aspectos que influenciaram negativamente na avaliação metodológica dos estudos considerados Fracos, corroborando, também, com os dados de Chen e Chan (2016) e Branco et al (2022).

O procedimento de cegamento dos participantes de intervenções educacionais, como de programas parentais, é muito difícil e muitas vezes até impossível, dada às questões práticas e éticas da própria pesquisa (Cluver et al, 2020; Hulley et al, 2015; Mihelic et al., 2017; Shah et al, 2022). A natureza da intervenção e a forma como é realizada já dificulta o processo de cegamento, visto que os objetivos e conteúdos ofertados durante o programa já se tornam conhecidos pelos participantes e facilitadores durante sua execução. No entanto, para diminuir o risco de viés, pode-se buscar fazer uso do cegamento de outros indivíduos envolvidos na pesquisa, tais como o coletador e/ou o responsável pela análise dos dados, como sugerido por Hulley et al (2015) e utilizado por Lachman et al (2021) e Francis e Baker-Henningham (2021).

Outras formas de mitigar os vieses que possam ocorrer devido a falta de cegamento, é a utilização de instrumentos de medidas mais objetivas, o que inclui as medidas observacionais, não baseadas exclusivamente em auto relato e avaliação por terceiros, como professores ou outros profissionais que prestem algum tipo de acompanhamento aos pais, crianças e/ou a família (Arruabarrena et al., 2022; Francis et al., 2023; Pontes & Brino, 2022). Dados de monitoramento e notificação, também, podem ser usados, especialmente, quando os programas parentais fazem parte de serviços disponibilizados para a população em geral ou ligados a políticas públicas.

Além da dificuldade metodológica em realizar o cegamento, a falta de relato nos estudos, também, compromete a avaliação deste aspecto. Muitos estudos não relatam claramente se e como o cegamento foi implementado. A falta de registro, também, influenciou para baixa pontuação no item Retiradas e desistências em dois estudos desta revisão, contribuindo para que eles fossem avaliados como fraco. Ressalta-se que o instrumento *EPHPP* se baseia no relato dos estudos para a avaliação dos seus seis componentes. Logo, se o estudo não for claro e bem escrito no seu registro, nem fornecer informações precisas sobre estes aspectos, as classificações gerais serão afetadas negativamente (Branco et al, 2022). A fim de evitar que falhas como essas comprometam a qualidade metodológica dos estudos, sugere-se a utilização de *checklists* que podem auxiliar os pesquisadores no momento da elaboração dos manuscritos, tais como o CONSORT

(Schulz et al., 2010) para ECR, e o PRISMA (Page et al., 2021) e AMSTAR 2 (Shea et al., 2017) para estudos de Revisão Sistemática.

No que diz respeito à análise de validade ecológica dos estudos, observou-se que nenhum dos artigos selecionados aborda diretamente ou faz qualquer menção a este tema. Considerando as categorias utilizadas, identificou-se que a maior parte dos programas parentais foram realizados em ambientes já frequentados pelos participantes, no entanto, foram implementados, em sua maioria, por aplicadores e em atividades não habituais a esses indivíduos, corroborando com os dados de Ledford et al. (2016) e Chezan et al. (2020).

Realizar os programas parentais em espaços em que os pais/responsáveis já frequentam e que está vinculado, de alguma forma, com sua relação com a criança (como a escola que a criança estuda, clínica ou hospital em que a criança é atendida, centros e agências comunitárias que realizam trabalhos voltados para a família) tem maior possibilidade de conferir indicadores de validade ecológica à intervenção. Afinal, como afirma Chezan et al. (2020), a complexidade das variáveis presentes no ambiente natural nem sempre pode ser replicada num ambiente análogo e pode contribuir para produzir resultados imprecisos.

Em seu estudo, Almeida (2018) destacou que os participantes de programas parentais relataram que era mais fácil manter a assiduidade quando a intervenção ocorria nas escolas de seus filhos, pois era o local que, habitualmente as crianças já se encontravam durante o dia, permanecendo durante o período das sessões ao cuidado de profissionais, que os pais já conheciam e confiavam, destacando-se como um importante fator de envolvimento dos pais com o programa. A falta de um serviço de cuidado infantil para que os pais pudessem participar do programa é uma das barreiras citadas frequentemente em outros estudos (Berry et al., 2022; Butler et al., 2020; Cooper et al., 2022; Williams et al., 2022).

Percebe-se, portanto, que a adição de um ambiente novo no qual os pais não estão habituados a participar, pode apresentar variáveis que poderiam interferir negativamente no envolvimento dos indivíduos nos programas, comprometendo o resultado da intervenção. Todavia, como ressaltado por Bronfenbrenner (1996), somente o fato de a intervenção ocorrer em ambiente natural não a classifica necessariamente como uma intervenção ecologicamente válida. Os estudos evidenciados nesta revisão, embora tenham ocorrido, em sua maioria, em ambientes já frequentados pelos participantes, foram implementados por pessoas que não faziam parte do contexto dos participantes e sua criança. Berry et al. (2022) destacam a importância da conexão entre o implementador e os participantes, o que pode ser mais difícil ou exigir mais tempo quando se trata de pessoas, até então, desconhecidas.

Outrossim, como identificado nesta revisão, mesmo em contextos habituais, a maior parte das atividades que envolviam a implementação dos programas foram criadas especialmente para atender esta necessidade, o que acaba por gerar uma nova demanda pro cotidiano dessas famílias que podem não conseguir se adaptar. Almeida (2018) destaca que a relação da sobreposição de atividades com os recursos temporais dos pais, que alguns formatos de intervenção podem implicar, seria uma das variáveis mais complexas de se analisar. Sendo assim, o autor sugere que é necessário refletir sobre vias alternativas para implementação dos programas, seja através de metodologias on-line, ou formatos mais personalizados (abordagem individual ou grupal, com número mais limitado de participantes com características semelhantes em termos de disponibilidade e possibilidade de participar), ajustados às necessidades de cada família, pois assim pode ajudar a contornar estes obstáculos ao envolvimento.

Nenhum dos artigos indicou a continuidade dos programas pelo implementador, quando habitual, após a finalização da pesquisa. Apenas, o estudo de Francis e Baker-Henningham (2021) relata que foi fornecido um kit completo com os recursos necessários para conduzir as sessões de treinamento de pais para todas as pré-escolas participantes (intervenção e controle) e forneceu supervisão de campo para as pré-escolas que optaram por implementar o programa no período letivo seguinte. No entanto, o programa não foi implementado pelo mesmo aplicador da pesquisa e nem há relato de avaliação dessas aplicações, mas destaca-se a ação como um avanço na busca pela inserção desses programas no contexto das famílias de forma mais natural.

Desse modo, Altafim e Linhares (2022) ressaltam que, após um programa de intervenção alcançar um nível de evidência científica com indicadores de eficácia, é necessário que ele passe para a fase de aplicação prática no mundo real. Isso envolve demonstrar sua efetividade e, em seguida, buscar sua escalabilidade. Durante esse processo de expansão, é crucial focar na escalabilidade sustentável, o que implica na ampla implementação do programa por profissionais que atuam em serviços públicos, sem a supervisão direta dos pesquisadores.

Por fim, é evidente que discutir as questões que envolvem a validade ecológica de programas parentais é fundamental, visto a importância social e crescimento da aplicação dessas intervenções. No entanto, é preciso destacar que a validade ecológica é um processo dinâmico que deve ser equilibrado com outros tipos de validade, bem como com considerações práticas e éticas (Fahmie et al., 2023).

Sendo assim, a revisão realizada alcançou os objetivos propostos e forneceu um panorama geral sobre questões metodológicas de estudos que investigam a eficácia de programas parentais para a prevenção da violência contra a criança. As evidências apontam resultados promissores, ainda que a maioria dos estudos apresentem limitações metodológicas importantes. Observa-se que, embora a maior parte dos artigos ofereça bons níveis de evidência científica, a qualidade metodológica, frequentemente, foi classificada como moderada ou fraca, com poucos estudos alcançando padrões metodológicos mais consistentes. Isso evidencia a necessidade de melhorias no planejamento e execução metodológica, bem como, no relato dos estudos. A dificuldade de manter o cegamento emergiu como uma limitação metodológica crítica que merece atenção, especialmente devido às implicações práticas e éticas envolvidas nesse tipo de intervenção.

Para além das questões relacionadas aos níveis de evidência e qualidade metodológica, a dificuldade de se encontrar uma forma sistemática para analisar a validade ecológica nos estudos revisados mostrou-se com uma lacuna significativa. A validade ecológica nos estudos revisados é essencial para assegurar que os programas tenham um impacto real e prolongado no contexto do público-alvo.

Considerações Finais

Este estudo revisou a literatura sobre a eficácia de programas parentais voltados para a prevenção da violência contra a criança, com foco em seu nível de evidência científica, qualidade metodológica e validade ecológica. Poucos são os estudos que buscaram discutir as questões apontadas nesta revisão, destacando-se, assim, o seu caráter inovador e as suas contribuições para a área.

A presente revisão indicou que a maioria dos estudos apresentam limitações metodológicas críticas que necessitam de atenção. No que tange a qualidade metodológica, a dificuldade em se manter o cegamento adequado em estudos de intervenção, como os programas parentais, comprometem a qualidade e os resultados das investigações. Além disso, a falta de clareza na descrição de procedimentos e de algumas informações dos artigos limita a confiabilidade dos achados, o que pode ser aperfeiçoado com o uso de checklists já amplamente conhecidos.

Outro ponto crítico identificado foi a baixa validade ecológica dos estudos. Embora alguns tenham sido realizados em ambientes naturais, como escolas e centros comunitários, a maioria foi implementada por indivíduos externos ao contexto dos participantes. Isso gera desafios quanto à continuidade dos programas após a conclusão dos estudos e à aplicabilidade

no contexto real das famílias. É necessário, portanto, ampliar a discussão e avaliação da validade ecológica dos estudos, contemplando não apenas o ambiente e as atividades realizadas, mas também a continuidade dos programas após a pesquisa.

Afinal, pesquisas sobre a eficácia dos programas parentais devem considerar o processo de escalabilidade e implementação em contextos práticos, visando sua adoção em larga escala por serviços públicos e comunitários. Avaliar a viabilidade financeira, de pessoal e estrutura física também é crucial para garantir que as intervenções sejam aplicáveis no mundo real.

Além disso, ainda no que diz respeito à validade ecológica, é necessário elaborar e/ou discutir instrumentos capazes de mensurar com mais precisão e replicabilidade os constructos que envolvem a validade ecológica de estudos de intervenção. A literatura é vasta de instrumentos de avaliação para mensurar nível de evidência e qualidade metodológica de estudos, mas o mesmo não acontece para avaliar as questões referentes a validade ecológica.

De maneira geral, embora esta revisão apresente caráter inovador devido às variáveis que buscou analisar, ela apresenta algumas limitações. Esta revisão contemplou 10 artigos, o que pode ser considerado um número pequeno de estudos para representar a vasta literatura sobre programas parentais. Sugere-se, portanto, que uma próxima revisão possa ampliar este número, incluindo estudos com uma faixa etária mais ampliada e um período de tempo maior, pois, desta forma, será possível atingir uma perspectiva mais abrangente dos caminhos metodológicos traçados no decorrer dos anos nessas pesquisas.

Além disso, a maioria dos programas analisados neste estudo seguem formatos tradicionais de intervenção, como sessões presenciais em grupo. Estudos que explorem outras metodologias de aplicação de programas parentais, como intervenções online, programas híbridos ou de visitas domiciliares, também são importantes para aumentar a robustez das evidências.

Por fim, é necessário que este tipo de análise seja realizado em outras áreas de pesquisa, tais como em estudos de intervenção que abordem outros tipos de violência (violência contra a mulher, *bullying*), desenvolvimento infantil, parentalidade positiva, saúde mental materna, dentre outros. Afinal, os estudos empíricos de programas de intervenção devem focar na qualidade das suas evidências para demonstrar que geram mudanças nas variáveis a que se propõe e, necessitam encontrar validade ecológica para serem passíveis de aplicação no contexto em que são necessários. Afinal, intervenções que sejam sustentáveis e possam ser implementadas por indivíduos pertencentes ao contexto do público-alvo devem ser priorizadas.

Referências

- Almeida, D. S. M. d. (2018). *Barreiras e facilitadores ao envolvimento parental na assiduidade e participação no programa act-rsk* [Master's thesis]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/37832>
- Altafim, E.R.P. & Linhares, M.B.M. (2016). Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review. *Psychosocial Intervention* 25, 27–38. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Programa de parentalidade: Da evidência científica para a implementação em escala. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(3 spe), Artigo e111122. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211011>
- Arruabarrena, I., Rivas, G. R., Cañas, M., and Paúl, J. D. (2022). The Incredible Years Parenting and Child Treatment Programs: A Randomized Controlled Trial in a Child Welfare Setting in Spain. *Psychosocial Intervention*, 31(1), 43 - 58. <https://doi.org/10.5093/pi2022a2>
- Berry, V., Mitchell, S. B., Blower, S., Whittaker, K., Wilkinson, K., McGilloway, S., Mason-Jones, A., Carr, R. M., & Bywater, T. (2022). Barriers and facilitators in the delivery of a proportionate universal parenting program model (E-SEE Steps) in community family services. *PLOS ONE*, 17(6), Artigo e0265946. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0265946>
- Branco, M. S. S., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Universal Intervention to Strengthen Parenting and Prevent Child Maltreatment: Updated Systematic Review. *Trauma, violence, & abuse*, 23 (5), 1658-1676, <https://doi.org/10.1177/15248380211013131>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas,
- Butler, J., Gregg, L., Calam, R., & Wittkowski, A. (2020). Parents' Perceptions and Experiences of Parenting Programmes: A Systematic Review and Metasynthesis of the Qualitative Literature. *Clinical child and family psychology review*, 23(2), 176–204. <https://doi.org/10.1007/s10567-019-00307-y>
- Chen, M., & Chan, K. L. (2016) Effects of Parenting Programs on Child Maltreatment Prevention: A Meta-Analysis. *Trauma, violence, & abuse*, 17(1) 88-104. [10.1177/1524838014566718](https://doi.org/10.1177/1524838014566718)

- Chezan, L. C., McCammon, M. N., Drasgow, E., & Wolfe, K. (2020). The Ecological Validity of Research Studies on Function-Based Interventions in Schools for Children With Autism Spectrum Disorder. *Behavior Modification*, 014544552096492. <https://doi.org/10.1177/0145445520964921>
- Cluver, L., Shenderovich, Y., Meinck, F., Berezin, M. N., Doubt, J., Ward, C. L., Parra-Cardona, J., Lombard, C., Lachman, J. M., Wittesaele, C., Wessels, I., Gardner, F., & Steinert, J. I. (2020). Parenting, mental health and economic pathways to prevention of violence against children in South Africa. *Social Science & Medicine*, 262, 113194. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113194>
- Cooper, J., Dermentzis, J., Loftus, H., Sahle, B. W., Reavley, N., & Jorm, A. (2022). Barriers and facilitators to the implementation of parenting programs in real-world settings: A qualitative systematic review. *Mental Health and Prevention*, 26, 1–12. <https://doi.org/10.1016/j.mhp.2022.200236>
- Desai, C. C., Reece, J. & Shakespeare-Pellington, S. (2017). The prevention of violence in childhood through parenting programmes: a global review. *Psychology, Health & Medicine*, 22 (S1), 166–186. [10.1080/13548506.2016.1271952](https://doi.org/10.1080/13548506.2016.1271952)
- Euser, S., Alink, L. R. A., Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & IJzendoorn, M. H. V. (2015). A gloomy picture: a meta-analysis of randomized controlled trials reveals disappointing effectiveness of programs aiming at preventing child maltreatment. *BMC Public Health* 15,1068. [10.1186/s12889-015-2387-9](https://doi.org/10.1186/s12889-015-2387-9)
- Fahmie, T. A., Rodriguez, N. M., Luczynski, K. C., Rahaman, J. A., Charles, B. M., & Zangrillo, A. N. (2023). Toward an explicit technology of ecological validity. *Journal of Applied Behavior Analysis*. <https://doi.org/10.1002/jaba.972>
- *Francis, T., & Baker-Henningham, H. (2021). The Irie Homes Toolbox: A cluster randomized controlled trial of an early childhood parenting program to prevent violence against children in Jamaica. *Children and Youth Services Review*, 126, Article 106060. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106060>
- Francis, T., Packer, D., & Baker-Henningham, H. (2023). A qualitative evaluation of the mechanisms of action in an early childhood parenting programme to prevent violence against children in Jamaica. *Child: Care, Health and Development*, 49(3), 579–590. <https://doi.org/10.1111/cch.13074>
- *Gonzalez, M., Ateah, C. A., Durrant, J. E., & Feldgaier, S. (2019). The Impact of the Triple P Seminar Series on Canadian Parents' Use of Physical Punishment, Non-Physical Punishment and Non-Punitive Responses. *Behaviour Change*, 36(02), 102–120. <https://doi.org/10.1017/bec.2019.7>

- *Hokmabadi, A., Khoori, E., Tatari, M., & Wurtele, S. K. (2022). Preventing Child Sexual Abuse in Iran: Mothers Teaching Body Safety to Their Sons. *Journal of Research Development in Nursing and Midwifery*, 19(2), 31–36. <https://doi.org/10.61186/jgbfnm.19.2.31>
- Hulley, S., Cummings, S., Browner, W., Grady, D., & Newman, T. (2015). Delineando a pesquisa clínica (M. S. Duncan & A. G. Islabão, Trans.; 4a ed.). Artmed. https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/143/c4fd11a995cc235510d275cf8298427d.pdf
- Joanna Briggs Institute Levels of Evidence and Grades of Recommendation Working Party. (2014). Supporting Document for the Joanna Briggs Institute Levels of Evidence and Grades of Recommendation. The Joanna Briggs Institute. <https://jbi.global/sites/default/files/2019-05/JBI%20Levels%20of%20Evidence%20Supporting%20Documents-v2.pdf>
- *Khoori, E., Gholamfarkhani, S., Tatari, M., & Wurtele, S. K. (2020). Parents as Teachers: Mothers' Roles in Sexual Abuse Prevention Education in Gorgan, Iran. *Child Abuse & Neglect*, 109, 104695. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104695>
- *Lachman, J. M., Alampay, L. P., Jocson, R. M., Alinea, C., Madrid, B., Ward, C., Hutchings, J., Mamauag, B. L., Garilao, M. A. V. F. V., & Gardner, F. (2021). Effectiveness of a parenting programme to reduce violence in a cash transfer system in the Philippines: RCT with follow-up. *The Lancet Regional Health - Western Pacific*, 17, 100279. <https://doi.org/10.1016/j.lanwpc.2021.100279>
- *Lawrenz, P., Yousafzai, A. K., & Habigzang, L. F. (2021). ACT Raising Safe Kids Program improves parenting practices, beliefs about physical punishment, management of anger, and mental health: Initial evidence from a study in Brazil. *Children and Youth Services Review*, 131, 106299. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106299>
- Ledford, J.R., Hall, E., Conder, E.B., & Lane, J.D. (2016). Research for Young Children With Autism Spectrum Disorders. *Topics in Early Childhood Special Education*, 35, 223 - 233. [10.1177/0271121415585956](https://doi.org/10.1177/0271121415585956)
- Martinez-Silveira, M. S. (2015). *Revisões sistemáticas como fonte de evidências científicas em saúde*. Tese (Doutorado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Rio de Janeiro. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12432>
- *Lotto, C. R., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Feasibility and acceptability study of the online ACT-Raising Safe Kids program. *Children and Youth Services Review*, 141, 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2022.106591>

- Mihelic, Morawska & Filus (2017). Effects of Early Parenting Interventions on Parents and Infants: A Meta-Analytic Review. *J Child Fam Stud*, 26:1507–1526. [10.1007/s10826-017-0675-y](https://doi.org/10.1007/s10826-017-0675-y)
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *Journal of Clinical Epidemiology*, 134, 178–189. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2021.03.001>
- Pontes, L. B., & Brino, R. de F.. (2022). ACT Parenting Program: A pilot study with observational measures of parent-child interaction. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 38, e38313. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38313.en>
- *Richardson, H. L., & Damashek, A. (2022). Examining the use of a brief online intervention in primary care for changing low-income caregivers' attitudes toward spanking. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(21-22), NP20409–NP20427. <https://doi.org/10.1177/08862605211054101>
- *Sahillioglu, D., & Akman, B. (2021). The effects of the training program for the prevention of child abuse and neglect (ParentsCAN) on the awareness and understanding levels of parents. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 1–11. <https://doi.org/10.1080/17450128.2021.1883172>
- Sampaio, M. I. C. (2013). *Qualidade de artigos incluídos em revisão sistemática: comparação entre latino-americanos e de outras regiões*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental). São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-11122013-084214/>
- Santini, P. M. & Williams, L. C. A. 2016. Parenting Programs to Prevent Corporal Punishment: A Systematic Review. *Paidéia*, 26(63), 121-129. [10.1590/1982-43272663201614](https://doi.org/10.1590/1982-43272663201614).
- Schmuckler, M. A. (2001). What is ecological validity? A dimensional analysis. *Infancy*, 2(4), 419–436. https://doi.org/10.1207/S15327078IN0204_02.
- Schulz, K. F., Altman, D. G., & Moher, D. (2010). CONSORT 2010 Statement: Updated guidelines for reporting parallel group randomised trials. *BMJ*, 8, 18. <https://doi.org/10.1186/1741-7015-8-18>
- Shah, R., Camarena, A., Park, C., Martin, A., Clark, M., Atkins, M., & Schwartz, A. (2022). Healthcare-Based Interventions to Improve Parenting Outcomes in LMICs: A Systematic

Review and Meta-Analysis. *Maternal and Child Health Journal*.
<https://doi.org/10.1007/s10995-022-03445-y>

Shea, B. J., Reeves, B. C., Wells, G., Thuku, M., Hamel, C., Moran, J., Moher, D., Tugwell, P., Welch, V., Kristjansson, E., & Henry, D. A. (2017). AMSTAR 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. *BMJ*, j4008. <https://doi.org/10.1136/bmj.j4008>

*Skar, A. S., Sherr, L., Macedo, A., Tetzchner, S. V., & Fostervold, K. I. (2021). Evaluation of Parenting Interventions to Prevent Violence Against Children in Colombia: A Randomized Controlled Trial. *Journal of interpersonal violence*, 36(1-2), NP1098–NP1126. <https://doi.org/10.1177/0886260517736881>

Stemler, S.E. (2004). A Comparison of Consensus, Consistency, and Measurement Approaches to Estimating Interrater Reliability. *Practical Research, Assessment and Evaluation*. <http://pareonline.net/getvn.asp?v=9&n=4>

Thomas, B. H., Ciliska, D., Dobbins, M., & Micucci, S. (2004). A Process for Systematically Reviewing the Literature: Providing the Research Evidence for Public Health Nursing Interventions. *Worldviews on Evidence-Based Nursing*, 1(3), 176–184. [10.1111/j.1524-475x.2004.04006.x](https://doi.org/10.1111/j.1524-475x.2004.04006.x)

Williams, M. E., Foran, H. M., Hutchings, J., Frantz, I., Taut, D., Lachman, J. M., Ward, C. L., & Heinrichs, N. (2022). Exploring Factors Associated with Parent Engagement in A Parenting Program in Southeastern Europe. *Journal of Child and Family Studies*.
<https://doi.org/10.1007/s10826-022-02411-0>

ESTUDO 3 - Família que Protege: um programa parental para a prevenção da violência contra a criança.

A literatura tem apontado os programas parentais como uma intervenção promissora para a prevenção da violência contra a criança. Uma intervenção envolve um conjunto de meios, sejam eles, físicos, humanos, financeiros, simbólicos, que são organizados em um contexto específico, em um determinado momento, com objetivo de produzir bens ou serviços para modificar uma situação problema (Contandriopoulos, 1997). As intervenções voltadas para os indivíduos geralmente têm o objetivo de alterar as atitudes, comportamentos ou crenças individuais (Fraser et al., 2009).

De acordo com Fraser et al. (2009), uma intervenção pode diminuir o risco de que uma situação aconteça, reduzindo diretamente a vulnerabilidade (por exemplo, retirar as crianças que sofrem negligência de suas casas e colocá-las em instituições de acolhimento) ou fortalecendo os fatores de proteção que defendem contra o risco de algo acontecer (por exemplo, fornecendo um programa de visita domiciliar para pais de crianças em risco). Nesse sentido, podemos considerar os programas de intervenção parental como fortalecedores dos fatores de proteção, uma vez que favorecem o aumento das competências parentais, por exemplo.

Os programas de intervenção correspondem, portanto, a ações que se orientam para objetivos definidos de acordo com um determinado diagnóstico de uma situação ou problema (Argentina Ministerio de Educación, 2008). No caso dos programas parentais com foco na prevenção da violência contra as crianças, eles são motivados por algumas problemáticas específicas, tais como a utilização frequente por parte dos pais de práticas educativas negativas (Carmo & Harada, 2006; Cecconello et al., 2003; Gomes et al, 2002; Peruhype et al., 2011; Reis, 2015; Weber et al., 2004) e o elevado número de ocorrência de violência contra a criança, sendo em sua maioria situadas na casa das vítimas e praticadas por seus cuidadores principais (MDHC, 2024).

Existe na literatura relatos de programas parentais que foram implementados em diferentes países e que tiveram seus resultados avaliados positivamente, o que permite em tese a sua replicação em estudos posteriores. Entretanto, algumas situações problemáticas e circunstâncias atuais motivaram a proposta de um programa parental neste projeto, são elas: a ausência da temática de prevenção à violência sexual em iniciativas anteriores; a necessidade de adaptação ao contexto da pandemia de COVID-19 (vigente no momento em que o

programa estava sendo elaborado); e a dificuldade de acesso ao treinamento para implementação dos programas parentais padronizados.

Embora a parentalidade seja um fator crítico no abuso sexual infantil, os programas parentais raramente são usados para prevenir a violência sexual contra a criança (Chen & Chan, 2016). Esse achado corrobora com os resultados da revisão de Desai et al. (2017) que afirmaram não encontrar relatos sobre a prevenção de abuso sexual em programas voltados para os pais. A maioria dos programas de abuso sexual são oferecidos às crianças nas escolas (MacMillan et al., 2009; Mikton & Butchart, 2009; Rudolph et al., 2018). Ou ainda, quando ofertados aos pais, na maioria das vezes são realizados de maneira isolada, ou seja, trata-se de um programa específico, somente de prevenção da violência sexual (Hokmabadi et al., 2022; Khoori et al, 2020;).

Em razão disso, Rudolph et al. (2018) defendem a necessidade de se ampliar o foco da prevenção de violência sexual da educação das crianças para o fortalecimento de uma parentalidade protetiva. Eles apresentam uma série de estudos que indicam que uma ação de prevenção focada apenas em ensinar as crianças sobre comportamento de proteção pode não ser suficiente. Os autores baseiam-se também nos apontamentos de Finkelhor (1984) que identificou quatro pré-condições que devem estar presentes para que a violência sexual aconteça. A primeira condição é a motivação do agressor para abusar sexualmente de uma criança. A segunda é a habilidade do perpetrador para superar as inibições internas pessoais em relação a tais abusos. A terceira é o perpetrador ser capaz de superar as barreiras externas para cometer o abuso (supervisão dos pais, vínculo forte entre pais e filhos). E, por fim, a quarta pré-condição é o perpetrador conseguir superar a resistência da criança. Este conceito mais integrativo demonstra que uma abordagem multifacetada é necessária e evidencia várias oportunidades para a prevenção. No entanto, a maioria dos programas de prevenção a violência sexual tendem a abordar apenas a última pré-condição, que seja, ensinar as crianças sobre os perigos do abuso sexual para ajudá-los a impedir o abuso (Rudolph et al., 2018).

Sendo assim, esses autores sugerem que a prevenção deve focar nas pré-condições três e quatro de Finkelhor. Em relação à pré-condição três (barreiras externas), os pais e os cuidadores estariam na melhor posição para fortalecer as barreiras que podem impedir que um perpetrador tenha acesso às crianças. Os pais podem, portanto, desempenhar um papel significativo como protetores de seus filhos por meio de duas formas: (i) diretamente, através do fortalecimento de barreiras externas proporcionadas pela supervisão, monitoramento e envolvimento dos pais; e ii) indiretamente, promovendo a autoeficácia de seus filhos, competência, bem-estar e autoestima o que pode torná-los alvos menos prováveis de abuso e

mais capazes de responder apropriadamente ao abuso e/ou revelar quando ele ocorrer (Rudolph et al., 2018).

Outrossim, Guastaferrero et al. (2019) afirmam que, apesar dos bons resultados das ações de prevenção da violência sexual visando os adultos na comunidade e crianças em idade escolar, há uma evidente lacuna nessas ações, que são àquelas voltadas aos pais. Eles apontam que os programas parentais em geral auxiliaram na redução dos abusos físicos e negligência, no entanto, nenhum deles visa especificamente os fatores de risco para violência sexual. Diante disso, os autores desenvolveram uma proposta de módulo adicional sobre prevenção da violência sexual para os programas já existentes.

Após consulta com especialistas, Guastaferrero et al. (2019) relatam que o módulo adicional foi elaborado e apresentou como objetivo principal a promoção do desenvolvimento sexual saudável e a prevenção da vitimização. Seis tópicos centrais foram identificados: conhecimento básico (definições e mitos); comunicação (falar sobre sexo com crianças, discutir regras com outros adultos); educação de segurança (supervisão e monitoramento, verificação dos adultos com quem deixam seus filhos, dicas ambientais e infantis); desenvolvimento sexual (comportamentos normativos e não normativos); segurança na Internet (exposição à mídia, atividade infantil, acesso de outros adultos); e facilitar a revelação (o que fazer se houver suspeita de violência sexual, como proceder diante de uma revelação).

Em um estudo posterior, Guastaferrero et al. (2020) examinaram a eficácia deste módulo adicional acrescido em um programa parental já existente. Foi realizado um ensaio randomizado de cluster com 110 participantes, 63 pais receberam a intervenção tradicional sem modificações e 47 a intervenção com o acréscimo do módulo adicional focado na prevenção da violência sexual. O principal desfecho de interesse foi a mudança no conhecimento dos pais sobre abuso sexual (autorrelato) e atitudes positivas para a prevenção da violência sexual, operacionalmente definida como conscientização e o uso de comportamentos de proteção para limitar o risco de abuso. Os resultados indicaram que os pais que participaram do módulo adicional, apresentaram maior consciência sobre abuso sexual e utilizaram comportamentos de proteção com maior frequência em comparação com o grupo que recebeu apenas a intervenção tradicional.

Esse resultado se manteve nas avaliações de seguimento. Sendo assim, evidencia-se que acrescentar as informações sobre prevenção da violência sexual ao treinamento de pais pode aumentar significativamente a consciência e a prontidão dos pais para se envolverem em estratégias comportamentais de proteção. Percebe-se, assim, que a discussão a respeito da

inclusão da temática da prevenção da violência sexual contra crianças nos contextos dos programas parentais é atual e subsidiada por diversos estudos. Desse modo, torna-se imprescindível acrescentar aos programas parentais a orientação sobre práticas parentais de proteção ao abuso sexual infantil.

Outro fator a ser considerado diz respeito às medidas sanitárias que foram adotadas em todo mundo em decorrência da pandemia da COVID-19. Por conta dessa doença, foi recomendado que as pessoas mantivessem um afastamento seguro e evitassem aglomerações a fim de impedir o contágio do vírus. Sendo assim, percebeu-se a necessidade de utilizar uma metodologia não presencial para a realização do programa parental.

A utilização da tecnologia e dos recursos digitais é uma forma crescente e emergente de fornecer intervenções de programas parentais, com alto potencial para ampliar o alcance, a sustentabilidade e maximizar a fidelidade das intervenções em contextos do mundo real (Breitenstein et al., 2014). A literatura apresenta vários estudos que indicam resultados promissores provenientes de programas parentais online (Baker et al., 2017; Breitenstein et al., 2014; Ehrensaft et al., 2016; Lotto et al., 2022; Spencer et al., 2020; Sourander et al., 2016).

No estudo de metanálise de Spencer et al. (2020) evidenciou-se que os programas parentais online tiveram efeitos mais fortes no aumento da parentalidade positiva e do encorajamento dos pais. Também foram encontrados efeitos significativos na redução das interações negativas entre pais e filhos, comportamentos problemáticos das crianças, estratégias disciplinares negativas, conflitos parentais, estresse dos pais, ansiedade da criança, raiva e depressão dos pais. Além disso, os resultados revelaram efeitos significativos dos programas no aumento da confiança e satisfação dos pais, e comportamento positivo da criança. Ressaltou-se, portanto, que os efeitos significativos dos programas online foram comparáveis a aqueles encontrados em meta-análises de programas parentais presenciais.

Ainda por conta da pandemia da COVID-19, Lotto et al. (2022) buscaram avaliar a viabilidade da versão online do Programa ACT- *Raising Safe Kids* e o efeito da melhoria das práticas parentais no contexto da pandemia de coronavírus. Os resultados apontaram um aumento estatisticamente significativo na regulação emocional e comportamental e no senso de competência parental, e uma diminuição nas práticas coercitivas após a intervenção. Quanto à aceitabilidade do programa, a maioria das mães avaliou positivamente a intervenção, incluindo o apoio dos facilitadores e os materiais de apoio do programa, e recomendariam o programa a outras mães. Portanto, os autores concluem que, o programa

universal de parentalidade preventiva ACT foi viável para ser realizado em uma versão *on-line*.

Em um estudo ainda mais recente, Altafim, Oliveira et al. (2024) avaliaram a versão digital do programa parental “Crescer aprendendo”. Este programa, também, sofreu adaptação mediante as restrições da pandemia e neste estudo foi avaliado a edição de 2023. Foi utilizado um aplicativo de troca de mensagens por smartphone para repasse do conteúdo da intervenção, com duração de cinco meses. Após a intervenção, evidenciou-se que houve uma redução nas práticas coercivas parentais, com manutenção no seguimento. Além disso, houve um aumento na satisfação dos pais com seu papel parental e diminuição dos problemas de comportamento da criança. A maioria dos participantes considerou o conteúdo do programa muito interessante e envolveu-se adequadamente com as estratégias do programa, tais como mensagens e vídeos.

Assume-se aqui que a metodologia *online* é uma estratégia para lidar com algumas das barreiras logísticas que ocorrem nos métodos presenciais, como discutem Breitenstein et al. (2014). Além disso, o método digital pode auxiliar na economia de tempo e de custos, pois diminui o tempo relacionado à locomoção, planejamento do atendimento e implementação de intervenções presenciais.

Ainda sobre os motivos que justificam a elaboração de um novo programa parental, destaca-se como terceiro ponto a dificuldade de acesso e o custo para participar dos treinamentos dos programas padronizados existentes. Por exemplo, o Programa *ACT Raising Safe Kids*, que já apresenta estudos de aplicação no Brasil, exige que o facilitador passe por um processo de certificação conduzido por um coordenador / instrutor master certificado do ACT. Para serem certificados como facilitadores ACT, os profissionais precisam: facilitar ou co-facilitar um grupo de pais dentro de um ano do treinamento inicial; fornecer gravação digital, áudio ou visual de atividades determinadas para o seu o coordenador / instrutor master que conduziu o treinamento e, então, ele recebe o certificado de Facilitador Certificado pelo ACT. Após essa etapa, o profissional deverá, ainda, enviar o plano de ação anual ao coordenador / instrutor, e os dados relacionados e relatório qualitativo das atividades realizadas durante o ano após o treinamento para o Escritório de Prevenção da Violência da APA (<https://www.apa.org/act/facilitator>). Outros programas padronizados, como o *The Triple P – Positive Parenting Program* (<https://www.triplep.net/glo-en/home/>) e o *The Incredible Years®* (<https://incredibleyears.com/>) também exigem o treinamento específico para aplicação do programa. No momento de planejamento deste Programa, não foi

encontrado calendário de datas desses treinamentos no Brasil ou virtual, pois ressalta-se, ainda, que o contexto mundial considerava a pandemia da COVID 19.

Diante do exposto, este estudo visa propor um programa parental *online* que tem como objetivo prevenir a violência contra a criança por meio da promoção de práticas educativas parentais positivas e protetivas. Destaca-se que esse programa buscou contemplar todos os principais tipos de violência cometidos contra as crianças, que seja, violência física, psicológica, sexual e negligência, relacionando-as às práticas parentais.

Programa Parental Família que Protege

O Programa Parental Família que Protege (PPFP) apoia-se na ideia de que esse tipo de iniciativa deve ser ter um caráter universal, ou seja, ser destinado ao público em geral, e não focado em uma população específica (Desai et al., 2017). Tem como objetivo geral incentivar os pais/cuidadores de crianças para a utilização de práticas educativas parentais mais adequadas para prevenção da violência contra a criança, reforçando, assim, o papel protetivo da família. Desse objetivo principal da intervenção é que se origina o nome escolhido para o programa: Família que Protege!

Além desse objetivo geral, o Programa objetiva apresentar mais informações para os pais/cuidadores sobre o desenvolvimento infantil, a fim de que possam compreender melhor o comportamento de suas crianças; esclarecer sobre as práticas parentais positivas e negativas e as consequências de cada uma delas para o desenvolvimento infantil; esclarecer sobre os tipos de violência contra a criança (física, psicológica, sexual e negligência) e; fornecer orientações práticas para que os pais possam ter opções de estratégias para lidar com as situações cotidianas com suas crianças.

Inicialmente, a proposta era elaborar apenas uma versão *online* do Programa, no entanto, mediante algumas possibilidades do ambiente de coleta de dados, foi possível elaborar uma proposta que incluísse encontros presenciais. Dessa forma, o Programa apresenta duas versões: PPFP - versão online e PPFP - versão híbrida.

É importante ressaltar que o objetivo geral, bem como o modelo e base teórica e as demais características de ambas as versões são semelhantes, a mudança se dá na metodologia de aplicação do Programa. Portanto, todas as informações aqui descritas se encaixam para as duas versões. Quando necessário, serão destacados os pontos que diferenciam as duas.

Público-alvo

Pais/cuidadores de crianças na faixa etária de zero a seis anos. Esta faixa etária foi escolhida, porque, segundo os dados do Levantamento Segurança “Maus-tratos entre crianças e adolescentes: perfil inédito das vítimas e circunstâncias desse crime no Brasil” divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), os maus tratos é um crime que atinge mais crianças de faixas etárias mais baixas, com o seu pico entre crianças de seis anos. De acordo com os dados do Disque 100, somente no primeiro semestre de 2024, esta faixa etária já é responsável por 52% das denúncias de violação de direitos.

Metodologia de aplicação do Programa

O PPFP - versão *online* foi elaborado para ser aplicado virtualmente por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas, *Whatsapp*®. No aplicativo, é constituído um grupo com os pais/cuidadores participantes e a equipe de execução do programa.

O PPFP tem duração de 15 dias, durante os quais são enviados vídeos informativos, áudios e materiais de apoio sobre determinadas temáticas para os participantes. Os vídeos são postados em uma plataforma específica de vídeos, *Youtube*®, e o *link* é compartilhado no grupo, com acesso exclusivo aos membros do grupo. Os materiais incluem informações sobre a temática, orientação e sugestão de estratégias para contextualização dos temas abordados na rotina familiar. Ao longo do programa, os participantes podem utilizar o espaço virtual do grupo para tirar dúvidas e discutir os temas abordados.

As atividades são realizadas de formas assíncronas, ou seja, o material é disponibilizado no grupo e as discussões e reflexões são incentivadas pelo moderador, mas os participantes podem acessar o grupo e acompanhar o programa no horário em que for mais conveniente. Não há a realização de encontros virtuais que reúnam todo o grupo no mesmo momento.

O PPFP - versão híbrida¹ apresenta, além do mesmo material e formação do grupo no *Whatsapp*®, quatro encontros presenciais, com duração de duas horas. Os encontros presenciais são semanais e entre um encontro e outro, o material é compartilhado no grupo. Em cada encontro são realizadas dinâmicas em grupo para fomentar a discussão e promover a reflexão dos participantes sobre as temáticas apresentadas.

¹Realizou-se um estudo piloto da versão híbrida, no entanto, as análises desse estudo não serão apresentados nessa Tese.

Tabela 1

Síntese das principais informações das duas versões do Programa Família que Protege

	Versão online	Versão híbrida
Duração	15 dias	30 dias
Tipo de atividade	Assíncrona	Assíncrona e síncrona
Número de participantes	Máximo 25	Máximo 10
Local de realização	Virtual	Virtual e uma sala ampla
Método de intervenção	Envio de material informativo e reflexivo, e incentivo a participação no grupo	Envio de material informativo e reflexivo, e incentivo à participação no grupo. Dinâmicas de grupo.

Conteúdo Programático do Programa

O conteúdo abordado durante o programa está em consonância com seus objetivos, que foram detalhados na Tabela 2. A maior parte do material utilizado no Programa foi elaborada especificamente para essa finalidade. Assim, foram elaborados vídeos e materiais ilustrativos de apoio, utilizando o programa *Canva*®, além de áudios gravados diretamente no aplicativo de mensagens e mensagens de texto. Antes e após o envio de cada material, era elaborado um texto de introdução, que explicava sucintamente o objetivo do conteúdo a ser enviado, seguido de uma mensagem para estimular a reflexão e observação no cotidiano de cada família.

Foram utilizados, também, outros materiais (vídeos, cartilhas, livros e *links* para acessar sites específicos, por exemplo). Esses materiais não foram elaborados especificamente para este Programa, mas conseguiam se adequar aos seus objetivos. Os dois vídeos sobre violência contra a criança foram elaborados pelo Grupo de Estudo de Autores de Violência (GEAV), do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2021. A cartilha, o livro de história e *link* com demais materiais para serem utilizados junto com a criança, foram elaborados pelo projeto ‘Eu me protejo’. Este projeto foi criado com objetivo de servir de apoio a famílias e educadores em conversas com as crianças sobre os seus corpos e como protegê-los, evitando situações de violência (*Eu Me Protejo*, s.d.). O vídeo ‘Que corpo é esse?’ faz parte do projeto Crescer sem Violência, uma parceria entre o Canal Futura, a *Childhood* Brasil, a Fundação Vale e o Unicef Brasil. Essa série apresenta ilustrações e vocabulários simples que retratam o dia a dia

de uma família em que os pais ensinam os filhos sobre a autoproteção de seus corpos (*Childhood* Brasil, s.d.).

Vale ressaltar que os últimos materiais, disponibilizados para que os responsáveis pudessem usar com suas crianças, foram seguidos de dicas e orientações diretas de como eles podiam utilizar cada material e sugestões de que itens eles poderiam abordar na conversa. Todas as referências utilizadas para a confecção dos materiais específicos, bem como, as dos materiais de acesso livre, também estão disponibilizadas no quadro abaixo.

Tabela 2

Conteúdo programático, objetivos e material utilizado no Programa Parental Família que Protege

Temática/ Conteúdo	Tipo de material	Duração
<i>Parentalidade</i> - Esclarecer o conceito de parentalidade, parentalidade positiva e negativa; - Explicar sobre a influência das práticas parentais no desenvolvimento infantil. - Promover a reflexão sobre o caráter intergeracional da violência e a importância de “quebrar o ciclo”.	Vídeo	486 segundos
<i>Atividade: As duas listas</i> - Identificar as principais dificuldades ou desafios que os pais têm com suas crianças; - Identificar quais as características e habilidades de vida que os pais desejam que sua criança tenha para ser um adulto feliz e viver bem em sociedade; - Promover a reflexão dos pais sobre se a forma como eles agem diante das situações de desafio ajudam sua criança a desenvolver as características e habilidades de vida que eles desejam para ela.	Texto	3 a 4 dias
<i>Comportamento e Regulação Emocional</i> - Sensibilizar os pais sobre a importância de analisar os comportamentos tidos como inadequados da criança sob a perspectiva do nível de desenvolvimento da mesma; - Fornecer dicas e estratégias que podem ser utilizadas para auxiliar na regulação emocional da criança.	Vídeo	335 segundos
<i>Elogios e incentivos</i> - Esclarecer sobre a importância do elogio e do incentivo para o desenvolvimento da criança; - Orientar sobre estratégias mais eficazes para elogiar e incentivar a criança diante das atitudes apropriadas.	Vídeo	239 segundos
<i>Estabelecer limites</i> - Orientar sobre a importância de estabelecer limites de forma respeitosa com a criança.	Áudios	515 segundos

- Oferecer dicas e estratégias de como estabelecer limites e normas de forma clara e respeitosa.

Violência contra a criança

- Orientar os pais sobre os tipos de violência cometidos contra a criança;
- Sensibilizar os pais sobre a importância da prevenção da violência contra a criança;
- Esclarecer sobre as medidas que devem ser adotadas quando identificado um caso de violência contra a criança;
- Orientar os pais sobre o perfil de autores de agressão sexual para auxiliar na prevenção e proteção das crianças;
- Oferecer recursos para que os pais possam orientar as crianças para a prevenção da violência sexual;

Imagens - Material de apoio

Vídeo elaborado pelo GEAV/LED 184 segundos

Vídeo elaborado pelo GEAV/LED 210 segundos

Cartilha “Eu me protejo”

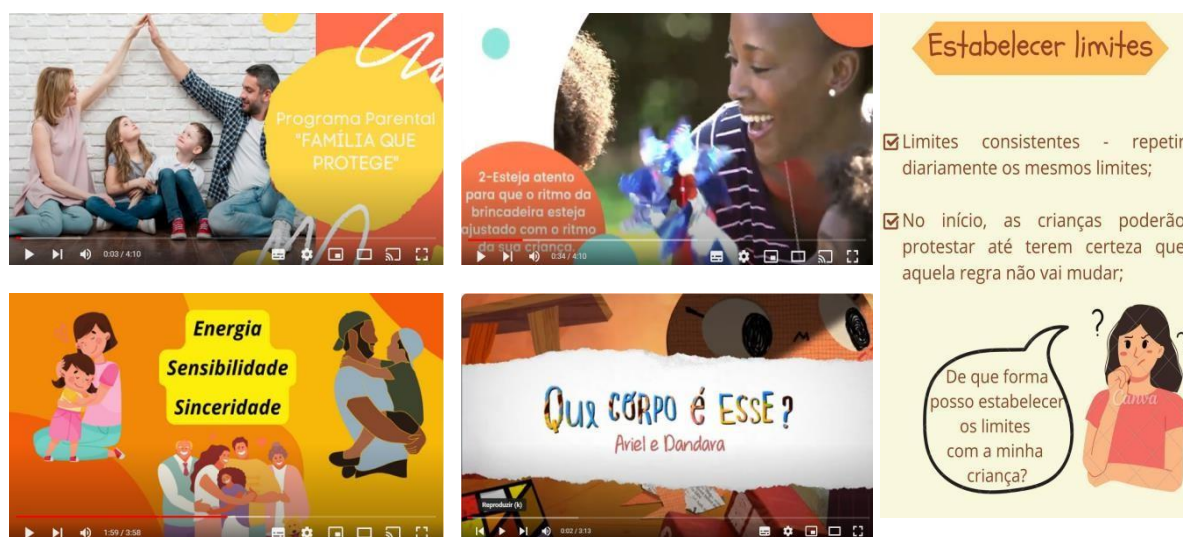
Livro de História “Menina não guarda segredo”

Vídeo da série: Que corpo é esse? 193s

Link para acessar o Projeto “Eu me protejo”

Figura 1

Imagens de alguns materiais utilizados no programa



Este conteúdo e material apresentado na Tabela 2 e Figura 1 podem ser utilizados nas duas versões do Programa, ou seja, tanto a *online* quanto a híbrida. No entanto, nesta última ocorrem os encontros presenciais nos quais são realizadas dinâmicas grupais para complementar os conteúdos abordados durante a semana e enviado no grupo do aplicativo de mensagens. A Tabela 3 detalha as atividades e seus objetivos em cada encontro. Algumas

atividades foram elaboradas especificamente para o programa e outras foram retiradas do Manual do Educador de Educação Parental (Lott & Nelsen, 2018).

Tabela 3

Atividades, objetivos e materiais utilizados nos encontros presenciais do Programa Família que Protege

Encontro	Atividades e objetivo	Material utilizado
01	<u>Momento 01:</u> Apresentação do Programa e seus objetivos. <u>Momento 02:</u> Dinâmica “Crie sua própria camiseta” • Facilitar a apresentação dos membros do grupo • Conhecer as expectativas dos participantes sobre o Programa <u>Momento 03:</u> Dinâmica “A Herança” • Favorecer a reflexão dos participantes sobre as práticas parentais (positivas e negativas) que seus responsáveis utilizavam e quais eles passam adiante com suas crianças.	- Folhas de papel A4 - Caneta hidrográfica - Caneta esferográfica - Fita adesiva - Papel impresso
02	<u>Momento 01:</u> Retrospecto da semana • Estimular os participantes a relatarem os acontecimentos da sua semana com seu filho. • Estimular a discussão e feedback sobre o material enviado no grupo de Whatsapp® <u>Momento 02:</u> Dinâmica “Quebra-cabeça da criança” • Identificar a percepção dos pais sobre as características das suas crianças e como reage diante delas; • Esclarecer os pais sobre o desenvolvimento da criança e as características dessa fase; • Incentivar a adoção de práticas positivas que ressaltem as características positivas de cada criança; <u>Momento 03:</u> Dinâmica “As duas listas” • Identificar as principais dificuldades ou desafios que os pais têm com suas crianças; • Identificar quais as características e habilidades de vida que os pais desejam que sua criança tenha para ser um adulto feliz e viver bem em sociedade; • Promover a reflexão dos pais sobre se a forma como eles agem diante das situações de desafio ajudam sua criança a desenvolver as características e habilidades de vida que eles desejam para ela.	- Material impresso - Caneta hidrográfica - Caneta esferográfica
03	<u>Momento 01:</u> Retrospecto da semana • Estimular os participantes a relatarem os acontecimentos da sua semana com seu filho. • Estimular a discussão e feedback sobre o material enviado no grupo de Whatsapp® <u>Momento 02:</u> Dinâmica “Cérebro na palma da mão” • Demonstrar um recurso visual que ajude os pais e crianças a entender o que acontece com o cérebro	- Não há material

quando se desregulam

- Orientar os pais sobre o comportamento da criança e a regulação emocional;

04

Momento 01: Retrospecto da semana

- Estimular os participantes a relatarem os acontecimentos da sua semana com seu filho.
- Estimular a discussão e feedback sobre o material enviado no grupo de Whatsapp®

Momento 02: Dinâmica “Mitos e verdades sobre violência sexual contra a criança”

- Favorecer a reflexão dos pais sobre a relação das suas práticas parentais e a prevenção da violência sexual;
- Orientar os pais sobre identificação e prevenção da violência sexual contra a criança;

- Placas confeccionadas “Mito” e “Verdade”

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo propor um programa parental e descreve os elementos constituintes do Programa Parental Família que Protege, voltado para a prevenção da violência contra a criança, por meio da promoção de práticas educativas parentais positivas e protetivas. Este programa apresenta uma proposta abrangente ao abordar os principais tipos de violência infantil: física, psicológica, sexual e negligência. A inclusão de conteúdos sobre prevenção da violência sexual, pouco explorada em outros programas parentais relatados na literatura, destaca-se como um avanço significativo.

A metodologia *online*, associada à possibilidade de encontros presenciais, possibilita maior flexibilidade, visando aumentar o engajamento dos pais e facilitar o acesso aos conteúdos, podendo ser adaptada às condições específicas de cada local e população. A literatura evidencia que as intervenções *online* têm um potencial reconhecido como promissor, demonstrando efeitos significativos tanto no comportamento parental quanto no desenvolvimento infantil.

Por fim, foram apresentadas aqui as principais informações sobre o programa elaborado. O próximo passo consistirá na avaliação de sua viabilidade, aceitabilidade, além da realização de estudos empíricos para mensurar seus efeitos. O Estudo 4 que compõe esta tese abordará aspectos particulares da implementação da versão *online* do PPFP. No futuro, espera-se que os estudos de implementação e viabilidade das diferentes versões do programa possam consolidar sua eficácia e compará-las, contribuindo ainda mais para o aprimoramento

das intervenções parentais e a prevenção da violência contra crianças em Belém e também em outros contextos brasileiros.

Referências

- Altafim, E. R. P., de Oliveira, R. C., Pluciennik, G. A., Marino, E., & Gaspardo, C. M. (2024). Digital Parenting Program: Enhancing Parenting and Reducing Child Behavior Problems. *Children*, 11(8), 980. <https://doi.org/10.3390/children11080980>
- Argentina Ministerio de Educación. (2008). Guía para evaluación de programas en educación. Ministerio de Educación. <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL001040.pdf>
- Baker, S., Sanders, M. R., Turner, K. M. T., & Morawska, A. (2017). A randomized controlled trial evaluating a low-intensity interactive online parenting intervention, Triple P Online Brief, with parents of children with early onset conduct problems. *Behaviour Research and Therapy* 91, 78-90. [10.1016/j.brat.2017.01.016](https://doi.org/10.1016/j.brat.2017.01.016)
- Breitenstein, M., Gross, D., & Christophersen, R. (2014). Digital Delivery Methods of Parenting Training Interventions: A Systematic Review Susan. *Worldviews on Evidence-Based Nursing*, 11:3, 168–176. [10.1111/wvn.12040](https://doi.org/10.1111/wvn.12040)
- Carmo, C. J. & Harada, M. de J. C. S. (2006). Violência física como prática educativa. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 14(6), 849-56. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600004>
- Cecconello, A. M., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54. <https://www.scielo.br/j/pe/a/RsN9L6RpdLDTmnnSgDfLd6K/?format=pdf&lang=pt>
- Chen, M., & Chan, K. L. (2016) Effects of Parenting Programs on Child Maltreatment Prevention: A Meta-Analysis. *Trauma, violence, & abuse*, 17(1) 88-104. [10.1177/1524838014566718](https://doi.org/10.1177/1524838014566718)
- Contandriopoulos, A.-P., Champagne, F., Denis, J.-L., & Pineault, R. (1997). A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In Z. M. d. A. Hartz (Org.), *Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas* (pp. 29–47). FIOCRUZ. <https://books.scielo.org/id/3zcft/pdf/hartz-9788575414033-04.pdf>
- Desai, C. C., Reece, J. & Shakespeare-Pellington, S. (2017). The prevention of violence in childhood through parenting programmes: a global review. *Psychology, Health & Medicine*, 22 (S1), 166–186. <https://doi.org/10.1080/13548506.2016.1271952>

- Ehrensaft, M. K., Knous-Westfall, H. M., & Alonso, T. L. (2016). Web-Based Prevention of Parenting Difficulties in Young, Urban Mothers Enrolled in Post-Secondary Education. *J Primary Prevent*, 37, 527–542. [10.1007/s10935-016-0448-1](https://doi.org/10.1007/s10935-016-0448-1)
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública - Maus-tratos entre crianças e adolescentes: perfil inédito das vítimas e circunstâncias desse crime no Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/13-anuario-2022-maus-tratos-entre-criancas-e-adolescentes-perfil-inedito-das-vitimas-e-circunstancias-desse-crime-no-brasil.pdf>
- Fraser, M. W., Richman, J. M., Galinsky, M. J., & Day, S. H. (2009). *Intervention research: Developing social programs*. New York: Oxford University Press. <https://books.google.co.ke/books?id=4wkSDAAQBAJ&printsec=copyright#v=onepage&q&f=false>
- Gomes, R., Deslades, S. F., Veiga, M. M., Bhering, C. & Santos, J. F. C. (2002). Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), 707-714. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300014>
- Guastaferrro, K., Zadzora, K. M., Reader, J. M., Shanley, J., & Noll, J. G. (2019). A parent-focused child sexual abuse prevention program: Development, acceptability, and feasibility. *Journal of Child and Family Studies*, 28(7), 1862–1877. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01410-y>
- Guastaferrro, K., Felt, J. M., Font, S. A., Connell, C. M., Miyamoto, S., Zadzora, K. M., & Noll, J. G. (2020). Parent-Focused Sexual Abuse Prevention: Results From a Cluster Randomized Trial. *Child Maltreatment*, 27(1), 114-125. <https://doi.org/10.1177/1077559520963870>
- Hokmabadi, A., Khoori, E., Tatari, M., & Wurtele, S. K. (2022). Preventing Child Sexual Abuse in Iran: Mothers Teaching Body Safety to Their Sons. *Journal of Research Development in Nursing and Midwifery*, 19(2), 31–36. <https://doi.org/10.61186/jgbfnm.19.2.31>
- Khoori, E., Gholamfarkhani, S., Tatari, M., & Wurtele, S. K. (2020). Parents as Teachers: Mothers' Roles in Sexual Abuse Prevention Education in Gorgan, Iran. *Child Abuse & Neglect*, 109, 104695. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104695>

- Lotto, C. R., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Feasibility and acceptability study of the online ACT-Raising Safe Kids program. *Children and Youth Services Review*, 141, 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2022.106591>
- MacMillan, H. L.; Wathen, C. N., Barlow, J., Fergusson, D. M., Leventhal, J. M., & Taussig, H. N. (2009). Interventions to prevent child maltreatment and associated impairment. *Lancet*, 373, 250–66. DOI: [10.1016/S0140-6736\(08\)61708-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(08)61708-0)
- Mikton, C & Butchart, A. (2009). Child maltreatment prevention: a systematic review of reviews. *Bull World Health Organ*, 87, 353–361. DOI:[10.2471/BLT.08.057075](https://doi.org/10.2471/BLT.08.057075)
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2024). Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2024>
- Peruhype, R. C., Halboth, N. V. & Alves, P. B. (2011). Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina - MG/Brasil. *Textos & Contextos*, 10 (1), 170-178. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/7948>
- Reis, A. G. dos. (2015). *Práticas educativas e violência: uma reflexão crítica*. (Trabalho de conclusão de especialização) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. <http://hdl.handle.net/10183/141408>
- Rudolph, J., Zimmer-Gembeck, M. J., Shanley, D. C., & Hawkins, R. (2018). Child Sexual Abuse Prevention Opportunities: Parenting, Programs, and the Reduction of Risk. *Child Maltreatment*, 23(1), 96-106. <https://doi.org/10.1177/1077559517729479>
- Sourander, A., McGrath, P. J., Ristkari, T., Cunningham, C., Huttunen, J., Lingley-Pottie, P., Hinkka-Yli-Salomäki, S., Kinnunen, M., Vuorio, J., Sinokki, A., Fossum, S., & Unruh, A. (2016). Internet-Assisted Parent Training Intervention for Disruptive Behavior in 4-Year-Old Children: A Randomized Clinical Trial. *JAMA Psychiatry*; 73(4):378-387. [10.1001/jamapsychiatry.2015.3411](https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2015.3411)
- Spencer, C. M., Topham, G. L., & King, E. L. (2020). Do Online Parenting Programs Create Change?: A Meta-Analysis. *Journal of Family Psychology*, 34(3), 364 –374. <http://dx.doi.org/10.1037/fam0000605>
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/pt6HWDBMDwTkGDnXkb4BCkP/?format=pdf&lang=pt>

ESTUDO 4 - Efeitos, viabilidade e aceitabilidade do Programa Parental Família que Protege: uma intervenção para a prevenção da violência contra a criança, em Belém do Pará.

A violência contra a criança é um problema mundial e que traz graves consequências para o desenvolvimento infantil (Borges & Dell’Aglío, 2008; Gomez & Bazon, 2014; Hildebrand et al., 2015). Vários são os fatores que podem influenciar a ocorrência da violência contra a criança, dentre eles, aqueles associados à parentalidade.

A literatura aponta que ainda hoje é frequente o uso de castigos, punições corporais e psicológicas por parte dos cuidadores, há tempos justificados como práticas educativas parentais (Avezum et al., 2023; Carmo & Harada, 2006; Cecconello et al., 2003; Gomes et al., 2002; Peruhype et al., 2011; Reis, 2015; Weber et al., 2004).

Nesse sentido, com objetivo de combater os fatores de risco associados à parentalidade, a literatura aponta os programas parentais como ações promissoras para a prevenção e/ou redução da violência contra a criança, mas com necessidade de maior consolidação (Altafim & Linhares, 2016; Altafim, Magalhães et al., 2024; Branco et al., 2022; Chen & Chan, 2016; Desai et al., 2017; Euser et al., 2015; Francis & Baker-Henningham, 2021; Gonzalez et al., 2019; Heinen et al., 2023; Lachman et al., 2021; McCoy et al., 2020; Pontes et al., 2019; Sahillioglu & Akman, 2021; Santini & Williams, 2016; Skar et al., 2021; Wang, & Zhang, 2024).

A meta-análise de Chen e Chan (2016) objetivou avaliar a eficácia dos programas parentais na redução de maus-tratos infantis e na modificação dos fatores associados, bem como examinar as variáveis moderadoras que estão ligadas aos efeitos do programa. Os resultados demonstram que os programas parentais podem ter um efeito positivo de longo prazo na prevenção de maus-tratos infantis. Evidenciou-se que houve uma redução nos fatores de risco parentais associados a violência contra a criança, como depressão e estresse dos pais, atitudes inadequadas dos pais em relação à criação dos filhos, comportamentos parentais abusivos, habilidades parentais insuficientes, conhecimento mínimo sobre o desenvolvimento infantil e insensibilidade.

Nessa meta-análise, os pais, após as intervenções, demonstraram uma redução na parentalidade ineficaz que muitas vezes é vista como o início de maus-tratos à criança. Atitudes parentais inadequadas, incluindo atitudes em relação ao uso de punição corporal e expectativas irrealistas do comportamento da criança, também sofreram uma diminuição. No entanto, apenas um efeito positivo modesto foi observado na redução das medidas de depressão parental, e os pais ainda não conseguiram lidar com o estresse parental após a

participação. Por fim, destaca-se que os fatores de proteção dos pais aumentaram após a participação em programas parentais. Os pais ficaram mais propensos a discordar de atitudes parentais inadequadas e a usar métodos parentais positivos, além de se tornarem mais confiantes e satisfeitos com seu papel parental. Depois de participar de programas, os pais aprenderam a usar a disciplina positiva e a se envolver positivamente na criação dos filhos (Chen & Chan, 2016).

A revisão de Altafim e Linhares (2016) também concluiu que os programas parentais que foram revisados variaram em relação a algumas de suas características, mas os objetivos das intervenções eram comuns, quais sejam: aumentar o conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento infantil, promover práticas e habilidades parentais eficazes, estimular o uso de comportamentos parentais sem uso da violência, e incentivar relações harmoniosas entre pais e filhos. Evidenciou-se que todas essas estratégias são relevantes para a prevenção da violência contra a criança e devem ser abordadas em programas parentais universais.

Essas autoras destacam, ainda, que alguns estudos não tiveram como objetivo prevenir diretamente a violência, mas sim promover práticas parentais eficazes e positivas e, conseqüentemente, prevenir a violência infantil (Altafim & Linhares, 2016). Este achado, está de acordo com o apresentado por Euser et al. (2015) que ressaltou que muitos estudos enfocam, principalmente, nos comportamentos parentais ou fatores de risco associados aos maus-tratos infantis, enquanto as mudanças reais nos maus-tratos infantis são mais negligenciadas.

Além dessa necessidade de utilização da violência contra a criança como uma medida de desfecho primário em pesquisas sobre eficácia de programas parentais, outras lacunas também são evidenciadas em estudos de revisão. Desai et al. (2017) e Chen e Chan (2016) afirmam que não há relatos sobre prevenção de abuso sexual em programas para pais, destacando a importância de incluir e avaliar essa temática em pesquisas na área. Na revisão mais recente de Whang e Zhang (2024) dos 31 estudos incluídos, apenas um utilizou medidas de abuso sexual como resultados primários da pesquisa.

Alguns estudos relatam os resultados de programa de intervenção para prevenção da violência sexual, mas com programas com esta única temática (Hokmabadi et al., 2022; Khoori et al., 2020). Por fim, para enfatizar a importância da parentalidade como um todo, recomenda-se que os comportamentos de proteção da violência sexual não sejam ensinados isoladamente, mas sim que sejam parte integrante dos programas de parentalidade existentes baseados em evidências (Rudolph et al., 2018), como demonstra o estudo Guastafarro et al. (2020).

É possível afirmar que já há evidências bem estabelecidas sobre os efeitos positivos dos programas de intervenção na prevenção ou redução de maus-tratos infantis em países de alta renda (Heinen et al., 2023). No entanto, ainda é necessário mais estudo em países de média e baixa renda, como no Brasil (Altafim & Linhares, 2016; Branco et al., 2022; Euser et al., 2015; Heinen et al., 2023; Pundir et al. 2020).

A revisão de escopo de Whang e Zhang (2024) teve como objetivo fornecer um resumo das evidências disponíveis sobre intervenções parentais para redução da violência contra crianças em países de média e baixa renda. Eles concluíram que os programas parentais são promissores para prevenir e reduzir os fatores de risco para violência contra crianças também nesses países. Em sua maioria, avaliaram intervenções realizadas em um contexto de poucos recursos, predominando pais com características socioeconômicas abrangentes, sugerindo que programas parentais em países de média e baixa renda poderiam beneficiar diversas populações socioeconômicas. Além disso, mostrou-se que é viável incorporar programas parentais em serviços de rotina, como saúde pública e sistemas de transferência de renda, pois a integração em serviços já existentes é mais econômica e aceitável para as populações locais. No entanto, destaca-se que a maioria dos estudos foi conduzida na África e na Ásia, principalmente na África Oriental e Meridional e no Sudeste Asiático, deixando uma lacuna nos países de média e baixa renda na África Central e Setentrional, Ásia Central e Meridional, Europa e América Central e do Sul, onde a violência contra crianças também é alta (Whang & Zhang, 2024).

No Brasil, mais especificamente, já é possível encontrar alguns estudos recentes que apresentam resultados de programas parentais para redução da violência contra a criança. Dentre esses, a grande maioria aplicou programas padronizados baseados em evidência, como o ACT- *Raising Safe Kids* e o Triplo P, e foram realizados em estados da região Sul e Sudeste do Brasil (Altafim, Oliveira et al., 2024; Lawrenz et al., 2021; Lotto et al., 2022; Murray et al., 2024; Pontes & Brino, 2022; Schulz et al., 2021; Santos et al., 2024). O Brasil, em sua imensa extensão territorial, é marcado por diferenças socioeconômicas entre as suas regiões e esse aspecto deve ser considerado ao buscar generalizar os efeitos de intervenções que ocorrem nos diferentes estados.

De acordo com os dados sobre quantidade de pessoas em situação de pobreza multidimensional, analisados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (Diechtiareff et al., 2023), ainda há uma grande diferença entre as regiões brasileiras. Em 2019, seis estados, três na Região Norte (Amapá, Pará e Rondônia) e três na Região Nordeste (Alagoas, Maranhão e Piauí), apresentaram mais de 90% de crianças e adolescentes privados

de pelo menos um de seus direitos fundamentais. Enquanto isso, os estados do Sudeste variaram entre 39,6% (São Paulo) a 51,2% (Espírito Santo) e os estados do Sul, de 52,5% (Paraná) a 56% (Santa Catarina). As condições econômicas regionais, com crianças e adolescentes vivendo abaixo da linha de pobreza e que vivem em estados com menor PIB per capita, está extremamente relacionada a essa privação de direitos. Portanto, é necessário e urgente continuar avaliando programas apropriados para países de média e baixa renda, até que efeitos positivos replicados sejam demonstrados e sustentados em cenários do mundo real (Murray et al., 2024).

Outro aspecto relevante que deve ser considerado sobre os programas parentais diz respeito à metodologia de aplicação da intervenção, se presencial ou *online*. Programas parentais com objetivos diversos já indicaram o uso da tecnologia como facilitadora na execução das intervenções. A tecnologia pode fornecer formatos de prestação de serviços alternativos flexíveis e econômicos para programas parentais e apresentam potencial para melhorar o engajamento do programa (Aldridge et al., 2024; Cai et al., 2024).

Mesmo em países de média e baixa renda, há evidências que apontam a viabilidade de programas que utilizam a internet. Identificou-se um número elevado de pessoas com acesso a *smartphones*, e a intervenção foi bem aceita e utilizada em áreas muito remotas do Peru, sugerindo que intervenções parentais do tipo digital podem ser uma estratégia promissora para apoiar famílias de baixa renda em áreas remotas da América Latina (Jäggi et al., 2023). Intervenções parentais digitais que utilizaram serviço de mensagem instantânea, o *WhatsApp*®, foram capazes de promover efetivamente o cuidado responsivo e a saúde mental de cuidadores de crianças em ambientes de poucos recursos na África, com grande potencial de escalabilidade (Skeen et al., 2023).

Sendo assim, o uso desse recurso tecnológico pode ser passível de ser utilizado no Brasil. De acordo com a Pesquisa TIC Domicílios, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, em 2019, 74% dos entrevistados tinham acesso à internet, enquanto outros 26% estavam excluídos desta tecnologia. Esta pesquisa mostrou que a navegação pelo celular se manteve estável, em torno dos 99% em todas as classes sociais. Dos brasileiros conectados, 58% navegavam na internet exclusivamente pelo celular, dentre as práticas mais comuns, o uso de mensagens instantâneas, que demanda menor consumo de dados, é a mais frequente, sendo utilizada por 96% das pessoas na classe A e 87% nas classes D e E (Instituto de Defesa do Consumidor [IDEC], 2021). No entanto, sabe-se que o acesso não é homogêneo em todas as regiões do país, sendo que a região Nordeste e Norte possuem os piores indicadores de uso da internet no Brasil (IDEC, 2022).

Desta forma, apesar de programas parentais com foco na prevenção da violência no Brasil, também já utilizarem recursos online para realização da intervenção, especialmente após as adaptações necessárias ocasionadas pela pandemia da COVID-19 (Altafim, Oliveira et al., 2024; Lotto et al., 2022; Santos et al., 2024) é necessário se ampliar estas intervenções e avaliar sua viabilidade em outras regiões com características socioeconômicas diferentes.

Dito isso, este estudo tem como objetivo analisar os efeitos, viabilidade e aceitabilidade de um programa parental *online* que tem como objetivo a prevenção da violência contra a criança, abrangendo as suas quatro tipificações: violência física, psicológica, sexual e negligência, em uma capital da região norte do Brasil.

Objetivos

Objetivo geral

- Avaliar os efeitos, a viabilidade e a aceitabilidade de um programa parental *online* cujo objetivo principal é prevenção da violência contra a criança, em Belém do Pará.

Objetivos específicos

- Averiguar as respostas dos pais sobre as suas práticas educativas, antes e depois da intervenção;
- Comparar a frequência e ocorrência do uso de violência contra a criança, antes e depois da intervenção;
- Aferir os conhecimentos dos pais sobre os tipos de violência contra a criança antes e depois da intervenção;
- Investigar a percepção dos pais sobre sua satisfação com a estruturação do programa parental e seus efeitos no dia a dia.
- Analisar a viabilidade e aceitabilidade do programa parental a partir da avaliação dos participantes e dos efeitos mensurados.

Método

Delineamento

Trata-se de um estudo com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), de delineamento longitudinal, quase-experimental, com grupo único e comparação intragrupo (pré-teste/pós-teste), que incluirá, a proposição de um programa parental que visa a prevenção da violência contra a criança.

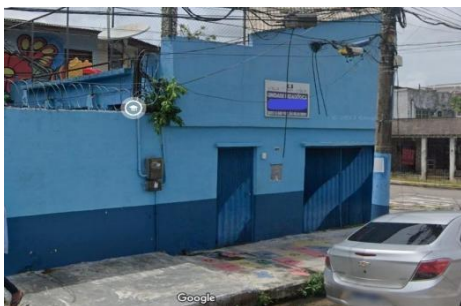
Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Unidade Pedagógica Infantil (UPI) pública do município de Belém – PA. Esta unidade atende crianças de quatro a seis anos, matriculadas nas séries de educação infantil (Jardim I e Jardim II). No ano de 2022, a unidade contava com 185 alunos matriculados, distribuídos em oito turmas (quatro em cada turno). No ano de 2023, eram 186 alunos matriculados distribuídos, também, em oito turmas, no entanto, 01 das turmas estava sem professor e, por isso, só estavam frequentando sete turmas (165 alunos).

A Unidade apresenta um espaço físico dividido em dois andares. No andar térreo encontra-se duas salas de aula, sala da coordenação/direção, um banheiro, copa/cozinha, refeitório e espaço de recreação. No andar superior, tem duas salas de aula e um espaço aberto de recreação.

Figura 1

Foto da fachada da Unidade de Educação Infantil



Fonte: Google Maps



Fonte: Instagram

Figura 2

Fotos do espaço físico interno da UEI



Fonte: Instagram

Participantes

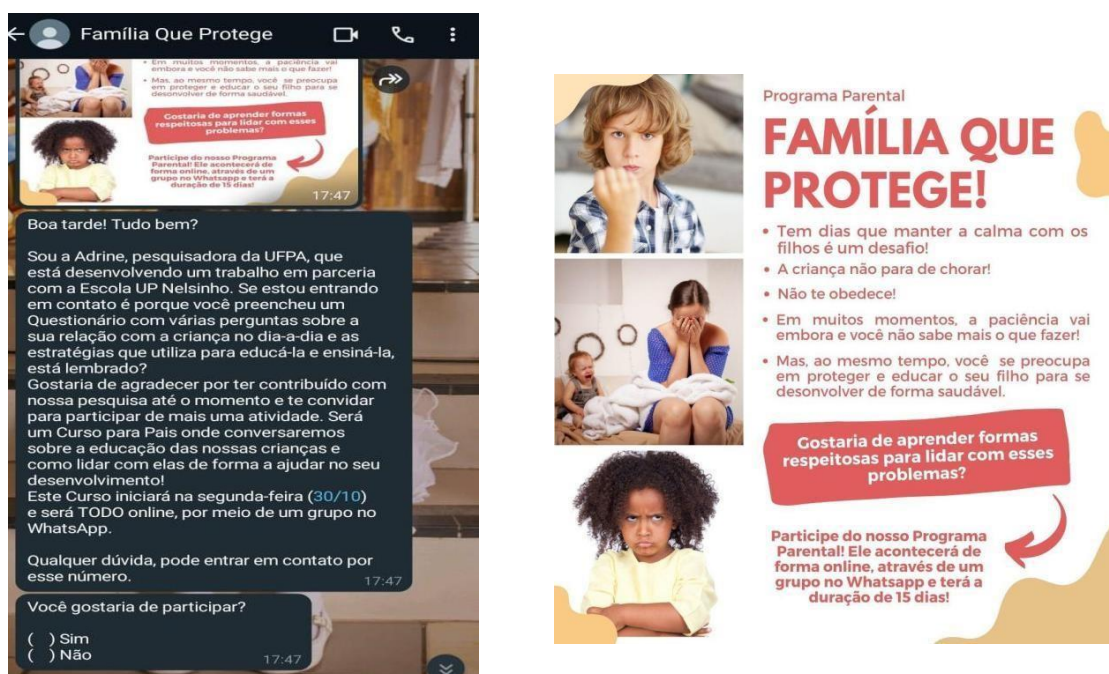
Participaram do estudo, 18 pais de crianças de uma Unidade de Educação Infantil, da cidade de Belém - Pará. Os critérios de inclusão foram: ser pais de crianças matriculadas nas Unidade de Educação Infantil, localizada no município de Belém; de crianças de ambos os sexos, de idade de zero a seis anos, sem patologias ou alterações no desenvolvimento e; que aceitem assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice A) para participar do estudo.

A amostra deste estudo foi do tipo não probabilística por conveniência, recrutada de uma Unidade de Educação Infantil em Belém, Pará. Para o recrutamento na fase do pré-teste, foram utilizadas diferentes estratégias: envio de mensagens de texto e vídeo nos grupos de aplicativo de mensagem (*Whatsapp*®) de todas as turmas da Unidade (as mensagens eram elaboradas pela pesquisadora, mas encaminhadas aos grupos pela direção da Instituição); abordagem presencial, especialmente, nos horários de entrada e saída das crianças (Figura 3); durante a participação em reuniões de pais agendada pela direção (Figura 4) e; envio de convite com os questionários dentro de envelope, encaminhado na mochila da criança ou entregue pelos professores diretamente aos responsáveis. Após recebimento dos questionários do pré-teste, foi enviado uma nova mensagem com aviso do início da intervenção e pedido de confirmação dos responsáveis que gostariam de participar do grupo (Figuras 5).

Figura 3

Disponibilidade durante o turno de aula na escola

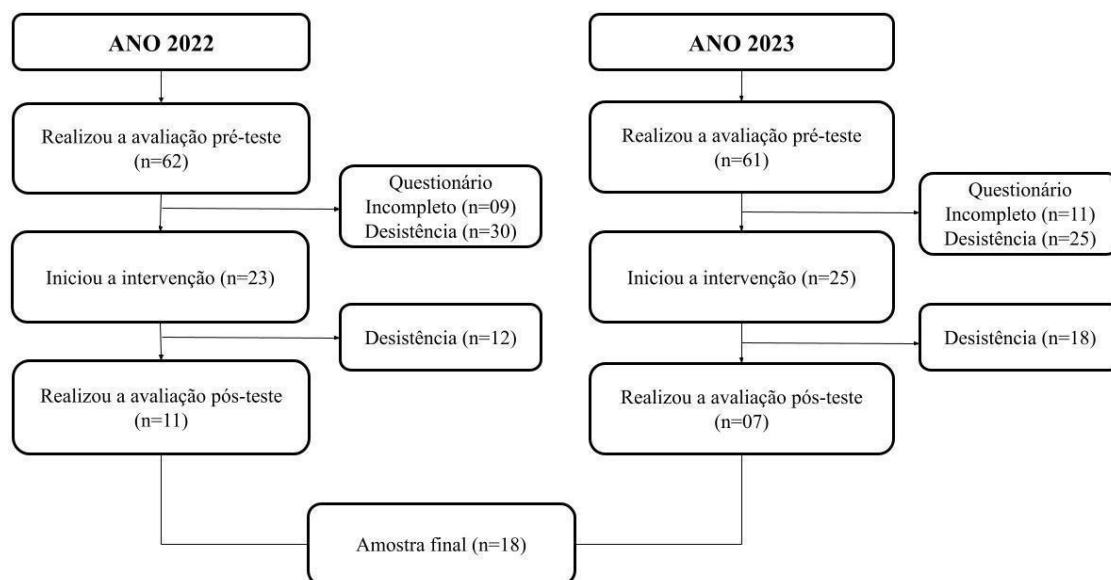


Figura 4*Recrutamento na reunião de pais***Figura 5***Convite enviado pelo aplicativo de mensagem para confirmação de participação na intervenção*

A Figura 6 apresenta o Fluxograma de seleção da amostra. Foi realizada a análise estatística e não encontrou-se diferença significativa entre as duas amostras (2022 e 2023), por isso, elas foram analisadas como um único grupo.

Figura 6

Fluxograma do processo de seleção da amostra

**Tabela 1**

Características gerais e sociodemográficas dos participantes da intervenção (N= 18)

Característica	Amostra Total
Sexo Participante (%)	
Feminino	94,4 (17)
Masculino	5,6 (01)
Idade participante (M/Md)	34,6/ 33
Escolaridade (%)	
EFC	5,6 (01)
EMI	16,7 (03)
EMC	61,1 (11)
ESC	11,1 (02)
NI	5,6 (01)
Renda (%)	
Menos de 1 salário mínimo	33,3 (06)
Mais de 1 salário mínimo (1 a 3)	66,7 (12)
Relação com a criança (%)	
Mãe	94,4 (17)

Característica	Amostra Total
Pai	5,6 (01)
Nº filhos (M/Md)	2/ 1,5
Nº Filhos (0 a 6 anos) (M/Md)	1,22/1
Sexo Criança (%)	
Feminino	44,4 (08)
Masculino	55,6 (10)
Adultos que cuidam da criança (%)	
Nenhum	27,8 (05)
Um	27,8 (05)
Dois	16,7 (03)
Mais de 2	27,8 (05)

Instrumentos

Formulário de Caracterização dos Participantes (Apêndice B)

Este instrumento foi elaborado especificamente para este estudo e é constituído por 14 questões sobre os dados gerais dos participantes (nome, idade, telefone, escolaridade, renda, número de filhos, número de filhos na idade de até seis anos, relação com a criança), dados gerais da criança (idade, sexo e série), além de informações sobre quem mora na mesma casa que a criança e se há outros adultos, também, responsáveis pelo cuidado com a criança.

Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar - PAFAS (Apêndice C)

O PAFAS consiste em uma medida de resultado breve para avaliar as mudanças nas práticas parentais e o ajuste dos pais na avaliação da saúde pública e nas intervenções parentais individuais ou em grupo. O inventário é constituído pela escala de Parentalidade que afere as práticas parentais e a qualidade da relação pai-filho e pela escala de Ajustamento Familiar que mede o ajustamento emocional dos pais e o apoio do parceiro e da família na parentalidade (Sanders et al, 2014).

A versão original do instrumento (Sanders et al., 2014) é constituída por 40 itens, sendo 28 itens da escala de parentalidade e 12 itens da escala de ajustamento familiar. Esta escala foi traduzida, validada e adaptada transculturalmente para o Brasil (Correia et al.,

2024; Santana, 2018;) que, após uma análise fatorial confirmatória, encontrou resultados que sustentam um modelo de 20 itens.

A escala PAFAS de 40 itens apresentou os seguintes índices para consistência interna: 0,70 (consistência parental), 0,78 (práticas coercitivas), 0,75 (encorajamento positivo), 0,85 (relacionamento pai-filho), 0,87 (ajustamento parental), 0,84 (relações familiares) e 0,85 (trabalho em equipe dos pais). Esses resultados indicam uma consistência interna muito boa da medida (Sanders et al., 2014).

Utilizou-se nesta pesquisa, a versão adaptada (Correia et al., 2024; Santana, 2018) com o modelo de 20 itens. Para cada item da escala, o participante deve marcar até que ponto cada afirmação é verdadeira para ele. A pontuação varia de 0 (nem um pouco) até 03 (muito ou a maior parte do tempo). Nesta versão, a subescala de parentalidade (14 itens) é dividida em quatro domínios: consistência parental, com três itens (quanto maior, mais inconsistente), práticas coercitivas com quatro itens (quanto maior, maior uso desse tipo de prática), encorajamento positivo com três itens (quanto maior, mais encorajamento) e relacionamento pai-filho com quatro itens (quanto maior, melhor a relação); e a subescala de ajustamento familiar (seis itens) se divide em dois domínios: ajustamento parental e ajustamento familiar, cada um com três itens e, para ambos, quanto maior, melhor o ajustamento.

International Association for the Prevention of Child Abuse and Neglect Child Abuse Screening Tool - ICAST (Apêndice D)

O ICAST é uma medida de autorrelato para avaliar a prevalência e frequência de abuso infantil. Existem três ferramentas ICAST: uma versão para crianças de 11-18 anos (ICAST-CH (Home) e ICAST-CI (Instituição)), uma versão para pais (ICAST-P) e uma versão retrospectiva (ICAST-R). O ICAST-CH mede a experiência atual e de vida de uma criança sobre abuso físico, emocional e sexual, negligência, violência doméstica e violência comunitária. O ICAST-CI mede a vitimização na escola ou em outros ambientes institucionais. O ICAST-P mede a experiência atual e a experiência de vida do cuidador de perpetração de abuso físico, emocional e sexual para uma criança alvo. O ICAST-R é usado com adultos para medir a prevalência de abuso físico, emocional, sexual, negligência e violência doméstica sofrido por ele na infância. As ferramentas ICAST contêm entre 36 (ICAST-R) e 77 itens (ICAST-C) e agora estão disponíveis na versão 3.0. O ICAST foi desenvolvido para uso internacional e diferentes versões foram usadas, entre outras, na Arábia Saudita, Colômbia, Índia, Rússia, Islândia, Egito, Líbano, Malásia, Quirguistão,

República Democrática do Congo, Uganda, Taiwan, China, nos Balcãs, Quênia, Zimbábue e Coreia do Sul (Meinck & Steinert, 2016).

Para este estudo, foi aplicada a escala ICAST-P, projetada para uso em pesquisas de pais de crianças com menos de 18 anos em relação às práticas disciplinares usadas no último ano e na vida da criança. Os pais são questionados sobre omissões no cuidado e sobre atos de disciplina ou violência contra uma criança. Os pais também são questionados sobre o uso do mesmo conjunto de comportamentos cometidos por outro cuidador. As questões são agrupadas em diferentes categorias: disciplina não violenta, disciplina física, disciplina psicológica, abuso sexual e negligência. Por fim, é possível realizar o cálculo das taxas de incidência de cada categoria. O instrumento possui um total de 46 questões. O estudo de consistência interna indicou valores adequados para os itens sobre disciplina não violenta (alfa de Cronbach 0,77), disciplina física (alfa de Cronbach 0,88) e disciplina psicológica (alfa de Cronbach 0,77) e valores insatisfatórios para negligência (alfa de Cronbach 0,38) e abuso sexual (alfa de Cronbach 0,29) (Runyan et al, 2009). Não há estudos de propriedade psicométricas no Brasil.

A versão utilizada neste estudo foi validada semanticamente para o Brasil por Silveira e Grassi-Oliveira (2016). Para esta pesquisa não foram utilizadas as questões sobre um segundo cuidador.

Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança (Apêndice E)

Este instrumento foi elaborado para a presente pesquisa com base em alguns itens do Questionário sobre Concepções acerca de Abuso Sexual Infantil (Padilha, 2007) e nos conceitos apresentados em estudo sobre o tema divulgado por Brasil (2010). O questionário teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento dos pais sobre os tipos de violência cometidos contra as crianças. É constituído de 20 frases afirmativas, sendo cinco de cada tipo de violência (violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência), que deve ser julgadas como Verdadeira ou Falsa. Cada questão respondida corretamente vale um ponto, sendo assim, quanto maior a pontuação, melhor o nível de conhecimento dos pais sobre violência contra a criança. Sendo assim, a pontuação máxima total do questionário é 20 e para cada tipo de violência é cinco.

Questionário de avaliação da eficácia e satisfação do Programa Parental Família que Protege (Apêndice I)

Este questionário foi elaborado para esta pesquisa e teve como objetivo avaliar a percepção dos pais sobre a satisfação com a estruturação do programa e os efeitos no cotidiano da família. Ele é composto por 22 assertivas, cotados em uma escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente) e seis questões discursivas. As questões objetivas são divididas em duas partes: Parte I, que avalia a satisfação com a estruturação do programa, apresenta afirmativas envolvendo acesso ao material, horário de envio, tempo de duração, objetivos do programa e avaliação do facilitador. A Parte II, referente aos efeitos do programa, apresenta itens envolvendo o quanto os cuidadores percebem que aprenderam a interpretar os comportamentos e as reações da sua criança, compreender o comportamento emocional dela, colocar em prática o aprendizado adquirido o programa, se sente preparado para estabelecer regras e limites, solucionar problemas, cuidar da saúde e da educação, compreender sobre os tipos e características de violência contra a criança, dentre outras. As questões discursivas, também, buscam avaliar a opinião dos participantes sobre os efeitos do programa no seu dia-a-dia, sobre o material disponibilizado e espaço para comentários e sugestões.

Procedimento

Procedimentos éticos

Esta proposta de estudo faz parte do projeto “Maus-tratos no Contexto de Desenvolvimento de Crianças de Belém/Brasil e Braga/Portugal: Indicadores de violência e estratégias de intervenção” e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), Parecer nº 4.250.979 (Apêndice F). Os procedimentos aplicados seguiram os Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme as Resoluções no 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Procedimento de Coleta de Dados

Após a aprovação pelo Comitê de Ética, realizou-se contato com a Secretaria Municipal de Educação do município de Belém (SEMEC) para autorizar a pesquisa e sugerir Unidades de Educação Infantil em que ela pudesse ocorrer. Em fevereiro de 2022, a SEMEC autorizou a pesquisa e sugeriu sete UEIs, foi possível entrar em contato com quatro, selecionadas por conveniência. Realizou-se o contato presencial com as quatro gestoras, individualmente, no qual foi explicado o objetivo e metodologia da pesquisa. Em duas

Unidades, as aulas ainda não tinham reiniciado presencialmente após a pandemia, pois estavam em fase de reforma. Nas outras duas, foi possível realizar a pesquisa, no entanto, somente em uma delas a intervenção foi concluída, pois a outra unidade entrou em reforma durante a execução do programa de intervenção, inviabilizando a finalização da coleta.

A coleta foi realizada em dois períodos, de agosto/2022 a dezembro/2022 e de agosto/2023 a dezembro/2023. Na Unidade, os pais/responsáveis foram convidados a participar da pesquisa, conforme citado anteriormente. Àqueles que aceitaram, recebiam um envelope com os instrumentos de pesquisa (TCLE, Formulário de Caracterização dos Participantes, PAFAS, ICAST e o Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança), que deviam ser preenchidos e devolvidos. A pesquisadora realizava plantões diários na escola, nos dois turnos para orientar algum pai que pudesse ter alguma dúvida no preenchimento dos instrumentos.

Os pais que preencheram e devolveram os formulários foram contactados, através do aplicativo de mensagens, para reforçar o convite para a intervenção e informando a data de início. Os participantes que aceitaram participar da intervenção foram incluídos no grupo do *Whatsapp*®, criado para o Programa Parental.

Após a finalização do Programa, os pais receberam, novamente, um envelope com os instrumentos PAFAS, ICAST, Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança e o Questionário de avaliação dos efeitos e satisfação do programa de parental.

Intervenção

A intervenção realizada foi o Programa Parental Família que Protege - versão *online*, que teve como objetivo geral incentivar os pais para a utilização de práticas educativas parentais mais adequadas para prevenção da violência contra a criança, reforçando assim, o papel protetivo da família. Este programa foi elaborado para ser aplicado de forma virtual por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas, *Whatsapp*®. O tempo de duração do programa foi de 15 dias. Os detalhes da metodologia e conteúdo do Programa estão disponíveis no Estudo 3 desta Tese.

Análise de dados coletados

Os dados quantitativos foram organizados em uma tabela no programa Excel® e a análise estatística realizada no Software Jamovi®. Realizou-se análise estatística descritiva (frequência, média e mediana) para os dados gerais dos participantes e para os dados

quantitativos de avaliação do programa. Para avaliar as mudanças nas práticas parentais e nível de conhecimento dos pais sobre violência contra a criança, comparando os dados do pré e pós teste, aplicou-se, inicialmente, o teste de normalidade de Shapiro Wilk e, mediante o resultado, utilizou-se o teste não paramétrico para medidas pareadas Teste de Wilcoxon. O valor de referência adotado para nível de significância foi de 0,05.

Para análise da ocorrência de violência antes e após a intervenção, os dados foram organizados de forma categórica (sim ou não) sobre a ocorrência do tipo de violência na última semana. Utilizou-se o Teste de McNemar para comparar as proporções de respostas discordantes entre os dois momentos de medição. O valor de referência adotado para nível de significância foi de 0,05.

Os dados qualitativos foram transcritos e lidos na íntegra e submetidos a técnica de análise temática, que se trata de um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados. Ela organiza minimamente e descreve seu conjunto de dados em detalhes (Braun & Clarck, 2008). Utilizou-se como base, também, para análise, o estudo de Dias e Mishima (2023). Sendo assim, os dados foram organizados a partir de duas categorias temáticas: mudança nas práticas educativas e aplicação no dia a dia, e avaliação do programa parental.

Resultados

Dados quantitativos

A Tabela 2 apresenta o resultado da comparação para cada domínio da Escala PAFAS, antes e após a intervenção. Apenas, o domínio Práticas Coercitivas apresentou diferença significativamente estatística ($p=0,005$).

Tabela 2*Domínios do PAFAS avaliado antes e após a intervenção (N= 18)*

Domínio (min-max)	Pré intervenção (M/Md)	Pós Intervenção (M/Md)	p-valor
Consistência Parental (0 - 9)	1,72/ 1	1,83/2	0,828
Práticas Coercitivas (0 - 12)	3,5/3	2,44/2	0,005**
Incorajamento positivo (0 - 9)	7,83/8	7,94/8,5	0,680
Relacionamento pai-filho (0 - 12)	11,11/12	10,89/12	0,426
Ajustamento parental (0 - 9)	7,56/8	7,83/8	0,437
Ajustamento familiar (0 - 9)	6,39/6,5	6,56/7	0,949

Teste de Wilcoxon. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Em relação à ocorrência de violência contra a criança, mensurada pelo instrumento ICAST, a Tabela 3 apresenta os dados de frequência para cada categoria, ou seja, a quantidade de pais que utilizaram essas práticas nos diferentes períodos indicados (alguma vez na vida, último ano e/ou última semana). A categoria disciplina psicológica foi a que se apresentou mais frequente entre os participantes, seguida da disciplina física e negligência. Não houve nenhum relato de abuso sexual nesta amostra.

Para análise comparativa antes e após a intervenção, considerou-se, apenas os dados que indicaram ocorrência de uma vez por semana ou mais, devido ao período da intervenção. Sendo assim, identificou-se que não houve diferença significativa entre as proporções de respostas antes e depois da intervenção ($p=0,083$), quando considerado todas as categorias no geral (disciplina física, psicológica, negligência e abuso sexual). No entanto, quando analisou somente a categoria disciplina psicológica, houve uma diferença significativa na proporção de respostas nos dois momentos ($p=0,005$), como apresentado na Tabela 3. Não foi possível aplicar o teste estatístico na categoria disciplina física, isoladamente, pois não houve duas categorias (sim e não) no momento pós intervenção. No entanto, os dados de frequência demonstram, também, uma redução nesta categoria.

Tabela 3

Frequência do uso de práticas de violência para cada categoria e análise de proporções para categoria disciplina psicológica (N=18.)

	Frequência (%)				Teste McNemar	
	Alguma vez na vida	Último Ano	Última semana (pré)	Última semana (pós)	Valor	p-valor
Disciplina Física	83,3	61,1	11,1	0	-	-
Disciplina Psicológica	94,4	72,2	27,8	11,1	8,07	0,005
Negligência	22,2	5,6	0	0	-	-
Sexual	0	0	0	0	-	-

Não foi encontrada diferença significativa entre o nível de conhecimento dos participantes sobre violência contra a criança, quando comparado a quantidade de acertos antes e depois da intervenção (Tabela 4). Nota-se, no entanto, que considerando tanto os valores do pré quanto do pós intervenção, as questões referentes à violência física foram as que apresentaram menor índice de acertos, seguida das de violência sexual.

Tabela 4

Conhecimento dos participantes sobre violência contra a criança, antes e após a intervenção (N= 18)

	Pré intervenção (M/Md)	Pós Intervenção (M/Md)	p-valor
Questionário - Total (0 - 20)	17,28/18	17,06/17,5	0,949
Questionário - Violência Física (0 - 05)	3,89/4	3,78/4	0,755
Questionário - Violência Psicológica (0 - 05)	4,33/4,5	4,06/4	0,236
Questionário - Violência Sexual (0 - 05)	4,28/4	4,5/5	0,275
Questionário - Negligência (0 - 05)	4,75/5	4,72/5	0,766

Teste de Wilcoxon. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001

Quanto à avaliação e aceitabilidade do programa pelos participantes, a Tabela 5 apresenta os dados sobre a avaliação da estrutura do programa e percepção do seu efeito no dia a dia. Conforme descrito, a maioria dos participantes (88,9% a 100%) avaliaram positivamente o programa parental. Sobre a estrutura do programa, a maioria dos

participantes considerou que o horário de entrega do conteúdo, a facilidade de acesso, adequação do número de participantes, e a comunicação no grupo, foi muito satisfatória. Todos os participantes concordaram que o tempo de cada mensagem e a clareza dos objetivos foram adequados. Em relação ao facilitador, todos os participantes consideraram que ele apresentou boas soluções para dúvidas, usou uma linguagem clara e sensível, e motivou a participação nos grupos. Além disso, todos recomendariam o programa a outros pais.

Os participantes reportaram um impacto altamente positivo do programa, com 100% dos participantes relatando que aprenderam a interpretar melhor os comportamentos dos filhos, se sentiram mais preparados para estabelecer regras, solucionar problemas, cuidar da saúde e educação dos filhos, e melhorar a relação com eles. Além disso, todos utilizaram o aprendizado para os problemas do dia-a-dia e ampliaram sua compreensão sobre violência infantil e maus-tratos.

Tabela 05

Avaliação do programa parental pelos participantes (N= 18)

	D/DT ^a (%)	I ^b (%)	C/CT ^c (%)
Estrutura do Programa			
O horário em que os conteúdos eram encaminhados favoreciam que você conseguisse olhar as mensagens com atenção.	11,2	0	88,9
Eu conseguia abrir os conteúdos com facilidade.	5,6	5,6	88,9
O Número de participantes no grupo foi adequado para o funcionamento do programa.	0	5,6	94,4
A troca de informações ocorrida no grupo de Whatsapp foi satisfatória.	0	5,6	94,4
O tempo de cada mensagem diária enviada foi satisfatório.	0	0	100
O tempo de duração do Programa foi suficiente para alcançar o objetivo proposto.	5,6	5,6	88,9
Os objetivos do Programa foram claramente apresentados e compreendidos no início do programa e de cada nova temática apresentada.	0	0	100
Os conhecimentos adquiridos foram de encontro às minhas expectativas e necessidades parentais	5,6	0	94,5
O facilitador do grupo apresentou boas soluções relativas às minhas dúvidas	0	0	100

O facilitador utilizou uma linguagem sensível e clara para que todos compreendessem.	0	0	100
A forma como o facilitador orientou as sessões motivou-me a falar abertamente e a dizer o que penso e o que faço	0	0	100
Considera este tipo de apoio/programa recomendável a outros pais	0	0	100
Efeitos do Programa			
Aprendi a interpretar de forma mais adequada os comportamentos e reações do meu filho(a).	0	0	100
Me sinto mais preparado pra estabelecer regras e limites aos meus filhos.	0	0	100
Me sinto mais preparada para solucionar problemas em momentos difíceis com meu filho.	0	0	100
Me sinto mais preparado para cuidar da saúde e da educação dos meus filhos.	0	0	100
Compreendo melhor o comportamento emocional do meu filho.	0	0	100
Me sinto mais preparado para conversar com meu filho e solucionarmos os problemas.	0	0	100
Aprendi coisas que me ajudaram a mudar a forma de agir com meus filhos	0	0	100
Sinto que a relação com meu filho melhorou	0	0	100
Utilizo o que aprendi durante o programa para resolver os problemas que surgem no dia-a-dia.	0	0	100
Compreendo melhor os tipos e características de violência infantil e maus tratos.	0	0	100

Nota: ^a D/DT: Discordo/Discordo totalmente; ^b Indiferente; ^c C/CT: Concordo/Concordo totalmente

Dados qualitativos

Os dados qualitativos foram organizados em duas categorias, de acordo com o conteúdo apresentado nos questionários, são elas: mudança nas práticas educativas e aplicação no dia a dia, e avaliação do programa parental.

Mudanças nas práticas educativas e aplicação no dia a dia

Os resultados apontaram efeitos importantes nas práticas educativas dos pais, após a participação no Programa parental. Os pais relataram uma mudança significativa na forma como elogiavam suas crianças. Anteriormente, os elogios eram mais gerais e pouco específicos, após a intervenção, os pais passaram a adotar uma abordagem mais

personalizada, elogiando ações e conquistas das crianças. Essa mudança promoveu mais incentivo aos filhos e, também, contribuiu para um ambiente mais tranquilo em casa.

“Elogios mas específicos. Antigamente os elogios que eu falava era só parabéns, hoje já elogio com mais incentivos.” (54)

“Minhas dúvidas eram em parte voltadas sobre, elogiar demais meu filho, se poderia ser só em alguns momentos específicos, mas aprendi, que sempre posso elogiar-lo sem que ele ache que está sendo muito mimado, principalmente quando ele faz coisas que merecem o elogio.” (101)

“Estou dando mais atenção aos meus filhos. Elogiando eles pelas conquistas que estão tendo. Nossa casa passou a ter mais tranquilidade.” (42)

Outro aspecto apontado pelos pais foi sobre as práticas voltadas para estabelecimento de regras e limites, eles relataram que aprenderam a agir de maneira mais consistente e a repetir instruções para a criança compreender o pedido. Anteriormente, eles identificavam dificuldades em colocar limites. Além disso, eles aprenderam a usar uma abordagem menos autoritária, substituindo gritos por uma comunicação mais calma e eficaz.

“Aprendi como colocar limites em situações que antes tinha dificuldade e não sabia como agir corretamente. (...) Estou conseguindo explicar de forma mais clara o que precisa ser passado para ele.” (102)

“Estabelecer limites muitas das vezes eu repito a mesma coisa e falo sobre as mesmas coisas para a minha filha me entender.” (104)

“Tô fazendo a da hora do banho, vá para o banheiro tomar banho e parando de falar gritando” (37)

A regulação emocional, tanto da criança quanto dos pais, também apresentou melhora, com relato de maior paciência e compreensão dos sentimentos das crianças. Nota-se uma busca por melhor entendimento das birras e choro das crianças, os pais demonstraram compreender e responder de maneira mais empática em vez de ignorar ou reagir com raiva às expressões emocionais da criança. Os pais também relataram uma redução nos gritos e uma abordagem mais calma, o que favorece para um ambiente mais estável e menos conflituoso.

“Tinha certas situações que o modo dele fazer ‘birra’ era chorar e não compreendia, no caso eu falava com ele e ele não me ouvia ou obedecia só chorava. Com o programa eu refleti em relação ao seu comportamento e ao invés de ignorar-lo passei a ouvi-lo e compreende-lo.” (47)

“Ouvindo ele com paciência e tentando compreender o motivo da tolice, do dengo, da irritação ou do choro. Assim eu e meu filho chegamos no acordo.” (51)

“(...) se a criança tiver alterada temos que deixar ela se acalmar para depois ir conversar com ela. E antes do programa eu só mandava ela se calar e pronto. Achava que só eu tinha razão (...) depois do programa eu estou educando ela de uma forma diferente, tendo mais paciência para ouvi-la e lidar com as suas birras.” (120)

“Busco me colocar no lugar da minha criança e ajo com cumplicidade e paciência no momento de conflitos, afim de dar e encontrar uma solução para aquele momento difícil. (...) O que antes enxergava apenas como birra, agora, vejo como um reflexo de alguma necessidade da minha criança.” (38)

“então, eu percebo que estou tendo mais paciência. Procuro entender o que ele está sentindo. (...) Antes eu só brigava e ele não obedecia. (...) Agora tento o máximo compreender ele seus sentimentos. Ser paciente para assim eu saber lidar com certas situações.” (112)

“Passei a me controlar mais em relação a gritos, procuro me acalmar para poder chamar a atenção deles por algo errado”(42)

“Procuro manter a calma deixei de gritar em casa. (...)”(54)

Os participantes, também, relataram melhorias na relação e comunicação com a criança. Identificou-se mudança no tom e na forma de comunicação com os filhos, ou seja, diminuição do uso de um tom autoritário e uma comunicação com mais clareza, carinho e diálogo. A prática de demonstrar afeto físico, como beijos e abraços, contribuiu para favorecer mais confiança e segurança na relação. Além disso, a capacidade dos pais de ouvir e levar em consideração a opinião das crianças resultou em um maior envolvimento e cooperação por parte delas.

“Sempre que eu repreendia a minha filha era em auto tom, na minha concepção eu só iria obter o respeito dela falando auto, me empondo sobre ela, hoje percebo que essa atitude não é legal. (...) hoje, percebo que agia de maneira rude, agora procuro conversar mais” (119)

“Estamos praticando a saber ouvir ele independente se ele se comporta bem ou mal. (...) o meu filho antes de mudar minha atitude em saber agir com ele, não se sentia confiante em demonstrar o que ele realmente sentia por medo de brigar. Hoje ele já tem mais confiança em dizer o que ele ta sentindo.” (47)

“(...) demonstrando afeto para ele através de beijos, abraços, carinhos e atenção. Assim ele fica muito mais a vontade e calmo para dizer o que está sentindo. (...) meu filho passou a ter voz dentro de casa. Não é só mandado, mas sim dando a ele opção se ele quer fazer ou não e a consequência se ele fazer ou não (...)” (51)

“1º. Eu não costumava demonstrar muito carinho e afeto. Agora tenho feito com frequência e percebo ele mais próximo de mim. 2º. Conversar quando ele faz algo errado. Antes eu brigava, agora procuro sempre conversar com ele, e tem dado certo.” (112)

“Eu acho que eu mudei o modo de conversar com ela perceber que eu mudei muito e ela passou a me ouvir bem melhor” (104)

“conversando e ouvindo eles nossa relação melhorou mais ainda, pq as vezes com estresse do dia a dia acabamos não ouvindo direito nossos filhos.” (113)

“(…) Agora eu escuto mas o que ela tem a mi dizer. To colocando mas limites a ela e com isso melhorou muito a nossa relação como mãe e filha.” (120)

“Eu estava mais calma e paciente com o meu filho, pois ao invés de brigar eu chamo ele e começo da atenção.” (48)

Avaliação do Programa Parental

No que diz respeito à avaliação do programa, os participantes citaram as temáticas abordadas que classificaram como mais importantes. Notou-se que todas as temáticas apresentadas durante a intervenção foram citadas uma ou mais vezes. No entanto, o tema sobre violência contra a criança foi considerado o mais importante pela maioria dos participantes, com seis citações.

“Sobre o cuidado de mostrar para a criança quem é autorizado de tocá-la e em quais momentos isso é permitido, pois da forma apresentada ficou melhor a compreensão para a criança” (101)

“Educação para a prevenção do abuso infantil” (104)

“Sobre violência sexual contra criança e adolescente” (113)

“O conteúdo que fala sobre violência infantil e maus tratos, é um assunto que deve sempre ser abordado”(119)

“sobre os cuidados com os nosso pequenos no mundo que vivemos hoje não podemos mas confia em ninguém. Então devemos proteger nossas crianças de tudo e de todos.” (120)

“A questão sobre violência sexual, é sempre importante estar informada.”(42)

Quando questionado sobre o acesso ao material disponibilizado, quase todos os participantes responderam que conseguiram acessar todos os conteúdos sem problemas. No entanto, houve relatos de participantes que não conseguiram acompanhar as postagens no grupo, devido às demandas cotidianas que dificultavam a dedicação deles para acompanhar o programa.

“Sim, aos poucos fui assistindo e lendo” (112)

“Sim, podi ler e ouvir. Só não interagir por timidez.” (47)

“Todos não pq trabalho de noite pego das 17:30 até 1:30, aí quando é de manha vou fazer as tarefas de casa ajudo os outros dois filho que também estudam de tarde pra arruma da almoço fazer deveres.” (105)

“não eu consegui acompanhar todos pois estava doente e como tenho um bebê pequeno ficou bem dificio de acompanha todo o material.” (120)

Por fim, a avaliação geral dos participantes foi, na sua maioria, positiva, destacando os efeitos do programa na melhoria das suas práticas parentais. No entanto, os participantes apresentaram algumas sugestões para aprimorar o programa: inclusão de vídeo-chamadas, enquetes interativas e desmembramento dos vídeos (vídeos mais curtos) para facilitar o acesso ao conteúdo. Além disso, também, sugeriram a ampliação do programa para outras escolas, maior duração e a criação de um grupo fixo para suporte continuado. A maioria dos participantes demonstrou satisfação com o programa, e destacaram seu impacto positivo no manejo das situações com suas crianças e a relevância dos conteúdos abordados.

“Adorei os conteúdos abordados e a forma de como foram feitos, porém, acredito que se tivesse um contato como uma vídeo-chamada (combinada entre todos) seria bem interessante.” (38)

“ Percebir que tem responsáveis e papais que gostam muito de falar e comentar e acaba se tornando algo cansativo de esta lendo.(...) Enquetes ficariam bem legal igual do instagran.” (51)

“Todo conteúdo foi maravilhoso para o grupo. Eu gostaria de não para pois tinha certeza como me ajuda lá na frente vai ajudar muita mães.” (48)

“Bom, eu particularmente gostei bastante, me ajudou muito com meu filho. O programa poderia ter uma duração maior.” (112)

“O grupo poderia ser fixo, para as mães tirarem suas duvidas sobre como lidar em cada situações e conflitos com seus filhos.” (119)

“O programa poderia ampliar para outras escolas, e várias de idade, fazer com que os pais sejam mais amigos e companheiros dos seus filhos. Com o programa eu pude entender que as vezes não temos paciência para saber lidar com os sentimentos dos nossos filhos. Até seria bom ser presencial.” (47)

“Alguns vídeos poderiam ser desmembrados em vídeos com menores duração, pois muitas vezes videos longos se tornam difíceis de assistir junto com as crianças.” (101)

“Eu, particularmente gostei desse programa melhorou muito a forma como lido com meus filhos. Com os estresses do dia a dia fazia coisas que sei que não era adequada na criação deles, mais graças a Deus e ao programa melhorei bastante. Então obrigada ao programa.” (54)

“Os assunto abordado no grupo pra mim foi de extrema importância porque além de somar em coisas que já sabia, ensinou coisas novas para melhorar o convívio e a maneira de educar criança, com isso parabênizo pelo bom trabalho o programa.” (102)

Discussão

Este estudo buscou avaliar os efeitos, a viabilidade e a aceitabilidade de um programa parental *online* que teve como objetivo principal a prevenção da violência contra a criança, em Belém do Pará. Os dados quantitativos e qualitativos apontaram que o programa gerou efeitos significativos nas práticas parentais relatadas, bem como mostrou-se viável e com alta aceitabilidade pelos participantes que concluíram a intervenção.

Sendo assim, esses resultados reforçam que os programas parentais apresentam efeitos importantes para redução de práticas parentais negativas e redução na violência contra a criança, corroborando com os estudos de (Altafim & Linhares, 2016; Altafim, Magalhães et al., 2024; Branco et al., 2022; Chen & Chan, 2016; Desai et al., 2017; Euser et al., 2015; Francis & Baker-Henningham, 2021; Gonzalez et al., 2019; Heinen et al., 2023; Lachman et al., 2021; McCoy et al., 2020; Pontes et al., 2019; Sahillioglu & Akman, 2021; Santini & Williams, 2016; Skar et al., 2021; Wang, & Zhang, 2024). Esses efeitos também podem ser encontrados em programas parentais online, como já identificado em outros estudos (Altafim, Oliveira et al., 2024; Lotto et al., 2022; Santos et al., 2024).

Notou-se uma redução significativa no uso de práticas coercitivas, indicado pelo resultado do PAFAS. O estudo de Lotto et al. (2022), Santos et al. (2024) e Altafim, Oliveira et al. (2024), também indicaram uma redução nas práticas coercitivas após a participação de cuidadores em um programa parental. Essa redução pode ser evidenciada, também, nos relatos dos pais sobre as mudanças após a intervenção, em que relatam diminuição no uso de gritos e repreensões e adoção de um tom de voz menos autoritário e uma comunicação mais calma e eficaz. Lachman et al (2021), também demonstraram menos relato de maus-tratos em geral e abuso emocional nos participantes do grupo de intervenção quando comparados com grupo controle nos pós teste e *follow-up*, além disso, houve um aumento do relato dos pais sobre comportamentos parentais positivos, corroborando com os achados deste estudo.

O domínio da consistência parental não apresentou mudanças significativas entre os momentos antes e após a intervenção, assim como nos estudos de Lotto et al. (2022) e Santos

et al. (2024). Entretanto, percebe-se que nos dois momentos em que essa variável foi mensurada, os escores foram considerados baixos, próximo do valor que indica uma prática em geral consistente. Os relatos qualitativos sobre a melhoria na clareza e repetição das instruções sugerem uma tendência dos participantes em adotar uma abordagem cada vez mais consistente.

O domínio encorajamento positivo não apresentou mudanças significativas após a intervenção, assim como evidenciado, também, em outros estudos (Altafim, Oliveira et al., 2024; Lotto et al., 2022; Santos et al., 2024). É importante notar que esse domínio já apresentava um escore alto antes da intervenção e que se manteve após o programa. Embora a análise quantitativa não tenha mostrado uma diferença significativa, o relato dos pais sobre as mudanças na forma e frequência nas suas práticas de elogios, ou seja, a substituição de elogios gerais para elogios mais específicos e personalizados, evidencia uma melhora nesse aspecto, que é uma forma de encorajamento positivo. O estudo de Henderlong e Lepper (2002) apresentou contribuições importantes sobre a prática do elogio, e destacou que, a motivação intrínseca e a perseverança da criança são estimuladas quando o elogio é percebido por elas como sincero, quando encoraja atribuições de desempenho adaptativo, promove autonomia percebida, fornece informações positivas sobre competência pessoal, sem depender de comparações sociais, e transmite padrões e expectativas que são realistas e não disruptivos. Enfatizar mais os aspectos positivos do desempenho de seus filhos do que os negativos, independente se o resultado foi bom ou ruim, melhoraram a resiliência, levando a uma redução significativa na depressão das crianças (Li et al., 2024).

Outro aspecto que não apresentou mudança significativa nos dados quantitativos foi o de relacionamento pai-filho, sendo, contudo, importante ressaltar que o seu escore foi elevado nos dois momentos, próximo ao limite máximo, assim como encontrado em Lotto et al. (2022). Os dados qualitativos apontam características importantes nesse aspecto, a diminuição no uso de um tom autoritário, o aumento do carinho e do diálogo são indicativos de uma mudança positiva nas dinâmicas familiares. A evidência de que os pais passaram a envolver mais os filhos nas conversas e demonstraram mais afeto físico sugere um fortalecimento da relação pai-filho. A análise de revisões realizada por Heinen et al. (2023), também, ressaltam que a maioria das revisões analisadas apontaram melhorias na relação pai-filho após a participação em programas parentais.

Como mencionado anteriormente, este estudo e de Lotto et al (2022) apresentaram resultados semelhantes nos domínios de encorajamento positivo e relacionamento pai-filho. Lotto et al (2022) observaram que as mães do seu estudo pertenciam a um perfil de nível

socioeconômico médio-alto e alta escolaridade e que estas características poderiam estar potencialmente associadas a essas práticas parentais positivas. No entanto, o presente estudo foi realizado com uma população de baixa renda e com nível de escolaridade, em sua maioria, até o ensino médio, e assim encontrou resultados semelhantes. Isso sugere que o encorajamento positivo e um bom relacionamento pai-filho, também estão presentes em famílias mais vulneráveis. Assim, seria importante realizar posteriormente uma pesquisa que avaliasse as práticas positivas usando uma mesma metodologia, mas contemplando uma variedade maior de níveis socioeconômicos e educacionais para uma compreensão aprofundada dessa relação.

Embora não avaliado diretamente nesta pesquisa, os dados qualitativos evidenciaram aspectos que sugerem uma melhor regulação emocional dos pais e compreensão das emoções das crianças, corroborando com os resultados encontrados na revisão de Branco et al. (2022) que revelou que todos os estudos que avaliaram aspectos da regulação emocional dos pais mostraram melhorias. Esse dado é relevante, pois a literatura aponta uma relação entre dificuldades de regulação emocional e uso de práticas de abuso infantil (Henriques, 2021; Gonçalves, 2023; Lotto et al., 2024). A desregulação emocional das mães está relacionada a um alto risco de maus-tratos e parentalidade negativa, como reações sem apoio e disciplina severa. No entanto, quando as mães apresentam capacidade de regulação emocional alta, elas se engajam mais facilmente em uma parentalidade mais positiva e solidária (Lotto et al., 2024).

Os domínios ajuste parental e familiar não apresentaram mudanças significativas após a intervenção. No entanto, os escores de ajuste parental dos participantes nos dois momentos apresentam níveis satisfatórios, mais próximos do valor máximo. Os relatos dos pais sobre saber lidar com mais paciência e menos episódios de estresse podem sugerir melhor ajuste emocional, mas outros estudos com objetivo e instrumentos mais específicos, como o de Lawrenz et al. (2021), podem apresentar dados mais consistentes de mudança nesse aspecto.

Quanto ao ajuste familiar, a pouca variação pode ser devido a necessidade de mudança por demais pessoas e não somente do participante, afinal, melhorar este domínio exige maior suporte da rede de apoio e o programa envolvia apenas um responsável da criança. Além disso, o programa é de curta duração (15 dias), talvez, mudanças como essa necessitem de mais tempo para ocorrerem. Outrossim, é relevante incentivar esse aspecto, estimulando a participação de mais membros da família nos programas parentais, pois a disponibilidade de uma rede de apoio social, junto com outros fatores, está relacionada com uma presença maior de práticas parentais positivas (Coltro et al., 2020; Hensel et al., 2022).

Os dados sobre o uso de práticas de violência contra a criança apresentaram redução na quantidade de pais que continuaram fazendo uso das mesmas, imediatamente após a intervenção. A disciplina psicológica sofreu mudança significativa e não houve registro de disciplina física nas últimas semanas, como evidenciado pelo ICAST. Esses dados sugerem que o programa apresenta potencial de alcançar o seu principal objetivo, que é de reduzir a violência contra a criança. É sabido que outros fatores do contexto dos participantes, não mensurados neste estudo, poderiam exercer influência sobre eles e mediar as suas práticas parentais, especialmente, em um curto período de tempo. No entanto, o estudo de Gonzalez et al. (2019) corrobora com o achado deste estudo. Estes autores identificaram que após a participação em um programa de curta duração (três seminários, sendo um por semana), os participantes apresentaram redução significativa no uso de castigo físico.

Além disso, a redução significativa nas práticas coercitivas e os relatos dos participantes, que associaram mudanças em suas práticas ao conteúdo abordado durante a intervenção, também fortalecem o potencial do programa de reduzir o uso de práticas de violência contra a criança. Estudos que apresentaram igualmente resultados de intervenção de maior duração e/ou com acompanhamento a longo prazo (follow-up) apontaram resultados promissores na redução da violência contra a criança (Francis & Baker-Henningham, 2021; Lachman et al., 2021; Skar et al., 2021), fortalecendo as evidências que já apontam os programas parentais como uma importante estratégia para o problema da violência infantil.

Os resultados dos dados quantitativos referentes ao conhecimento dos participantes sobre violência contra a criança não mostraram mudanças significativas, tanto nos escores totais, quanto por categoria, após a intervenção. No entanto, os dados qualitativos evidenciam que os pais valorizaram as informações sobre violência infantil, uma vez que foi o tema citado mais vezes como o mais importante. No estudo de Altafim, Oliveira et al. (2024), o tema da violência contra a criança, também, foi classificado como o mais interessante pelos participantes. Sahillioglu & Akman (2021) evidenciaram, em seu estudo, aumento nos níveis de consciência e compreensão dos pais sobre abuso e negligência infantil, após a participação em um programa parental. Sugere-se, portanto, que o programa conseguiu favorecer a conscientização dos pais sobre questões de violência infantil, mesmo que o impacto sobre o conhecimento não tenha sido detectado nas medidas quantitativas.

Os participantes também destacaram a importância de obter mais informações referentes à violência sexual contra a criança. Esse dado é de extrema relevância, visto que alguns estudos (Chen & Chan, 2016; Desai et al., 2017; Wang & Zhang, 2024) apontam a falta de informações sobre prevenção da violência sexual nos programas parentais. No

entanto, a literatura aponta que os pais, quando instruídos em programas parentais, apresentaram maior consciência sobre abuso sexual e utilizaram comportamentos de proteção com maior frequência (Guastaferró et al., 2020), além de ensinar eficazmente aos seus filhos competências de segurança pessoal e conhecimentos para se protegerem da violência sexual (Hokmabadi et al., 2022; Khoori et al., 2020).

A percepção de apoio familiar é uma variável que se revelou protetora, face à violência sexual familiar e comunitária, indicando, portanto, que a qualidade das relações familiares tem extrema importância na vida das crianças. Ademais, a identificação de fatores de risco evidenciou que a violência sexual tende a emergir em famílias que vivenciam situações de violação, ou seja, já apresenta outros tipos de violência no seu cotidiano (Paludo & Schirò, 2012). Sendo assim, é extremamente relevante que o tema da prevenção da violência sexual seja abordado dentro dos programas parentais, pois, é necessário ampliar o foco da prevenção de violência sexual da educação das crianças para o fortalecimento de uma parentalidade protetiva (Rudolph et al., 2018).

Por fim, a alta aceitabilidade do programa entre os participantes é evidenciada pelas avaliações positivas em relação a todos os aspectos, como estrutura, facilitador e impacto percebido, o que pode ser destacado como um ponto forte deste estudo. A satisfação com a clareza e relevância do conteúdo, bem como o consenso na recomendação do programa a outros pais, sugere que o formato e a abordagem adotados foram bem recebidos e considerados eficazes. Os comentários dos participantes sobre o impacto do programa na forma como lidam com seus filhos e na relação com eles corroboram as melhorias observadas nas práticas parentais. Esse resultado está alinhado com outros estudos que indicam a viabilidade e boa aceitabilidade de programas parentais executados com recursos *online* (Altafim, Oliveira et al., 2024; Lotto et al., 2022; Santos et al., 2024).

Destaca-se que não houve relato de dificuldade de acesso ao material disponibilizado por meio da internet durante a intervenção. Outros estudos com populações de baixa renda também relatam que o acesso a internet não foi identificado como barreira para a participação dos pais (Altafim, Oliveira et al., 2024; Jäggi et al., 2023; Sken et al., 2023). Na revisão de Aldridge et al. (2024) constatou-se que, programas parentais que utilizaram a internet, tiveram mais probabilidade de envolver os pais em seu uso contínuo e experiência subjetiva quando comparado ao modo presencial do mesmo programa. Os autores sugerem, portanto, que a capacidade dos programas assistidos por tecnologia de superar uma variedade de barreiras para comparecer e concluir sessões (envolvimento contínuo), provavelmente,

aumenta a aceitabilidade e satisfação percebidas pelos pais (envolvimento qualitativo) com o programa.

No entanto, mesmo que durante o estudo tenha sido possível estabelecer contato via *Whatsapp*, com todos os indivíduos que preencheram o pré-teste, uma análise prévia e detalhada sobre o acesso à internet é necessária. Afinal, de acordo com Relatório IDEC (2022) a região Norte possui um dos piores indicadores de uso da internet no Brasil. A baixa qualidade da conexão, a cobertura limitada e os preços elevados são as principais características do acesso à internet nesta região. Em algumas áreas não há fornecimento de acesso à internet, e em outros, quando há, a conexão é lenta, insuficiente e instável. É possível que a falta de relato de dificuldades de acesso tenha se dado pelo fato da metodologia do programa utilizar como recurso principal aplicativo de mensagem instantânea, que, segundo o relatório do IDEC é utilizado pela maioria dos usuários de baixa renda do Brasil (IDEC, 2021). No entanto, assim como no estudo de Altafim, Oliveira et al. (2024), Jäggi et al. (2023) e Sken et al. (2023), um programa de intervenção *online* mostrou-se viável mesmo em contextos de países de média e baixa renda.

Todavia, uma pequena parcela de participantes identificou a restrição de tempo como uma barreira para acessar o material disponibilizado. Ou seja, devido a demandas concorrentes do seu cotidiano (trabalho, doenças, cuidados domésticos e com filhos), alguns participantes não conseguiram assistir e/ou ler todos os materiais disponibilizados. Mesmo não tendo a necessidade de encontros presenciais, as atividades e demandas do cotidiano ainda limitam a participação dos pais nas intervenções, essa barreira, também é citada no estudo de Jäggi et al. (2023). Os próprios participantes sugerem algumas mudanças nos materiais disponibilizados que podem auxiliar a minimizar essa barreira como, desmembrar os vídeos para terem menor duração, facilitando, assim, sua visualização completa. Além disso, muitos sugerem que o programa possa ter uma duração maior e contínua, o que pode ser um fator que facilite o acompanhamento de alguns participantes, uma vez que teria um espaço maior de tempo entre os materiais e conteúdos disponibilizados.

Considerações finais

Este estudo objetivou analisar os efeitos, a viabilidade e a aceitabilidade de um programa parental *online*, cujo objetivo principal é a prevenção da violência contra a criança, em Belém do Pará. Os resultados demonstraram um efeito importante nas práticas educativas e na ocorrência da violência contra a criança, sugerindo que intervenções curtas e baseadas em recursos digitais podem ser eficazes em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, o programa mostrou-se viável de ser executado e com alta aceitabilidade pelos participantes, o que sugere que esse tipo de intervenção pode ser uma solução eficaz para superar barreiras geográficas e logísticas. Desta forma, este estudo ajuda a ampliar a compreensão sobre o potencial das tecnologias digitais na promoção de desenvolvimento saudável das crianças e de um ambiente familiar mais protetivo, especialmente em contextos de vulnerabilidade, onde o acesso presencial a recursos pode ser limitado.

Ao abordar a questão da violência contra a criança, o estudo busca contribuir para a prevenção de seus efeitos deletérios no desenvolvimento infantil, incluindo impactos negativos no comportamento, nas emoções e na saúde mental das crianças e familiares. Nesse sentido, o trabalho oferece uma contribuição para a área da psicologia do desenvolvimento, especialmente no que se refere aos caminhos para pensar a prevenção da violência contra a criança. Esses aspectos trazem implicações importantes para a fomentação de políticas públicas e intervenções voltadas à promoção da proteção da criança e de prevenção da violência. O estudo sugere, ainda, que o fortalecimento de práticas parentais pode ser viável em diferentes contextos socioeconômicos.

Destaca-se, em particular, a inclusão do tema da violência sexual contra crianças nos programas parentais, representando uma contribuição relevante deste estudo. Como mostrado, esse tema é frequentemente negligenciado em outros programas parentais, e a decisão de colocá-lo no centro das preocupações de uma intervenção voltada aos pais, reforça a sua importância social. O estudo sugere que a conscientização dos pais sobre a violência sexual e a adoção de comportamentos de proteção são valorizados pelos participantes e podem ser eficazes para a prevenção dessa forma de violência, o que pode ter impacto no desenvolvimento e segurança das crianças.

Apesar dos resultados promissores, este estudo apresenta algumas limitações. Embora o estudo tenha identificado mudanças positivas avaliadas imediatamente após a intervenção, não se avaliou os efeitos a longo prazo. É essencial realizar *follow-up* para averiguar se as mudanças observadas são mantidas ao longo do tempo.

Além disso, a ausência de um grupo controle limita a avaliação do impacto da intervenção e a generalização dos resultados. No entanto, sabe-se que é comum encontrar estudos de avaliação de programas parentais com grupo único, devido às dificuldades de se estabelecer um grupo controle. Nesse estudo, buscou-se mitigar os efeitos dessa limitação por meio da avaliação pré e pós intervenção, utilizando instrumentos de medida confiáveis e uma abordagem mista de análise (quantitativa e qualitativa). A inclusão dos dados qualitativos

complementa os dados quantitativos e fornece informações mais detalhadas sobre as possíveis causas das mudanças observadas.

Além disso, o programa parental executado neste estudo foi de curta duração (15 dias), o que pode ter limitado a averiguação de mudanças em algumas práticas parentais que podem necessitar de mais tempo para se consolidarem. Assim, estudos que aumentem o tempo de duração da intervenção (mantendo o mesmo conteúdo e material, mas aumentando o cronograma de entrega dos materiais) podem ser necessários para observar efeitos em outros aspectos da parentalidade. Embora a viabilidade e a aceitabilidade do programa tenham sido consideradas altas, alguns participantes relataram dificuldades de tempo; portanto, um intervalo maior entre os materiais poderia facilitar o acesso completo ao conteúdo do programa e permitir uma participação mais consistente no grupo.

Outro fator limitante deste estudo foi a baixa adesão e retenção dos participantes da pesquisa. Todos os pais das crianças foram convidados a participar do estudo e menos de 50% deles responderam ao pré-teste. Dos que responderam, aproximadamente 40% aceitaram participar da intervenção e menos de 40% destes concluíram até o pós-teste. Embora, várias estratégias tenham sido utilizadas para a divulgação do programa na unidade infantil, necessita-se buscar novas formas de captar a atenção e participação dos responsáveis, através de uma participação mais efetiva e prévia dos implementadores com o público-alvo, pesquisa de temas de interesse e avaliação de acesso a internet.

Por fim, conclui-se que esse estudo apresenta contribuições e limitações importantes para a área da psicologia do desenvolvimento, e sugere direções importantes para o aprimoramento e ampliação de futuros estudos de intervenções parentais para a prevenção da violência, em especial, em regiões mais vulneráveis dos países de média e baixa renda.

Referências

- Aldridge, G., Tomaselli, A., Nowell, C., Reupert, A., Jorm, A., & Yap, M. B. H. (2024). Engaging Parents in Technology-Assisted Interventions for Childhood Adversity: Systematic Review. *Journal of medical Internet research*, 26, e43994. <https://doi.org/10.2196/43994>
- Altafim, E.R.P. & Linhares, M.B.M. (2016). Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review. *Psychosocial Intervention* 25, 27–38. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003>.

- Altafim, E. R. P., Magalhães, C., & Linhares, M. B. M. (2024). Prevention of Child Maltreatment: Integrative Review of Findings From an Evidence-Based Parenting Program. *Trauma, violence & abuse*, 25(3), 1938–1953. <https://doi.org/10.1177/15248380231201811>
- Altafim, E. R. P., de Oliveira, R. C., Pluciennik, G. A., Marino, E., & Gasparido, C. M. (2024). Digital Parenting Program: Enhancing Parenting and Reducing Child Behavior Problems. *Children*, 11(8), 980. <https://doi.org/10.3390/children11080980>
- Avezum, M. D. M. de M., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2023). Spanking and Corporal Punishment Parenting Practices and Child Development: A Systematic Review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(5), 3094–3111. <https://doi.org/10.1177/15248380221124243>
- Borges, J. L. & DellAglio, D. D. (2008). Abuso sexual infantil: indicadores de risco e consequências no desenvolvimento de crianças. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(3), 528–536. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300013&lng=pt&tlng=pt
- Branco, M. S. S., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Universal Intervention to Strengthen Parenting and Prevent Child Maltreatment: Updated Systematic Review. *Trauma, violence, & abuse*, 23 (5), 1658–1676, <https://doi.org/10.1177/15248380211013131>
- Brasil (2010). Ministério da Saúde. *Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência: orientações para gestores e profissionais de saúde*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília/DF.Ed.MS. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf
- Cai, Q., Buchanan, G., Simenec, T., Lee, S.-K., Basha, S. A. J., & Gewirtz, A. H. (2024). Enhancing engagement in parenting programs: A comparative study of in-person, online, and telehealth formats. *Children and Youth Services Review*, 162, 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2024.107686>
- Carmo, C. J. & Harada, M. de J. C. S. (2006). Violência física como prática educativa. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 14(6), 849–56. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600004>
- Cecconello, A. M., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45–54. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>

- Chen, M., & Chan, K. L. (2016) Effects of Parenting Programs on Child Maltreatment Prevention: A Meta-Analysis. *Trauma, violence, & abuse*, 17(1) 88-104. [10.1177/1524838014566718](https://doi.org/10.1177/1524838014566718)
- Coltro, B. P., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2020). Relações entre Parentalidade e Apoio Social: Revisão Integrativa de Literatura. *Contextos Clínicos*, 13(1). <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.12>
- Correia, L. L., Altafim, E. R. P., Ferreira, P. R. S., Gracioli, S. M. A., Santana, L. R., & Linhares, M. B. M (2024). Parenting and Family Adjustment Scales: Brazilian cultural adaptation. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 41, e22-0100. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e220100>
- Desai, C. C., Reece, J. & Shakespeare-Pellington, S. (2017). The prevention of violence in childhood through parenting programmes: a global review. *Psychology, Health & Medicine*, 22 (S1), 166–186. <https://doi.org/10.1080/13548506.2016.1271952>
- Diechtiareff, B., Reis, E. M., Chopitea, L., Varella, S., Yeo, S., & Wives, W. (Orgs.). (2023). *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil*. Unicef. <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>
- Euser, S., Alink, L. R. A., Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & IJzendoorn, M. H. V. (2015). A gloomy picture: a meta-analysis of randomized controlled trials reveals disappointing effectiveness of programs aiming at preventing child maltreatment. *BMC Public Health* 15,1068. DOI [10.1186/s12889-015-2387-9](https://doi.org/10.1186/s12889-015-2387-9)
- Francis, T., & Baker-Henningham, H. (2021). The Irie Homes Toolbox: A cluster randomized controlled trial of an early childhood parenting program to prevent violence against children in Jamaica. *Children and Youth Services Review*, 126, Article 106060. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106060>
- Gomes, R., Deslades, S. F., Veiga, M. M., Bhering, C. & Santos, J. F. C. (2002). Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), 707-714. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300014>
- Gomez, V. R. V. & Bazon, M. R. (2014). Associação entre indicadores de maus tratos infantis e presença de problemas desenvolvimentais em crianças em início de escolarização. *Journal of Human Growth and Development*, 24(2), 214-220. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822014000200015&lng=pt&tlng=pt

- Gonçalves, T. d. L. A. (2023). *Regulação emocional entre cuidadores de crianças em Belém e suas implicações com os maus-tratos infantil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará - Programa de Pós graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento]. https://drive.google.com/file/d/1ko-YSLdqxxBJmbLjvZ_Hzce4w_Eo-uFbKb/view
- Gonzalez, M., Ateah, C. A., Durrant, J. E., & Feldgaier, S. (2019). The Impact of the Triple P Seminar Series on Canadian Parents' Use of Physical Punishment, Non-Physical Punishment and Non-Punitive Responses. *Behaviour Change*, 36(02), 102–120. <https://doi.org/10.1017/bec.2019.7>
- Guastaferro, K., Felt, J. M., Font, S. A., Connell, C. M., Miyamoto, S., Zadzora, K. M., & Noll, J. G. (2020). Parent-Focused Sexual Abuse Prevention: Results From a Cluster Randomized Trial. *Child Maltreatment*, 27(1), 114-125. <https://doi.org/10.1177/1077559520963870>
- Harteringer Pena, S. M. (2023). Digital tools to improve parenting behaviour in low-income settings: a mixed-methods feasibility study. *Archives of Disease in Childhood, archdischild—2022–324964*. <https://doi.org/10.1136/archdischild-2022-324964>
- Heinen, M., Penna, M. N., & Falcke, D. (2023). Programas Parentais para Prevenção de Maus-tratos Infantis: Análise de Revisões Sistemáticas. *Psicologia - Teoria e Prática*, 25(1). <https://doi.org/10.5935/1980-6906/eptpcp14238.pt>
- Henderlong, J., & Lepper, M. R. (2002). The effects of praise on children's intrinsic motivation: A review and synthesis. *Psychological Bulletin*, 128(5), 774–795. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.128.5.774>
- Henriques, J. B. M. (2021). *Os pais enquanto contextos de socialização: transmissão transgeracional de afeto e rejeição*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/56310/1/ulfpie057829_tm.pdf
- Hensel, B. P., Garcia, M. E., Pires Coltro, B., Paraventi, L., & Vieira, M. L. (2022). Relações entre Parentalidade e Saúde Mental de Mães Brasileiras. *Contextos Clínicos*, 15(2). <https://doi.org/10.4013/ctc.2022.152.06>
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M. & Zanolli, M. L. (2015). Violência Doméstica e Risco para Problemas de Saúde Mental em Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528201>
- Hokmabadi, A., Khoori, E., Tatari, M., & Wurtele, S. K. (2022). Preventing Child Sexual Abuse in Iran: Mothers Teaching Body Safety to Their Sons. *Journal of Research Development in Nursing and Midwifery*, 19(2), 31–36. <https://doi.org/10.61186/jgbfnm.19.2.31>

Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC. (2021). Acesso móvel à internet no Brasil: limites e bloqueios. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec_pesquisa-acesso-internet_acesso-movel-internet-brasil.pdf

Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC. (2022) Acesso à Internet na Região Norte do Brasil. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Derechos Digitales. https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec_pesquisa-acesso-internet_acesso-internet-regiao-norte.pdf

Jäggi, L., Aguilar, L., Alvarado Llatance, M., Castellanos, A., Fink, G., Hinckley, K., Huaylinos Bustamante, M.-L., McCoy, D. C., Verastegui, H., Mäusezahl, D., & Khoori, E., Gholamfarkhani, S., Tatari, M., & Wurtele, S. K. (2020). Parents as Teachers: Mothers' Roles in Sexual Abuse Prevention Education in Gorgan, Iran. *Child Abuse & Neglect*, 109, 104695. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104695>

Lachman, J. M., Alampay, L. P., Jocson, R. M., Alinea, C., Madrid, B., Ward, C., Hutchings, J., Mamauag, B. L., Garilao, M. A. V. F. V., & Gardner, F. (2021). Effectiveness of a parenting programme to reduce violence in a cash transfer system in the Philippines: RCT with follow-up. *The Lancet Regional Health - Western Pacific*, 17, 100279. <https://doi.org/10.1016/j.lanwpc.2021.100279>

Lawrenz, P., Yousafzai, A. K., & Habigzang, L. F. (2021). ACT Raising Safe Kids Program improves parenting practices, beliefs about physical punishment, management of anger, and mental health: Initial evidence from a study in Brazil. *Children and Youth Services Review*, 131, 106299. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106299>

Li, Song, & Zhou (2024). Trade-offs of praise and criticism: Parents' responses to children's performance and children's resilience and depression. *Family Process*. 2024;00:1–17. [10.1111/famp.12964](https://doi.org/10.1111/famp.12964)

Lotto, C. R., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Feasibility and acceptability study of the online ACT-Raising Safe Kids program. *Children and Youth Services Review*, 141, 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2022.106591>

Lotto, C. R., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2024). Maternal Emotional and Behavioral Regulation/Dysregulation and Parenting Practices: A Systematic Review. *Trauma, violence & abuse*, 15248380241253036. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/15248380241253036>

McCoy, A., Melendez-Torres, G. J., & Gardner, F. (2020). Parenting interventions to prevent violence against children in low- and middle-income countries in East and Southeast

- Asia: A systematic review and multi-level meta-analysis. *Child abuse & neglect*, 103, 104444. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104444>
- Meinck, F & Steinert, J. (2016). Overview of child abuse measures conducted for a WHO consultancy - not published. <https://www.researchgate.net/publication/326261578>
- Murray, J., Martins, R. C., Greenland, M., Cruz, S., Altafim, E., Arteche, A. X., Cooper, P. J., Domingues, M. R., Gonzalez, A., Kramer Fiala Machado, A., Murray, L., Oliveira, I., Santos, I., Soares, T. B., Tovo-Rodrigues, L., & Voysey, M. (2024). Effects of Two Early Parenting Programmes on Child Aggression and Risk for Violence in Brazil: a Randomised Controlled Trial. *Prevention science : the official journal of the Society for Prevention Research*, 25(5), 834–848. <https://doi.org/10.1007/s11121-024-01698-3>
- Padilha, M. G. S. (2007). *Prevenção primária de abuso sexual: avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2835>
- Paludo, S. d. S., & Schirò, E. D. B. d. (2012). Um estudo sobre os fatores de risco e proteção associados à violência sexual cometida contra adolescentes e jovens adultos. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(3), 397–404. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2012000300007>
- Peruhype, R. C., Halboth, N. V. & Alves, P. B. (2011). Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina - MG/Brasil. *Textos & Contextos*, 10 (1), 170-178. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/7948>
- Pontes, L. B., & Brino, R. de F.. (2022). ACT Parenting Program: A pilot study with observational measures of parent-child interaction. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 38, e38313. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38313.en>
- Pontes, L. B., Siqueira, A. C., & Williams, L. C. A. (2019). A Systematic Literature Review of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program. *Journal of Child and Family Studies* <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01521-6>
- Pundir, P., Saran, A., White, H., Subrahmanian, R., & Adona, J. (2020). Interventions for reducing violence against children in low- and middle-income countries: An evidence and gap map. *Campbell systematic reviews*, 16(4), e1120. <https://doi.org/10.1002/cl2.1120>
- Reis, A. G. dos. (2015). *Práticas educativas e violência: uma reflexão crítica*. (Trabalho de conclusão de especialização) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. <http://hdl.handle.net/10183/141408>

- Rudolph, J., Zimmer-Gembeck, M. J., Shanley, D. C., & Hawkins, R. (2018). Child Sexual Abuse Prevention Opportunities: Parenting, Programs, and the Reduction of Risk. *Child Maltreatment*, 23(1), 96-106. <https://doi.org/10.1177/1077559517729479>
- Runyan, D. K., Dunne, M. P., Zolotor, A. J., Madrid, B., Jain, D., Gerbaka, B., Menick, D. M., Andrevia-Miller, I., Kasim, M. S., Choo, W. Y., Isaeva, O., Macfarlane, B., Ramirez, C., Volkova, E., & Youssef, R. M. (2009). The development and piloting of the ISPCAN Child Abuse Screening Tool-Parent version (ICAST-P). *Child abuse & neglect*, 33(11), 826–832. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.09.006>
- Sahillioglu, D., & Akman, B. (2021). The effects of the training program for the prevention of child abuse and neglect (ParentsCAN) on the awareness and understanding levels of parents. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 1–11. <https://doi.org/10.1080/17450128.2021.1883172>
- Sanders, M. R., Morawska, A., Haslam, D. M., Filus, A., & Fletcher, R. (2014). Parenting and Family Adjustment Scales (PAFAS): Validation of a Brief Parent-Report Measure for Use in Assessment of Parenting Skills and Family Relationships. *Child Psychiatry & Human Development*, 45(3), 255–272. <https://doi.org/10.1007/s10578-013-0397-3>
- Santana, L. R. (2018). Adaptação Transcultural e Validação da Parenting and Family Adjustment Scales (PAFAS) [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Grande Dourados. https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_23615410be02d5b8c7cfe1bec61fb9f7
- Santini, P. M. & Williams, L. C. A. (2016). Parenting Programs to Prevent Corporal Punishment: A Systematic Review. *Paidéia*, 26(63), 121-129. [10.1590/1982-43272663201614](https://doi.org/10.1590/1982-43272663201614)
- Santos, L. M. d., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2024). Programa de parentalidade com evidências científicas: estudo de viabilidade e aceitabilidade com mães na adolescência. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(4), Artigo e4070. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n4-155>
- Schulz, Haslam, Morawska & Kish (2021). The acceptability of Group Triple P with Brazilian parents. *Journal of Child and Family Studies*, 30:1950–1964. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-01998-0>
- Silveira, A. L., & Grassi-Oliveira, R. (2016). Semantic validation of the ISPCAN Child Abuse Screening Tools (ICAST) in Brazilian Portuguese. *Trends in psychiatry and psychotherapy*, 38(2), 105–110. <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2016-0012>
- Skar, A. S., Sherr, L., Macedo, A., Tetzchner, S. V., & Fostervold, K. I. (2021). Evaluation of Parenting Interventions to Prevent Violence Against Children in Colombia: A

Randomized Controlled Trial. *Journal of interpersonal violence*, 36(1-2), NP1098–NP1126. <https://doi.org/10.1177/0886260517736881>

Skeen, S., Marlow, M., du Toit, S., Melendez-Torres, G. J., Mudekunye, L., Mapalala, E., Ngoma, K., Ntanda, B. M., Maketha, M., Grieve, C., Hartmann, L., Gordon, S., & Tomlinson, M. (2023). Using WhatsApp support groups to promote responsive caregiving, caregiver mental health and child development in the COVID-19 era: A randomised controlled trial of a fully digital parenting intervention. *Digital health*, 9, 20552076231203893. <https://doi.org/10.1177/20552076231203893>

Wang, W., & Zhang, H. (2024). A Scoping Review of Parenting Programs for Preventing Violence Against Children in Low- and Middle-Income Countries. *Trauma, violence & abuse*, 25(3), 2173–2188. <https://doi.org/10.1177/15248380231207887>

Weber, L. N. D., Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/pt6HWDBMDwTkGDnXkb4BCkP/?format=pdf&lang=pt>

Considerações finais da Tese

Este trabalho buscou investigar bases empíricas e teóricas para propor e avaliar os efeitos, a viabilidade e a aceitabilidade de um programa parental destinado a promover práticas parentais positivas, aumentar o conhecimento dos pais sobre maus-tratos contra crianças, em Belém do Pará, a fim de gerar evidências para a prevenção da violência infantil. Para tanto, foram realizados quatro estudos, sendo o primeiro uma pesquisa descritiva e exploratória, a fim de compreender o panorama da violência contra a criança em Belém, o segundo trata-se de uma revisão integrativa de programas parentais para prevenção da violência, o terceiro envolve a descrição do programa parental proposto e, por fim, o quarto estudo abrange a análise da aplicação do programa proposto no estudo anterior.

O Estudo 1 apresentou uma caracterização da violência contra a criança em Belém, bem como as práticas parentais utilizadas pelos pais e o conhecimento deles sobre maus tratos. Identificou-se que ainda há uma alta prevalência de métodos disciplinares que se configuram como maus tratos infantil. O tipo de disciplina mais frequente foi a psicológica, marcada com comportamentos de berrar ou gritar, seguido da violência física, com uso frequente de palmadas e, com menos frequência, a negligência, já que não houve relatos de abuso sexual. Além disso, o uso concomitante de mais de um tipo de violência mostrou-se como um dado alarmante, visto o impacto negativo que essas práticas geram no desenvolvimento das crianças. Os dados indicaram, portanto, que a violência é frequente e normalizada em muitas famílias, adotada como prática educativa dos pais.

A pesquisa também revelou que alguns fatores pessoais e contextuais influenciam nas práticas de disciplina, com pais de renda mais alta fazendo mais uso de disciplina física e psicológica, enquanto pais de renda mais baixa demonstraram maior encorajamento positivo e ajustamento parental. Ainda, crianças mais velhas são mais sujeitas a disciplina física e pais mais novos apresentam mais episódios de negligência. Pais que contam com outros adultos para dar suporte ao cuidado com as crianças, também apresentaram melhor ajuste parental do que aqueles que não dividem o cuidado, este dado reforça a importância de uma rede de suporte social na redução de práticas violentas.

Outro achado relevante foi a relação entre o conhecimento dos pais sobre violência e as práticas de disciplina utilizadas. Embora os pais tenham apresentado um bom nível de conhecimento sobre o assunto, a maioria ainda faz uso de práticas que se configuram como episódios de violência contra a criança, sugerindo que informações isoladas sobre a temática

não, necessariamente, são suficientes para modificar práticas parentais. Esses achados apontam para a proposição de programas parentais voltados à prevenção da violência, com ênfase na construção de práticas de disciplina mais adequadas e no fortalecimento da rede de apoio familiar. Essas intervenções não devem apenas informar, mas oferecer espaços de reflexão e sugerir alternativas práticas para que os pais tenham opções para lidar com as dificuldades da parentalidade. Ao desconstruir a violência como uma prática educativa, esses programas parentais podem favorecer o desenvolvimento de um ambiente familiar mais acolhedor e protetivo, promover o bem-estar infantil e a formação de vínculos familiares saudáveis.

Baseado na proposição do primeiro estudo, o Estudo 2 apresentou uma revisão integrativa que buscou examinar o nível de evidência científica, qualidade metodológica e validade ecológica de programas parentais voltados à prevenção da violência infantil. A análise dos 10 estudos encontrados revelou que, apesar de a maioria deles apresentarem níveis elevados de evidência científica, a qualidade metodológica foi considerada, em geral, moderada ou fraca. A ausência de cegamento e a falta de clareza no relato dos procedimentos foram identificadas como limitações frequentes, que afetam a confiabilidade dos achados. Apenas dois estudos foram classificados como metodologicamente fortes, destacando a necessidade de aprimoramento nas pesquisas sobre o tema.

No que diz respeito à validade ecológica, observou-se que muitos programas foram aplicados em ambientes familiares aos participantes, como escolas e centros comunitários. Contudo, a maioria dos implementadores não eram pessoas que já faziam parte do contexto dos participantes, o que pode comprometer a continuidade e eficácia dos programas após o fim das intervenções.

A revisão enfatiza a necessidade de ampliar as discussões sobre qualidade metodológica e validade ecológica dos estudos, e sugere que programas parentais sejam ajustados para maior aplicabilidade no contexto real das famílias. Recomenda-se a exploração de formatos de intervenção mais acessíveis, incluindo metodologias *online* e híbridas, para aumentar o alcance, o engajamento familiar e a robustez das evidências sobre a eficácia desses programas. Por fim, sugere-se que esse tipo de revisão seja realizado em outras áreas de pesquisa e que possa se considerar a análise de intervenções em diferentes contextos sociais.

Desta forma, considerando os dados e apontamentos levantados nos dois primeiros estudos, as lacunas identificadas na literatura sobre programas de prevenção da violência contra crianças, em especial a pouca ênfase dada à violência sexual nesses programas,

somada à necessidade de adaptações para o contexto pandêmico e limitações de treinamento em programas existentes, desenvolveu-se o Programa Parental Família que Protege. Sendo assim, o Estudo 3 dedicou-se a descrever as principais informações sobre o programa proposto.

O Programa é estruturado em duas versões, uma *online* e uma versão híbrida, com duração de 15 dias e 30 dias, respectivamente. A versão *online* utiliza o *WhatsApp*® para envio de vídeos, áudios e materiais informativos e reflexivos, permitindo a participação assíncrona dos pais. A versão híbrida complementa o conteúdo da versão *online* com atividades em grupo presenciais. Por sua vez, o conteúdo inclui informações sobre desenvolvimento infantil, parentalidade, regulação emocional, importância do elogio e incentivo, além de formas de estabelecer limites respeitosos e informar sobre os diferentes tipos de violência e estratégias de prevenção. A flexibilidade do formato do programa permite que ele seja acessível e adaptável a diferentes contextos.

Por fim, o Estudo 4 avaliou os efeitos, viabilidade e aceitabilidade da versão *online* do Programa Parental Família que Protege, em Belém do Pará. Os resultados quantitativos e qualitativos mostraram que os participantes apresentaram redução das práticas parentais coercitivas e no uso de violência psicológica. Além disso, os relatos evidenciaram melhorias na comunicação e no relacionamento entre os pais e seus filhos, favorecendo a adoção de práticas parentais mais positivas.

Por outro lado, a avaliação do conhecimento dos participantes sobre os tipos de violência infantil não mostrou mudanças significativas, no entanto os relatos indicaram que o tema foi muito valorizado e bem aceito pelos pais, especialmente o tema da violência sexual. Esse tipo de reflexão e orientação é essencial, pois pode ajudar a aumentar a proteção e a prevenção dos diferentes tipos de violência.

A alta aceitabilidade do programa ficou evidenciada nas avaliações positivas dos participantes sobre o conteúdo e o formato, bem como os relatos sobre seu efeito no dia a dia. Além disso, os participantes afirmaram recomendar a intervenção para outros pais. Isso aponta que o programa mostrou-se viável de ser implementado para o público-alvo ameaçado. Ademais, a possibilidade de acesso digital também demonstrou ser um método possível de ser utilizado com uma população de baixa renda, em Belém do Pará. Contudo, restrições de tempo entre os participantes afetaram o acesso a todos os materiais, e alguns sugeriram algumas adequações que podem ser realizadas a fim de melhorar a participação. A baixa adesão dos participantes, a falta de um grupo controle e medidas de acompanhamento, limitam a generalização dos resultados, mas a inclusão de dados qualitativos forneceu

informações relevantes sobre o impacto e viabilidade do programa, que era o objetivo primário deste estudo.

Com base nos achados teóricos e empíricos apresentados, sustenta-se a tese de que, com o suporte adequado – especialmente através de programas parentais que ofereçam a informações e propostas práticas –, os pais podem aprimorar o exercício da sua parentalidade, contribuindo para a redução e prevenção da violência contra a criança, mesmo em contextos de vulnerabilidade social. Como ressaltado, é necessário aliar a informação sobre violência a conteúdos reflexivos e práticos que possam de fato dar opções aos pais para mudar suas práticas parentais. Nesse sentido, pelos resultados aqui evidenciados o programa apresenta potencial para atender a essa demanda, necessitando de mais estudos para atestar sua eficácia.

Outro ponto importante a ser discutido é a compreensão dos programas parentais a partir da perspectiva bioecológica de Bronfenbrenner. Com base nos achados empíricos desta pesquisa, pode-se afirmar que a intervenção funcionou como um processo proximal, uma vez que as interações diretas e recorrentes entre os pais e as atividades do programa favoreceram o desenvolvimento de competências parentais. Essas competências se manifestaram nos relatos de melhorias nas habilidades de autorregulação, comunicação e interação dos pais com suas crianças, gerando melhorias nas suas práticas parentais.

Nessa perspectiva teórica, assume-se que os efeitos do programa no microssistema familiar podem ser acessados a partir dos relatos dos pais sobre seu cotidiano com as crianças. Pelo relatado, os participantes consideram que a intervenção executada proporcionou aos pais ferramentas para melhorar as interações diárias com os filhos, suscitando impacto na qualidade do ambiente familiar. Importante destacar que, embora o programa tenha acontecido de forma *online*, o contato inicial e a manutenção dele foi intermediada pelos funcionários da escola (em especial, professores e diretora) onde as crianças frequentam. Desta forma, pode-se inferir que as características da formação do mesossistema escola-família pode ter facilitado a adesão dos pais e potencializado os efeitos da intervenção, uma vez que eles já tinham uma relação estabelecida com professores e diretora, por exemplo. Os efeitos da intervenção sobre a relação dos pais com o ambiente escolar merecem ser investigados em outras pesquisas, explorando a relação mesossistêmica.

Especificamente sobre os efeitos do exossistema, o estudo apontou que os participantes enfrentaram barreiras de tempo devido a demandas cotidianas, seja por dificuldades de conciliar com as demandas do trabalho ou de cuidados médicos com outras crianças. Os dados empíricos, também, apontaram a influência da rede de apoio familiar na parentalidade, sendo assim, é importante considerar esses aspectos na proposição de

programas parentais. E a nível de macrosistema, destaca-se o enraizamento das crenças parentais sobre práticas educativas apontadas nos dados empíricos, no qual a ampla maioria ainda faz uso, mesmo com conhecimento acerca da violência. No entanto, para além disso, o programa apresentou-se com uma ferramenta capaz de alavancar mudanças nessas condições, com possibilidade de ser proposto para integrar políticas públicas de proteção à infância e apoio às famílias.

E por fim, considerando o elemento tempo, percebeu-se que o programa proporcionou mudanças ao longo do seu período de execução, bem como foi sugerido pelos pais que a intervenção tivesse uma duração maior. Desta forma, os efeitos cumulativos dos episódios de processo proximal poderiam gerar resultados ainda mais significativos e duradouros no desenvolvimento dos sujeitos envolvidos. O impacto a longo prazo dos programas parentais pode ser ampliado mediante intervenções contínuas, que reforçam as práticas positivas e previnem o uso da violência. Sendo assim, espera-se que grandes mudanças possam ocorrer e sejam repassadas de geração em geração em prol de um desenvolvimento mais saudável para as famílias.

Pelo exposto, considera-se que as contribuições deste trabalho estão dirigidas sobretudo à área da psicologia do desenvolvimento. Analisar a aplicabilidade e os efeitos dos programas parentais a partir da perspectiva do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, possibilita uma percepção mais abrangente e multifacetada das interações individuais, familiares e contextuais. O programa, ao fornecer um embasamento para as práticas parentais adequadas, gera impacto no microsistema familiar e, sistemicamente, nos demais sistemas. Além disso, leva a reflexão de que as políticas públicas que buscam efetivar as ações de prevenção da violência contra a criança, devem considerar os fatores exossistêmicos e macrosistêmicos, e promover um suporte abrangente às famílias de forma a gerar mudanças passíveis de ocorrer e de se sustentar.

Outras contribuições desta pesquisa para a área da psicologia é uma melhor compreensão dos fatores envolvidos no fenômeno da violência contra a criança. Destaca-se que esta pesquisa apresentou um caráter inovador, pois acredita-se que seja o primeiro que buscou caracterizar a violência infantil em Belém do Pará, investigando para além da prevalência, mas buscando identificar, também, as práticas parentais utilizadas e o conhecimento dos pais sobre o assunto. Todos esses aspectos devem ser investigados, pois oferecem subsídios a ações que possam de fato oferecer suporte para as famílias e proteger e garantir os direitos das crianças de serem educadas sem violência, em especial, em situações de vulnerabilidade social.

Acredita-se, também, que este seja o primeiro trabalho que relata a experiência de aplicação de um programa parental com este objetivo no Norte do país. Embora já se tenha vários estudos que investigaram a aplicabilidade e efeitos dos programas parentais no Brasil, há uma discrepância de evidências quando se analisa a distribuição geográfica desses estudos. O Brasil é um país de tamanho continental, marcado por regiões que apresentam uma vasta variedade cultural, econômica e social, portanto, para que os resultados de programas parentais possam ser generalizados é necessário que eles sejam aplicados nos mais diferentes contextos regionais. Somente desta forma, pode-se ter uma visão mais abrangente acerca do real impacto desses programas no ambiente real dessas famílias.

No campo da saúde, os resultados desta tese são relevantes, uma vez que a violência impacta diretamente, a curto, médio e longo prazo na saúde física e emocional dessas crianças. Ademais, exercer o papel parental exige dos pais habilidades que muita das vezes não foram desenvolvidas por eles e/ou desempenhar práticas parentais diferentes daquelas que foram utilizadas em sua educação. Esses aspectos, juntamente com outras características pessoais e contextuais, exigem demandas cognitivas e emocionais que podem sobrecarregar os pais, e geram consequências no seu bem estar. Assim, investir em programas parentais para a prevenção da violência infantil é promover a saúde física e emocional das crianças, pais e famílias envolvidas.

No campo da educação, o programa demonstrou-se passível de ser aplicado em parceria com as escolas, podendo aprimorar, assim, a relação entre escola e família. Afinal, os pais podem não se sentir sozinhos na função de educar seus filhos e se sentirem mais seguros com o apoio dos outros agentes envolvidos no processo educativo de suas crianças. É necessário aprofundar a compreensão sobre esse aspecto em futuras pesquisas, investigando se o fato de o programa ter sido ofertado através da parceria dos pesquisadores com a escola, influenciou na adesão dos pais e o impacto na relação com a escola após a intervenção.

Apesar de todas as contribuições citadas anteriormente, a pesquisa também apresenta algumas limitações. No que diz respeito ao tamanho da amostra nos dois estudos empíricos, sabe-se que ela é muito reduzida para que se possa fazer uma generalização dos dados. No entanto, é importante destacar que, para além das barreiras comumente encontradas para se realizar pesquisas de campo, em especial as interventivas, os estudos foram, em parte, desenvolvidos durante o período da pandemia. O planejamento da pesquisa esperava iniciar a coleta dos dados no ano de 2021, contudo, neste período ainda aconteciam as restrições em decorrência da pandemia da COVID 19, impossibilitando o início das coletas. Desse modo, as coletas só foram iniciadas no ano de 2022, com a retomada das aulas presenciais e a

autorização para estar presente presencialmente nas escolas. Em que pese isso, é importante ressaltar, que nesse ano algumas escolas ainda se encontravam em processo de adaptações e as famílias ainda sofriam o impacto da alteração das suas dinâmicas em decorrência da pandemia.

No que se refere à qualidade metodológica do estudo, em especial o que realizou uma intervenção, as dificuldades metodológicas comuns encontradas na revisão apresentada nesta tese foram continuamente nele identificadas, tais como a impossibilidade de cegamento dos participantes, o viés de seleção e o número elevado de desistências no decorrer da pesquisa. Ademais, a validade ecológica foi afetada até certo ponto. Apesar da intervenção ocorrer em parceria com a escola, um ambiente já habitual dos participantes, as atividades do programa foram administradas de forma independente, bem como a implementadora não era uma pessoa que já fazia parte do convívio dos pais antes da intervenção e não houve medida de acompanhamento capaz de verificar a manutenção das mudanças ocorridas após o programa ser realizado. No entanto, entende-se que o programa necessita de estudos de viabilidade e eficácia antes de alcançar potencial de escalabilidade e ser administrado por outros agentes que não os pesquisadores envolvidos.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros possam buscar resolver algumas das limitações apresentadas anteriormente. Espera-se, também, que novos estudos possam ampliar a análise aqui iniciada, buscando dar continuidade na pesquisa em outras unidades educativas que contemplem os demais distritos administrativos de Belém, fornecendo um panorama mais abrangente do município. Pesquisas que possam comparar os dados investigados neste estudo entre as famílias que vivem na parte insular do município, ou seja, nas comunidades ribeirinhas e mais afastadas do centro da cidade, também, seria extremamente enriquecedor. Aplicar em diferentes contextos socioeconômicos, como em escolas particulares da região, também podem agregar informações relevantes para realizar adequações no programa que possam se ajustar às demandas identificadas.

Sugere-se que em próximas pesquisas que envolvam a aplicação do programa proposto nesta Tese, possa-se inserir a avaliação de pesquisadores juízes especialistas que acompanhem toda a execução, oferecendo uma análise teórica e metodológica da intervenção para propor melhorias e/ou atestar a congruência dos objetivos do programa com a sua execução prática. Adicionalmente, a inclusão de outras medidas de avaliação, sejam elas observacionais ou aplicadas a terceiros, como professores ou as próprias crianças poderia enriquecer os dados.

Em suma, os estudos empíricos aqui apresentados e embasados pelo aporte teórico discutido geram evidências que podem subsidiar políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento infantil e prevenção da violência contra a criança. A utilização de programas parentais como política pública já é uma realidade em algumas cidades do Brasil e encontra sustentação para, também ser na região Norte do país, onde está localizada Belém-PA.

Referências

- Altafim, E.R.P. & Linhares, M.B.M. (2016). Universal violence and child maltreatment prevention programs for parents: A systematic review. *Psychosocial Intervention* 25, 27–38. <https://doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003>
- Altafim, E.R.P. & Linhares, M.B.M. (2019). Preventive intervention for strengthening effective parenting practices: A randomized controlled trial. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 62, 160-172. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2019.03.003>
- Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Programa de parentalidade: Da evidência científica para a implementação em escala. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(3 spe), Artigo e111122. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211011>
- Altafim, E. R. P., Magalhães, C., & Linhares, M. B. M. (2024). Prevention of Child Maltreatment: Integrative Review of Findings From an Evidence-Based Parenting Program. *Trauma, violence & abuse*, 25(3), 1938–1953. <https://doi.org/10.1177/15248380231201811>
- Altafim, E. R. P., McCoy, D. C., & Linhares, M. B. M. (2021). Unpacking the Impacts of a Universal Parenting Program on Child Behavior. *Child Development*, 92 (2), 626-637. <https://doi.org/10.1111/cdev.13491>
- Altafim, E. R. P., de Oliveira, R. C., Pluciennik, G. A., Marino, E., & Gasparido, C. M. (2024). Digital Parenting Program: Enhancing Parenting and Reducing Child Behavior Problems. *Children*, 11(8), 980. <https://doi.org/10.3390/children11080980>
- Azevedo, A. F. (2013). *O Programa de Intervenção Parental ‘Anos Incríveis’: Eficácia numa amostra de crianças portuguesas de idade pré-escolar com comportamentos de PH/DA*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. <https://hdl.handle.net/10316/24281>
- Avezum, M. D. M. de M., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2023). Spanking and Corporal Punishment Parenting Practices and Child Development: A Systematic Review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(5), 3094-3111. <https://doi.org/10.1177/15248380221124243>

- Barroso, R. G. & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), 211-229. https://doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_10
- Bastos, J. da G. (2018). *Estilos parentais e adolescentes em conflito com a lei: Investigando relações*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil. <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/13213>
- Black, D. A., Heyman, R. E. & Slep, A. M. S. (2001) Risk Factors for Child Sexual Abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 6, 203-229. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(00\)00023-9](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(00)00023-9)
- Borges, J. L. & DellAglio, D. D. (2008). Abuso sexual infantil: indicadores de risco e consequências no desenvolvimento de crianças. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(3), 528-536. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-9690200800_030_0013&lng=pt&tlng=pt.
- Brasil (2010). Ministério da Saúde. *Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência: orientações para gestores e profissionais de saúde*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília/DF.Ed.MS. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf
- Branco, M. S. S., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Universal Intervention to Strengthen Parenting and Prevent Child Maltreatment: Updated Systematic Review. *Trauma, violence, & abuse*, 23 (5), 1658-1676, <https://doi.org/10.1177/15248380211013131>
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do Desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The Bioecological Model of Human Development. In R. M. Lerner & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 793–828).
- Butchart, A., Harvey, A.P, Mian, M. & Färniss, T. (2009). *Prevención del maltrato infantil: qué hacer y cómo obtener evidencias*. Ginebra, Organización Mundial de la Salud y Sociedad Internacional para la Prevención del Maltrato y el Abandono de los Niños. https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44228/9789243594361_spa.pdf;sequence=1

- Canedo, V. C. F. (2014). *Programa de Competências Parentais para prevenção da negligência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. <https://core.ac.uk/download/pdf/301335278.pdf>
- Cardoso, C. M. D. (2015). *Os estilos educativos parentais e a hiperatividade em crianças do 1º ciclo do ensino básico*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal. <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/503>
- Carmo, C. J. & Harada, M. de J. C. S. (2006). Violência física como prática educativa. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 14(6), 849-56. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600004>
- Cassoni, C. (2013). *Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil. <https://doi.org/10.11606/D.59.2013.tde-14122013-105111>
- Cecconello, A. M., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54. <https://www.scielo.br/j/pe/a/RsN9L6RpdLDTmnnSgDfLd6K/?format=pdf&lang=pt>
- Cid, M. F. B., Matsukura, T. S. & Cia, F. (2015). Relações entre a saúde mental de estudantes do ensino fundamental e as práticas e estilos parentais. *O Mundo da Saúde*, 39(4), 504-513. [10.15343/0104-7809.20153904504513](https://doi.org/10.15343/0104-7809.20153904504513)
- Chiocca, E. M. (2018). American Parents' Attitudes and Beliefs About Corporal Punishment: An Integrative Literature Review. *J Pediatr Health Care*, 31(3):372-383. DOI: 10.1016/j.pedhc.2017.01.002. [10.1016/j.pedhc.2017.01.002](https://doi.org/10.1016/j.pedhc.2017.01.002)
- Costa, L. P., Cavalcante, L. C. & Reis, D. C. (2018). Autores de agressão sexual em contextos intra e extrafamiliar: revisão da literatura. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 26(2), 61 – 69. [10.15603/2176-1019/mud.v26n2p61-69](https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v26n2p61-69)
- Costa, M. C. O., Carvalho, R. C. de, Bárbara, J. F. S. R., Santos, C. A. S. T. , Gomes, W. A. & Sousa, H. L. S. (2007). O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5):1129-1141. [10.1590/S1413-81232007000500010](https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000500010)
- Costa, L. P., Rocha, C. J. B. & Cavalcante, L. I. C. (2018). Características Biopsicossociais entre Acusados de Agressão Sexual contra Crianças/Adolescentes em Contextos Intra e Extrafamiliar. *Temas em Psicologia*, 26(1): 283-295. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-11Pt>

- Costa, S., & Cruz, O. (2012). Atitudes e estilos educativos parentais em mães de crianças com processo de promoção e proteção. *Revista AMAzônica*, VIII(1), 310-337. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4185495>
- Coutinho, I. C. M., Seabra-Santos, M. J. & Gaspar, M. F. F. (2012). Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? *Análise Psicológica*, 4, 405-420. <http://hdl.handle.net/10400.12/3418>
- Craveiro, N. & Relvas, A. P. (2016). Programa de educação parental “Em Equilíbrio”: Estudo crítico-reflexivo. *Psychologica* 59(1), 55-75. https://doi.org/10.14195/1647-8606_59-1_4
- Cuartas, J., McCoy, D. C., Grogan-Kaylor, A., & Gershoff, E. (2020). Physical punishment as a predictor of early cognitive development: Evidence from econometric approaches. *Developmental Psychology*, 56(11), 2013–2026. <https://doi.org/10.1037/dev0001114>
- Dahlberg, L. L. & Krug, E. G. (2002). Violência – um problema global de saúde pública. In: Krug, E. G. et al. (Ed.). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. pp. 3–22. Genebra: Organização Mundial da Saúde. <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>
- De Antoni, C. & Batista, F. A. (2014). Violência familiar: Análise de fatores de risco e proteção. *Diaphora – Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul* 14(2), 26-35. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200003.supl.1>
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, 18(1), 17-30. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X20100001000_03&lng=pt&tlng=pt.
- Desai, C. C., Reece, J. & Shakespeare-Pellington, S. (2017). The prevention of violence in childhood through parenting programmes: a global review. *Psychology, Health & Medicine*, 22 (S1), 166–186. <https://doi.org/10.1080/13548506.2016.1271952>
- Ellonen, N., Lucas, S., Tindberg, Y., & Janson, S. (2017). Parents’ Self-Reported Use of Corporal Punishment and Other Humiliating Upbringing Practices in Finland and Sweden - A Comparative Study. *Child Abuse Review*, 26(4), 289–304. [0.1002/car.2482](https://doi.org/10.1002/car.2482)
- Euser, S., Alink, L. R. A., Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & IJzendoorn, M. H. V. (2015). A gloomy picture: a meta-analysis of randomized controlled trials reveals disappointing effectiveness of programs aiming at preventing child maltreatment. *BMC Public Health* 15,1068. <https://doi.org/10.1186/s12889-015-2387-9>

- Fernandes, F. A. (2011). *Educação parental: Aplicação de um programa*. (Dissertação de Mestrado). Universidade da Madeira, Funchal, Portugal. <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/331/1/MestradoFabianaFernandes.pdf>
- Fórum brasileiro de segurança pública. (2024). 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>
- Foster, E. M., Prinz, R. J., Sanders, M. R. & Shapiro, C. J. (2008). The costs of a public health infrastructure for delivering parenting and family support. *Children and Youth Services Review* 30, 493–501. [10.1016/j.childyouth.2007.11.002](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.11.002)
- Francis, T., & Baker-Henningham, H. (2021). The Irie Homes Toolbox: A cluster randomized controlled trial of an early childhood parenting program to prevent violence against children in Jamaica. *Children and Youth Services Review*, 126, Article 106060. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106060>
- Garcia, N. M., Yunes, M. A. M. & Almeida, A. M. T. (2016). Educação parental e pedagogia social: avaliação de uma proposta de intervenção. *Educação*, 39(1), 94-104. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.1.21396>
- Gomes, R., Deslades, S. F., Veiga, M. M., Bhering, C. & Santos, J. F. C. (2002). Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), 707-714. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300014>
- Gomez, V. R. V. & Bazon, M. R. (2014). Associação entre indicadores de maus tratos infantis e presença de problemas desenvolvimentais em crianças em início de escolarização. *Journal of Human Growth and Development*, 24(2), 214-220. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822014000200015&lng=pt&tlng=pt.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. In: A. Del Prette e Z. Del Prette (orgs). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção*. Campinas: Alínea.
- Gonzalez, M., Ateah, C. A., Durrant, J. E., & Feldgaier, S. (2019). The Impact of the Triple P Seminar Series on Canadian Parents' Use of Physical Punishment, Non-Physical Punishment and Non-Punitive Responses. *Behaviour Change*, 36(02), 102–120. <https://doi.org/10.1017/bec.2019.7>

- Guerreiro, A. C. (2010). *Avaliação de um Programa de Formação Parental: “Trampolim”*. (Dissertação de Mestrado) Instituto Universitário ISPA, Portugal. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4718/1/12354.pdf>
- Grogan-Kaylor, A., Burlaka, V., Ma, J., Lee, S., Castillo, B., & Churakova, I. (2018). Predictors of parental use of corporal punishment in Ukraine. *Children and Youth Services Review*, 88, 66-73. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.03.003>
- Heinen, M., Penna, M. N., & Falcke, D. (2023). Programas Parentais para Prevenção de Maus-tratos Infantis: Análise de Revisões Sistemáticas. *Psicologia - Teoria e Prática*, 25(1). <https://doi.org/10.5935/1980-6906/eptpcp14238.pt>
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M. & Zanolli, M. L. (2015). Violência Doméstica e Risco para Problemas de Saúde Mental em Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528201>
- Holman, D. M., Ports, K. A., Buchanan, N. D., Hawkins, N. A., Merrick, M. T., Metzler, M. & Trivers, K. F. (2016). The Association Between Adverse Childhood Experiences and Risk of Cancer in Adulthood: A Systematic Review of the Literature. *Pediatrics*, 138 (s1). [10.1542/peds.2015-4268L](https://doi.org/10.1542/peds.2015-4268L)
- Hyland, M. E., Alkhalaf, A. M., & Whalley, B. (2013). Beating and insulting children as a risk for adult cancer, cardiac disease and asthma. *Journal of behavioral medicine*, 36(6), 632–640. <https://doi.org/10.1007/s10865-012-9457-6>
- Heilmann, A., Mehay, A., Watt, R. G., Kelly, Y., Durrant, J. E., Turnhout, J. V., & Gershoff, E. T. (2021). Physical punishment and child outcomes: a narrative review of prospective studies. *The Lancet*, 397, 100582-1. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00582-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00582-1)
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. & Lozano, R. (Ed.). (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>
- Lachman, J. M., Alampay, L. P., Jocson, R. M., Alinea, C., Madrid, B., Ward, C., Hutchings, J., Mamauag, B. L., Garilao, M. A. V. F. V., & Gardner, F. (2021). Effectiveness of a parenting programme to reduce violence in a cash transfer system in the Philippines: RCT with follow-up. *The Lancet Regional Health - Western Pacific*, 17, 100279. <https://doi.org/10.1016/j.lanwpc.2021.100279>
- Lawrenz, P., Yousafzai, A. K., & Habigzang, L. F. (2021). ACT Raising Safe Kids Program improves parenting practices, beliefs about physical punishment, management of anger,

- and mental health: Initial evidence from a study in Brazil. *Children and Youth Services Review*, 131, 106299. <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2021.106299>
- Lotto, C. R., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2022). Feasibility and acceptability study of the online ACT-Raising Safe Kids program. *Children and Youth Services Review*, 141, 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2022.106591>
- Macana, E. C., & Comim, F. (2018). O papel das práticas e estilos Parentais no desenvolvimento da primeira infância. In: Aratang Pluciennik, G., Cristina Lazzari, M., & Fragata Chicaro, M. (Orgs.). (2018). *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco*. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/fundamentos-da-familia/>
- Mainardes, L. W. P. (2018). *Estilos Parentais e Risco de Problemas de Comportamento em crianças inseridas em um Serviço de Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil. <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/11332>
- Malta, D. C., Bernal, R. T. I., Teixeira, B. S. M., Silva, M. M. A. & Freitas, M. I. F. (2017). Fatores associados a violências contra crianças em Serviços sentinela de Urgência nas capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2889-2898. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12752017>
- McCoy, A., Melendez-Torres, G. J., & Gardner, F. (2020). Parenting interventions to prevent violence against children in low- and middle-income countries in East and Southeast Asia: A systematic review and multi-level meta-analysis. *Child abuse & neglect*, 103, 104444. [10.1016/j.chiabu.2020.104444](https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104444)
- McMillin, S. E., Bultas, M. W., Zander, T., Wilmott, J., Underwood, S., Broom, M. A., & Zand, D. H. (2016). The Role of Maternal Knowledge of Child Development in Predicting Risk for Child Maltreatment. *Clinical pediatrics*, 55(4), 374–376. <https://doi.org/10.1177/0009922815586054>
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2024). *Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2024>
- Murray, J., Martins, R. C., Greenland, M., Cruz, S., Altafim, E., Arteche, A. X., Cooper, P. J., Domingues, M. R., Gonzalez, A., Kramer Fiala Machado, A., Murray, L., Oliveira, I., Santos, I., Soares, T. B., Tovo-Rodrigues, L., & Voysey, M. (2024). Effects of Two Early Parenting Programmes on Child Aggression and Risk for Violence in Brazil: a Randomised Controlled Trial. *Prevention science : the official journal of the Society for Prevention Research*, 25(5), 834–848. <https://doi.org/10.1007/s11121-024-01698-3>

- Nunes, S. C. M. (2013). *Estudo dos efeitos de um Programa de Formação Parental nas variáveis de risco Psicossocial de famílias com filhos em idade escolar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5400/1/DOCUMENTO%20DEFINITIVO%20TESE%20S%C3%B3nia%20Nunes.pdf>
- Nunes, A. J. & Sales, M. C. V. (2016). Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3), 871-880. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>
- Organização Mundial da Saúde. (2012). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência. Genebra, Organização Mundial da Saúde. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/3661>
- Patias, D N., Siqueira, A. C. & Dias, A. C. G. (2012). Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. *Educação e Pesquisa*, 38(4), 981-996. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000400013>
- Patias, D. N., Siqueira, A. C. & Dias, A. C. G. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 21 (1), 29-40. [10.15603/2176-1019/mud.v21n1p29-40](https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v21n1p29-40)
- Peruhype, R. C., Halboth, N. V. & Alves, P. B. (2011). Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina - MG/Brasil. *Textos & Contextos*, 10 (1), 170-178. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/7948>
- Piché, G., Huynh, C., Clément, M. E., & Durrant, J. E. (2016). Predicting externalizing and prosocial behaviors in children from parental use of corporal punishment. *Inf Child Dev*, 1–18. <https://doi.org/10.1002/icd.2006>
- Pontes, L. B., & Brino, R. de F.. (2022). ACT Parenting Program: A pilot study with observational measures of parent-child interaction. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 38, e38313. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38313.en>
- Pontes, L. B., Siqueira, A. C., & Williams, L. C. A. (2019). A Systematic Literature Review of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program. *Journal of Child and Family Studies*, 28, 3231–3244 (2019). <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01521-6>
- Quingostas, A. (2011). *Um programa de educação/treino parental “Parentalidade positiva” “pais atentos... Pais presentes”*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.5/3690>

- Ramalho, E. C. (2016). *Intervenção nas Práticas Parentais num Grupo de Cuidadores*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. <http://hdl.handle.net/10284/5425>
- Rani, S. (2019). Knowledge and Attitude of Teachers and Parents Regarding Child Abuse. *Indian Journal of Youth and Adolescent Health*, 6(1), 21-27. <https://medical.advancedresearchpublications.com/index.php/IndianJ-YouthandAdolescentHealth/article/view/116>
- Recomendações do Conselho da Europa (2006). 19th of the Committee of Ministers to member states on policy to support positive parenting. <https://www.coe.int/en/.../content/983rd-meeting-of-the-ministers-deputies>
- Reis, A. G. dos. (2015). *Práticas educativas e violência: uma reflexão crítica*. (Trabalho de conclusão de especialização) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. <http://hdl.handle.net/10183/141408>
- Ribeiro, M. J. dos S. (2003). *Ser Família Construção, implementação e avaliação de um programa de Educação Parental*. (Dissertação de Mestrado) Universidade do Minho, Braga, Portugal. <https://hdl.handle.net/1822/728>
- Rocha, A. I. M. (2015). *Práticas Educativas Parentais Positivas: Elaboração e Aplicação de um Programa a Cuidadoras de Crianças dos 3 aos 6 anos que Frequentam um Centro Comunitário do Grande Porto*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. <http://hdl.handle.net/10284/4981>
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L. & Martín, J. C. (2010). La educación parental como recurso psicoeducativo para promover la parentalidad positiva. Madrid: Ministerio de sanidad y política social. Federación española de municipios y provincias. https://www.mdsocialesa2030.gob.es/derechos-sociales/familias/Parentalidad_Positiva/docs/eduParentalRecEducativo.pdf
- Sahillioglu, D., & Akman, B. (2021). The effects of the training program for the prevention of child abuse and neglect (ParentsCAN) on the awareness and understanding levels of parents. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 1–11. <https://doi.org/10.1080/17450128.2021.1883172>
- Sakuramoto, S. M., Squassoni, C. E. & Matsukura, T. S. (2014). Apoio social, estilo parental e a saúde mental de crianças e adolescentes. *O Mundo da Saúde*, 38(2), 169-178. [10.15343/0104-7809.20143802169178](https://doi.org/10.15343/0104-7809.20143802169178)
- Santini, P. M. & Williams, L. C. A. 2016. Parenting Programs to Prevent Corporal Punishment: A Systematic Review. *Paidéia*, 26(63), 121-129. [10.1590/1982-43272663201614](https://doi.org/10.1590/1982-43272663201614)

- Santos, L. M. d., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2024). Programa de parentalidade com evidências científicas: estudo de viabilidade e aceitabilidade com mães na adolescência. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(4), Artigo e4070. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n4-155>
- Schmidt, B., Staudt, A. C. P. & Wagner, A. (2016). Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa. *Contextos Clínicos*, 9(1), 2-18. <https://doi.org/10.4013/ctc.2016.91.01>
- Schulz, Haslam, Morawska & Kish (2021). The acceptability of Group Triple P with Brazilian parents. *Journal of Child and Family Studies*, 30: 1950–1964. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-01998-0>
- Simões, M. G. (2014). *Formação Parental em contexto escolar: Promoção da construção de pontes entre escola e família*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. <https://hdl.handle.net/10316/23714>
- Skar, A. S., Sherr, L., Macedo, A., Tetzchner, S. V., & Fostervold, K. I. (2021). Evaluation of Parenting Interventions to Prevent Violence Against Children in Colombia: A Randomized Controlled Trial. *Journal of interpersonal violence*, 36(1-2), NP1098–NP1126. <https://doi.org/10.1177/0886260517736881>
- Solehati, T., Shabrina, R. M. I., Pravidanti, F. R., Realita, C., Darmawan, T. A. P., Purwanto, M. O. S., Hermayanti, Y., Kosasih, C. E., Mediana, H. S. (2021). Parents' knowledge related to sexual abuse in children: literature review. *Journal Keperawatan*, 13(2), 333 - 344. <https://doi.org/10.32583/keperawatan.v13i2.1499>
- Sultana, S., Reza, H., & Bromfield, N. F. (2019) The Relation Between Socioeconomic Characteristics and the Use of Physical Punishment in Bangladeshi. *Elementary Schools, Child & Youth Services*, 40:3, 308-327, [10.1080/0145935X.2019.1604133](https://doi.org/10.1080/0145935X.2019.1604133)
- Toni, C. G. de S. & Hecaveí, V. A. (2014) Relações entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças. *Psico-USF*, 19(3), 511-521. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712014019003013>
- Trujillo, A., González, M. R., Fonseca, L., & Segura, S. (2020). Prevalence, Severity and Chronicity of Corporal Punishment in Colombian Families. *Child Abuse Review*, 29 (5), 433-447. <https://doi.org/10.1002/car.2587>
- Villas-Boas, S. F. (2015), *Avaliação da Eficácia de um Programa de Promoção de Práticas Educativas Parentais implementado na Clínica Pedagógica de Psicologia da Universidade Fernando Pessoa*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. <http://hdl.handle.net/10284/4985>

- Wang, W., & Zhang, H. (2024). A Scoping Review of Parenting Programs for Preventing Violence Against Children in Low- and Middle-Income Countries. *Trauma, violence & abuse*, 25(3), 2173–2188. <https://doi.org/10.1177/15248380231207887>
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237. <https://www.scielo.br/j/epsic/a/pt6HWDBMDwTkGDnXkb4BCkP/?format=pdf&lang=pt>

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Caro participante.

Estamos convidando você a participar da pesquisa intitulada “Maus-tratos no Contexto de Desenvolvimento de Crianças de Belém/Brasil: Indicadores de violência e estratégias de intervenção”, realizada pelo Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, do Programa de Pós Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará.

A pesquisa em questão pretende investigar aspectos de monitoramento, atendimento, proteção, estratégias de acolhimento institucional, reintegração familiar e dos efeitos de um programa de educação parental voltado para prevenção da violência contra crianças e adolescentes, com o objetivo de analisar como esses fatores podem afetar o desenvolvimento humano. Os dados coletados a partir de pesquisa de campo (aplicação de instrumentos/ questionários e participação em um Programa de Educação Parental) serão utilizados somente para os fins desta pesquisa e tratados com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade, mesmo quando ocorrer a divulgação dos resultados da pesquisa em reuniões científicas e publicações em meios científicos. Ressalto que no caso das entrevistas serem gravadas, mecanismos de modificação de voz serão utilizados para garantir o sigilo da identidade dos participantes. O Estudo 3 tem como objetivo verificar os efeitos de um programa de educação parental com foco na prevenção da violência contra a criança. Para isso, os participantes deverão preencher alguns questionários, responder à uma entrevista e participar de um programa de intervenção.

O risco de tratamento cruel, discriminatório ou constrangedor pela realização das entrevistas e aplicação de questionário é praticamente nulo. Na casualidade de ocorrer qualquer situação observada como riscos à intimidade dos participantes entrevistados, serão providenciadas medidas para reparar as falhas.

Os benefícios trazidos pela pesquisa estão relacionados à possibilidade de mudanças que possam melhorar a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, especialmente no que se refere a proteção e prevenção de maus tratos em crianças e adolescentes, implicando no melhor desenvolvimento desses sujeitos. Os estudos contribuirão para literatura científica da área com a elaboração de artigos, capítulos de livros e apresentações em eventos.

Informamos que você não pagará nem será remunerado por sua participação.

Convido você a tomar parte da pesquisa apresentada. Ressalto que em qualquer momento da pesquisa, será possível interromper sua participação sem qualquer problema ou retaliação. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual conteúdo, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma, assim como os seus riscos e benefícios. Declaro que, por minha livre vontade, confirmo minha participação na presente pesquisa. Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora responsável pelo projeto, me concedeu tempo para refletir sobre a conveniência de participar da pesquisa.

Belém, ____/____/____

Assinatura do(a) Participante

Pesquisador Responsável

Apêndice B – Formulário de Caracterização dos Participantes

Formulário de Caracterização do Participantes

Gostaríamos de conhecer melhor você e sua família. Por isso, solicitamos que você possa responder as perguntas abaixo:

1 – Qual seu nome completo? _____

2 – Telefone: _____ 3 – Qual a sua idade? _____

4 – Qual o nome da sua criança? _____

5 – Qual a idade da criança? _____ 6- Qual a série da criança? _____

7– Qual o sexo da sua criança? _____

8 – Nível de escolaridade?

☐ Ensino Fundamental Incompleto

☐ Ensino Fundamental Completo

☐ Ensino Médio Incompleto

☐ Ensino Médio Completo

☐ Ensino Superior Incompleto

☐ Ensino Superior Completo

9 – Qual a renda familiar mensal?

☐ Menos de 1 salário mínimo

☐ 1 a 3 salários mínimos

☐ 3 a 6 salários mínimos

☐ Mais de 7 salários mínimos

10 – Quantos filhos você tem? _____

11 – Qual a idade e sexo deles? _____

12 – Qual sua relação com a criança?

☐ Mãe

☐ Pai

☐ Madrasta

☐ Padrasto

☐ Outro _____

13 – Quem mora na mesma casa que a criança? _____

14 – Quantos adultos, além de você, que vivem na casa cuidam das crianças de 0 a 6 anos? Por exemplo, esta pessoa incluiria qualquer um que educa ou desempenha outro papel importante nas atividades diárias da(s) criança(s)? Quem são?

☐ Nenhuma

☐ Uma

☐ Duas

☐ Mais de duas

Apêndice C – Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar – PAFAS

Por favor, leia cada afirmação e assinale com um círculo o número da escala que mostra até que ponto cada afirmação é verdadeira para você, **considerando as últimas 4 semanas**. Não há respostas certas ou erradas. Não gaste muito tempo com cada afirmação.

	Até que ponto cada afirmação é verdadeira para você?			
	0	1	2	3
	Nem um pouco	Um pouco ou algum tempo	Bastante ou uma boa parte do tempo	Muito ou a maior parte do tempo
3- Se meu filho/minha filha não faz o que peço, eu desisto e eu mesma(o) faço.	0	1	2	3
5 - Eu dou uma guloseima, uma recompensa ou uma atividade divertida quando meu filho/minha filha se comporta bem.	0	1	2	3
8 - Quando meu filho/minha filha se comporta mal, eu ameaço (por exemplo, desligar a televisão), mas eu não cumpro.	0	1	2	3
9 - Eu grito ou fico brava(o) com meu filho/minha filha quando ele/ela se comporta mal.	0	1	2	3
10 - Eu elogio meu filho/minha filha quando ele/ela se comporta bem.	0	1	2	3
12- Eu tento fazer meu filho/minha filha se sentir mal (por exemplo, culpado ou envergonhado) por se comportar mal, para lhe ensinar uma lição.	0	1	2	3
13 - Eu dou atenção ao meu filho/minha filha como um abraço, uma piscada de olho, um sorriso ou um beijo, quando ele/ela se comporta bem.	0	1	2	3
14 - Eu dou uma palmada no meu filho/na minha filha quando ele/ela se comporta mal.	0	1	2	3
17 - Eu dou ao meu filho/minha filha o que ele/ela quer quando ele/ela fica com raiva ou chateada(o).	0	1	2	3
19 - Eu fico irritada(o) com o meu filho/a minha filha.	0	1	2	3
20 - Eu converso com o meu filho/a minha filha.	0	1	2	3
22 - Eu gosto de dar abraços, beijos e carinho no meu filho/na minha filha.	0	1	2	3
24 - Eu estou orgulhosa(o) do meu filho/da minha filha.	0	1	2	3
25 - Eu gosto de passar meu tempo com meu filho/minha filha.	0	1	2	3
28 - Eu tenho um bom relacionamento com meu filho/minha filha.	0	1	2	3
30 - Eu me sinto feliz.	0	1	2	3
31 - Eu me sinto triste ou deprimida(o).	0	1	2	3
32 - Eu me sinto satisfeita(o) com a minha vida.	0	1	2	3
34 - Os membros da nossa família ajudam e apoiam uns aos outros.	0	1	2	3
35 - Os membros da nossa família se dão bem uns com os outros.	0	1	2	3
38 - Eu e meu companheiro/minha companheira somos como uma equipe na criação dos filhos.	0	1	2	3

Apêndice D – International Association for the Prevention of Child Abuse and Neglect

Child Abuse Screening Tool – ICAST

Todos os adultos usam certos métodos para ensinar crianças o comportamento correto ou como lidar com um problema de comportamento. Eu vou ler vários métodos que possam ser usados e quero que me diga com que frequência você (ou se aplicável, seu marido/esposa ou qualquer outra pessoa que cuide da criança) usa/usou-os no último ano. Diga-me se você fez isto uma vez por semana ou com mais frequência; várias vezes ao mês; mensalmente ou bimestralmente; várias vezes ao ano; um ou duas vezes ao ano. Se não fez isto no último ano, mas fez no passado, por favor, indicar. Algumas perguntas podem parecer inapropriadas para uma criança muito nova ou uma criança mais velha. Por favor, responda da melhor forma possível, visto que este é um questionário padronizado, usado em todo o mundo.

	≥ 50 Vezez	13-50	6-12	3-5	1-2	Não no último ano, mas já aconte- ceu	Nunca em minha vida	Sem respos- ta
	Uma vez por semana ou mais	Várias vezes por mês	Mensal- mente ou Bimestral- mente	Várias vezes por ano	1 ou 2 vezes por ano			
D2. Você explicou por que algo que ele/ela fez estava errado?								
D3. Você deu a ele/ela uma recompensa por ter se comportado bem?								
D4. Você disse a ele/ela iniciar ou parar de fazer algo?								
D5. Você sacudiu o/a agressivamente?								
D6. Você bateu nas nádegas dele/a com um objeto (tal como uma vara, vassoura, bengala ou cinto)?								
D7. Você bateu em outra parte do corpo (não nas nádegas) com um objeto (tal como uma vara, vassoura, bengala ou cinto)?								
D8. Você deu a ele/ela outra coisa para você fazer (para que parasse ou mudasse de comportamento)?								
D9. Você puxou a orelha dele/a?								
D10. Você bateu na cabeça dele/a com o dorso da mão (cascudo)?								
D11. Você puxou o cabelo dele/a?								

D12. Ameaçou abandonar seu filho/a?								
D13. Você berrou ou gritou com ele/ela?								
D14. Você assustou seu filho/a com fantasmas ou com pessoas ruins?								
D15. Você chutou-o/a?								
D16. Você pôs pimenta ou outra comida apimentada na boca dele/a (para causar dor)?								
D17. Você forçou-o(a) a ficar parado em uma posição que causasse dor?								
D18. Você ameaçou seu filho /a que algo de ruim iria acontecer com ele?								
D19. Você deu palmadas nas nádegas dele(a)?								
D20. Você sufocou-o/a ou impediu-a(o) de respirar?								
D21. Você pôs a(o) de castigo?								
D22. Você trancou-o/a para fora de casa?								
D23. Você tirou privilégios (coisas que ele/ela gostasse) ou dinheiro?								
D24. Você proibiu- o/a de sair?								
D25. Beliscou-o/a com intenção de machucar?								
D26. Você insultou-o/a, chamando-o/a de burro/a, preguiçoso/a ou outros nomes como esses?								
D27. Você deu um tapa em seu rosto ou em sua nuca?								
D28. Você recusou-se a falar com ele/ela?								
D29. Você culpou-a por seu azar?								
D30. Você ameaçou machucá-la/o ou matá-la/o?								

D31. Você o/a queimou, escaldou ou marcou o/a ferro?								
D32. Você bateu repetidamente com um objeto ou espancou o/a?								
D33. Você trancou ou amarrou-o/a para restringir seu movimento?								
D34. Você proibiu uma refeição como forma de castigo?								
D35. Você usou humilhação em público para discipliná-lo/la?								
D36. Você deu drogas ou álcool a ela/ela?								
D37. Você disse que gostaria a ele/ela que estivesse morto/a ou que nunca deveria ter nascido?								

	≥ 50 vezes	13-50	6-12	3-5	1-2			
	Uma vez por semana ou mais	Várias vezes por mês	Mensalmente ou Bimestralmente	Várias vezes por ano	Uma ou duas vezes por ano	Não no último ano, mas já aconteceu	Nunca em minha vida	Sem resposta
O1. Seu filho não foi cuidado quando ele/ela estava doente ou ferida?								
O2. Seu filho não recebeu comida ou bebida mesmo que sua família pudesse comprar?								
O3. Seu filho foi obrigado a vestir roupas sujas, rasgadas ou inapropriadas para a estação, mesmo que sua família pudesse fornecer roupas melhores?								

O4. Seu filho machucou-se porque não havia um adulto o supervisionando?								
O5. Seu filho não teve sempre um lugar seguro para morar, mesmo que sua família pudesse proporcioná-lo?								
O6. Seu filho foi tocado de forma sexual por um adulto?								
O7. Seu filho teve relações sexuais com um adulto?								
O8. Você gostaria de dizer mais alguma coisa?								
Estas perguntas referem-se à sua opinião sobre disciplina: A1. Quais métodos de disciplina demonstraram serem os mais eficazes para mudar o comportamento o comportamento de seu filho/a? _____ A2. Você acha que punição física é um método eficiente para a disciplina de uma criança? () Não, nunca é eficiente. () Na maioria das vezes não é eficiente. () Na maior parte das vezes é eficiente. () Sim, é sempre eficiente.								

Apêndice E – Questionário de Avaliação do Nível de Conhecimento dos Pais sobre os Tipos de Violência contra a Criança

Leia as afirmações abaixo e marque se você acha que é “Verdadeira” ou “Falsa”:

ITENS		Verdadeira	Falsa
1	Bater no filho só é considerado violência se deixar marcas na pele.		
2	A criança que vê o pai agredindo fisicamente a mãe não é vítima de violência psicológica.		
3	Não dar banho na criança todos os dias, deixar de limpar as unhas e/ou vestidas com roupas que não estejam limpas são sinais de violência contra a criança.		
4	Inventar que a criança apresenta sinais ou sintomas de alguma doença é uma forma de violência.		
5	Toda situação de violência sexual envolve necessariamente o contato físico entre o abusador e a vítima.		
6	Os pais ou responsável devem levar frequentemente as crianças em consultas médicas e odontológicas, mesmo que as mesmas não estejam doentes ou com dentes doendo.		
7	Os pais sempre têm um filho preferido, por isso não se considera violência se o outro filho for rejeitado e discriminado.		
8	Deixar a criança ajoelhada no milho não deve ser considerado um ato de violência, a não ser que cause ferimento e sangramento.		
9	Falar mal, inventar mentiras sobre o pai ou a mãe da criança para afastá-los após uma separação, causando sofrimento na criança é um ato de violência.		
10	Não vacinar a criança, de acordo com o calendário vacinal, é uma forma de negligência com a saúde da mesma.		
11	A violência sexual é somente a situação a qual um adulto tem relações sexuais completas com uma criança ou adolescente.		
12	Xingar e humilhar a criança com palavras que ela não gosta, fazendo-a chorar ou não, é uma forma de violência.		
13	A violência sexual contra crianças pode ocorrer dentro da família entre pais e filhos, tios e sobrinhos, irmãos ou irmãs, avós e netos, padrastos e enteados.		
14	A despreocupação dos responsáveis com o desenvolvimento, o bem-estar e a segurança da criança, não pode ser considerada negligência.		
15	Abraçar uma criança que não seja seu filho é considerado um tipo de assédio sexual.		
16	Bater na criança com um cinto, mesmo que ela tenha feito algo errado, é um ato de violência e não de educação.		
17	Os pais ou responsável não precisam ir com frequência na escola da criança e nem acompanhar o seu rendimento escolar. Deve ir, somente, quando forem chamados pela Direção.		
18	Só pode ser considerada violência psicológica se a atitude dos pais ou responsável causarem um adoecimento psiquiátrico na criança, como a depressão.		
19	Se o responsável queimar a criança, de forma não intencional, com o ferro de passar roupa, ele cometeu uma violência.		
20	Mostrar fotos de crianças nuas é considerado um tipo de violência sexual.		

Apêndice F – Parecer Comitê de Ética

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Maus-tratos no Contexto de Desenvolvimento de Crianças de Belém/Brasil: Indicadores de violência e estratégias de intervenção.

Pesquisador: Lília Iêda Chaves Cavalcante

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 35664320.6.0000.0018

Instituição Proponente: Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.250.979

Apresentação do Projeto:

A pesquisa denominada "Maus-tratos no Contexto de Desenvolvimento de Crianças de Belém/Brasil: Indicadores de violência e estratégias de intervenção" coordenada pela professora Lília Iêda Chaves Cavalcante, compreenderá um conjunto de investigações com objetivos distintos, mas interligados entre si, a saber: Caracterizar a violência notificada nos serviços de saúde e em entidades governamentais que atendam crianças vítimas de violência visando sistematizar indicadores para elaboração de estratégias de enfrentamento, e depois possibilitar dimensões comparativas nas análises propostas. Analisar aspectos do processo de reintegração familiar de crianças em acolhimento institucional para compreender as estratégias que o constituem nos locais onde a pesquisa será realizada. Discutir os efeitos de um programa de intervenção que visa desenvolver competências parentais para redução dos fatores de risco relacionados à violência e maus tratos infantis nos contextos pesquisados. O primeiro será um estudo documental com consulta em bancos de dados gerados a partir de notificações e sinalizações de violência contra crianças em Belém/Brasil. Já o segundo estudo traz uma proposta de investigação qualitativa com análise do conteúdo de entrevistas com famílias e profissionais envolvidos no acolhimento institucional de crianças vítimas de maus tratos e seu processo de reintegração familiar. E o terceiro estudo propõe uma abordagem quanti-qualitativa dos dados, com um delineamento longitudinal, quase-experimental, do tipo pré-teste/pós- teste, que incluirá a implementação de

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.

Bairro: Guamá

CEP: 66.075-110

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-7735

Fax: (91)3201-8028

E-mail: cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 4.250.979

um programa de formação parental em Belém / Brasil com objetivo de prevenir a ocorrência de maus-tratos e promover o desenvolvimento saudável das crianças. A proposta de pesquisa prevê a utilização de fichas padronizadas para registro dos dados documentais, realização de entrevista semidirigida, e aplicação de instrumentos para as avaliações propostas. Os dados obtidos serão analisados por meio de estatística descritiva e inferencial, além da categorização de conteúdos das entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar ações de monitoramento, atendimento e proteção de crianças e adolescentes a partir das notificações de maus tratos infantis entre 2009 – 2018, das estratégias de acolhimento institucional e reintegração familiar para essa população, e dos efeitos de um programa de intervenção voltado à prevenção da violência em Belém – Brasil.

Objetivo Secundário: - Caracterizar a violência notificada nos serviços de saúde e em entidades governamentais que atendam crianças vítimas de violência visando sistematizar indicadores para elaboração de estratégias de enfrentamento, possibilitando estudos comparativos entre os contextos pesquisados.- Analisar o processo de reintegração familiar de crianças em acolhimento institucional para compreender as estratégias que fazem parte desse processo nos locais da pesquisa. - Verificar os efeitos de um programa de intervenção que visa desenvolver competências parentais para redução dos fatores de risco relacionados à violência e maus tratos infantis, e discutir a importância de formas participativas nesse processo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O risco de tratamento cruel, discriminatório ou constrangedor pela realização das entrevistas e aplicação de questionário é mínimo. Na casualidade de ocorrer qualquer situação observada como riscos à intimidade dos participantes entrevistados, serão providenciadas medidas para reparar as falhas.

Benefícios: Os benefícios trazidos pela pesquisa estão relacionados à possibilidade de mudanças que possam melhorar a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, especialmente no que se refere a proteção e prevenção de maus tratos em crianças e adolescentes, implicando no melhor desenvolvimento desses sujeitos. Além disso, os resultados contribuirão cientificamente com a elaboração de artigos, capítulos de livros e apresentações em eventos na área

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 4.250.979

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Acreditamos que a pesquisa apresenta relevância social por apresentar uma análise acerca de um problema que envolve um contexto de uma realidade atual a qual a partir de um delineamento mais acurado poderá trazer resultados positivos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos encontram-se dentro dos critérios estabelecidos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1598479.pdf	27/07/2020 21:54:10		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Completo2.pdf	24/07/2020 18:27:15	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
Outros	autorizacao_sesma.pdf	24/07/2020 18:22:53	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
Outros	autorizacao_sespa.pdf	24/07/2020 18:22:33	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
Declaração de concordância	AUTORIZACAO_FUNPAPA.pdf	24/07/2020 18:21:47	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento_2.pdf	24/07/2020 18:20:30	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_DO_PESQUISADOR_2.pdf	24/07/2020 18:19:46	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
Outros	Declaracao_de_Onus_2.pdf	24/07/2020 18:18:53	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	24/07/2020 18:17:41	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE2.pdf	24/07/2020 18:17:02	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_PROJETO2.pdf	24/07/2020 18:16:10	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 4.250.979

Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	24/07/2020 18:13:05	Adrine Carvalho dos Santos Vieira	Aceito
----------------	---------------------------	------------------------	--------------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 01 de Setembro de 2020

Assinado por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

Apêndice G – Critérios do Joanna Briggs Institute (Nível de evidência científica)



JBI Levels of Evidence

Developed by the Joanna Briggs Institute Levels of Evidence and Grades of Recommendation Working Party October 2013

PLEASE NOTE: These levels are intended to be used alongside the supporting document outlining their use. Using Levels of Evidence does not preclude the need for careful reading, critical appraisal and clinical reasoning when applying evidence.

LEVELS OF EVIDENCE FOR EFFECTIVENESS

Level 1 – Experimental Designs

Level 1.a – Systematic review of Randomized Controlled Trials (RCTs)

Level 1.b – Systematic review of RCTs and other study designs

Level 1.c – RCT

Level 1.d – Pseudo-RCTs

Level 2 – Quasi-experimental Designs

Level 2.a – Systematic review of quasi-experimental studies

Level 2.b – Systematic review of quasi-experimental and other lower study designs Level 2.c –

Quasi-experimental prospectively controlled study

Level 2.d – Pre-test – post-test or historic/retrospective control group study



Level 3 – Observational – Analytic Designs

Level 3.a – Systematic review of comparable cohort studies

Level 3.b – Systematic review of comparable cohort and other lower study designs Level 3.c –

Cohort study with control group

Level 3.d – Case – controlled study

Level 3.e – Observational study without a control group

Level 4 – Observational – Descriptive Studies Level 4.a

– Systematic review of descriptive studies Level 4.b –

Cross-sectional study

Level 4.c – Case series

Level 4.d – Case study

Level 5 – Expert Opinion and Bench Research Level

5.a – Systematic review of expert opinion Level 5.b

– Expert consensus

Level 5.c – Bench research/ single expert opinion

Apêndice H – Effective Public Health Practice Project

QUALITY ASSESSMENT TOOL FOR QUANTITATIVE STUDIES



COMPONENT RATINGS

A) SELECTION BIAS

(Q1) Are the individuals selected to participate in the study likely to be representative of the target population?

- 1 Very likely
- 2 Somewhat likely
- 3 Not likely
- 4 Can't tell

(Q2) What percentage of selected individuals agreed to participate?

- 1 80 - 100% agreement
- 2 60 - 79% agreement
- 3 less than 60% agreement
- 4 Not applicable
- 5 Can't tell

RATE THIS SECTION	STRONG	MODERATE	WEAK
See dictionary	1	2	3

B) STUDY DESIGN

Indicate the study design

- 1 Randomized controlled trial
- 2 Controlled clinical trial
- 3 Cohort analytic (two group pre + post)
- 4 Case-control
- 5 Cohort (one group pre + post (before and after))
- 6 Interrupted time series
- 7 Other specify _____
- 8 Can't tell

Was the study described as randomized? If NO, go to Component C.

No Yes

If Yes, was the method of randomization described? (See dictionary)

No Yes

If Yes, was the method appropriate? (See dictionary)

No Yes

RATE THIS SECTION	STRONG	MODERATE	WEAK
See dictionary	1	2	3

C) CONFOUNDERS**(Q1) Were there important differences between groups prior to the intervention?**

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell

The following are examples of confounders:

- 1 Race
- 2 Sex
- 3 Marital status/family
- 4 Age
- 5 SES (income or class)
- 6 Education
- 7 Health status
- 8 Pre-intervention score on outcome measure

(Q2) If yes, indicate the percentage of relevant confounders that were controlled (either in the design (e.g. stratification, matching) or analysis)?

- 1 80 – 100% (most)
- 2 60 – 79% (some)
- 3 Less than 60% (few or none)
- 4 Can't Tell

RATE THIS SECTION	STRONG	MODERATE	WEAK
See dictionary	1	2	3

D) BLINDING**(Q1) Was (were) the outcome assessor(s) aware of the intervention or exposure status of participants?**

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell

(Q2) Were the study participants aware of the research question?

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell

RATE THIS SECTION	STRONG	MODERATE	WEAK
See dictionary	1	2	3

E) DATA COLLECTION METHODS**(Q1) Were data collection tools shown to be valid?**

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell

(Q2) Were data collection tools shown to be reliable?

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell

RATE THIS SECTION	STRONG	MODERATE	WEAK
See dictionary	1	2	3

F) WITHDRAWALS AND DROP-OUTS**(Q1) Were withdrawals and drop-outs reported in terms of numbers and/or reasons per group?**

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell
- 4 Not Applicable (i.e. one time surveys or interviews)

(Q2) Indicate the percentage of participants completing the study. (If the percentage differs by groups, record the lowest).

- 1 80 -100%
- 2 60 - 79%
- 3 less than 60%
- 4 Can't tell
- 5 Not Applicable (i.e. Retrospective case-control)

RATE THIS SECTION	STRONG	MODERATE	WEAK
See dictionary	1	2	3 Not Applicable

G) INTERVENTION INTEGRITY**(Q1) What percentage of participants received the allocated intervention or exposure of interest?**

- 1 80 -100%
- 2 60 - 79%
- 3 less than 60%
- 4 Can't tell

(Q2) Was the consistency of the intervention measured?

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell

(Q3) Is it likely that subjects received an unintended intervention (contamination or co-intervention) that may influence the results?

- 4 Yes
- 5 No
- 6 Can't tell

H) ANALYSES**(Q1) Indicate the unit of allocation (circle one)**

community organization/institution practice/office individual

(Q2) Indicate the unit of analysis (circle one)

community organization/institution practice/office individual

(Q3) Are the statistical methods appropriate for the study design?

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell

(Q4) Is the analysis performed by intervention allocation status (i.e. intention to treat) rather than the actual intervention received?

- 1 Yes
- 2 No
- 3 Can't tell

GLOBAL RATING**COMPONENT RATINGS**

Please transcribe the information from the gray boxes on pages 1-4 onto this page. See dictionary on how to rate this section.

A	SELECTION BIAS	STRONG	MODERATE	WEAK
		1	2	3
B	STUDY DESIGN	STRONG	MODERATE	WEAK
		1	2	3
C	CONFOUNDERS	STRONG	MODERATE	WEAK
		1	2	3
D	BLINDING	STRONG	MODERATE	WEAK
		1	2	3
E	DATA COLLECTION METHOD	STRONG	MODERATE	WEAK
		1	2	3
F	WITHDRAWALS AND DROPOUTS	STRONG	MODERATE	WEAK
		1	2	3
				Not Applicable

GLOBAL RATING FOR THIS PAPER (circle one):

- | | | |
|---|----------|----------------------------|
| 1 | STRONG | (no WEAK ratings) |
| 2 | MODERATE | (one WEAK rating) |
| 3 | WEAK | (two or more WEAK ratings) |

With both reviewers discussing the ratings:

Is there a discrepancy between the two reviewers with respect to the component (A-F) ratings?

No Yes

If yes, indicate the reason for the discrepancy

- | | |
|---|---|
| 1 | Oversight |
| 2 | Differences in interpretation of criteria |
| 3 | Differences in interpretation of study |

Final decision of both reviewers (circle one):

- | | |
|----------|-----------------|
| 1 | STRONG |
| 2 | MODERATE |
| 3 | WEAK |

**Apêndice I – Questionário de avaliação da eficácia e satisfação do Programa Parental
Família que Protege**

		(1) Discordo totalmente	(2) Discordo	(3) Indiferente	(4) Concordo	(5) Concordo totalmente
Estrutura do Programa						
1	O horário em que os conteúdos eram encaminhados favoreciam que você conseguisse olhar as mensagens com atenção.					
2	Eu conseguia abrir os conteúdos com facilidade.					
3	O Número de participantes no grupo foi adequado para o funcionamento do programa.					
4	A troca de informações ocorrida no grupo de Whatsapp foi satisfatória.					
5	O tempo de cada mensagem diária enviada foi satisfatório.					
6	O tempo de duração do Programa foi suficiente para alcançar o objetivo proposto.					
7	Os objetivos do Programa foram claramente apresentados e compreendidos no início do programa e de cada nova temática apresentada.					
8	Os conhecimentos adquiridos foram de encontro às minhas expectativas e necessidades parentais					
9	O facilitador do grupo apresentou boas soluções relativas às minhas dúvidas					
10	O facilitador utilizou uma linguagem sensível e clara para que todos compreendessem.					
11	A forma como o facilitador orientou as sessões motivou-me a falar abertamente e a dizer o que penso e o que faço					
12	Considera este tipo de apoio/programa recomendável a outros pais					
Efeitos do Programa						
13	Aprendi a interpretar de forma mais adequada os comportamentos e reações do meu filho(a).					
14	Me sinto mais preparado pra estabelecer regras e limites aos meus filhos.					
15	Me sinto mais preparada para solucionar problemas em momentos					

	difíceis com meu filho.					
16	Me sinto mais preparado para cuidar da saúde e da educação dos meus filhos.					
17	Compreendo melhor o comportamento emocional do meu filho.					
18	Me sinto mais preparado para conversar com meu filho e solucionarmos os problemas.					
19	Aprendi coisas que me ajudaram a mudar a forma de agir com meus filhos					
20	Sinto que a relação com meu filho melhorou					
21	Utilizo o que aprendi durante o programa para resolver os problemas que surgem no dia-a-dia.					
22	Compreendo melhor os tipos e características de violência infantil e maus tratos.					

Se possível, dê exemplo(s) de situações em que você usou algum dos conteúdos abordados no programa:

Como você tem percebido as suas práticas educativas, com relação a lidar com dificuldades e resolver conflitos com sua criança, depois de participar do programa?

Você notou alguma diferença nas suas práticas educativas por ter participado do programa?

Qual conteúdo discutido no Programa você achou mais importante e necessário para o seu dia-a-dia?

Quanto ao material disponibilizado pelo grupo de WhatsApp:

Você conseguiu assistir, ler e/ou ouvir todos os materiais? Se não, por que?

Por favor, inclua comentários e sugestões que você gostaria de fazer para melhorar o programa:
